RODRIGO DOS SANTOS ALCANTARA

A CONSTRUÇÃO DA CRUZADA MODERNA DO OCIDENTE CONTRA O ORIENTE DEPOIS DOS ATENTADOS TERRORISTAS DE 11 DE SETEMBRO DE 2001

FFC- UNESP/Marília
2021

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
"JÚLIO DE MESQUITA FILHO"

RODRIGO DOS SANTOS ALCANTARA

A CONSTRUÇÃO DA CRUZADA MODERNA DO OCIDENTE CONTRA O ORIENTE DEPOIS DOS ATENTADOS TERRORISTAS DE 11 DE SETEMBRO DE 2001

Defesa de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, da Faculdade de Filosofia e Ciências de Marília – UNESP – como exigência parcial para obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais, com orientação do prof. Dr. Dr. Leandro de Oliveira Galastri, da linha de pesquisa Determinações do Mundo do Trabalho.

FFC- UNESP/Marília
202

A347c

Alcantara, Rodrigo dos Santos
A construção da Cruzada Moderna do Ocidente contra o Oriente depois dos atentados terroristas de 11 de setembro de 2001 / Rodrigo dos Santos Alcantara. -- Marília, 2001
170 p. : tabs., mapas

Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista (Unesp), Faculdade de Filosofia e Ciências, Marília
Orientador: Leandro de Oliveira Galastri

1. Império Universal do Ocidente. 2. 11 de setembro de 2001. 3. Oriente Médio. 4. outro negativo externo. 5. Cruzada Moderna. I. Título.

Sistema de geração automática de fichas catalográficas da Unesp. Biblioteca da Faculdade de Filosofia e Ciências, Marília. Dados fornecidos pelo autor(a).

Essa ficha não pode ser modificada.

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA

Câmpus de Marília

CERTIFICADO DE APROVAÇÃO

TÍTULO DA DISSERTAÇÃO: A CONSTRUÇÃO DA CRUZADA MODERNA DO OCIDENTE CONTRA O ORIENTE DEPOIS DOS ATENTADOS TERRORISTAS DE 11 DE SETEMBRO DE 2001

AUTOR: RODRIGO DOS SANTOS ALCANTARA

ORIENTADOR: LEANDRO DE OLIVEIRA GALASTRI

Aprovado como parte das exigências para obtenção do Título de Mestre em CIÊNCIAS SOCIAIS, pela Comissão Examinadora:

Prof(a). Dr(a). LEANDRO DE OLIVEIRA GALASTRI (Participação Virtual)
Departamento de Ciências Políticas e Econômicas / Unesp, Faculdade de Filosofia e Ciências, Marília

Prof(a). Dr(a). DIEGO MARQUES PEREIRA DOS ANJOS (Participação Virtual)
Área de Humanas / Instituto Federal Goiano, Morrinhos

Prof(a). Dr(a). MARCOS TADEU DEL ROIO (Participação Virtual)
Departamento de Ciências Políticas e Econômicas / Unesp, Faculdade de Filosofia e Ciências, Marília

Marília, 25 de março de 2021

Prof. Dr. José Geraldo Alberto Bertoncini Poker
Coordenador do PPG em Ciências Sociais

Aos meus pais, minha namorada, meus irmãos e irmão, primos, tios, tias, amigos e professores.

Agradecimentos

Não é fácil fazer agradecimentos, esta é uma tarefa ingrata. Nunca é possível colocar todas e todos que fizeram parte deste momento, que não começou no ano de 2018, mas sim em 2009, quando entrei na graduação em Ciências Sociais. São tantas pessoas que passam pela minha cabeça, mas o espaço é curto. Assim, agradeço inicialmente a todo mundo que de uma maneira ou de outra me ajudaram nesta etapa da minha vida, levo estes amigos e familiares no coração. Mas existem aquelas que sem dúvida devem estar descritas nestes agradecimentos. Espero que entendam se eu deixar alguém de fora, sinta-se representado nesta dissertação.

Primeiramente quero agradecer a própria UNESP e a FFC. Neste local pude crescer e me desenvolver, esta é minha segunda casa. A minha própria casa nestes 12 anos em que vivi em Marília, a moradia estudantil e a casa 05. Moradores, continuem lutando por permanência estudantil, não existe moradia mais vitoriosa no Brasil!

Quero agradecer ao meu orientador Leandro de Oliveira Galastri por sua compreensão e atenção neste ano tão complexo e conturbado, também pelo ensino em sala de aula. A banca: Professor Marcos Tadeu Del Roio, pelo crescimento não só nas críticas que irá fazer a esta dissertação, mas pelo quanto pude aprender em sala de aula. Ao Professor Diego Marques Pereira dos Anjos, que aceitou trazer suas críticas a este trabalho e que conheci no próprio movimento estudantil e moradia, sei de sua luta!

Aos amigos e amigas: Marcelo De Marchi, Marcus De Marchi Felipe Luiz, Eduardo Facirolli, Alice Covizzi, Fabrício Pizzeli, Alexandre Tuma, Gabriel Prata, Marcelo Arnal, Rodolfo Rodrigues, Rodolfo Sanches, Eduardo Perillo, Luiz Alexandre Barbosa, Francieli Martins, Janaine Braga, Anderson Deo, Marília Gabriella Borges Machado, Luiz Felipe Francês, Cristina Francês. Muitos de vocês participaram de uma forma ou de outra da construção desta dissertação.

Agradeço aos meus companheiros e amigos no projeto fotográfico Relatos de Uma Pandemia, João Carvalho, Wellington Oliveira e Bruno Alexandre.

Aos meus familiares: minha querida mãe, Fátima da Silva Santos, por sua garra e auxilio nas horas de necessidades; ao meu pai, que sempre esteve ao meu lado. Meus irmãos Rodolfo,

Gabriel e Vitória, minha cunhada Tamires e meu sobrinho Nicolas por seu amor e carinho. Minha segunda mãe, Maria Lúcia Vilella, uma verdadeira guerreira. Minha avó Maria José e minha avó Aparecida, por sua doçura e carinho. Minha Sogra Dona Maria, por seu apoio, carinho e compreensão. Minha falecida tia Nanci, por ter enfrentado todos os desafios que a vida lhe deu. Meu falecido avô Manual, por ter sido um avô presente. A toda minha família por parte de pai e por parte de mãe, conhecida por Morangada.

Agradeço em espaço reservado ao meu irmão Rafael dos Santos Alcantara, que esteve bem próximo nesta jornada. Saiba que nossos todos os nossos debates, divergências e convergências teóricas possibilitaram a conclusão desta dissertação.

Por último, Suelen A. Santana do Amaral, minha companheira de todas as horas. Além de participar da construção desta dissertação, teve a paciência e a coragem de me aguentar nos meus momentos de ansiedade. Sua importância foi fundamental.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

Resumo

Na manhã do dia 11 de setembro de 2001, o cabeça do Império Universal do Ocidente, os EUA, sofreu o maior ataque em seu território continental. Este evento pegava o mundo de surpresa. O seu perpetrador, Osama Bin Laden, foi caçado e sem julgamento foi executado no Paquistão no ano de 2011. Os eventos daquela manhã foram produto de um *blowback* da atuação dos EUA no Oriente Médio na busca de frear o inimigo do Leste durante a Guerra Fria para dominar o Petróleo da região, mas não foram divulgados desta forma. O que se apresentou na época é que os terroristas eram na realidade produto de um ódio irracional aos valores democráticos e humanos representados pelos EUA. Assim, o Ocidente justificou a criação de uma Cruzada moderna contra o Oriente. Esta Cruzada moderna, a guerra ao terrorismo já duram 19 anos.

Palavras-chave: Império Universal do Ocidente; 11 de setembro de 2001; Oriente Médio; outro negativo externo; Oriente Médio; Cruzada Moderna.

Abstract

On the morning of September 11, 2001, the head of the Western Universal Empire, the USA, suffered the greatest attack on its continental territory. This event took the world by surprise. Its perpetrator, Osama Bin Laden, was hunted and without trial was executed in Pakistan in the year 2011. The events in the morning, were the product of a blowback of US action in the Middle East in the attempt to curb the enemy of the East, the USSR , during the Cold War and dominate the oil of this region elsewhere. However, the events were not publicized in this way. What appeared at the time is that the terrorists were actually the product of an irrational hatred for the democratic and human values represented by the USA. Thus, the West justified the creation of a modern Crusade against the East. This modern Crusade, the war on terrorism, has been going on for 19 years.

Keywords: Universal Empire of the West; September 11, 2001; Middle East; another external negative; Middle East; modern crusade.

Sumário de tabelas, gráficos e figura.

Tabela 1. Campanhas de terrorismo suicida, 1980 – 2001.....80

Tabela 2. Motivação e alvos das campanhas terroristas suicidas, 1980 – 2001.....83

Gráfico 1. Taxas médias de crescimento dos países capitalistas avançados de 1820 a 1985 (em porcentagem).....103

Figura1: Avanço de Israel sobre território Palestino.....110

Gráfico 2.Taxas médias de desenvolvimento dos PNB dos países mais ricos, em porcentagem de 1960 a 1996 (em porcentagem).....116

Gráfico 3. Despesas militares mundiais, principais gastadores globais, 1988 – 2017.....118

Gráfico 4. Os 10 maiores gastos militares em 2019 (em bilhões de dólares).....120

Mapa 1. Divisão do acordo de Sykes-Picot (divisão do Oriente Médio entre a França e Grã-Bretanha).....124

Sumário

Introdução 12

CAPÍTULO I: A gênese e a metamorfose do Império Universal do Ocidente e seus negativos 18

1.1. A crise da origem alto medievo 19

1.2. A gênese do Império Universal do Ocidente 23

1.3. A construção do outro negativo interno e o outro negativo externo 25

1.4. O Império Universal do Ocidente na modernidade capitalista 28

CAPÍTULO II: Terrorismo: termo justificador para a construção da Cruzada moderna contra Oriente 39

2.1. O 11 de setembro de 2001: símbolos do cabeça do Império Universal do Ocidente vêm ao chão 40

2.2. Guerra ao Terror: a nova Cruzada na reconstrução do Outro Negativo Externo 47

2.4. O terror na Revolução Francesa: um sentido positivo para o terrorismo 63

2.3. A regressão do pensamento burguês revolucionário: o terror como negativo 69

2.5. A pauta política como fundamento do terrorismo suicida 75

CAPÍTULO III: A lógica do Império Universal do Ocidente na atualidade 88

3.1. O Império sem Imperialismo 88

3.2. A crítica ao Império sem imperialismo 99

3.2.1. Criação de subjetividade e mundo produtivo 101

3.2.2. Os Estados Unidos se tornam o principal país imperialista e cabeça do Império Universal do Ocidente 107

3.2.3. A entrada na era neoliberal 110

3.2.4. Organismos supranacionais, militarismo e sua relação com o *Império Universal do Ocidente* 116

3.3. A lógica do Império Universal do Ocidente e sua atuação no Oriente Médio antes do 11 de Setembro de 2001: Arábia Saudita, Irã e Iraque 124

3.3.1. Na Arábia Saudita 131

3.3.2. No Irã 134
3.3.3. No Iraque 138
À guisa de uma conclusão ou lançando as bases para a Cruzada moderna 144
Referências Bibliográficas 154
Anexos 164
Listas de organizações terrorista para os EUA; Austrália; Reino Unido; Canadá 164
Lista 1. Organizações Terroristas para os EUA 164
Lista 2. Organizações Terroristas para a Austrália 165
Lista 4. Organizações Terroristas para o Canadá 169

Introdução

Este estudo parte do pressuposto de que após os atentados terroristas de 11 de setembro de 2001 – que aqui por vezes aparecerá como 11 de Setembro –, um *blowback* da atuação dos EUA na região do Oriente Médio deu origem a Cruzada Moderna que já duram 19 anos. Esta Cruzada Moderna é intitulada Guerra ao Terror, e compõe, em nossa perspectiva, a lógica de construção do Oriente, mais especificamente o Oriente Médio, como o outro negativo externo do Ocidente, tendo à frente desta reconstrução os Estados Unidos da América como cabeça do Império Universal do Ocidente.

Para chegar a estas conclusões, partiremos de análises de fatos e eventos tanto do próprio 11 de setembro de 2001, quanto daqueles que vemos como sendo fundamentais na constituição do *blowback*, as atuações clandestinas dos EUA no Oriente Médio. Ao mesmo tempo, buscaremos apresentar alguns dos discursos de George W. Bush que vemos como importantes na constituição da necessidade de se defender deste *outro negativo externo*, principalmente no que condiz com a ânsia de invadir o Afeganistão, *Operation Enduring Freedom* (Operação Liberdade Duradoura), e o Iraque, *Operation Iraqi Freedom* (Operação Liberdade do Iraque).

Não será objetivo desta apresentação a análise da Guerra ao Terror, como ela se desenrolou. O que nos propomos é uma análise de como se constituiu a Guerra ao Terror como uma Cruzada Moderna e a construção do outro negativo externo, ou seja, os preparativos discursivos para isso. Mas claro que por vezes tangenciaremos o assunto.

Isto posto, chamamos de Oriente Médio a região que compreende os países: Síria, Iraque, Kuwait, Líbano, Israel, Palestina, Jordânia, Irã, Bahrein, Qatar, Emirados Árabes Unidos, Iêmen, Omã, Afeganistão e Egito. É importante que, segundo o Atlas do Oriente Médio de Dan Smith (2008), existem várias acepções de quais seriam os países que comporiam o Oriente Médio. Nossa escolha é uma das possibilidades. Contudo, é importante apontar que a escolha dos Atlas e governos têm a ver com as problemáticas colocadas pelo colonialismo Europeu e estadunidense e a formação daquilo que se convencionou chamar de mundo árabe muçulmano.

Dito isto, existe uma mácula – um estereótipo – que constitui um conjunto simbólico sobre a figura do Oriente Médio e de sua maioria populacional, os árabes muçulmanos como prováveis terroristas. Este conjunto de signos e significados recriou o outro negativo externo a fim de possibilitar a maior presença dos EUA na região do Oriente Médio justificando suas

ações beligerantes. É por meio da construção desta mácula e da ideia de levar a liberdade e a democracia que foi possível legitimar discursivamente a necessidade de invasão do Afeganistão (2001) e do Iraque (2003), por exemplo.

Assim se constituiu o Oriente médio como o outro negativo externo Ocidente. Esta categoria se configura como um oriente subalternizado e é uma das duas formas de negativos criada pelo *Império Universal do Ocidente* em sua busca de expansão e controle sobre o mundo. Chamamos de *Império Universal do Ocidente* uma forma de racionalidade ocidental expansiva que teve sua gênese no século XI e, apesar de ter se reformulado na passagem do feudalismo para a modernidade capitalista, atua até os dias atuais buscando cada vez mais expandir-se.

Sua gênese, segundo Del Roio (1998), tentava responder a cisma do oriente que dividiu a Igreja Católica em duas; e reagir a crise social (inchaço demográfico e escassez de alimentos no ocidente) que abalou o mundo feudal naquele período. Hoje, em nossa perspectiva, atua para expansão do capital para alhures, onde as relações capitalistas ainda são frágeis. Para responder aos problemas do século XI – cisma do oriente e crise social –, o Império Universal do Ocidente necessitou criar dois negativos com o intuito de "canalizar a violência intrínseca da ordem feudal para alguns objetos – vistos como o outro negativo – a fim de evitar o risco de desagregação social" (DEL ROIO, 1998, p. 21).

O primeiro, o outro negativo interno, se configurou na história como as mulheres, os homossexuais, os escravos, os servos, os pobres, e na atualidade, são os grupos subalternos internos que compõem o proletariado ocidental. Este outro negativo deve, segundo Del Roio (1998), ser submetido ao máximo da resignação e subalternização e, na impossibilidade, exterminados.

Já o outro negativo externo se configura como o oponente do ocidente com características negativas, ou seja, o oriente e seus grupos socioculturais internos (DEL ROIO, 1998). Desta forma, o Ocidente aparece com características positivas tais como: está ao lado de Deus, fiel a Deus, esclarecido, democrático, progresso/desenvolvido, combatentes da paz, sinônimo de liberdade e racionalidade. Já ao Oriente foi atribuído características negativas: ao lado do demônio, infiéis, nas trevas, totalitário/despóticos, atrasados, combatentes ilegais/ terroristas, sinônimo de servidão e irracionalidade.

Esta segunda categoria é apresentada como símbolo representativo da desordem e da barbárie, sempre querendo invadir e destruir a sociabilidade interna do ocidente. Deste

negativo, o ocidente deve se defender antes que ataque e, posteriormente, dominá-lo. (DEL ROIO, 1998). Estes são alguns dos signos que determinaram a constituição subjetiva dos indivíduos ocidentais sobre o que são os países do Oriente Médio e que garantiram a coesão necessária interna ao Ocidente para sua expansão sobre o oriente, uma Cruzada Moderna, representadas neste trabalho no Afeganistão e no Iraque.

Este tipo de racionalidade expansiva é um processo civilizatório que durante a Era Medieval nasceu como vontade da expansão da doutrina da Igreja Latina, como vimos, mas que se traduziu em racionalidade capitalista na modernidade. Portanto, se foi a Igreja e seus dogmas que propagaram o Império Universal do Ocidente no feudalismo, na modernidade capitalista será o Estado-nação que cumprirá o papel de propagador do Império. Isto quer dizer que na modernidade capitalista a necessidade de expansão do capital, ou seja, o imperialismo, a globalização ou a mundialização do capital, serão a forma do Império Universal do Ocidente.

Isto posto, como no feudalismo o pretexto de agressão ao oriente estava calcado na justificativa divina (a luta contra os infiéis que ocupavam a Terra Santa de Jerusalém durante as Cruzadas, por exemplo), na modernidade capitalista será a justificativa científica que determinará esta agressão (DEL ROIO, 1998). Caberia na perspectiva do Ocidente levar a luz aos selvagens que vivem nas trevas no Oriente. Após o 11 de setembro, essa perspectiva científica se apresentará com o significado de levar a liberdade e a democracia aos povos que vivem sob os regimes totalitários e irracionais naquela região.

Em resumo, o Império Universal do Ocidente – em nossa perspectiva – recria, após os eventos de 11 de setembro de 2001, ou, os atentados terroristas que atingiram o *Word Trade Center* (WTC) e o Pentágono naquela data, a forma do outro negativo externo na figura dos habitantes de países de maioria árabe muçulmana como terrorista e sua terra como despótica. Este grupo social externo ao ocidente – os árabes muçulmanos – passa a ser visto como fanáticos e irracionais. Seus atos foram vistos como expressão de um fanatismo religioso de grupos que querem destruir a sociabilidade interna ocidental.

E assim como outrora, justifica-se que o mesmo deve ser combatido antes que ataque a arquitetura sócio organizativa do ocidental. Para nós, isto acontece hoje por meio da ideia de guerra preventiva, implementada pelos EUA contra o mundo árabe muçulmano.

Para iniciar a discussão, apresentaremos como se formou o Império Universal do Ocidente e qual foi a necessidade de construir a agressão contra o Oriente. Adiantamos aqui

que esta agressão teve como justificativa atingir a Terra Santa de Jerusalém, mas o real objetivo foi aliviar a pressão demográfica que assolava a Europa no século XI. A partir daquele momento, o Ocidente ganha um impulso avassalador de buscar cada vez mais expansão e dominação de povos que viviam fora de suas fronteiras.

Também buscaremos apreender como essa vontade de domínio e expansão se manteve mesmo quando a queda do feudalismo ocorreu e a ascensão da modernidade capitalista emergiu. Isto se faz necessário para que possamos demonstrar como houve a transição da justificativa divina, encantada nos termos de Max Weber, para a justificativa racional, o corpo estruturado de ideias e pensamentos do que seria o Oriente, muito presente no Orientalismo discutido por Edward Said (2007).

Após esta explanação história e apresentação conceitual, buscaremos apresentar o 11 de Setembro evidenciando os acontecimentos daquele dia, apresentando seus perpetradores e trazendo a ideia de queda dos símbolos do *Império Universal do Ocidente*. Isto se faz necessário na medida em que, em nossa perspectiva, os ataques são resultado de um *blowback* da atuação dos EUA como país imperialista naquela região. *Blowback* é um termo cunhado pela CIA e que diz respeito aos efeitos gerados por intervenções, geralmente clandestinas, em lugares alhures e que trazem resultados não pretendidos. Talvez a definição mais aproximada seria a de que um país colhe aquilo que planta (JOHNSON, 2007 b). Assim, este *blowback* atingiu símbolos da representação do poder estadunidense frente ao mundo, ou seja, o que foi atingido por aviões tornados mísseis foram os símbolos do cabeça do *Império Universal do Ocidente.*

Em decorrência dos ataques de 11 de Setembro, tivemos a Guerra ao Terror, neste trabalho analisada como uma Cruzada moderna – que adveio da resposta que o Ocidente buscou dar ao Oriente. Desta forma, o outro negativo externo passou a ser encarado novamente como o bárbaro e que está sempre na iminência de destruir o Ocidente. Por isso, o Ocidente, por meio da doutrina Bush, pautou tal guerra na ideia de Guerra Preventiva, estabelecendo que era preciso atacar preventivamente e reestruturar as relações internas do Oriente Médio antes que este, de suposta posse de arma de destruição em massa, ataque o Ocidente.

A justificativa era a de que tornava-se urgente ao Ocidente se unir ao seu cabeça e destituir do poder o ex-aliado e agora desafeto Saddam Hussein. Assim, o Ocidente capitalista se engajou em uma Cruzada contra o terrorismo, mas sem definir ao certo quem eram e o que

queriam estes bárbaros, na leitura ocidental, muitas vezes apresentados apenas como aqueles que tem ódio dos valores democráticos que estariam representados nos EUA.

Portanto, para entendermos o que é o terror e terrorismo, buscamos apreendê-lo em uma perspectiva histórica, explanando sobre a possibilidade de um terrorismo pré-moderno, ou seja, anterior a Revolução Francesa. A ideia é apontar que tal debate existe e, também, tentar extrair alguns elementos que vemos como importante para uma sintetização conceitual do terrorismo como uma tática para um determinado objetivo, ou seja, não um fim em si mesmo, como advoga a ideia de que seriam apenas bárbaros que odeiam os valores ocidentais.

Após, veremos como o conceito de terrorismo nasceu, seu sentido positivo e como houve a virada conceitual para um sentido negativo. A ideia é propor que tal virada, além dos elementos apontados por De Paula (2003), é fruto da Regressão do Pensamento Revolucionário Burguês, que ao abandonar as armas críticas teve que abandonar também os elementos revolucionários, dentre eles o terror revolucionário. Assim, pensamos que o conceito de terrorismo é um conceito político, pois teve essa transmutação histórica passando a ser um termo negativo.

Para finalizar este capítulo de número dois, tentaremos questionar a ideia de que o ato terrorista se fundamenta em irracionalidade e religião. Partindo de Robert Pape (2003), veremos que na realidade os atos terroristas suicidas, aqueles que foram utilizados em 11 de setembro de 2001, foram praticados em campanhas que tiveram como pauta a libertação nacional e o elemento religioso não era o que movia os atacantes.

Após, buscaremos delinear como age o *Império Universal do Ocidente*. Para isto, iniciaremos distinguindo nossas ideias das de Hardt e Negri (2001), para depois começarmos a apresentar uma crítica ao seu pensamento, principalmente a ideia de declínio do poder do Estado-nação. Vemos que na realidade o Estado-nação é tão importante como foi outrora, pois é por meio dele que as intervenções que levaram aos atos terroristas aconteceram. Após esta crítica, iniciaremos a apresentação de como enxergamos a atuação do Império Universal do Ocidente na atualidade, como o ocidente reconstrói a mácula negativa entorno de um oriente subalternizado para poder dominá-lo.

Por último apresentaremos como os EUA atuaram na região do Oriente Médio na década da década de 1970 a 1990. Entendemos que o 11 de setembro é um *Blowback* desta atuação. Segundo Chalmers Johnson (2007 b), um *Blowback* é uma reação de grupos

organizados a uma determindada operação clandestina feita por um Estado. Na leitura deste autor – e na nossa – o 11 de setembro é aquilo que os EUA colheram depois de plantarem operações clandestinas no Oriente Médio, em especial no Afeganistão da década de 1980.

Cloncuiremos apontando nossos dados: de que os EUA já pretendiam atacar o Iraque antes mesmo do 11 de Setembro e que estes eventos foram na realidade um novo Pearl Harbor, que garantiu a coesão interna no Ocidente para atacar o Oriente. Tal coesão foi contruída em torno da propaganda de que o Oriente Médio é uma terra sem democracia, que fere os direitos sociais das mulheres e que por isso era preciso mudar alguns regimes, com destaque especial para o Iraque de Saddam Hussein, para que como em um jogo de dominó, as outras peças do tabuleiro do Oriente Médio também caiam sob a influência do Império Universal do Ocidente.

Boa leitura!

CAPÍTULO I: A gênese e a metamorfose do Império Universal do Ocidente e seus negativos

Os eventos da manhã do dia 11 de setembro de 2001 chocaram o mundo. A principal potência do Ocidente, o cabeça do *Império Universal do Ocidente,* sofria atentados terroristas que mudariam as relações entre nações nos últimos 19 anos. Utilizando aviões comerciais como mísseis balísticos, um grupo conhecido como *al-Qaeda* lançava um ataque direto ao coração do Ocidente atual. Claro que logo o Ocidente revidou. O cabeça do *Império Universal do Ocidente*, buscando reorientar o Oriente Médio, embrenha-se na Cruzada Moderna chamada Guerra ao Terror.

A ideia da existência do *Império Universal do Ocidente* e seus negativos – interno e externo –foi proposta por Del Roio (1998) com intuito de analisar a expansão do Ocidente e, como consequência, uma certa ocidentalização do mundo. A gênese dessa forma reprodutiva remonta ao século XI, quando a Igreja Católica Apostólica Romana buscou dar a coesão necessária ao mundo medieval com o objetivo de atenuar a "violência social generalizada [que] se acentuava diante da constatação de que o cristianismo deixara de ser uma religião mística e de oferecer uma visão cósmica do mundo capaz de motivar a vida social" (DEL ROIO, 1998, p. 19).

Segundo o autor, "é a ação político-cultural da Igreja com desígnio de estabilizar o feudalismo maduro, atenuando a tensão social, o ponto que simbolicamente demarca a origem do Ocidente atual e sua vontade de domínio" (DEL ROIO, 1998, p. 20). Desta forma, tendo como ponto de partida a necessidade de estabilizar a violência social que assolava aquele século – violência advinda da crise demográfica, ou, se quisermos, explosão populacional – a Igreja de Roma gestou o *Império Universal do Ocidente* e tornou-se a cabeça articuladora da reprodução ideológica[1] na busca de domínio e expansão do Ocidente sobre o Oriente.

Para que possamos entender a viabilidade destas categorias é preciso uma rápida explanação de quais os principais elementos que compuseram a crise da Europa Ocidental Feudal antes do século XI, que levou o Ocidente a buscar dominar terras distantes no Oriente,

[1] Com ideologia queremos dizer um conjunto de signos e significados que constituem a vida cotidiana. Sem o signo não pode haver ideologia. Segundo Volóchinov (2017), "tudo que é ideológico possui uma significação: ele representa e substitui algo encontrado fora dele, ou seja, ele é um signo. *Onde não há signo também há ideologia"* (VOLÓCHINOV, 2017, p. 91). É pontuar que ao contrário é verdadeiro, portanto, se há signo há ideologia. Para existir, todo signo deve ter um corpo material para se ancorar, um símbolo. Assim, por exemplo, a foice e martelo que são elementos do mundo do trabalho se tornaram símbolos cheios de signos e significados.

mais especificamente a busca pela Terra Santa de Jerusalém. É tal crise que fundamentou a necessidade da gestação do *Império Universal do Ocidente*, pois, foi da crise de violência social que nasceu o *Império Universal do Ocidente* e constituiu seus negativos, interno e externo. É importante pontuar que não pretendemos fazer uma reconstituição da história, isto seria inviável para este tipo de esforço. O que buscamos é a articulação das categorias centrais de nosso trabalho e o desenvolvimento e reprodutibilidade das mesmas no decorrer da história.

1.1. A crise da origem alto medievo

Isto posto, tanto na baixa idade média quanto na alta idade média a ocorrência ou não de intemperes influenciava diretamente na vida cotidiana. Uma estiagem muito longa podia fazer com que as colheitas não fossem boas, mas também muita chuva podia causar enchentes e resultar no mesmo denominador, escassez de alimentos. Doenças, com destaque especial para a peste – mas não só – podiam causar drástica redução populacional. Já a não existência destas doenças podia causar aumento significativo do número de habitantes de uma localidade fazendo com que faltasse comida. Por isso, é possível dizer que a taxa de natalidade ou mortalidade estava ligada umbilicalmente com as intemperes naturais.

Fator relevante também para a vida cotidiana eram as invasões de povos que estrangeiros – bárbaros –, vindos do Norte, do Sul ou do Leste. Este também foi um fator determinante que influenciou a taxa de natalidade, positivamente ou negativamente. A própria formação da Europa Ocidental se deu por meio de invasões destes povos bárbaros, sendo alguns destes povos: os Francos, os Alamos, os Ostrogodos, os Vândalos, os Visigodos, os Gauleses, entre outros.

Tais invasões constituíram importantes reconfigurações do Mapa europeu do século V ao século VIII projetando para a história o conjunto de povos que conhecemos hoje como europeus. Isto quer dizer que a formação do "mundo medieval resulta do encontro e fusão destes dois mundos que se interpretam, da convergência das estruturas romanas e das estruturas bárbaras em transformação" (LE GOFF, 2005, p. 33).

Taís invasões potencializaram a desorganização das cidades romanas[2], em especial a partir do século III, sobretudo no que se refere as rotas comerciais. O comércio no interior do Império Romano era feito por meio de troca entre as cidades romanas que, no século em questão, passaram por uma baixa produtividade. Isto explica a fuga de pessoas das cidades para o campo, pois "quando as rotas comerciais cessam de irrigar os centros urbanos, os citadinos são obrigados a refugiar perto da produção" (LE GOFF, 2005, p. 34).

Este ponto é fulcral para o nascimento da vassalagem, a relação social que ordenará o mundo medieval no âmbito ideológico, político e organizativo, já que esta crise comercial levou escassez de alimentos, fazendo com que os ricos fugissem para suas terras e com que os pobres – que já passavam por extrema dificuldade – os seguissem na busca de alimentos. É importante sobre este ponto a afirmação de Le Goff (2005) de que "a desorganização das trocas multiplica a fome e a fome empurra as massas para o campo e as submete à servidão dos grandes proprietários que as alimenta" (LE GOFF, 2005, p. 34).

É a fuga de pessoas da vida urbana para a vida rural que criou o traço marcante da sociedade feudal como sendo o da ruralização da produção. A ruralização da vida imprimiu "à sociedade do Ocidente um traço essencial que permanecerá arraigado nas mentalidades por muito mais tempo do que na realidade material: a compartimentação profissional e social" (LE GOFF, 2005, p. 35). Isto é, com a retração econômica das cidades por conta do desabastecimento e, posteriormente, da fuga de mão de obra foi necessário a implementação da hereditariedade das profissões que permaneceu vigente até a modernidade ocidental.

Isto posto, durante o medievo renegar a sua condição social hereditária – não seguir a profissão do pai – foi considerado um pecado pela a Igreja, tornando a estratificação social daquela sociedade extremamente rígida. Por isso, o ideal social do feudalismo foi o "de uma sociedade de '*manants*', de *manere*, ficar, uma sociedade estratificada, horizontalmente compartimentada"[3] (LE GOFF, 2005, p. 35). Isto quer dizer, uma sociedade com grande rigidez nos estratos sociais.

---

[2] A desorganização não foi causada somente por um fator. Podemos apontar também como fatores doenças como a malária e a varíola, que atingiram as zonas próximas do Mediterrâneo, no Ocidente e Oriente, entre os séculos III e V.

[3] Segundo nota do tradutor José Rivair de Macedo, "o vocábulo latino *manere* expressa a ideia de 'ficar, permanecer'; daí os termos *mansi* ou *mansum* para indicar moradia. A expressão 'manants' designa a situação peculiar das camadas dominadas, obrigadas a permanecer hereditariamente no domínio senhorial. Com efeito, ela se relaciona com *manoir* que, no vocábulo feudal, relaciona-se com a casa senhorial" (LEGOFF, 2005, p. 35). Ainda segundo o dicionário Larousse online, *manant* era o camponês, vilão, habitante de uma vila ou aldeia.

Essa rigidez social e a vassalagem também cumpriram outro papel importante. Serviram como forma de defesa contra as invasões de povos estrangeiros. A vassalagem se constituiu como a forma organizativa daquele mundo. Foi nesta relação de laços hierárquicos entre o suserano e o vassalo que se baseou a constituição do feudalismo.

> Em primeiro lugar, o feudalismo é o conjunto de laços pessoais que unem entre si, hierarquicamente, os membros das camadas dominantes da sociedade. Tais laços apoiam-se numa 'base real': o benefício que o senhor concede ao seu vassalo em troca de um certo número de serviços e de um juramento de fidelidade. Em sentido estrito, o feudalismo é a homenagem e o feudo. (LE GOFF, 2005, p. 84)[4].

Apesar de servir como forma protetiva contra as invasões de povos estrangeiros, a forma de organização feudal não se colocou em oposição ou contradição com estes povos bárbaros. O ideal do feudalismo antes citado permitiu que estes povos pudessem adentrar as estruturas da Europa e com que facilitou a adaptação destes povos as formas jurídicas tradicionais dos territórios que invadiam. Desta forma, foram assimilando e foram assimilados pelos costumes e tradições das regiões que invadiam (LE GOFF, 2005).

Não obstante, apesar da assimilação dos preceitos dos romanos pelos povos bárbaros, as invasões trouxeram problemas graves a essas regiões. Houve intensa luta para que estes povos pudessem se fixar na terra, o que por si só já trazia graves problemas. Contudo, muitas vezes os povos que já jaziam na terra acabavam por migrar com medo dos povos invasores. O saque foi outro elemento comum no encontro entre estes povos, elemento que causava medo e acabava por criar migrações.

Contudo, o principal fator que fazia com que a taxa de mortalidade aumentasse eram as doenças. Estas geralmente vinham com soldados e comerciantes e, por isso, atingiam muito a região do Mediterrâneo, o que não significa que não atingissem o interior da Europa Ocidental. Nestas regiões os surtos de doenças eram comuns naquele período. Entres os séculos III e V, por exemplo, a malária assolou a região do Mediterrâneo. Entre VI ao VIII a varíola e a peste. Esta última doença fez com que a população da Europa Ocidental tivesse o seu menor contingente desde o Alto Império Romano (FRANCO JUNIOR, 2001).

Já, se do século III a primeira metade do século VIII evidencia-se uma série de elementos que acarretaram num baixo contingente na massa de pessoas residentes na Europa, na segunda metade do século VIII, inicia-se uma explosão populacional nestas regiões. São

[4] A Homenagem era a cerimônia onde o vassalo jurava fidelidade ao seu suserano, seu senhor. Le Goff (2005), aponta que os primeiros textos onde a referência a palavra homenagem aparece são do século IX.

vários os fatores que podem ter contribuído para o significativo aumento populacional, sendo que um já apresentamos, os povos que eram tidos como bárbaros passaram aos poucos a serem assimilados. Vejamos alguns outros elementos *en passant*.

É importante acentuar que o próprio recuo populacional causou, contraditoriamente, o aumento populacional. Com a diminuição demográfica dos séculos anteriores, várias áreas antes desmatadas pelos povos antigos puderam florescer. Estas áreas reflorestadas que passaram a ser abundantes, também se tornaram mais cultiváveis (FRANCO JUNIOR, 2001). Com mais áreas cultiveis, também houve maior oferta de alimentos.

O clima também contribuiu para esse aumento. A mudança climática ocorrida no período tornou o tempo mais seco e temperado na Europa Ocidental, o que permitiu a expansão da avicultura e outras culturas. Além disso, o tempo mais seco dificultou a difusão da peste, pois a mesma necessita de tempo úmido para ter maior transmissibilidade (FRANCO JUNIOR, 2001).

Outro fator relevante é o fato de que com o aumento da agricultura, as mulheres passaram a consumir mais ferro. As mulheres tendem a perder muito ferro com a menstruação, lactação e gravidez e, por isso, o seu organismo depende deste mineral mais do que o do homem. Com o desenvolvimento da agricultura no período, o aumento do consumo de carne, peixe, ovos, proteína em geral, houve considerável redução na mortalidade feminina e, também, aumento da fertilidade das mesmas (FRANCO JUNIOR, 2001).

Para termos uma ideia da significativa crise demográfica que a Europa Ocidental sofreria ao se aproximar da chamada Baixa Idade Média, é preciso pontuar que: entre os séculos VII-VIII houve aumento de 10,42% da população; entre os séculos IX-X, 11,38%; no século XI 16,96%; no século XII 34,04%; no século XIII 45,31% (FRANCO JUNIOR, 2001).

Como podemos perceber, o aumento é significativo de século a século. Em 400 anos, do século VII ao X houve aumento de 21,8%. Nos 300 anos posteriores houve aumento de 96,31%. Isto quer dizer que a população da Europa Ocidental cresceu mais de 4 vezes no segundo período analisado do que no primeiro.

Portanto, no século XI houve no Ocidente uma crise demográfica generalizada da qual se buscou aliviar a pressão por meio da expansão de suas terras pertencentes ao Ocidente, dando início as Cruzadas, no ano de 1095. Isto foi feito pela Igreja de Roma por meio constituição de uma ação “política-cultura [...] com o desígnio de estabilizar o feudalismo

maduro" (DEL ROIO, 1998, p. 20). É essa tentativa de estabilização que dará origem a vontade do Ocidente em expandir e dominar todo o mundo, o *Império Universal do Ocidente*.

1.2. A gênese do Império Universal do Ocidente

É importante pontuar que até a Cisma do Oriente, a Cristandade era "bicéfala", ou seja, tinha duas cabeças, o "papa e o Imperador". (LE GOFF, 2005, p.267). A divisão entre uma Igreja do Ocidente e outra no Oriente – a Cisma do Oriente – não foi algo repentino, teve influência de questões político-culturais de regiões com tradições diferentes, apesar de a mesma ser vista até aquele momento como sendo una e indivisível.

Isto quer dizer que existia extrema rivalidade entre o poder do Imperador – temporal e laico – e do pontífice – atemporal e religioso. Contudo, o poder do Imperador de Constantinopla – Igreja do Oriente – foi muitas vezes contestado no Oriente, enquanto a liderança do poder clerical do papado "não foi jamais contestada pela Igreja do Ocidente"[5] (LE GOFF, 2005, p.267).

A ruptura com a Igreja do Oriente, permitiu a Igreja do Ocidente ser a única representante do *Ser-universal* (Deus), e como única representante do divino, a cabeça, dona de todas as coisas do mundo, seja material ou espiritual, ou, segundo Del Roio (1998) após a cisma do Oriente "a Igreja passa então a desejar a supremacia sobre as coisas do mundo, gestando uma teologia racional e indicando como o indivíduo cristão estaria a partir de então comprometido com a vida terrena num grau antes inexistente" (DEL ROIO, 1998, p. 20).

A Igreja de Roma, desta forma, passa a concentrar o poder em suas mãos de uma forma até então inexistente para uma instituição religiosa. O *Dictatus Papae,* de Gregório VII (1073 – 1085), por exemplo, ao tratar dos poderes do pontífice aponta que é o pontífice romano que tem a exclusividade de ser o representante de Deus. É dele o poder de depor imperadores, não pode ser questionado, não pode ser julgado, e não comete erros (DEL ROIO, 1998; LE GOFF, 2005).

A constituição do *Império Universal do Ocidente,* desde sua gênese no século XI até sua entrada na modernidade[6], no século XVII, construiu e reproduziu a noção de *outro* –

[5] Não queremos dizer que o poder do indivíduo papa nunca foi contestado, mas sim que o poder do papado, a instituição, nunca foi contestada. Pelo menos até a modernidade capitalista.

[6] Del Roio compreende a entrada da modernidade como sendo no século XVII e como partimos essencialmente de sua leitura para análise do *Império Universal do Ocidente* e dos outros negativos também partimos deste mesmo pressuposto.

interno e externo ao Ocidente – por meio da justificativa divina. Aquele que não estivesse ao lado da Igreja do Ocidente não poderia ser considerado Católico (LE GOFF, 2005), portanto, a justificativa divina se deu em grande medida na busca em demonizar aqueles que estão fora dos padrões estabelecidos pelos dogmas Igreja, ou seja, de um mundo onde aqueles que seguiam os desígnios da Igreja estavam ao lado de Deus e aqueles que não os seguiam, ou estavam fora da ordem estabelecida pela sua doutrina, seja internamente ou externamente. Portando, na visão da Igreja, estavam do lado do Demônio[7].

O *Império Universal do Ocidente* é, portanto, a vontade de domínio e expansão de um tipo específico de racionalidade ocidental sobre o mundo. Um conjunto de signos e significados que organizam a vida social do indivíduo tornando sua consciência parte de um coletivo. A formação ideológica se dá em uma

> cadeia ideológica que se estende entre consciências individuais, unindo-as, pois o signo surge apenas no processo de interação *entre* consciências sociais individuais [...] Uma consciência só passa a existir como tal na medida em que preenchida pelo conteúdo ideológico, isto é, pelos signos, portanto apenas no processo de interação social (VOLOCHINOV, 2017, p. 97)[8].

No feudalismo esse tipo de reprodução ideológica pertenceu e respondeu as necessidades da Igreja de Roma. Foi a Igreja a cabeça do *Império Universal do Ocidente* e sua vontade de domínio sobre o mundo até então conhecido. Este desejo sobre todas as coisas do mundo faz com que a vontade de expansão e domínio de terra alhures esteja sempre presente no Ocidente. Adiantamos que tal vontade de expansão e domínio não cessou com o fim do feudalismo, mas se deslocou para uma racionalidade laica desencantada – abandonou o divino – quando entrou na modernidade, apesar de manter sua pretensão de expansão e domínio, como logo veremos.

Desse modo, essa forma reprodutora do ocidente se desenvolveu na história[9] traduzindo-se de acordo com a mudança no modo de produção, atingindo até os dias atuais. Isto quer dizer que, se no modo de produção feudal a Igreja e seus dogmas criaram e

[7] Os movimentos heréticos, que atravessaram o feudalismo são expressão disto.
[8] É importante pontuar que apesar de termos muitos acordos com Volóchinov e sua obra "Marxismo e filosofia da linguagem", discordamos do fato de que a estrutura econômica não o fundamental para a elevação do complexo da ideologia. Com estrutura econômica queremos dizer o modo de produção, ou a relação entre base e superestrutura.
[9] Para um maior aprofundamento na construção e do desenvolvimento do *Império Universal do Ocidente* e seus negativos do feudalismo até a modernidade atual ler: O império universal e seus antípodas: a ocidentalização do mundo (Del Roio 1998).

reproduziram a ideologia do período, quando há a transição para o modo de produção capitalista, outro elemento passa a ser a cabeça do *Império Universal do Ocidente* e, assim, a reproduzir ideologicamente a visão de mundo, ou, a própria ideologia. Este elemento no capitalismo é o liberalismo, que passará a cumprir o de mantenedor e reprodutor ideológico expansionista.

1.3. A construção do outro negativo interno e o outro negativo externo

Para que pudesse concretizar tal objetivo - a constituição do *Império Universal do Ocidente* - foi preciso manter a coesão ideológica interna e, assim, garantir o consenso da necessidade de expansão a territórios alhures. É com esse intento - coesão ideológica interna e expansão a outros territórios - que a Igreja de Roma gestou duas categorias negativas, isto é, duas categorias vistas como inferiores em relação ao seu dogma, sendo estes: o *outro negativo interno*; e *o outro negativo externo.*

A primeira categoria, o *outro negativo interno*, são os grupos internos ao ocidente que deveriam ser "submetidos até o extermínio ou resignação, e ao qual por definição, é negado seu autônomo protagonismo sócio-histórico" (DEL ROIO, 1998, p. 10). Tal categoria pode ser identificada na história – dependendo do modo de produção no qual estiver inserido – como as mulheres, os homossexuais, os negros, os judeus, os leprosos, os servos, os escravos. Contudo, no capitalismo é o proletariado que por ser alijado da possibilidade de reproduzir sua vida fora das relações de produção capitalista e ter seu trabalho alienado é o *outro negativo externo* do ocidente *per excellence*[10].

Durante o feudalismo, a justificativa[11] para tornar inferior tais grupos subalternizados internamente foi a questão divina. A mulher, por exemplo, teve seu protagonismo histórico negado e reprimido pois os cultos celtas reverenciavam a feminilidade e a sexualidade feminina e, consequentemente, foi preciso que acabasse com tal perspectiva atrelando-as a bruxaria, ou, ao Diabo. Para isto, a Igreja criou um contraponto, uma virgem, pura e santa, que foi agraciada por Deus para receber seu filho, Jesus (DEL ROIO, 1998).

[10] Não estamos apontando que não existem grupos oprimidos no capitalismo. O que pontuamos como outro negativo interno é a impossibilidade da burguesia em libertar o proletariado do mundo do trabalho estranhado, pois a burguesia pode dialogar com todas as formas de opressão, mas não pode falar em fim da propriedade privada dos meios sociais de produção sem apontar a sua própria destruição enquanto classe.

[11] Sobre os dois exemplos que apresentaremos, mulher e negros, entendemos que não são estes os únicos motivos de sua inferiorização, sendo uma relação mais complexa a questão do racismo e do machismo. Aqui apresentaremos apenas um ou dois elementos que apontam a justificativa no divino para a inferiorização destes *outros*.

Outro caso interessante de inferiorização é a dos negros, que eram vistos como *sem alma* e muitas vezes em paralelo a maldição de Cam, filho de Noé que teria visto seu pai em condições degradantes - nu e bêbado - e contado aos seus irmãos. Cam, em tal interpretação bíblica, deveria ser dominado por seu irmão Sem, que teria dado origem ao povo Hebreu, enquanto Cam daria origem ao povo de Canaã e aos povos da África.

> Ele havia abençoado os filhos respeitadores [Sem e Jafet] porque eles se apressaram para junto de seu leito, logo que Cam lhes falara do caso e, desviando o olhar, cobriram a nudez do velho pai. Agora Cam teria de se afastar, enquanto Sem, o mais velho, era escolhido para ser o predecessor de um grupo étnico do qual viram os hebreus, os semitas. O segundo irmão, Jafet, seria progenitor de outra raça da qual viriam os *goiym*, os gentios. Cam seria a semente do povo de Canaã, com exceção dos Israelitas, que estavam predestinados a conquistar todos os outros, e pai também dos povos negros da África. O Egito seria conhecido como 'a terra de Cam' (OURSLER, 1956, p. 34-35).

Ambos, mulheres e negros, foram inferiorizados e subjugados por meio da justificativa de um mundo encantado, onde a representação do divino aparece como mediador para resolução de problemas internos do ocidente. Aqui também poderíamos dizer dos Judeus, o povo que deixou Jesus morrer na cruz; os homossexuais, com a justificativa do livro bíblico de Levítico, entre outros.

Se a primeira categoria, o *outro negativo interno*, foi uma figuração de elementos internos do ocidente, a segunda categoria, *o outro negativo externo*, se configura como "o mundo natural e grupos socioculturais alheios ou oponentes, que tem sua externalidade definida pela religião, pela forma de organização do poder ou pela racialização [...] do qual se deveria defender e depois dominar" (DEL ROIO, 1998, p. 10). O *outro negativo externo* se configura como um oriente subalternizado, ou, um antípoda e adversário do projeto de ocidentalização do mundo. São povos que se tornaram negativos frente ao processo de expansão e ocidentalização do mundo.

A construção dessa categoria, *outro negativo externo,* teve dois propósitos umbilicalmente ligados: o primeiro foi o de construir através de uma refração da realidade[12], dois polos distintos, ou, a ideia de ocidente e de oriente. O ocidente foi e ainda é caracterizado

[12] Dizemos que o *outro negativo externo,* mas também o *outro negativo interno*, é um signo objetivado em determinado objeto, portanto, ideológico. Tal asserção parte de Volóchinov que diz que: "Os signos também são objetos únicos e materiais e, como acabamos de ver, qualquer objeto da natureza, da tecnologia ou de consumo pode se tornar um signo. Neste caso, porém, ele irá adquirir uma significação que ultrapassa os limites da sua existência particular. O signo não é somente uma parte da realidade, mas também reflete e refrata uma outra realidade, sendo por isso mesmo capaz de distorcê-la, ser-lhe fiel, percebê-la de um ponto de vista específico e assim por diante. (VOLÓCHINOV, 2017, p. 93).

como o polo positivo, ou seja, é identificado como o que está ao lado de Deus, o que luta pelo bem, o esclarecido, o democrático, entre outros. Ao oriente foi atribuído características de um polo negativo, ou seja, daqueles que estão ao lado do demônio, os que são do mal, os que permanecem nas trevas, o mundo despótico, o mundo totalitário. O segundo propósito foi o de subjugar esses povos tidos como inferiores e negativos e assim expandir-se para esses locais no oriente, muitas vezes destruindo sua sociabilidade.

Apontamos que o *outro negativo externo* surgiu com as Cruzadas[13][14]. Segundo Del Roio (1998), para aliviar a pressão demográfica – apresentada anteriormente –,

> O ocidente sente a necessidade de se expandir para controlar o medo do colapso interno, contornando a pressão demográfica. Para tal, inventa um Oriente como imagem absolutizada do *outro* negativo, no próprio limite da negação da vida e da cultura. A invenção do *outro* negativo externo cumpriu um papel decisivo na reconfiguração da identidade do Ocidente e como desafogo da violência social interna. (DEL ROIO, 1998, p. 26-27)

É no árabe, mais especificamente o árabe muçulmano, que a configuração de um Oriente a ser combatido e eliminado passa a ser representada. Portanto, é nele que o material sígnico – ideológico – ocidental constrói a noção de *outro negativo externo* a partir do século XI. Visto como infiel, bárbaro, foi o bode expiatório da crise ocidental, que os representantes de Deus na terra tinham a missão de combater.

É com a perspectiva de representante único do S*er-universal* que o Papa Urbano II, no concílio de Clemort, no ano de 1095, "deu início ao ataque de direto ao Oriente, com fito de conquistar Jerusalém" (DEL ROIO, 1998, p. 20), ou seja, conclamou a primeira Cruzada. Vejamos um fragmento do discurso do pontífice Urbano II no concílio de 1095:

> Após ter prometido a mante a paz em suas terras e ajudar fielmente a igreja a conservar seus direitos, vocês poderão ser recompensados empregando sua coragem noutro empreendimento. Trata-se de um negócio de Deus. É preciso que sem demora vocês partam em socorro de seus irmãos do Oriente, que várias vezes já pediram sua ajuda. Como a maior parte de vocês já sabe,

[13] É importante pontuar que segundo Hilário Franco Júnior (1982), "Cruzada. Esta palavra, como outras do vocabulário do historiador (feudalismo, mercantilismo, etc.) não era conhecida no momento histórico para o qual empregamos. De fato, o termo aparece, e de forma muito esporádica, apenas em meados do século XIII, quando aquele fenômeno histórico já perdia força. Os textos medievais falam geralmente em 'peregrinação', 'guerra santa', 'expedição da Cruz', e 'passagem'. A expressão 'Cruzada', quando surgiu, deriva do fato de seus participantes considerarem-se "soldados de Cristo', 'marcados pelo sinal da cruz', e por isso bordarem uma cruz na sua roupa" (FRANCO JÚNIOR, 1982, página 7).

[14] Para uma maior compreensão do que foram as Cruzadas ler: "As Cruzadas" (Hilário Franco JÚNIOR., 1982, Coleção Tudo é História); "As Cruzadas vistas pelos árabes" (Amin Maalouf, 2007, Editora Brasiliense). Destaque especial para o segundo livro indicado, pois nele vemos as atrocidades que o Ocidente Cristão cometeu em terras árabes.

> os turcos invadiram aquela região; muitos cristãos caíram sob seus golpes, muitos foram escravizados. Os turcos destroem as igrejas, saqueiam o reino de Deus. Por isso, eu os exorto e suplico – e não sou eu quem os exorta, mas o próprio Senhor – a socorrer os cristãos e a levar aquele povo para bem longe de nossas terras.
>
> A todos os que partirem e morrerem no caminho combatendo os pagãos, será concedida a remissão dos pecados. Que combatam os infiéis os que até agora se dedicam a guerras privadas, com grande prejuízo dos fiéis. Que seja doravante cavaleiros de Cristo os que não eram senão bandoleiros. Que lutam agora contra os bárbaros os que se batiam contra seus irmãos e seus pais. Que recebam recompensas eternas os que até então lutavam por ganhos miseráveis. Que tenham uma dupla recompensa os que esgotam em detrimento do corpo e da alma. A terra que habitam é estreita e miserável, mas o território sagrado do Oriente há extensões de onde jorram leite e mel (URBANO II *Apud* FRANCO JÚNIOR, 1982, p. 26-27).

É preciso refletir um pouco sobre a longa citação para entender qual o sentido do poder universal que a Igreja passou a desejar. O Primeiro elemento que encontramos é o fato de que o período anterior foi um período de conflitos internos no Ocidente, vemos a situação em que se encontrava os ocidentais, anteriormente neste texto. Mas o que chama atenção no discurso de Urbano II é o fato de que é por meio da voz do pontífice que Deus conclama os guerreiros ocidentais a irem até o Oriente e reconquistarem a Terra Santa de Jerusalém. Na visão da Igreja, todos os habitantes devem ser mortos pois são – antes de tudo – infiéis, e assim, compactuados com o mal.

Para aqueles que vão lutar nesta guerra não importa qual é o pecado, pois mesmo um bandoleiro - um assaltante/ bandido –, um pecador, algum senhor feudal que lute contra outro, seja seu pai ou irmão, todos podem ter a remissão dos pecados caso matem os pagãos, infiéis e bárbaros do Oriente.

Percebemos assim, que, na visão da Igreja de Roma, o Oriente está em contraste com o Ocidente. Na visão da Igreja, a Terra Santa estava cheia de pagãos e infiéis, o que significava para o *Império Universal do Ocidente*, cheia de pessoas que estavam do lado do demônio, ao lado do mal. Este é o *outro negativo externo* a ser combatido até a aniquilação do feudalismo.

1.4. O Império Universal do Ocidente na modernidade capitalista

Como vimos anteriormente, a construção do outro negativo externo teve como fundamento a configuração de um mundo dual, Ocidente e Oriente. Essa configuração não deixou de existir quando as Cruzadas cessaram no final do século XV. Nem mesmo quando o

feudalismo entrou em declínio e a sociedade burguesa começou a emergir. A dualidade que inferiorizou o Oriente ganhou um novo contorno, o de razão científica. O mesmo vale para o outro negativo interno: negros, mulheres, homossexuais. Estes passaram a serem considerados inferiores por razões científicas.

Se como vimos, no feudalismo o Oriente era a terra de pessoas infiéis, e esses infiéis eram o mal a serem extirpados da Terra Santa, após a virada para a modernidade o "oriental é irracional, depravado, infantil, 'diferente' [enquanto] o europeu é racional, virtuoso, maduro, 'normal'" (SAID, 2007, p. 73). E para ser coerente com os tempos modernos, uma ciência é criada para ganhar a legitimidade necessária da continuação do *outro negativo externo*, o Orientalismo[15].

Desta forma, a reconstrução do Oriente inferiorizado não cessou, mas manteve a construção da dualidade, onde o Ocidente se reconhece a partir da definição de um outro. Portanto, o Orientalismo[16], um conjunto de literatura cientifica ou romântica[17] que tratava do como é e do que se trata o Oriente e os orientais, seu modo de vida e seus costumes, "é uma parte integrante da civilização e da cultura *material* européia" (SAID, 2007, p. 28).

Essas formas de conhecimentos pseudocientíficos[18] serviram para manter a subjugação do Oriente subalternizado, mas, como afirma Said (2007), "O Orientalismo [...] não é uma visionária fantasia europeia sobre o oriente, mas um corpo elaborado de teoria e prática em que por muitas gerações, tem se feito um considerável investimento" (SAID, 2007, p. 33).

---

[15] Para compreender como nasceu e se desenvolveu a disciplina e a literatura que Edward Said chama de Orientalismo ler: "Orientalismo": o oriente como invenção do Ocidente (EDWARD SAID, 2007, Editora Companhia das Letras).

[16] Podemos apontar que o Orientalismo é uma forma de *Império Universal do Ocidente*, mas enquanto para Del Roio o Império vem se gestando desde o Século XI, para Said o Orientalismo se principiou com a "invasão napoleônica do Egito em 1798" (SAID, 2007, p. 76).

[17] Por exemplo, em A volta ao mundo em oitenta dias, de Júlio Verne. Passepartout – o empregado francês de Phileas Fogg – ao ver uma procissão na Índia para Deusa Kali, não conseguiu acreditar que a mesma era Deusa do amor e da morte, pois para ele, a mulher Deusa parecia malvada. A procissão era um *Sutty*, onde os brâmanes iam sacrificar "uma mulher jovem e branca, como uma europeia", pois seu marido, um príncipe, havia falecido. Ao se dar conta do que significava a procissão Phileas Fogg diz: "Esses bárbaros costumes resistem na Índia? Os Ingleses não foram capazes de destruí-los" (VERNE, 2019, p. 95). É possível apontar que a Volta ao mundo em oitenta dias é uma alegoria a grande extensão do colonialismo Europeu. Sobre Júlio Verne, Said (2007) aponta que o mesmo foi convidado pelo Governo Britânico para ajudar a construir uma ferrovia da Argélia ao Senegal, contudo, não achamos mais referências a este fato em nenhum outro lugar.

[18] Caso notório é a Declaração Baulfort de 1917 que foi base jurídica para ocupação Sionista da Palestina, e formação do Estado de Israel. Tal declaração não levou em conta os desejos e aspirações dos povos que viviam na Palestina.

Esse corpo de ideias elaboradas se mantém sempre no que este autor chamou de "*posição* de *superioridade flexível*", isto é, um sistema sígnico onde o ocidente sempre aparece em "uma série de relações com o Oriente sem jamais lhe tirar o relativo domínio" (SAID, 2007, p. 34). Assim, podemos dizer que o Orientalismo reflete e ao mesmo tempo refrata uma determinada realidade material.

Por isso, não devemos tratar como dados da natureza, ou melhor, como relações naturais, as diferenças entre o que se convencionou chamar de Oriente e Ocidente, pois as "noções de 'Oriente' e 'Ocidente' são objetivamente reais ainda que quando analisadas, demonstrem ser nada mais que convencional, isto é, 'histórico-cultural" (GRAMSCI, 2014, p. 137).

Isso significa que tais noções existem materialmente expressando diferenças culturais e geográficas, mas só existem porque expressam um produto de relações sociais entre seres sociais, não existindo sem a ação dos homens.

> É evidente que Leste e Oeste são construções arbitrárias, convencionais, isto é, históricas, já que fora da história real qualquer ponto da terra é simultaneamente Leste e Oeste. Isto pode ser visto mais claramente pelo fato de que estes termos se cristalizam, não a partir do ponto de vista de um hipotético e melancólico homem em geral, mas do ponto de vista das classes cultas europeias, que através de sua hegemonia mundial, fizeram com que fossem aceitos por toda a parte (GRAMSCI, 2014, p. 137).

Durante o feudalismo, como vimos, e parte da modernidade ainda nascente, o *Império Universal do Ocidente* subjugou o *outro negativo*, sendo ele interno ou externo, mediante a justificativa divina. A mulher aparece como inferior porque é aquela que fez Adão cometer o pecado e punida a sangrar todos os meses e atrelada ao demônio por meio da acusação de bruxaria. Os Judeus foram inferiorizados porque são considerados o povo Deicida. O negro porque não tem alma e descendente de Cam, filho amaldiçoado de Noé. O Oriente porque é uma terra exótica, cheia de demônios, a terra onde habita o mal.

Todavia, na modernidade capitalista e com o desencantamento do mundo, o discurso que constrói os outros negativos – interno e externo – necessitou ser realocado de acordo com o próprio desenvolvimento das forças produtivas. O homem passa cada vez mais quebrar as amarras da sociedade feudal, e, assim, aparece como o sujeito da ética puritana, ou ética protestante ascética do trabalho. Tais fenômenos colocam transformações que Max Weber chamou desencantamento do mundo:

> O desencantamento do mundo: a eliminação da magia como meio de salvação, não foi realizado na piedade católica com as mesmas consequências que na religiosidade puritana (e. antes dela, somente na judaica). O católico tinha à sua disposição a *graça sacramental* de sua Igreja como meio de compensar a própria insuficiência: o padre era um mago que operava o milagre da transubstanciação e em cujas mãos estava depositado o poder das chaves. Podia-se recorrer a ele em arrependimento e penitência, que ele ministrava expiação, esperança da graça, certeza do perdão e dessa forma ensejava a descarga daquela tensão enorme, na qual era destino inescapável e implacável do calvinista viver. Para este não havia consolações amigáveis e humanas, nem lhe era dado esperar reparar momentos de fraqueza e leviandade com redobrada boa vontade em outras horas, como o católico e também o luterano [...] E só uma vida regida pela reflexão constante podia ser considerada superação do *status naturalis*: foi com essa reinterpretação ética que os puritanos contemporâneos de Descartes adotaram o *cogito ergo sum* (WEBER, 2004, p. 106-107).

Como a citação acima demonstra, cada vez mais se gestava uma racionalidade laica e voltada para o indivíduo, que tinha sua base assentada em "uma nova racionalidade, definida pelo individualismo proprietário e pela autonomização da dimensão econômica, tornada o âmbito fundamental da sociabilidade" (DEL ROIO, 1998, p.69). Assim, na modernidade, a força de trabalho cada vez mais se desvincula do mundo da natureza e do mundo simbólico e "a invenção de um outro interno negativo do ocidente se concentram na inferiorização do trabalho manual" (DEL ROIO, 1998, p. 75).

A partir daquele momento, o Oriente é reconstruído como o mundo despótico. Segundo Del Roio (1998), "o que unifica a representação política do Oriente, gerada pela modernidade capitalista do Ocidente é a noção de despotismo, a chave a partir da qual todo o Oriente deve ser a um tempo conhecido, temido, inferiorizado e conquistado" (DEL ROIO, 1998, p. 82).

Essa reconfiguração do *outro negativo externo* do Ocidente se dá dentro da gestação e das transformações que o ocidente sofria, era o próprio desenvolvimento das relações capitalistas de produção que mudaram a forma que *Império Universal do Ocidente* se reproduziu a partir de então. Pois, se antes a expansão desta forma de reprodução ocidental estava ligada ao modo de produção feudal e a doutrina da Igreja, justificada no místico e no sobrenatural, após o emergir da modernidade capitalista tal reprodução estará umbilicalmente ligada ao processo de exploração do trabalho e, assim, da produção, extração da mais-valia e do lucro.

Em uma síntese muito bem elaborada – que carrega ao mesmo tempo um caráter de exaltação e crítica ao capitalismo – Marx e Engels (2010) nos esclarecem que com a

destruição das bases feudais, o centro da luta político-econômico-social passa a ser agora entre a burguesia e o proletariado enquanto classe. Por isso afirmaram que a sociedade se divide cada vez mais em dois campos opostos, a burguesia de um lado e o proletariado de outro.

As relações tradicionais do feudalismo foram sendo destruídas pela nova forma de conceber o mundo que a burguesia foi impondo. Por isso, é importante ter em mente que "onde quer que tenha conquistado o poder, a burguesia destruiu as relações feudais, patriarcais e idílicas" (MARX, 2010, p. 42).

Com o advento do capitalismo, a classe dos capitalistas necessitou destruir a forma reprodutora do *Império Universal do Ocidente* que vigorava no feudalismo e desencantar o mundo, já que a justificativa divina não respondia mais as necessidades da nova formação sócio histórica. Entretanto, ao mesmo tempo em que a burguesia destruiu a forma do *Império Universal do Ocidente* do feudalismo, ela o reconstruiu sob seus desígnios, pois ela é perpetuamente "impelida pela necessidade de mercados sempre novos, a burguesia invade todo o globo terrestre. Necessita estabelecer-se em toda parte, explorar em toda parte, criar vínculos em toda parte" (MARX, 2010, p. 43).

A grande diferença entre a forma do *Império Universal do Ocidente* que se estabeleceu no feudalismo e a forma que irá se reproduzir no capitalismo é que a primeira age principalmente pelas forças extra econômicas - militar, política e jurídica, já a segunda aos poucos vai deixando as forças extra econômicas para o segundo plano e tornando-se cada vez mais dependente do mercado mundial e, ao mesmo tempo, tomando conta de todos os aspectos da vida material dos indivíduos.

Marx e Engels já percebiam no século XVIII a vontade de o capitalismo se expandir cada vez mais e mais, destruindo e reconstruindo necessidades:

> Pela exploração do mercado mundial, a burguesia imprime um caráter cosmopolita à produção e ao consumo em todos os países. Para desespero dos reacionários, ela roubou a indústria de base nacional. As velhas indústrias nacionais foram destruídas e continuam a ser destruídas diariamente. São suplantadas por novas indústrias, cuja introdução se torna uma questão vital para todas as nações civilizadas – indústrias que já não empregam matérias-primas nacionais, mas sim matérias primas vindas das regiões mais distantes, e cujos produtos se consomem não somente no próprio país, mas em todas as partes do mundo. Ao invés das antigas necessidades, satisfeitas pelos produtos nacionais, surgem novas demandas, que reclamam para sua satisfação os produtos das regiões mais longínquas e de clima os mais diversos. No lugar do antigo isolamento de regiões e

> nações autossuficientes, desenvolvem-se um intercâmbio universal e uma universal independência das nações. E isso se refere tanto a produção material como à produção intelectual. As criações intelectuais de uma nação tornam-se patrimônio comum. A estreiteza e unilateralidade nacionais torna-se cada vez mais impossíveis; das numerosas literaturas nacionais e locais nasce uma literatura universal (MARX, 2010, p. 43).

A sagacidade de Marx foi perceber que a produção de mercadorias que passará ao primeiro plano na sociedade "em que domina o modo de produção capitalista" (MARX, 2013. b). A riqueza nesta sociedade se apresenta como uma enorme coleção de mercadorias aparece como relação fetichizada entre produtos do trabalho humano, escondendo uma relação real entre seres humanos.

A forma do *Império Universal do Ocidente*, já continha, mesmo que apenas em potência, a forma Imperialista que Lenin descreveu em seu livro *Imperialismo, estágio superior do capitalismo*. Esta etapa do capitalismo teve início nas duas ou três últimas décadas do século XIX. Lenin percebeu na concentração dos monopólios a forma mais avançada do desenvolvimento capitalista e que essa é impulsionada pelo capital financeiro, tornando-se fator decisivo no capitalismo. Na fase do capitalismo monopolista, o capital bancário subjugou o capital industrial e comercial ao mesmo tempo, tornando-se uma amalgama com estes últimos produzindo, assim, o capital financeiro.

> Quanto à estreita relação existente entre os bancos e a indústria, é precisamente nesta esfera que se manifesta, talvez com mais evidência do que em qualquer outro lado, o novo papel dos bancos. Se o banco desconta as letras de câmbio de um empresário, abre-lhes conta corrente etc., essas operações, consideradas isoladamente, não diminuem em nada a independência do referido empresário, e o banco não passa de um modesto intermediário. Mas, se essas operações se tornam cada vez mais frequentes e mais sólidas, se o banco 'reúne' em suas mãos capitais imensos, se as contas correntes de uma empresa permitem ao banco – e é assim que acontece – conhecer, de modo cada vez mais pormenorizado e completo, a situação de seu cliente, o resultado é uma dependência cada vez mais completa do capitalista industrial em relação ao banco (LENIN, 2012, p. 68).

Lenin aponta que: "O século XX assinala, pois, o ponto de viragem do velho capitalismo para o novo, da dominação do capital em geral para a dominação do capital financeiro" (LENIN, 2012, p.74), ou seja, o capital financeiro tomou conta do mundo, refazendo o *Império Universal do Ocidente* a sua imagem e semelhança, pois estes capitais foram tomando formas internacionais, se fundindo e ao mesmo tempo partilhando o mundo em colônias.

> Desse modo, o capitalismo monopolista abrange o aumento de organizações monopolistas no seio de cada país capitalista, a internacionalização do capital, a da divisão internacional trabalho, o imperialismo, o mercado mundial e o movimento mundial do capital, bem como as mudanças na estrutura do poder estatal (BRAVERMAM, 2011, p. 216)

O capitalismo só passou a fase do Imperialismo quando atingiu um grau muito elevado de desenvolvimento, isto é, quando a própria concorrência entre capitalistas os levou necessariamente ao monopólio para se protegerem de outros capitalistas e maximizarem seus lucros, e estes, posteriormente, passaram a partilhar o mundo entre os trustes, cartéis e sindicatos da burguesia.

Lenin aponta ainda que Kautsky, com sua noção de ultra imperialismo, "estimulam, entre outras coisas, a ideia profundamente errada [...] de que a dominação do capital financeiro *atenua* a desigualdade e as contradições da economia mundial, quando na realidade, as *acirra"* (LENIN, 2012, p. 123). Tanto é verdade a afirmação de Lenin que esse quadro de coisas levou às guerras como a Hispano Americana (1898), a Primeira Guerra Mundial (1914-1918) e, posteriormente, 21 anos após o término da primeira ocorreu a Segunda Guerra Mundial (1939-1945). As guerras evidenciaram que no capitalismo o papel preponderante de coação e exploração são os das formas econômica, mas, ao mesmo tempo, não é descartada as formas de coerção e coação extra econômicas. Aliás, segundo Ellen Wood (2014):

> O que torna a dominação de classe, ou o imperialismo, especificamente *capitalista* é a predominância da coerção econômica, que se distingue da coerção 'extraeconômica' – política, militar ou judicial – direta. Ainda assim, isso não quer dizer, de forma alguma, que o imperialismo capitalista possa abrir mão da força extraeconômica. [...] A força extraeconômica é claramente essencial para a manutenção da coerção econômica em si (WOOD, 2014, p. 17)).

Diferente do feudalismo, no capitalismo o poder econômico tem certa autonomia das outras formas de poder, como o político ou o militar, mas como dissemos anteriormente, não é porque existe essa separação que eles não atuam de forma conjunta. É importante frisar que o mercado nesta sociedade tem o poder de subjugar as outras formas de poder colocando-as sob suas necessidades, pois "somente no capitalismo 'o mercado' tem uma força própria, que impõe a todos, capitalistas e trabalhadores, certos requisitos sistêmicos impessoais de concorrência, acumulação e maximização dos lucros" (WOOD, 2014, p. 22).

Sobre o capitalismo, mais especificamente na era dos monopólios, o *Império Universal do Ocidente* torna o indivíduo[19] depende do mercado para satisfazer suas necessidades, fincando raízes em todas as suas necessidades básicas. Por isso, é somente na era monopolista que "o modo capitalista de produção recebe a totalidade do indivíduo, da família e das necessidades sociais e, ao subordiná-los ao mercado, também os remodela para servirem ao às necessidades do capital" (BRAVERMAM, 2011, p.231).

O indivíduo e todas as suas esferas de satisfações, não importando se são da imaginação, do corpo, trabalho ou descanso, entre outros, estão relacionadas ao mercado. O mercado é uma forma bem anterior ao capitalismo e esteve presente em outras formas de imperialismos pretéritos, como o romano, o chinês, o português, o espanhol, entre outros, mas é somente no capitalismo é que ele passa a regular a vida e a sobrevivência das pessoas.

Desta forma, podemos dizer que a necessidade de expansão do *Império Universal do Ocidente* sob o capitalismo da era monopolista passa cada vez mais a dominar todos os aspectos da vida. Se Weber, como vimos anteriormente, apresenta que com a ética protestante, ou seja, com a ética liberal, houve um desencantamento do mundo, agora o *Império Universal do Ocidente* vai fetichizando e reificando as relações entre indivíduos estendendo-se por todas as vias de sua vida material, tornando o indivíduo sempre mais dependente do mercado.

Mas, diferente do indivíduo, o *outro negativo interno* torna-se o centro da fetichização da vida material, sendo assim, é a sua relação de trabalho que é explorada, é produto do seu trabalho que é alienado a outro. Isto quer dizer que a sua forma de sobrevivência é negar a si mesmo, vendendo a si como mercadoria no mercado de trabalho. Seu produto do trabalho ganha vida quase que de forma mágica no mercado.

> O misterioso da forma mercadoria consiste, portanto, simplesmente no fato de que ela reflete as características sociais do seu próprio trabalho como características objetivas dos próprios produtos de trabalho, como propriedade naturais sociais dessas coisas e, por isso, também reflete a relação social dos produtores com o trabalho total como uma relação social existente fora deles, entre objetos [...] Não é mais nada que determinada que relação social entre os próprios homens que para eles aqui assume a forma fantasmagórica de uma relação entre coisas (MARX, 2013. b).

[19] Esse indivíduo é policlassista visto que tanto o proletariado como o burguês necessitam do mercado para sobreviver, seja para necessidades do corpo ou da alma.

Como citado anteriormente, embasados em Del Roio (1998), esse *outro* é aquele que tem seu protagonismo negado. Aquele que é impedido pelas forças sociais de se libertar desta fetichização e ao mesmo tempo tem sua consciência reificada. Essa forma mercantil que reifica a consciência do trabalhador não é apenas uma questão quantitativa, mas sim qualitativamente diferente do que se viu em modos de produção anteriores ao capitalismo. Por isso,

> A diferença entre uma sociedade em que a forma mercantil é dominante, que influencia decisivamente todas as manifestações da vida, e uma sociedade em que ela aparece apenas episodicamente é, antes, uma diferença qualitativa. Pois o conjunto dos fenômenos, subjetivos e objetivos, das sociedades em questão adquire, de acordo com essa diferença, formas de objetividade qualitativamente diferentes (LUKÁCS, 2003, p. 195).

Sob o capitalismo os produtores diretos da vida material são confrontados diretamente pela sua atividade produtora, que os domina através de leis próprias, tornando tanto sua atividade produtora, quanto o produto do seu trabalho estranhos a eles. Esses seres humanos são coisificados, tornados mercadorias, pois para sobreviverem necessitam venderem-se no mercado, assim como seus produtos produzidos por seu trabalho. Esse *outro negativo interno* é tornado cálculo de números e tempo, uma verdadeira coisa.

Como apontamos anteriormente, a modernidade capitalista desencantou o mundo, o racionalizou, tirou o poder dos padres e feiticeiros, e, desta forma, também quebrou as amarras produtivas do feudalismo, tornou escravos em homens livres. Entretanto, ao mesmo tempo em que igualou os homens em direitos, acabando com senhores, servos e escravos, aprisionou outros como mercadoria, os colocaram na condição do trabalho perpétuo. Essa forma de divisão social veio "substituir por relações racionalmente reificadas as relações originais em que eram mais transparentes as relações humanas" (LUKÁCS, 2003, p.207).

O *Império Universal do Ocidente* ao ser reconstruído pelo capitalismo como racionalidade laica, mas pautado no indivíduo proprietário subjugou todos os indivíduos colocando as satisfações de suas necessidades atreladas ao mercado, entretanto, somente uma parte destes indivíduos, os produtores da vida material ou o proletariado, foram rebaixados ao nível de mercadoria – de coisas – e desta forma, foram realocados como *outro negativo interno*. Do ponto de vista do *outro negativo externo*, o Ocidente o reconstruiu a partir da

noção de autoritário, despótico, antidemocrático, irracional, não civilizado, a justificativa para se expandir e dominar.

Portanto, se durante o feudalismo a cabeça articuladora do *Império Universal do Ocidente* foi a Igreja de Roma. Na modernidade, quando as amarras do mundo feudal são destruídas passa a ser o Estado a expressar a vontade de domínio. O colonialismo Europeu, pautado na inferioridade de povos foi a expressão desta necessidade que o capital tem de buscar novos mercados para que se expanda cada vez mais. É o Estado Nacional que cumprirá o papel de reprodutor do *Império Universal do Ocidente.* A maior expansão territorial que um único império já atingiu foi a do Império Britânico, com a extensão de 36.000.000 km², com a duração de 390 anos (1526-1971). No ocidente o segundo lugar foi do Império Espanhol com a extensão de 19.400.000 km², com duração de 480 anos (1492-1975); e o terceiro do Império francês com 12.600.000km², com duração de 360 anos (1605-1972) (SMITH, 2008).

É importante apontar que na era do Imperialismo, o mundo foi partilhado entre as principais potências Europeias – com destaque especial para Inglaterra, França, Alemanha e Itália – mais os Estados Unidos da América (EUA). Assim,

> O traço característico do período em questão é a partilha definitiva do planeta, definitiva não no sentido de ser impossível *reparti-lo de novo* – ao contrário, novas partilhas são possíveis e inevitáveis –, mas no sentido de que a política colonial dos países capitalistas *já completou* a conquista de todas as terras não ocupadas em nosso planeta. Pela primeira vez, o mundo encontra-se completamente repartido, de tal modo que, no futuro, *somente* novas partilhas serão possíveis, ou seja, a passagem de territórios de um 'proprietário' para outro, e não a passagem de um território sem proprietário para um 'dono' (LENIN, 2012, p. 109 – 110).

No final do século XIX e início do século XX, os principais Estados capitalistas, passaram a intensificar sua expansão. Tal intensificação decorre do fato de que o capital financeiro, ao se tornar a forma prevalecente do desenvolvimento do capital, traz consigo um salto de qualidade sobre a vontade de domínio do Ocidente sobre o mundo.

Como capital monopolista, o capitalismo passou a buscar reunir em suas mãos o máximo de fontes de matérias primas disponíveis no mundo. A luta entre países imperialistas se acirrou com o acirramento por colônias, não só pelas matérias já descobertas, mas por aquelas que um dia poderiam vir a serem descobertas, que já se sabia que existiam em potência. Sobre este ponto Lenin (2012), aponta que:

> O capital financeiro não está interessado apenas nas fontes de matérias-primas já descobertas, mas em fontes em potencial, pois, nos nossos dias, a técnica avança com uma rapidez incrível, e as terras não aproveitáveis hoje podem tornar-se terras úteis amanhã, se forem descobertos novos métodos (para tal fim, um grande banco pode enviar uma expedição especial de engenheiros, agrônomos etc.), se forem investidos grandes capitais. O mesmo acontece com a exploração de riquezas mineiras, com os novos métodos de elaboração e utilização de tais matérias-primas etc. etc. Daí a tendência inevitável do capital financeiro em ampliar o seu território econômico e até o seu território em geral (LENIN, 2012, p. 117 – 118).

Desta forma, o *Império Universal do Ocidente*, sob o momento do Imperialismo ganha dois novos contornos colonialismo e divisão internacional do trabalho e novo fundamento maximização dos lucros de capitalista de países centrais. Contudo, mantém seu objetivo de expansão por todo o planeta. Estes dois novos contornos e o objetivo mantido colocam em disputa as nações por novos territórios, o acabou por levar a duas grandes guerras, a Primeira Guerra Mundial e a Segunda Guerra Mundial. De ambas, um o único país lutou ao lado dos vitoriosos e não teve uma batalha em seu solo, os EUA.

> Em 1945, com seu território intocado pela guerra os Estados Unidos tinham uma economia três vezes maior que a da URSS e cinco vezes maior que a da Grã-Bretanha, controlavam metade da produção industrial do mundo e três quartos das suas reservas de ouro. As bases institucionais de uma paz estável teriam que refletir essa predominância (ANDERSON, 2015, p. 31).

Sabemos que hoje os poderes destes Impérios da modernidade se desfizeram. Após a Segunda Guerra Mundial, ficou insustentável para muitos destes países manterem suas posições de dominação em várias partes do globo. Mas cabe perguntar se o Imperialismo acabou. A resposta que oferecemos é a de que hoje temos um imperialismo ligado fundamentalmente ao mercado e com a cabeça voltada para Wall Street e Washington. Assim, hoje a cabeça do Império Universal do Ocidente, que um dia foi da Igreja de Roma, depois do colonialismo Europeu, hoje está nos EUA.

A grande dificuldade hoje de ver os EUA como um país imperialista é que nas sociedades pretéritas o poder militar e político estavam diretamente relacionados com o poder econômico. Segundo Wood (2014) ao encontrar o poder da coerção militar e política você encontrava também o poder econômico. Por isso, era visível o poder da metrópole sobre a colônia. Na atualidade este processo não é tão claro, pois, como os produtores da vida material são privados de seus meios de produção, não é necessário para os capitalistas manter

o controle direto das forças armadas. A repressão interna ao outro negativo interno pode ser feita pelo Estado.

O mesmo vale para as relações entre países. As leis do mercado passam a imperar e a impulsionar a vontade de domínio do ocidente sobre o mundo. Por isso se pode afirmar que

> Existe uma diferença análoga entre o imperialismo capitalista e o não capitalista. Os antigos impérios coloniais dominavam territórios e subjugavam povos por meio da coerção 'extra-econômica', pela conquista militar e geralmente pela dominação política. O imperialismo capitalista exerce seu domínio por meios econômicos, pela manipulação das forças de mercado, inclusive da dívida (WOOD, 2014, p. 23).

E para que consiga impor esta dominação econômica, do mercado, é necessária a atuação do Estado. A sanção aos trabalhadores que o capital implementa a negação para eles das ferramentas de trabalho e, como consequência, do produto do seu trabalho e com isso, a construção da subjetividade e das necessidades do trabalhador. Porém, esta atuação do capital não só pode acontecer sem que o Estado na sua forma jurídica, policial e militar. O que o Estado-nação oferece ao capitalismo é justamente o controle de sua relação anárquica na produção, a coerção dos trabalhadores, a garantia de que os contratos serão honrados, e podemos acrescentar também, a expansão do próprio capital.

Diferente do que muitos advogam, como veremos no capitulo 3, o Estado-nação não entrou em declínio, e como não entrou em declínio, não entrou em declínio a vontade de domínio do Ocidente. Nem mesmo com o fim da Guerra Fria. Como único país vencedor da Segunda Guerra Mundial sem batalhas em seu solo e vencedor da Guerra Fria, os EUA passaram a ser a cabeça do Império Universal do Ocidente.

CAPÍTULO II: Terrorismo: termo justificador para a construção da Cruzada moderna contra Oriente

Até aqui apresentamos como o *Império Universal do Ocidente* se formou, constituiu os outros negativos interno e externo, traduziu-se na história a partir do modo de produção

que estava inserido e como manteve sua vontade de domínio, mesmo com o fim do feudalismo. Agora passemos a discutir como o *Império Universal do Ocidente* reconfigurou o Oriente Médio após os atentados terroristas de 11 de Setembro de 2001.

Antes de entrarmos no debate propriamente, é importante pontuar que, após a Segunda Guerra Mundial os EUA se tornaram o cabeça do *Império Universal do Ocidente.* Como tal, propagaram a expansão de sua forma de poder econômica e extra econômica pelo mundo. Impulsionados pela vontade de domínio, levaram a guerra a lugares alhures, como no Vietnam (1955-1975) ou no Iraque, na Guerra do Golfo (1990-1991). Assim, para os cidadãos do centro do *Império Universal do Ocidente*, os eventos de 11 de Setembro de 2001, eram quase que impensáveis.

2.1. O 11 de setembro de 2001: símbolos do cabeça do Império Universal do Ocidente vêm ao chão

Isto posto, a manhã do dia 11 de setembro de 2001 se tornou um marco na história recente. Às 08h46min. em Nova York – 09h46min. horário de Brasília – um avião Boeing 767, da empresa American Airlines, com 92 pessoas abordo colidiu contra a torre norte do complexo World Trade Center (WTC).

As TV's do mundo todo se voltaram para aquilo que parecia ser um acidente de proporções épicas[20]. A cena por si só já era chocante. Um dos prédios do complexo WTC – que tinha como principais edifícios as chamadas Torres Gêmeas, um dos cartões postais de Nova York e que já tiveram o título de prédio altos do mundo – estavam em chamas, com fumaça preta e espessa saindo de um buraco por onde um avião atravessou. Para o público em geral, ainda não havia elementos suficientes para deduzir o que viria logo a seguir.

Ás 9h03min. – 10h43min. horário de Brasília – outro avião Boing 767, da empresa United Airlines, com 65 pessoas abordo, colidiu contra a torre sul do mesmo complexo. Como as câmeras das emissoras estavam voltadas diretamente para o WTC, devido a primeira colisão, o mundo assistia sem entender o que estava acontecendo.[21]

---

[20] Por exemplo, o Plantão da Globo anunciou o primeiro atentado terrorista como sendo apenas um acidente. Carlos Nascimento, jornalista da Globo, no mini documentário Memória Globo: a cobertura jornalística de 11 de setembro de 2001 diz "Então eu fui para o ar para dizer que [um avião] tinha batido no prédio, e que um avião em Nova York ... Não sabia nada. Aí logo já se viu que pelo tamanho do buraco que não era um aviãozinho, era um outro avião, mas em nenhum momento alguém pensou em atentado terrorista. Era impossível você pensar nisso, era um acidente de avião, claro! ". (Memória Globo: a cobertura jornalística de 11 de setembro de 2001, 2017), disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=2z1Tzzpmzqo

[21] Por exemplo, Carlos Nascimento, na hora da colisão do segundo avião, ainda sem saber ou acreditar que algo de tal magnitude era possível, vendo o primeiro prédio em chamas diz: "olha aí, estão repetindo exatamente o

A percepção daqueles eventos que pareciam irreais invadiram a realidade, não se tratava de um acidente de proporções épicas. A principal potência mundial, a cabeça do *Império Universal do Ocidente*, estava sofrendo o maior ataque em seu solo. Era um atentado terrorista de enormes proporções sendo transmitido ao vivo, algo que somente os filmes de Hollywood traziam para dentro das casas de pessoas comuns.

Segundo Slavoj ŽIŽEK (2003)

> Teríamos, portanto, de inverter a leitura padrão, segundo a qual as explosões do WTC seriam uma intrusão do Real que estilhaçou a nossa esfera ilusória: pelo contrário – antes do colapso do WTC, vivíamos nossa realidade vendo os horrores do Terceiro Mundo como algo que na verdade não fazia parte de nossa realidade social, como algo que (para nós) só existia como um fantasma espectral na tela do televisor –, o que aconteceu foi que, no dia 11 de setembro, esse fantasma da TV entrou na nossa realidade. Não foi a realidade que invadiu a nossa imagem: foi a imagem que invadiu e destruiu a nossa realidade (ou seja, as coordenadas simbólicas que determinam o que sentimos como realidade) (ŽIŽEK, 2003, p. 33).

Atentados terroristas não eram uma novidade para o público mundial, por exemplo, de 1980 a 2001 houve mais de 4000 casos de terrorismo pelo mundo (PAPE, 2003). Bases americanas no Oriente Médio já tinham sido atacadas antes e até mesmo casos de terrorismo doméstico já tinham sido registrados nos EUA, como em Oklahoma em 1995. O próprio WTC já tinha sofrido um atentado em 1993. Contudo, a grande maioria de atentados terroristas aconteceu em países da periferia do capitalismo.

Ocorre que o que aconteceu em 11 de Setembro foi qualitativamente diferente, era o inesperado. Inesperado não porque era um atentado terrorista que, como vimos, não eram novidade para o público em geral. O diferencial era a magnitude, a coordenação entre os atacantes e o espetáculo ao vivo. Segundo Vasco Rato[22], "as imagens de dois aviões chocando-se contra as Torre Gêmeas de Manhattan na manhã de 11 de Setembro de 2001 tornar-se-iam iconográficas, um dos mais marcantes símbolos da época contemporânea" (RATO, 2011, p. 85) As emissoras de televisão do mundo todo mostraram repetidas vezes pessoas se jogando das janelas das torres do WTC em chamas, cenas terríveis e extremamente chocantes. Cerca de duas horas depois do primeiro avião se chocar contra a torre norte, ela vai ao chão, levantando grande nuvem dos escombros. Logo a torre sul também desaba. A poeira

---

momento do choque". Logo em seguida emenda uma segunda frase: "Daí surge essa possibilidade de um atentado ..." (Memória Globo: a cobertura jornalística de 11 de setembro de 2001, 2017).

[22] Vasco Rato (2001) faz uma leitura que diverge da nossa. Para ele, o 11 de setembro é relacionado ao debate comum do fundamentalismo islâmico e a importância dos *Mujahideen* e o financiamento dos EUA para estes grupos é diminuta ou quase nula. Contudo, mesmo divergindo vemos que algumas das suas posições convergem com a nossa.

negra invadiu as ruas de Manhattan, causando mais pânico. Pessoas correndo em desespero, caiam pelo chão e tinham que ser carregadas por outras.

Em seguida aos choques dos dois aviões contra as Torres Gêmeas, outro Boeing 757 da empresa American Airlines com 64 pessoas abordo, colide com o Pentágono, no estado da Virginia. Neste meio tempo, descobre-se que um quarto avião que saiu de Nova Jersey com destino à Califórnia, com 44 passageiros, caiu em um campo na Pensilvânia e tinha como alvo o Capitólio ou a casa Branca.

Para além das mortes causadas, a dor e o sofrimento das famílias, o ataque atingiu símbolos do poderio Estadunidense e, portanto, da cabeça *Império Universal do Ocidente*. Por isso, a afirmação de Ianni (2004) de que

> O vôo 175 da United foi um míssil balístico intercontinental disparado contra a inocência da América. Essa inocência, afirmou-se com a mensagem, era uma ilusão anacrônica, um luxo. [...] O Pentágono é um símbolo, o World Trade Center é, ou era, um símbolo, e uma avião de passageiros americanos também é um símbolo – da mobilidade e do prazer de viver dos habitantes do país e da galáxia de destinos reluzentes que os esperam. Os condutores do terror eram realmente bárbaros, mas conferiram a seu trabalho uma sofisticação demente. Pegaram essas grandiosas criações americanas e as esmagaram todas juntas no mesmo pilão. (IANNI, 2004, p. 225-226).

Desta forma, aviões comerciais foram transformados em mísseis intercontinentais, que viajavam cheio de simbolismo para os seus alvos também saturados de signos. Era a primeira vez desde 1812 – na Guerra Anglo-Americana – que o território nacional estadunidense se tornava-se alvo de ataque. Porém, diferente de 1812, que faziam apenas 32 anos que os EUA declaravam a independência da Inglaterra, a principal potência mundial na época, em 2001 os EUA eram a potência inconteste de todo o Ocidente, seja no plano econômico ou militar.

Vasco Rato (2011) aponta que, "para além dos 19 assaltantes, cerca de 3 mil pessoas, de 70 nacionalidades diferentes, perderam a vidas. Segundo dados oficiais, 836 homens e mulheres que responderam ao incidente, incluindo policiais e bombeiros também morreram" (RATO, 2011, p. 85).

Os sequestradores destes aviões eram de três nacionalidades diferentes, sendo: 15 sauditas, 1 libanês, 1 egípcio, 2 emiradenses (RATO, 2011. P. 86). São eles[23]:

[23] Fonte: Entry of the 9/11 Hijackers into the United States. https://govinfo.library.unt.edu/911/staff_statements/911_TerrTrav_Ch2.pdf. É possível ver pelo documento que havia outros potenciais terroristas.

- American Airlines Flight 11, que atingiu a torre norte do WTC - Mohamed Atta (Egito), Abdul Aziz al Omari (Arábia Saudita), Satam al Suqami (Arábia Saudita), Waleed al Shehri (Arábia Saudita), Wali al Shehri (Arábia Saudita);
- United Airlines Flight 175, que atingiu a torre sul do WTC - Marwan al Shehhi (Emirados Árabes Unidos), Ahmed al Ghamdi (Arábia Saudita), Mohand al Shehri (Arábia Saudita), Hamza al Ghamdi (Arábia Saudita), Fayez Banihammad (Emirados Árabes Unidos), Mohand al Shehri (Arábia Saudita);
- American Airlines Flight 77, que atingiu o Pentágono – Hani Hanjour (Arábia Saudita), Nawaf al Hazmi (Arábia Saudita), Majed Moqed (Arábia Saudita), Salem al Hazmi (Arábia Saudita), Khalid al Mihdhar (Arábia Saudita).
- United Airlines Flight 93 com intuito de atingir a Casa Branca ou o Capitólio – Zizad Jarrah (Líbano), Saeed al Ghamdi (Arábia Saudita), Ahmed al Nami (Arábia Saudita), Ahmad al Haznwi (Arábia Saudita).

Algumas horas depois dos atentados, as agências de inteligência dos EUA apontavam a al-Qaeda como principal suspeita pelo planejamento e realização do ataque – mesmo que Bin Laden negasse incialmente a autoria dos atentados. A organização era pouco conhecida pela opinião pública (RATO, 2011, p. 85). O líder desta organização e mentor dos atentados Osama Bin Laden, foi por muito tempo o homem mais procurado do mundo, até a sua morte em 2 de maio de 2011 no Paquistão. É perceptível pelos nomes e pelas nacionalidades que os atacantes provinham de países de maioria árabe muçulmana, bem como o organizador dos atentados.

A história da al-Qaeda e do arquiteto dos atentados terroristas, Osama Bin Laden, se confunde com a dos EUA como cabeça do *Império Universal do Ocidente* e sua atuação no Oriente Médio. Bin Laden foi, segundo Chalmers Johnson (2007 b), um protegido da *Central Intelligence Agency* (CIA) durante a invasão do Afeganistão pela União das Republicas Socialista Soviéticas na da década de 1980. Osama Bin Laden foi um *mujahid*, que significa Combatente ou Guerreiro Santo, e na década de 1980 organizou *mujahideen,* plural de *mujahid*, contra a invasão soviética do Afeganistão[24].

Assim como fizeram em outras partes do mundo, na ânsia de combater o inimigo do Leste – o Oriente e antípoda do Ocidente reproduzido na figura da URSS e as ideias que de lá

[24] Segundo Chalmers Johnson (2007 b.)"em suas memórias de 1996, o ex-diretor da CIA Robert Gates escreve que os serviços de inteligências americana na verdade começaram a ajudar guerrilheiros *mujahedin* no Afeganistão não depois da invasão soviética do país, mas *seis meses antes"* (JOHNSON, 2007 , p. 12 b).

provinham, a ideia de socialismo durante quase todo o século XX–, os EUA financiaram e impulsionaram diversos grupos de extermínio e combatentes – muitas vezes com armas e dinheiro não legal[25] – em diversas partes do mundo. Contudo, segundo Perry Anderson (2015)

> Nenhum, porém, recebeu um apoio tão maciço e com efeitos tão espetaculares quantos os *mujahidin* no Afeganistão. Na maior operação da sua história, a CIA canalizou 3 bilhões de dólares em armas e assistência e orquestrou outros 3 bilhões de dólares da Arábia Saudita para as guerrilhas que, ao fim, expulsaram os russos do país. Mas, além do anticomunismo, neste caso diverso de qualquer outra operação comparável, não havia praticamente nenhum denominador ideológico comum entre a capital metropolitana e o agente local. A resistência afegã não era apenas tribal – Washington sabia como lidar com isso –, mas religiosa, inflamada por uma fé hostil ao Ocidente quanto à União Soviética e atraindo voluntários de todo o mundo muçulmano. (ANDERSON, 2015, p. 113).

Osama Bin Laden se volta contra os EUA, pois esta potência mantinha bases militares na Arábia Saudita, o que era uma afronta ao Islã, visto que naquele país é onde estão situadas as cidades de Meca e Medina, as duas principais cidades para os professantes do Islã[26]. É preciso entender que o Islã tem não só um caráter religioso, mas também organizador do caráter nacional, ou seja, muitas vezes se torna o elemento de coesão da nacionalidade. Sobre o problema religioso apontado por Perry Anderson (2015), retornaremos mais a frente, na última parte deste capítulo.

A al-Qaeda foi formada no Afeganistão, mas sua disposição era combater qualquer país que agisse de forma imperialista na região do Oriente Médio. Assim, a questão Palestina e a ajuda dos EUA a Israel também entram em primeiro plano nas formulações dos líderes da al-Qaeda. Outro ponto importante, antes citado, é que "desde a Guerra do Golfo contra o Iraque, as tropas norte-americanas estavam estacionadas na Arábia Saudita, violando a santidade dos lugares sagrados" (ANDERSON, 2015, p. 113).

Desta forma existem elementos de combate a vontade de domínio e expansão do ocidente. É a ação imperialista dos EUA que criou e reproduziu a coesão necessária de alguns povos do Oriente Médio em trajes teológicos que permitiu os atentados terroristas.

---

[25] O caso do Irã-Contra é bem ilustrativo. Para combater a Frente Sandinista de Libertação Nacional, na Nicarágua, os EUA e sua Agência de Inteligência Central (CIA), financiaram grupos de extermínio naquele país, os Contras.

[26] Foi em Meca que o profeta Mohammad nasceu e recebeu as revelações do Anjo Gabriel, que deu origem ao *Corão*, e foi para Medina que fez a *Hégira*, no ano de 622. Portanto, ambas as cidades têm um valor religioso e histórico para os professantes do Islã.

> por trás do 11 de setembro jazia, assim, trajes teológicos, uma típica reação anti-imperialista contra a potência que há muito era uma senhor alienígena na região, a partir de uma organização que recorria ao terror – como quase sempre acontece – por causa da fraqueza em vez da força, na ausência de qualquer base de massa de resistência popular ao ocupante (ANDERSON, 2015, p. 113- 114).

A partir destas afirmações é possível apontar que os atentados terroristas de 11 de Setembro foram resultado do maior *blowback* da história estadunidense. A tradução livre de *blowback* é contragolpe. Sua definição no *Cambridge Dictionary* é de uma ou mais "reações negativa ou resultados não pretendidos, como crítica, protesto ou raiva".[27] Segundo Chalmers Johson (2007), "O termo [...] apareceu primeiramente num documento secreto do governo [dos EUA] no relato pós-ação da CIA sobre a derrubada secreta do governo iraniano em 1953". (JOHNSON, 2007, p. 10 b).

O termo diz sobre os resultados inesperados de ações em geral desconhecidas do público comum. Dizer resultados inesperados não significa que sejam imprevisíveis. Se o termo foi cunhado já em 1953, ele aponta a percepção de que determinadas ações podem ter no âmbito da política internacional e de segurança interna de determinado país uma determinada reação negativa.

Desta forma, Chalmers Johnson (2007 b) aponta que *blowback*

> refere-se a consequências não-intencionais de políticas secretas que o povo americano desconhece. O que a Imprensa diariamente relata como ações nefastas de 'terroristas', 'barões das drogas', 'Estados hostis' ou 'comerciantes de armas ilegais' não deixa de ser um *blowback* de operações passadas (JOHNSON, 2007, p. 45 b).

O Talibã, grupo que foi ferozmente combatido pelos EUA na Guerra que logo se iniciaria – a Guerra ao Terror – como um dos governos que ajudaram Osama Bin Laden naquela empreitada, subiu ao poder no Afeganistão em consequência das ações do financiamento da CIA aos grupos *mujahideen* contra a URSS.

Brzezinski – Conselheiro de Segurança Nacional dos EUA, no período da Guerra Afegã-Soviética – quando perguntado se estava arrependido das ações que levaram o Talibã ao poder no Afeganistão respondeu: "O que é mais importante na história do mundo? O

[27] "negative reactions or results that were not intended, such as criticism, protest, or anger".

Talibã ou o colapso do império soviético? Alguns muçulmanos agitadores ou a libertação da Europa Central e o fim da Guerra Fria?" (JOHNSON, 2007, p. 12 b).

A história mostrou que ambos, tanto o desmantelamento da URSS quanto os efeitos causados pelo seu combate no Oriente Médio foram importantes para a história da humanidade, sendo que o segundo teria como consequência a morte de mais de 3 mil vidas em solo estadunidense e afetaria muito os últimos vinte anos da história mundial[28].

Alguém poderia argumentar que em 1942 os EUA foram atingidos em seu território. Ocorre que em 1942, quando houve o ataque a Pearl Harbor, foram atingidas *kamikazes* japoneses um território ocupado no Oceano Pacífico, no Havaí (CHOMSKY, 2003). Em 11 de Setembro de 2001, foi muito diferente. Era o coração de uma das cidades importantes – se não a mais – dos EUA, Nova York. O outro local em que o ataque terrorista teve êxito também é um símbolo. O Pentágono é o centro da inteligência militar dos EUA, lá são tomadas as principais decisões acerca da Guerra. Por último, o avião que caiu na Pensilvânia, tinha como alvo um dos dois polos da representação política estadunidense, Casa Branca ou Capitólio, Washington DC.

Em discurso no dia 11 de outubro de 2001, passado exatos 30 dias dos atentados terroristas, o presidente George W. Bush apontou que: "O ataque ocorreu em solo americano, mas foi um ataque ao coração e à alma do mundo civilizado." (BUSH, Washington D.C., 11/outubro/2001)[29]. Esta frase de Bush exprime bem o que estamos apontanto, os EUA como sendo a cabeça do *Império Universal do Ocidente*.

Isto posto, o importante é que estes prédios representam mais que concreto e armação de ferro. Representam a onipotência dos EUA como cabeça do *Império Universal do Ocidente.* Os dois primeiros aviões tiveram como alvo duas torres de prédios comerciais que, assim como *Wall Street*, representavam o coração financeiro. O terceiro avião teve como alvo o centro militar que representa todas as incursões e ocupações pelo mundo. O quarto, que não atingiu seu alvo, tinha como objetivo acertar a representação da sede do poder executivo ou o legislativo daquela potência.

---

[28] Não queremos dizer que a queda da URSS foi menos importante para a história do que o 11 de Setembro. Na realidade, é claro que tanto no plano civilizatório, quanto geopolítico, o fim da URSS tem um caráter mais profundo. O que apontamos aqui é que a ação de atuação dos EUA neste combate, criou as condições necessárias para o morticínio de 11 de Setembro.

[29] Trecho do discurso: The attack took place on American soil, but it was an attack on the heart and soul of the civilized world. Discurso completo disponível em: https://www.americanrhetoric.com/speeches/gwbushoct2001newsconfference.htm

> em um instante, no centro da maior potência mundial, dois de seus mais intocáveis símbolos são agredidos e desmoronam, arruinados. Em instantes, o poder econômico e militar, compreendendo o monopólio da exploração e o monopólio da violência, são postos em causa, deixando de ser intocáveis. São as duas principais alavancas da supremacia das elites governantes e classes dominantes norte-americanas no mundo. Simbolizam as teias, redes ou sistemas com os quais essas elites e classes se associam com elites governantes e classes dominantes da maioria das nações do mundo. Neste sentido é que o mundo assiste atônito e assustado, surpreendido e fascinado, o desabar de dois pilares do neoliberalismo e do ocidentalismo, isto é, do capitalismo (IANNI, 2004, p. 225).

Naqueles conjuntos de prédios estão – para os que ficaram em pé – ou estavam – para os que implodiram – representados os materiais sígnicos de toda uma forma de expansão e vontade de domínio do *Império Universal do Ocidente* no final do século XX e início do século XXI. Esta vontade não se encerrou com o 11 de Setembro, ela se transfigurou na reconstrução do Oriente Médio como o novo outro negativo externo do Ocidente, visto agora como penitencialmente celeiro de terroristas e o termo terrorista para os designar como bárbaros e irracionais. Para combatê-los, foi necessária uma nova Cruzada.

2.2. Guerra ao Terror: a nova Cruzada na reconstrução do Outro Negativo Externo

O Presidente dos EUA na época dos atentados terroristas de 11 de Setembro de 2001 era George Walker Bush. No momento dos eventos ele se encontrava em uma palestra infantil na escola Primária Emma Booker, em Saratosa, estado da Flórida. Por volta das 9h30min o presidente toma a palavra e diz:

> Hoje tivemos uma tragédia nacional. Dois aviões colidiram com o World Trade Center em um aparente ataque terrorista em nosso país.
> Falei com o Vice-Presidente, com o Governador de Nova York, com o diretor do FBI e ordenei que todos os recursos do governo federal devam ir para ajudar as vítimas e seus familiares – e conduzir uma investigação completa para caçar e encontrar as pessoas que cometeram esses atos (BUSH, Saratosa, 11/setembro/2001)[30].

[30] Trecho do discurso: Today, we've had a national tragedy. Two airplanes have crashed into the World Trade Center in an apparent terrorist attack on our country.
I have spoken to the Vice President, to the Governor of New York, to the Director of the FBI, and have ordered that the full resources of the federal government go to help the victims and their families, and – and to conduct a full-scale investigation to hunt down and to find those folks who committed this act. Discurso completo disponível em: https://www.americanrhetoric.com/speeches/gwbush911florida.htm

Da Flórida, o presidente voou até a base aérea de *Barksdale*, Louisiana, e fez outro discurso onde aponta que foi "a própria liberdade [que] foi atacada por um covarde sem rosto. E a liberdade será defendida [...] Não se engane, os Estados Unidos vão caçar e punir os responsáveis por esses atos cavardes" (BUSH, Barksdale Air Force Base, 11/setembro/2001)[31].

Naquela mesma noite, Bush fala em rede nacional direto da Casa Branca, em Washington D.C. O discurso aponta a esperança contra a tragédia que se abateu sobre os EUA, que o governo e os militares estadunidenses em casa e ao redor do mundo estão preparados para proteger o povo americano, exalta a ajuda mútua e a importância da unidade nacional. Contudo, duas coisas saltam aos olhos neste discurso, a ideia de que foi o mal que se abateu sobre os EUA; e este mal só se abateu porque os EUA são o farol, o guia, o caminho para o mundo. Nas palavras de Bush:

> A América foi alvo de ataques porque nós somos o mais brilhante farol da liberdade e oportunidade no mundo. E ninguém vai impedir essa luz brilhante. Hoje nossa nação viu o mal, o pior da natureza humana e nós respondemos como o melhor da América. Com a ousadia das nossas equipes de resgate, com o cuidado de estranhos e vizinhos que vieram dar o sangue e ajudar de qualquer maneira que podiam (BUSH, Washington D.C. 11/setembro/2001)[32].

A percepção de ser a luz brilhante que guia o mundo contra as trevas não era algo novo para os EUA e seus ideólogos. É possível apontar que perspectiva já estivesse na gênese dos EUA. Para muitos estadunidenses, Deus os escolheu para que pudessem levar o seu estilo de vida para os quatro cantos da terra, era a vontade divina, transfigurada no Destino Manifesto, algo muito presente nos Discurso de Bush em todos os momentos da Guerra que logo viria.

Assim como o povo Hebreu – o povo escolhido – que atravessou o deserto, os pais fundadores daquela nação atravessaram um outro tipo de deserto, as águas do Oceano Atlântico (KARNAL e ET AL., 2007). Como povo escolhido, sua única escolha é a de salvar

[31] Trecho do discurso: Freedom itself was attacked this morning by a faceless coward. And freedom will be defended [...] I want to reassure the American people that full -- the full resources of the federal government are working to assist local authorities to save lives and to help the victims of these attacks. Discurso complete disponível em: https://www.americanrhetoric.com/speeches/gwbush911barksdale.htm

[32] Trecho do discurso: America was targeted for attack because we're the brightest beacon for freedom and opportunity in the world. And no one will keep that light from shining. Today, our nation saw evil – the very worst of human nature – and we responded with the best of America. With the daring of our rescue workers, with the caring for strangers and neighbors who came to give blood and help in any way they could. Discurso complete disponível em: https://www.americanrhetoric.com/speeches/gwbush911addresstothenation.htm

a o mundo do mal, a nação que foi escolhida para liderar o mundo contra a barbárie do terrorismo. Uma visão que esteve presente e constituiu a nova agressão do Ocidente ao Oriente.

Assim, a visão messiânica não parou somente na fundação dos EUA. Ela esteve presente em vários momentos, como quando adotou a Doutrina Moroe, a anexação da Filipinas como colônia, durante e no fim da Segunda Guerra Mundial, na Guerra Fria e agora no excepcionalíssimo estadunidense e no combate ao terrorismo (LOSURDO, 2010).

Desta forma, caçar os terroristas e levá-los a justiça – diga-se de passagem a justiça da tortura em Guantánamo e Abu Ghraib – era uma missão não somente pelo morticínio de 11 de Setembro, mas sim para combater o terrorismo internacional. Este combate internacional ao terrorismo foi estruturado entorno da ideia de Guerra ao Terrorismo ou Guerra ao Terror. Esta pretensa Guerra teve como foco a região do Oriente Médio, tendo incialmente o Afeganistão, em outubro de 2001, e o Iraque, em março de 2003, como alvos centrais.

Cinco dias após os fatídicos atentados terroristas, no dia 16 de setembro, George W. Bush, declara - do Gramado Sul da Casa Branca – uma Cruzada contra o terrorismo. Foi assim que o presidente dos EUA chamou a Guerra ao Terror. Em suas palavras:

> Não vemos esse tipo de barbárie há muito tempo. Ninguém poderia imaginar homens-bomba se enterrando em nossa sociedade e, em seguida, emergindo todos no mesmo dia para pilotar seus aviões – pilotar aviões dos EUA contra edifícios cheios de pessoas inocentes – e não mostrar remorso. Este é um novo tipo de - um novo tipo de mal. E nós entendemos. E o povo americano está começando a entender. Essa Cruzada, essa guerra contra o terrorismo vai demorar um pouco. E o povo americano deve ser paciente. Eu vou ser paciente (BUSH, Washington D.C. 16/setembro/2001)[33].

Bem como os prédios, os aviões, o próprio ato de terrorismo, a Guerra ao Terror também está cheia de simbolismos, signos e significados. A palavra Cruzada, amalgamada com a Guerra ao Terrorismo, ressurgiu para se referir ao ataque que a cabeça do *Império Universal do Ocidente* empreenderia contra Oriente. Contudo, se na idade média a Igreja empreendeu a batalha contra o Oriente na busca da terra Santa, no contexto do 11 de

[33] Trecho do discurso: We haven't seen this kind of barbarism in a long period of time. No one could have conceivably imagined suicide bombers burrowing into our society and then emerging all in the same day to fly their aircraft - fly U.S. aircraft into buildings full of innocent people - and show no remorse. This is a new kind of - a new kind of evil. And we understand. And the American people are beginning to understand. This crusade, this war on terrorism is going to take a while. And the American people must be patient. I'm going to be patien. Discurso completo disponível em: https://georgewbush-whitehouse.archives.gov/news/releases/2001/09/20010916-2.html

Setembro, foi o Estado Moderno Capitalista que levou a cabo a agressão. Logo, no capitulo 3, veremos a crítica a noção de Império sem Imperialismo de Hardt e Negri (2001), a ideia de que não existe mais um Estado-nação que conduza as aspirações do Império.

É claro que quase que imediatamente a utilização da palavra Cruzada causou reação no mundo todo. Contudo, foram os países de maioria árabe muçulmana que mais se ressentiram com o termo utilizado. Apesar de em muitos lugares, como na Palestina, a população ter comemorado nas ruas – muito por causa das atrocidades que as armas estadunidenses causam nas mãos do governo Israelense –, os governos de maioria árabe se solidarizaram e ofereceram ajuda imediata aos EUA. (MACFARQUHAR, 2001).

É preciso ter em mente que, como vimos, a palavra Cruzada remete ao ataque que o Ocidente empreendeu ao Oriente na Idade Média. A utilização da palavra Cruzada fez com que muitos líderes religiosos, governamentais, jornais do Oriente Médio se indignassem. Muitos pediam aos EUA que buscassem justiça e não uma vingança, pois isso não afetaria somente os que arquitetam o 11 de Setembro, mas o mundo árabe muçulmano como um todo. (AGÊNCIA ESTADO, 2001)

Na tentativa de remediar seu discurso, no dia 17 de setembro, Bush foi ao Centro Islâmico de Washington, onde apontou que os muçulmanos não eram inimigos, mas sim os muçulmanos que utilizam de Allah para empreender a Guerra contra o Ocidente. Segundo Bush, "a face do terror não é a verdadeira fé do islã. Não é do que se trata o islã. Islã é paz. Estes terroristas não representam o islã. Eles representam o mal e a guerra" (BUSH, Washington D.C., 17/ setembro/ 2001) [34]. Ainda assim, existe uma identificação entre os muçulmanos e os atentados terroristas. Estes foram encarados pela Guerra ao Terror como religiosos e irracionais, algo já expresso nas palavras de Bush, como vimos.

Outro ponto importante que aparece sobre a Cruzada contra o terrorismo é que o terrorista é o bárbaro, sem remorso, que espreita escondido, como se estivesse esperando a chance de atacar novamente, e sua sombra paira sobre os estadunidenses. Assim como foi feito com os inocentes em solo estadunidense, os terroristas e aqueles que lhes derem abrigo não devem ser inocentados, devem ser punidos de forma igual.

[34] Trecho do discurso: The face of terror is not the true faith of Islam. That's not what Islam is all about. Islam is peace. These terrorists don't represent peace. They represent evil and war. Discurso completo disponível em: https://www.americanrhetoric.com/speeches/gwbush911islamispeace.htm

Este inimigo terrorista que espreita pode ser qualquer um. Mas qualquer um que esteja fora dos limites do Ocidente. Se estiver interno, é um intruso. Mas se o terrorista é qualquer um, o que de fato significa a Guerra ao Terror? Eric Hobsbawn (2007) aponta que "exceto como metáfora, não pode haver algo como a 'guerra ao terror', ou 'terrorismo', mas apenas contra atores políticos particulares que o empregam como tática, não como programa político" (HOBSBAWN, 2007, p. 46).

Desta forma, a guerra empreendida foi contra atores políticos, como o Afeganistão e o Iraque, mas não contra o terrorismo. A escolha de palavras neste caso é apenas um neologismo que serviu, e ainda serve, para criar a aceitação necessária do combate ao provável bárbaro, ao provável mal, que estava, na leitura do Ocidente, impregnado no Oriente Médio.

É contra os dois países citados anteriormente que recaiu quase que instantaneamente o discurso dos perigos do Oriente. Nestas terras alhures, na perspectiva de George W. Bush o que encontramos é o ódio aos chamados valores ocidentais. Nas palavras de Bush:

> Os americanos estão perguntando, porque eles nos odeiam? Eles odeiam o que eles veem aqui nesta câmara – um governo democraticamente eleito. Seus líderes são autonomeados. Eles odeiam nossa liberdade – nossa liberdade de religião, nossa liberdade de expressão, nossa liberdade de votar, de nos reunir e discordar uns dos outros. Eles querem derrubar governos existentes em muitos países muçulmanos, do Oriente Médio. Eles querem expulsar cristãos e judeus de vastas como o Egito, Arábia Saudita e Jordânia. Eles querem expulsar Israel regiões da Ásia e África. Estes terroristas não matam apenas para acabar com vidas, mas para interromper e acabar com um modo de vida. Com todas as atrocidades, eles esperam que a América cresça com medo, recuando do mundo e abandonando nossos amigos. Eles estão contra nós, porque estamos no caminho deles (BUSH, Washington D.C. 20/setembro/2001)[35]

Assim, o atentado terrorista de 11 de setembro, na perspectiva do Ocidente, não é outra coisa senão o próprio ódio que esse outro tem das liberdades democráticas, reproduzindo a ideia de Oriente despótico. Mais uma vez o messianismo do cabeça do *Império Universal do Ocidente*, entrou em cena. Para que isto fosse possível, combater estes

[35] Trecho do discurso: Americans are asking, why do they hate us? They hate what they see right here in this chamber -- a democratically elected government. Their leaders are self-appointed. They hate our freedoms -- our freedom of religion, our freedom of speech, our freedom to vote and assemble and disagree with each other. They want to overthrow existing governments in many Muslim countries, such as Egypt, Saudi Arabia, and Jordan. They want to drive Israel out of the Middle East. They want to drive Christians and Jews out of vast regions of Asia and Africa. These terrorists kill not merely to end lives, but to disrupt and end a way of life. With every atrocity, they hope that America grows fearful, retreating from the world and forsaking our friends. They stand against us, because we stand in their way. Discurso completo disponível em: https://www.americanrhetoric.com/speeches/gwbush911jointsessionspeech.htm

terroristas era preciso levar a liberdade para esta terra despótica, não democrática, de bárbaros. Para Eric Hobsbawn (2007) o grande problema deste tipo de pensamento é que não leva em consideração:

1º) que qualquer forma de democracia, inclusive a democracia liberal, deve ter as condições necessárias para que possa vigorar, com destaque para o Estado Nacional. Sem as condições necessárias não é possível implementar qualquer tipo de regime;

2º) Só é verdade que a democracia liberal é melhor que um governo não-democrático se fizermos tabula rasa das condições sociais existentes de um povo. Com isso o autor não quer dizer que um regime não-democrático é melhor, mas "que o bem-estar dos países não depende da presença ou da ausência de um tipo de arranjo institucional, por mais recomendável que este seja, do ponto de vista moral (HOBSBAWN, 2007, p. 100);

3º) A clássica frase de "Winston Churchill: 'A democracia é o pior de todos os governos, com exceção de todos os demais' " (HOBSBAWN, 2007, p. 100 – 101), é um tanto cética quanto a própria democracia-liberal, apesar de aparecer frequentemente na esteira de defesa da mesma. É preciso lembrar que ela somente quando a democracia-liberal começa a ser questionada a direita e a esquerda, é que este ganha esse caráter urgente e torna-se desaconselhável para os políticos e o público a questionarem.

Desta forma, a democracia, seja ela qual for, não é um produto qualquer. Nem mesmo os assim chamados valores ocidentais. Eles dependem das condições necessárias para se consolidarem e se solidificarem. Mesmo dentro do que é considerado sociedades democráticas existem uma imensa gama de Estados democráticos, com forma diferente de eleição e de compreensão da democracia (HOBSBAWN, 2007).

Contudo, esta ideia de levar a democracia para que o outro não ataque foi levada a cabo por meio da guerra de prevenção. A Guerra Preventiva[36], presente no *National Secuty Strategy* (NSS) de 2002, segundo Nasser e Teixeira (2010), dão aos EUA o direito de atacar qualquer inimigo que julguem necessário para se defenderem do terrorismo. Assim, o inimigo pode ser qualquer um e a aplicação ao possível agressor dá por aquilo que "poderá fazer no futuro" (NASSER e TEIXEIRA, 2010, p. 172)

É importante destacar que a Guerra Preventiva faz parte daquilo que convencionou-se chamar de Doutrina Bush, que além de celebrar a ideia de Guerra Preventiva, ainda trazia

[36] Preemptive War.

outra, de Eixo do Mal. É no documento antes citado, segundo Lucas Leite (2013), a primeira vez que esse adjetivo é utilizado e "procura-se construir relação direta com o grupo formado pela Alemanha nazista, a Itália e o Japão na Segunda Guerra Mundial (LEITE, 2013, p. 108). Portanto, recriando a ideia dos Aliados e o Eixo.

Como vimos anteriormente, no capítulo 1, quando ocorreu a Cruzada na Idade Média, a ideia de maldade estava conjugada com o *outro negativo externo* do Ocidente que deveria ser combatido e se, não se tornasse resignado, deveria ser exterminado. Desta forma, também podemos apontar que a ideia de Guerra Preventiva leva a essa possibilidade, pois se o outro não aceitar os valores ocidentais ele deve ser aniquilado. Para além de uma reprodução do Irã, Iraque e Coreia do Norte, como Alemanha Nazista, Itália fascista e Japão Imperial, o que está representado nesta ideia é a própria forma do *outro negativo externo*, como sendo o Oriente a ser combatido, mas com o foco do combate no Oriente Médio.

Isto posto, como consequência direta aos ataques, no dia 07 de outubro de 2001 o presidente George W. Bush fez um discurso[37] da Casa Branca para informar que entraria em vigor a Operação Liberdade Duradoura[38]. Para além de informar que teria início a invasão do Afeganistão, este discurso tinha como mote dizer não só aos cidadãos estadunidenses, mas ao mundo que a maior potência mundial revidaria os ataques terroristas de 11 de Setembro.

Começava assim a Guerra ao Terrorismo, como uma Cruzada de combate ao Oriente. A clareza de quem é o terrorista foi frequentemente perdida no processo que já dura 19 anos. Por isso, passemos agora a tentar entender melhor o que é este conceito, o terrorismo, buscando sempre uma perspectiva crítica do mesmo.

2.3. O terror e terrorismo vistos como pré-modernos

Segundo o verbete Terrorismo (2018), – apresentado no Dicionário de Segurança e Defesa por Héctor Luís Saint-Pierre –, e Guilherme Tadeu de Paula (2013), o conceito de terrorismo nasceu com a utilização do terror na Revolução Francesa, durante o que ficou conhecido como terror jacobino, que se inicia em 1793 e termina em 9 de Termidor, 1794. Isto quer dizer que o termo surge de um momento específico do desenvolvimento ocidental.

[37] O discurso pode ser acessado em: https://www.americanrhetoric.com/speeches/gwbush911intialafghanistanops.htm
[38] Operation Enduring Freedom.

Desta forma, é com a Revolução Francesa que aparece o primeiro emprego semântico do "terror" como fundamento de uma ação política. É no período que compreende o espaço entre os anos 1793-1794 - período que ficou conhecido como Terror Jacobino, e que se encerra em 9 de Termidor – que o termo ganha dimensão na vida política nacional francesa. Contudo, por ora objetivamos apresentar que existem autores que defendem algo que se assemelha ao que poderíamos chamar de terrorismo pré-moderno[39].

Escolhemos dois autores para o debate, Gerárd Chaliand e Arnaud Blin (2017)[40], que reconstroem essa discussão e possibilidade de um terrorismo antes mesmo do emprego semântico na vida política nacional. A intenção dos autores antes citados é fazer paralelos apontando semelhanças entre o terrorismo moderno e uma forma pré-moderna. Nesta concepção, parte-se da premissa de que o terror esteve presente desde a mais tenra idade das sociedades organizadas, sendo utilizado para dissuadir ou punir todos aqueles que se colocam contra a ordem estabelecida, ou, para dissuadir a resistência de grupos subalternos. Há que se levar em conta que esse tipo de interpretação sobre o terrorismo o percebe em todas as sociedades onde existiu o despotismo – na pré-modernidade – ou onde existe o totalitarismo – na modernidade.

Isto posto, identificando terrorismo como instrumento, ou, tática de luta, Chaliand e Blin (2017) conseguem traçar uma dimensão do que seria o motor desta de sua perspectiva teórica – um terrorismo prático. Isto quer dizer que a prática do terrorismo data antes mesmo da existência do mesmo como conceito. Assim, afirmam que:

> O terrorismo é acima de tudo *instrumento* ou, se quiser, *técnica*. Esta técnica é tão antiga quanto a própria guerra, ao contrário da noção generalizada de o terrorismo ser descendente dos movimentos nacionalistas do séc. XIX. A confusão pode ter resultado da aparição tardia do termo na Revolução Francesa e o seu Terror (CHALIAND; BLIN, 2017, p. 06. a).

[39] Os autores Gerárd Chaliand e Arnaud Blin não caracterizam o terrorismo antes da modernidade como pré-modernos. Esse é um termo que escolhemos para facilitar a exposição de suas ideias. O mais próximo desta definição utilizada pelos autores se encontra no título do capitulo III, onde se lê: "A PRÉ-HISTÓRIA DO TERRORISMO". Outro elemento que corrobora com nossa adoção terminológica é que os autores chamam terrorismo a partir da Revolução Francesa de "terrorismo moderno". Também é importante dizer que como a ideia de pré-história está ligada ao fato de não existência de história escrita e existir muita controvérsia sobre se de fato - se de fato existiria uma pré-história - resolvemos chamar o fenômeno aqui analisado de terrorismo pré-moderno.

[40] O livro é composto por textos de vários autores, dos quais Gérard Chaliand e Arnaud Blin tem textos em conjunto e separados. Também são os editores do livro. Para evitar confusões, utilizaremos somente os textos que os autores têm em conjunto e, para cada texto dos autores que for citado, será encontrada uma marcação alfabética (a; b; c; d; e) indicando na bibliografia as páginas onde o respectivo texto se encontra. Quando for uma ideia geral, que perpassa por todos os textos escolhidos, a marcação será somente 2017.

Ao nosso ver, nesta citação reside um elemento importantíssimo para a compreensão do que vem a ser o conceito de terrorismo na atualidade – e que incorporaremos a nossa leitura sobre a definição do mesmo – qual seja: uma técnica ou instrumento, portanto um meio para um fim, ou como preferimos, *uma tática de luta para obtenção de um determinado objetivo*. Essa primeira conceituação nos permite fugir de leituras que trazem o terrorismo como um fim em si mesmo, ou, o terrorismo com o fito de causar o terror pelo terror. Esta noção de terror pelo terror é muito própria dos governos que combatem na guerra ao terrorismo nos dias atuais e tão corrente nos meios de telecomunicação que pautam o assunto.

Porém, o terrorismo não pode ser encarado como qualquer tática de luta ou instrumento, pois "a acção violenta é considerada terrorista quando os efeitos psicológicos são desproporcionais aos resultados puramente físicos" (RAYMOND ARON, 1973. Apud. CHALIAND e BLIN, 2017, p. 07. a).

Desta forma, é somente quando a aplicação psicológica do terror como tática ultrapassa seus efeitos físicos e os danos materiais, é que se torna possível a configuração da ação como ato de terrorismo. Decorreria disto que – em nossa leitura – os atentados de 11 de setembro tiveram justamente esta característica, os danos psicológicos na sociedade estadunidense são maiores que os danos materiais.

No 11 de setembro não foram apenas prédios que foram atingidos – como já apontamos – os prédios tinham uma carga simbólica do poder do cabeça do *Império Universal do Ocidente.* Por atingir estes alvos simbólicos e causar mais de três mil mortes, o fator psicológico do medo deixado pelos atentados terroristas ultrapassou em muito os danos materiais. O medo de que o evento se repita deixou as marcas profundas na sociedade estadunidense, que se refletem até os dias atuais.

Isto quer dizer que a questão fundamental do ato de terrorismo não está ligada propriamente as armas que seus articuladores, lideres ou praticantes utilizam, mas sim ao fator psicológico deixado pelo medo de que se repita. Com isso, marcas e traumas deixados na sociedade alvo buscam afetar o imaginário coletivo daquela sociedade. Portanto, o objetivo do ato de terrorismo é "afetar a psique popular e os regimes políticos é o objetivo de qualquer movimento terrorista. A tecnologia é factor necessário na consecução desses objetivos, porque o principal recurso é humano e psicológico" (CHALIAND e BLIN, 2017, p. 119. e)[41].

[41] Este trecho se refere ao movimento anarquista no século XIX, mas sua aplicabilidade está ligada diretamente com o terrorismo em qualquer época.

Para Chaliand e Blin (2017. a), existe um denominador comum nas formas de terrorismo, sendo este a religião. Portanto, o terrorismo, para os autores, apesar de muitas vezes ter causas políticas, seu elemento constante é a religião. Para eles a religião pode ser encontrada em praticamente em todos os grupos que utilizam do terrorismo como tática, excetuando o período que vai da revolução francesa até meados do século XX. Assim, o terrorismo nos dias de hoje, com destaque especial para o de 11 de Setembro, teria como causa fundamental a religiosidade, o irracional.

Contudo, como veremos melhor na sessão 2.5, a maioria dos atos de terrorismo, e mais especificamente de terrorismo suicida – aquele que mais deixa marcas em uma sociedade alvo e que foi praticado em 11 de setembro de 2001 – não foi perpetrado em sua maioria por grupos religiosos. A maior parte dos atos foi praticado por grupos laicos, aconteceram em campanhas e foram perpetrados depois de uma racionalização com intuito de saber se o ato traria ou não vantagens. É importante também que, os atos terroristas organizados por grupos têm, em geral, uma pauta de reivindicações definida que, geralmente, é a libertação de uma terra que os terroristas vêm como sendo sua e invadida por alguma potência estrangeira (PAPE, 2003), um *blowback*.

Então, não se sustenta a ideia de que o ato terrorista advenha de grupos religiosos extremistas. Contudo, a religião do ponto de vista de Chaliand e Blin (2017) é uma ideologia universalista que – para nós – quer dizer que tenta tomar conta de todos os aspectos da vida social, como já foi apresentado. Ocorre que para os autores, a prática do terrorismo é mais característica ao islã do que ao cristianismo, pois partem da leitura de que mesmo no cristianismo medieval houve uma distinção entre Estado e religião. Tal distinção entre o poder papal e o poder do rei ou imperador não ocorreria nas sociedades muçulmanas visto que o chefe militar também é o chefe religioso.

> Mesmo quando o cristianismo se tornou religião oficial do império no séc. IV, os aparelhos religiosos e políticos permaneceram separados, embora a Igreja tenha sido brevemente inclinada a impor o domínio sobre os líderes temporais na Idade Média (CHALIAND e BLIN, 2017, p. 05. A).

Segundo Jacques Le Goff (2005), "a realidade [medieval ocidental] é a Cristandade. É em função dela que o cristão da Idade Média define o resto da humanidade e se situa em relação aos outros" (LE GOFF, 2005, p. 133). Assim, podemos dizer que na sociedade medieval cristã a vida era organizada pela Igreja e seus dogmas, sendo por meio da religião que o indivíduo do medievo enxergava os outros e por meio dela que enxerga a si mesmo. Isto significa que a conformação das estruturas jurídicas, políticas e sociais, que formam o

indivíduo medieval é feita pelos dogmas da Igreja, como já foi extensamente debatido no capitulo 1.

Também é importante dizer que, Hilário Franco Junior (1982) aponta que a noção ideológica presente no feudalismo é aquela ligada a propriedade da terra, mas essa propriedade da terra é ligada ao dogma da igreja. Assim, da mesma forma que Deus cedeu a terras aos homens, os senhores feudais cedem terras aos seus vassalos e seus servos. Ser servil ao senhor feudal é o mesmo que ser servil a Deus, até mesmo nas batalhas (FRANCO JUNIOR, 1982).

Contudo, o esforço de Chaliand e Blin (2017) não é para aproximar qualquer religião e terrorismo, mas sim a religião islâmica e terrorismo, tornando em seu texto o Oriente um *outro negativo externo* do Ocidente . Tal aproximação está dentro do escopo de uma teoria erigida no início dos anos de 1990 por Samuel Phillips Huntington, o choque de civilizações.

Para Huntington (1997), com o fim da Guerra Fria, o novo motor das lutas no plano internacional seria o choque entre determinadas culturas. Para fazer tal afirmação, o autor aponta que no decorrer da década de 1990 houve mudanças nas identidades de povos e daquilo que ele chama de civilizações. Essa são as oito principais civilizações existentes no mundo, segundo Huntington: a sínica; japonesa; hindu; islâmica; ortodoxa; latino-americana; africana; e claro, a ocidental.

O choque entre civilizações, com destaque especial para a ocidental e a islâmica, decorre do fato de que "à medida que aumenta seu poder e autoconfiança, as sociedades não-ocidentais casa vez mais afirmam seus próprios valores culturais e repudiam aqueles que lhes foram impostos pelo Ocidente" (HUNTINGTON, 1997, p. 23). Portanto, a antiga rivalidade entre as superpotências EUA *versus* URSS, que capitalismo *versus* socialismo, deixou de existir, dando lugar ao choque de civilizações.

Isto posto, a conceituação prática do terror/terrorismo pode ser dividida em duas formas de aplicação. A primeira é aquela utilizada pelo Estado – ou algo que se assemelha ao Estado em sentido moderno -, sendo o terrorismo "de cima para baixo", ou – para facilitar – terrorismo *de cima*, identificado com os fortes. A segunda é o terrorismo daqueles que não tem outra forma de lutar por não terem condições materiais, este seria o terrorismo "de baixo

para cima", ou – para facilitar – *de baixo* [42], identificado nos fracos (CHALIAND e BLIN 2017. a).

A execução do terrorismo pelos "de cima" na era pré-moderna é encarada pelos autores como tendo grande eficiência no Império Mongol. Por serem nômades[43], utilizavam do emprego sistemático do terror para subjugar seus adversários e povos que dominavam. Sua estratégia baseava-se em aniquilar o inimigo, não apenas em vitórias militares (CHALIAND; BLIN, 2017. a).

A aplicação prática do terrorismo no Império Mongol teria se iniciado com Gengis Khan – ou Gengis Cão -, porém aperfeiçoada e melhor aplicada por Tamerlão. Assim Chaliand e Blin (2017. c) argumentam que:

> Quando sitiava a cidade, ao primeiro aviso de rendição as vidas eram poupadas. A resistência, por outro lado, era brutalmente punida pelo massacre de civis, muitas vezes em circunstâncias atrozes. Quando o saque da cidade estava completo, Tamerlão arvorava pirâmides de cabeças decapitadas. Na tomada de 1387 de Isfahan, cidade de cerca de meio milhão de habitantes, os observadores estimaram o número de mortos em 100.000 a 200.000. Após o massacre, Tamerlão tinha cerca de cinquenta pirâmides construídas, cada uma composta por milhares de cabeças. Ao fazê-lo, Tamerlão esperava persuadir outras cidades cercadas a se renderem ao primeiro aviso. A táctica nem sempre funcionou e muitas cidades ainda se recusavam a capitular. Após o estupro de Isfahan, no entanto, Tamerlão seguiu para Shiraz, que não ofereceu resistência. Pelo julgamento, essa abordagem impediu o derramamento de sangue, pelo menos entre aqueles o suficiente sensatos para baixarem as armas sem luta (CHALIAND; BLIN, 2017, p. 58. c).

Devemos nos deter um pouco nesta citação para refletirmos sobre os desdobramentos do que os autores encaram como sendo a prática terrorista de Tamerlão. Fazendo paralelos históricos entre o terrorismo pré-moderno e o moderno, apontam que "Aqueles que praticam terrorismo em larga escala geralmente invocavam razões de estado e ética justificada pelo resultado final das acções: a paz" (CHALIAND; BLIN, 2017, p. 58. c).

Desta forma, apontam – em forma de pergunta – se poderia ser feito um paralelo histórico entre a prática de Tamerlão e o fato de Henry Truman jogar as bombas atômicas em Hiroshima e Nagasaki. Sua resposta é um pouco dúbia visto que, em sua leitura, o "terrorismo é [um] instrumento político e não o fim em si mesmo" (CHALIAND; BLIN, 2017, p. 58. c) – o que nos parece correto, e por isso, também incorporamos para uma construção conceitual de

[42] Assassinato do tirano.
[43] É preciso lembrar que apesar de nômades, seu Império durou 200 anos e teve extensão geográfica de 33.000.000 km² (SMITH, 2008).

terrorismo. Outro elemento importante que os autores apontam é que o terrorismo, já que é instrumento político, pode parecer ato de libertação para uns e de dominação para outros, o que é verdade também. [44]

Cremos que a resposta dúbia esconde em outro elemento o fato de que Tamerlão ser professante do Islã e Truman ex-presidente dos EUA. Se levarmos ao pé da letra a construção que fizemos a partir das análises de Chaliand e Blin (2007) de que o *terrorismo como é instrumento de luta e não um fim em si mesmo*, devemos considerar as bombas de Hiroshima e Nagasaki como uma atividade terrorista visto que, segundo Domenico Losurdo (2010), além de um almirante – Leahy – tentar dissuadir Trumam de utilizar essa arma "tão bárbara", o ataque sobre as cidades japonesas visou mais um aviso a União Soviética, o antípoda do Ocidente durante a Guerra Fria, do que ao próprio Japão. Isto quer dizer que as bombas *Little Boy* e *Fat Man*, serviram mais como fator psicológico do que elemento necessário para vencer a guerra.

Também é importante apontar que, se Tamerlão cortava e empilhava cabeças para dissuadir resistência por meio do terror psicológico, convenientemente os autores esquecem que Carlos Magno, rei cristão, decapitou 4.550 de rebeldes no ano de 782, para dissuadir rebelião (LOSURDO, 2010). Ainda sobre este ponto, não é estranho que a Klu Klux Klan, respaldada pelo o regime supremacista estadunidense, que vigorou nos EUA até a metade do século XX, também respaldado pelas leis *Jim Crow*, tenha cozinhado, enforcado, estuprado mulheres negras e cometido assassinatos em massa[45].

Ou ainda, que o termo fundamentalismo, tão próprio para acusar grupos Islâmicos, foi criado com sentido positivo e de orgulho pelos protestantes norte-americanos no período da Primeira Guerra Mundial (LOSURDO, 2010). Assim, se os autores Chaliand e Blin (2017) creem que existem paralelos entre passado e presente, devem levar estas aproximações com fidedignidade de suas ideias. Portanto, também deveriam ter apontado estes eventos citados por nós como práticas terroristas.

É difícil encontrar perspectivas teóricas que apontem para o uso da prática terrorismo por parte dos EUA, o que também não é o caso de Chaliand e Blin (2017 e). Contudo, é com certa facilidade que estes autores percebem a prática terrorismo de cima na Revolução Francesa, na União Soviética no período de Stalin, nas ditaduras da América-latina, entre outros. Porém os EUA nunca recebem a mácula de Estado que utiliza da prática do

[44] Um exemplo importante é que Osama Bin Laden via os EUA e o Ocidente como terroristas.
[45] O massacre de Greenwood em 1921 nos EUA é bem ilustrativo.

terrorismo. Isto denota que a perspectiva dos autores sobre o assunto, apesar de importante, é bem enviesada.

Isto posto, apontam que são os eventos da Revolução Francesa que inauguram terrorismo praticado pelo aparelho de repressão estatal interno, a polícia. Antes deste evento, o uso do terrorismo estatal foi, geralmente, por meio do exército e praticado em tempos de guerra. Assim, para os autores:

> No Ocidente e em sociedades sedentárias em geral, o exército raramente foi usado como arma terrorista. A única excepção a essa regra foi no caso particular das guerras civis, onde a população em geral se torna componente integral da guerra. (CHALIAND; BLIN, 2017, p. 56 c).

Na realidade, o que chamam de terrorismo de baixo para cima seria praticado por aquelas sociedades que os autores tomam como despóticas ou totalitárias. Como já apontamos no primeiro capitulo deste texto, foi por meio da ideia de despotismo que o Ocidente passou a relacionar no plano político o Oriente na modernidade capitalista. É por meio desta perspectiva que poderão apontar e argumentar que um determinado Estado utiliza de terrorismo e outros não, como no caso dos EUA.

Já no cenário do terrorismo de baixo para cima, está ligado aqueles que têm pouco recurso e, por isso poucas formas empreender lutas, ou seja, os fracos. Nesta perspectiva, encontramos características parecidas e que aproximariam a seita dos zelotas (6 a.C. – 70 d.C.); a seita dos Assassinos (séculos XI – XIII); nos Taboritas da Boémia (século XV); o antissemitismo das cruzadas (XI – XV), entre outras. (CHALIAND e BLIN, 2017. b). Assim como no terrorismo de cima, estabelecem paralelos entre passado e presente, identificando continuidade do terrorismo pré-moderno de baixo para cima nos anarquistas no século XIX, Revolução Russa de 1917, na OLP, na Al Qaeda, entre outros grupos e movimentos contestatórios.

Há que se dizer que a utilização mais comum do terrorismo vindo de baixo na história das sociedades seria a do tirânicidio. Essa forma de terrorismo foi muito utilizada e justificada filosoficamente pelos greco-romanos. Nas palavras dos autores:

> [...] a influência directa e indirecta que os defensores do tiranicídio exerceram sobre grupos envolvidos em assassinatos políticos tem sido considerável ao longo dos séculos. O endosso da filosofia (ou teologia) tem sido muitas vezes considerado fonte significativa de legitimidade por revolucionários preparados para recorrer à violência – e o tiranicídio foi considerado há muito tempo como meio legítimo de combater o despotismo (CHALIAND; BLIN, 2017, p. 53 c).

Para os autores, os primeiros a utilizarem o terrorismo de baixo para cima foram os zelotas. A atuação deste grupo foi contra o Império Romano no ano 6 a. C. por conta da humilhação que sofriam frente ao jugo submisso que passam na ocupação de seu território. É também neste período que encontramos "o primeiro uso do terror em guerra que duraria várias décadas" (CHALIAND & BLIN, 2017, p. 37 b). Isto, pois, o Império Romano crucificou dois mil Judeus para dissuadir a população a se rebelarem, ou seja, utilizaram do terror de Estado para manter o controle sobre os territórios ocupados em Jerusalém[46].

A tática principal dos zelotas era matar seus opositores com a utilização de um *sica*[47], por isso ficaram conhecidos como *sicarius*[48]. Este grupo tinha um duplo objetivo: o primeiro religioso, onde tentavam impor sua prática religiosa a outros judeus, matando os que não aderiam; o segundo era uma luta de libertação da sua região do jugo de Roma (CHALIAND e BLIN 2017 b).

É também neste momento que a relação entre política e religião começou a se encontrar, sendo, na visão dos autores, tão própria do terrorismo[49], ou como apontam: "a amálgama da religião e política é presente quase sistematicamente, de forma ou de outra, na maioria dos movimentos que recorrem ao terror" (CHALIAND & BLIN, 2017, p. 38 b). Um padrão que para os autores se repetirá em quase todos os movimentos que eles consideram terroristas, mesmo na modernidade – excetuando do final da revolução francesa até meados do século XX.

Outro exemplo apresentado pelos autores, e que achamos relevante para esta discussão, é o da seita dos *haxaxin* (1090 – 1272), ou, Assassinos. Grupo do Islã de caráter Xiita Ismaelita liderados por Hassan ibn Sabbah. Esta seita travou duas batalhas principais, com os sunitas seljúcidas e com os xiitas duodécimos. Este grupo ficou muito conhecido por dois motivos: o primeiro é que foram muito competentes na arte de matar. É do nome desta seita que saiu a derivação do termo assassino, ou seja, da palavra *haxaxin*, que significa, aqueles que usam haxixe. O haxixe, ou, do extrato da cannabis que segundo consta, faria o assassino entrar em conexão com o sagrado e, assim, o mesmo sentia-se como se estivesse cumprindo um dever divino.

---

[46] Aqui, vemos uma contradição no pensamento dos autores, visto que esse tipo de terror praticado pelo Império Romano não seria uma forma de terror "de cima"? Devemos lembrar que os autores caracterizaram como a primeira forma de terror de cima praticada pelo Império Mongol.
[47] Espécie de punhal.
[48] "Homem punhal", segundo os dois autores.
[49] Discutiremos esse fato mais à frente, questionando esse elemento religioso.

Atuação do grupo citado e a Al Qaeda são muito parecidas, sob o olhar dos autores. Isto pois, assim como a seita pré-moderna se escondia nas cavernas, a sua variação moderna, Al Qaeda, também o faz. Outro ponto de contato seria do próprio atentado terrorista, pois ambos estão cumprindo o dever divido. Também é importante pontuar a seguinte comparação:

> A condução da propaganda e o recrutamento e treino de terroristas em ambos os casos eram muito parecidos, muitas vezes feitos entre as mesmas classes sociais e em topografias semelhantes (regiões rurais ou montanhosas com populações endurecidas pela guerra). Como Hasan, Bin Laden não poderia esperar derrubar o adversário – no caso dele, o Ocidente ou os Estados Unidos – com simples ataque terrorista, qualquer que fosse a natureza. No entanto, como a actual Alcaida, a organização de Hasan sabia explorar o calcanhar de Aquiles do poder (seljúcida) ligada a disputas de sucessão e lutas de poder para exaurir o adversário e beneficiar o próprio movimento. (CHALIAND & BLIN, 2017, p. 46. b).

Cremos que estes dois exemplos – um Hebreu e o outro Islâmico – apontam as relações mais próximas que os autores fazem com os movimentos que eles consideram terroristas de baixo para cima antes e depois da Revolução Francesa. Na era pré-moderna e moderna do terrorismo na visão de Chaliand e Blin (2017) os elementos do terror tendem a se reproduzir na história com práticas e perspectivas muito parecidas, tendo como fundamental a religiosidade.

O problema é que para nós nesta perspectiva o conceito de terror ou terrorismo torna-se a-histórico, quase que dobrando a si mesmo, um eterno retorno a si. A pergunta que fica é se é possível comparar um pretenso terrorismo pré-moderno com sua forma moderna? Essa é uma resposta complicada e que demandaria outro tipo de análise de todas as formas possíveis em que foi empregado o uso psicológico do terror. Entretanto, adiantamos que não vemos o terror e o terrorismo como tendo um fundamento religioso. Para nós sua causa está ligada ao caráter político. Isto não quer dizer que o elemento da religiosidade não seja importante, ele pode dar coesão aos grupos que utilizam do terrorismo, principalmente do suicida, como vermos na última parte deste capítulo.

Apesar das críticas que estabelecemos a Chaliand e Blin (2017), vemos que os autores trouxeram questões importantes para delineação de uma categoria plausível de terrorismo para o entendimento do fenômeno. Primeiro, apontaram que o mesmo é um meio e não um fim, ou seja, é um instrumento, ou, tática de luta. Isso é importante pois, como dissemos anteriormente, desfaz a leitura corrente de o terrorismo busca apenas aterrorizar. O segundo elemento é o fato de que o terrorismo tem como fim a questão religiosa. Essa afirmação não endossamos, como já apontamos e como logo explanaremos melhor.

O terceiro e último elemento é que o terrorismo seria a aplicação do fator psicológico do terror, podendo ser caracterizado como tal, quando o dano psicológico é maior e mais permanente do que o dano material. Assim teríamos uma primeira delineação da categoria de terrorismo sendo *uma tática para se obter um determinado fim político por meio do uso sistemático do terror psicológico.* Essa é uma primeira definição que propomos para a compreensão dos atentados terroristas de 11 de setembro de 2001. Passemos agora ao aparecimento do terrorismo como conceito, ou melhor dizendo, como termo semântico na vida política de uma nação na análise do terrorismo na revolução francesa.

2.4. O terror na Revolução Francesa: um sentido positivo para o terrorismo

Como dissemos anteriormente, é com a Revolução Francesa, ou, na realidade no momento mais radical da Revolução Francesa (1793 – 1974) – conhecido como terror jacobinos, ou, dos Montanheses – que encontramos o terror como tática de luta política propriamente dito e o aparecimento do terror como conceito político.

Desta forma, é importante apontar que para Chaliand e Blin (2017), foi:

> A Revolução Francesa [foi o que] marcou o ponto de viragem na história do terrorismo. Deu origem ao termo 'terror' – ou o que poderia ser chamado de 'terrorismo de estado' – preconizado pela prática que evoluiu consideravelmente no séc. XX com o advento do totalitarismo e da violência em grande escala. O termo 'terrorismo', obviamente, deriva da experiência do Terror revolucionário francês assanhado em 1793 e 1794. A Era do Iluminismo legou à humanidade a ideia de soberania popular e foi em nome dessa soberania que a Revolução afirmou defender através da implantação do terror do Estado, no qual os fins justificam os meios, inclusive a extrema violência (CHALIAND e BLIN, 2017, p. 62. d).

Independente de divergências de qualquer momento em que se veja o surgimento do terrorismo como tática, é importante perceber que a Revolução Francesa exerce um papel fundamental em como o terrorismo é entendido nos dias atuais. Entender este momento é importante para que possamos jogar luz ao terrorismo na atualidade. Aqui não trataremos propriamente da história do Revolução Francesa[50], mas sim de como este conceito apareceu e foi necessário para a vitória da burguesia como classe hegemônica.

Como podemos perceber pela citação acima, Chaliand e Blin (2017 d) veem no período do terror jacobino o momento onde os fins justificam os meios. Porém, não tratam o período de poder dos Montanheses como um corpo estranho, o processo do terror para os

[50] Para melhor compreensão da Revolução Francesa ler: A era das revoluções (HOBSBAWM, 2015); e As revoluções burguesas (FLORENZANO, 1987).

autores é “o produto da dinâmica revolucionária, como seria, talvez de todas as dinâmicas revolucionárias” (CHALIAND e BLIN, 2017, p. 65 d).

Contudo, é preciso pontuar que o terror aparece como um elemento estranho a liberdade e ao mesmo tempo a antítese da democracia já que como tal – terror – “destaca todos esses mecanismos característicos do estado totalitário, mas foi a manifestação incompleta, uma vez que praticamente todo o edifício se desintegrou com a execução de Robespierre” (CHALIAND e BLIN, 2017, p. 65 d). O legado que esse período deixa não visão destes autores é de medo e não de democracia radical, como argumentava Robespierre. Outro ponto a ser levantado é que na Revolução Francesa o terrorismo teria perdido o caráter religioso, que só retornaria a cena política na segunda metade do século XX.

Guilherme Tadeu De Paula (2013) aponta o início do terror como conceito sendo próprio da Revolução Francesa, assim como Chaliand e Blin (2017). Porém, em outra chave de leitura, o autor vai além, pois, segundo o mesmo, a utilização do terror naquele momento na França foi uma ideia que aproximou civismo e o terror, tornando-se quase que uma “emanação da virtude cívica, tendo, portanto, uma conotação positiva” (DE PAULA, 2013, p. 73).

Ora, isso quer dizer que foi a primeira vez – e a única na história – que o terror e seu emprego sistemático na vida política foi utilizado de forma positiva. É importante dizer que o autor verá nos conceitos de terror e terrorismo com sendo conceitos políticos, visto que os mesmos passaram de positivo para negativo com o desenvolvimento do mesmo na história. Também porque, na atualidade, não há uma não definição clara do que é o terrorismo. Mas isto não se apresenta como um problema para a consecução de objetivos de potências como os EUA (DE PAULA, 2013).

Na leitura de De Paula (2013) o que explica a violência que explodiu em terror em 1793 foi: “a) a reação aristocrática conservadora, que se tornou a grande inimiga da Revolução; b) a violência espontânea ao longo do processo revolucionário; c) a aliança entre os montanheses e os sans-culottes” (DE PAULA, 2013, p. 74).

Sobre o primeiro ponto – (a) –, o De Paula (2013) aponta que, no período aqui discutido, existia um consenso na sociedade Francesa de que as aristocracias de outros países poderiam invadir a França para tentar restituir o *Ancien Régime.* Assim, podemos dizer que havia uma perspectiva da própria a aristocracia europeia em atentar a contra a revolução para que estes movimentos não se espalhassem para seus territórios.

Há que se levar em conta que os processos revolucionários não estavam pautados somente em França, mas eram um movimento que pairava sobre o ocidente e que trazia os ares revolucionários para dentro das fronteiras dos Estados modernos. Assim Hobsbawm (2015) aponta que:

> O fim do século XVIII [...] foi uma época de crise para todos os velhos regimes da Europa e seus sistemas econômicos, e suas últimas décadas foram cheias de agitações políticas, ás vezes chegando ao ponto da revolta, e de movimentos coloniais em busca de autonomia, ás vezes atingindo o ponto da secessão: não só nos Estados Unidos (1776 – 1783) mas também na Irlanda (1782 – 1784), na Bélgica e em Liége (1787 – 1790), na Holanda (1783 – 1787), em Genebra e até mesmo [...] na Inglaterra (1779) (HOBSBAWN, 2015, p. 98).

Ora, isto denota que aquilo que ocorria no período era na realidade um movimento maior, mas é na França Revolucionária onde encontramos sua expressão mais avassaladora[51]. Como ideias avassaladoras, os ideais da Revolução Francesa não ficaram somente em suas fronteiras. Os princípios de *Liberté, Igualité e Fraternité,* próprio do Iluminismo em pleno vapor, extrapolavam os limites territoriais e inspiravam outras revoluções, ou seja, influenciaram de alguma maneira outros revolucionários pelo mundo, o que causava na aristocracia de outros países certo receio. Portanto, era o medo da contrarrevolução aristocrática a principal justificativa dos revolucionários franceses para aplicação sistemática do terror "como estratégia de defesa perante a ofensiva adversária dos conservadores destronados" (DE PAULA, 2013, p. 74).

Sobre o segundo – (b) – devemos começar apontando que havia devido à situação das classes populares na França – em nossa visão – certa radicalidade impregnada em todo o processo. Por exemplo, apesar de em quantidade a terra estar em sua maioria fora das mãos do clero e da aristocracia – somente um quinto da terra pertencia ao clero e a aristocracia – a maioria da população sequer tinha terra (HOBSBAWM, 2015). Também havia o problema dos impostos, agravado pelo envolvimento da França na Guerra de Independência Americana.

Apesar de em todo o processo o ódio ser direcionado para a aristocracia e a "extravagância de Versailles tenha sido constantemente culpada pela crise, os gastos da corte só significavam 6% dos gastos totais em 1788. A guerra, a marinha e a diplomacia constituíam um quarto e metade era consumida pelos serviços da dívida existente" (HOBSBAWM, 2015, p. 105). Portanto, é possível apontar que havia uma insatisfação geral

[51] Hobsbawm aponta que os revolucionários Ingleses e Americanos que eram vistos como radicais em seus países, foram vistos como moderados na França revolucionária (HOBSBAWM, 2015).

das classes populares em relação ao estilo de vida da elite aristocrática, o que ocasionava certa revolta contra os membros desta elite aristocrática.

Aqui também reside outro ponto importante, hoje vemos os principais nomes da Revolução Francesa como Robespierre, Marat, Danton, entre outros. Mas é importante salientar que não havia de fato um "partido ou um movimento organizado, no sentido moderno, nem por homens que estivessem tentando levar a cabo um programa estruturado" (HOBSBAWM, 2015, p. 105). A ideia de uma figura de liderança aparecerá de fato somente com Napoleão, porém havia algo que dava unidade ao campo da revolução, sendo estas a burguesia e suas ideias no campo da economia e da filosofia.

Assim, é possível dizer que havia muita atividade espontânea nas ações das classes populares, em sua violência contra a aristocracia e os que consideravam contrarrevolucionários. É essa violência espontânea que cria e fertiliza o terreno propício para o surgimento do terror jacobino, sem este tipo de violência, talvez não seria possível o terror próprio o período jacobino. De Paula (2013) perceberá que este espontâneo é "aquele tipo de ação que é empregada sem respeitar uma organização ou planejamento pré-determinado, que brota apaixonadamente nos processos históricos identificando uma necessidade de intervenção radical que desemboca em atos violentos" (DE PAULA, 2013, p. 75).

Foi por meio dessa força espontânea que uma série de atos violentos ocorreram, tais como: a Tomada da Bastilha (14 de julho de 1789); linchamento de Foullon de Doué (22 de julho de 1789); a marcha para Versalhes (5 de outubro de 1789); ou os massacres de 2 setembro de 1972, onde os *sans-culottes* invadiram as prisões caçando aqueles que viam como traidores, levando-os à tribunais populares (DE PAULA, 2013). Estes fatos apontam para um caráter sanguinário que existia antes mesmo do período do terror jacobino. É este caráter espontâneo que possibilitou o momento mais radical da Revolução Francesa.

O último fator – (c) – que De Paula (2013) aponta foi a aliança entre jacobinos e os *sans-culottes.* Este podemos caracterizar como a junção dos dois pontos anteriores, ou seja, a necessidade de combater a aristocracia reacionária e, ao mesmo tempo, dar um caráter institucional aos tribunais populares e justiçamentos feitos pelas classes populares. Assim, o que dá origem a este processo mais radical é a aliança entre a necessidade de combater os considerados inimigos e antirrevolucionários e a necessidade das classes populares em levar, por meio da violência, suas demandas. De Paula (2013) salienta a aliança não era de uma classe média que se aproveitava das classes populares, mas sim uma via de mão dupla onde

ambas as classes tiveram ganhos, ou seja, ambas as classes fizeram uma frente única para derrotar seus inimigos e fazer avançar a revolução.

Isto posto, o momento que acabamos de descrever sucintamente foi o único na história do conceito terrorismo que o mesmo teve uma conotação positiva. Dalí em diante, a prática do terror como tática passou a ser encarada com negatividade. Vejamos um fragmento do discurso de Robespierre proferido na Convenção Nacional no dia 5 de fevereiro de 1974, onde podemos perceber com clareza a aproximação entre virtude, democracia e terror, em uma conotação positiva:

> Se a mola do governo popular na paz é a virtude, a mola do governo popular em revolução é ao mesmo tempo *a virtude e o terror*: a virtude, sem a qual o terror é funesto; o terror, sem o qual a virtude é impotente. O terror não é outra coisa senão a justiça pronta, severa, inflexível; é, portanto, uma emanação da virtude: é menos um princípio particular que uma consequência do princípio da democracia aplicado às mais prementes necessidades da pátria (ROBESPIERRE, 1999, p. 149 *Apud* DE PAULA, 2013, p. 79); e ROBESPIERRE *Apud* (ŽIžEK, 2018, p. 03).

Como podemos perceber pela citação acima, para que o governo popular – no sentido democrático e das classes populares – consiga ser vitorioso na revolução, sua *alma mater* deve ser o terror e a virtude. Ora, então percebemos que para Robespierre o terror naquele período foi elevado à categoria de justiça virtuosa. É do terror que emana a justiça, e foi do terror que pôde nascer o governo da burguesia, somente por meio dele é que foi possível ser vitoriosa e torna-se classe dirigente na França.

Terror e democracia parecem um paradoxo, vimos isto em Chaliand e Blind (2017 d). Tal paradoxo se encontraria no terror como forma de defender a democracia e a liberdade. Porém, se pensarmos bem, perceberemos que os revolucionários franceses lutavam contra a reação, identificada como tirania. Ocorre que esse processo foi longe demais para as forças moderadas que não queriam levar o processo as últimas consequências, mas apenas amenizar as mazelas provocadas pela aristocracia e monarquia – é preciso lembrar que os Girondinos se apoiavam no rei –. Não queriam uma forma de democracia radical, mas uma democracia como na Inglaterra, onde a monarquia e os aristocratas ocupam o trono em uma monarquia parlamentar. Ao defender a radicalidade do processo, Robespierre está defendendo o avanço máximo que aquele momento histórico poderia suportar devido as suas condições materiais – devemos lembrar que o proletariado era inexistente ou, pelo menos, muito diminuto para uma perspectiva de revolução proletária.

É interessante pontuar que se até 1794 a aristocracia temerá os revolucionários mais radicais franceses, posteriormente a este período a própria burguesia terá medo de que os processos se desenrolem desta forma. Isso faz com que outros processos se desenrolem por meio do alijamento das classes populares processo revolucionário, e assim, a burguesia passa a preferir a aliança com as classes tradicionais ao invés das classes populares, ou seja, passaram a realizar suas modificações sociais por meio de revoluções passivas, pelo alto.

Por isso, para Gramsci,

> O conceito de revolução passiva [...] parece exato para não só para a Itália, mas também para os países que modernizaram o Estado através de uma série de reformas ou guerras nacionais, sem passar por uma reforma política de tipo radical- jacobino (GRAMSCI, 2002, p. 209-210).

Após os processos de 1793 – 1794, o que encontramos é cada vez mais a necessidade de não deixar com que o terror ocorresse novamente, veremos o porque em nossa leitura na próxima sessão. Importa aqui é que cada vez mais a burguesia pautou seus processos em movimentos de revoluções pelo alto, alijando as classes subalternas do processo e abandonando a perspectiva de uma democracia radical, proposta pelo terror jacobino dentro dos limites que aquele momento histórico podia suportar e proporcionar.

Ora, mas onde se encontra o momento e a razão da viragem do conceito de terror, ou seja, quando o mesmo deixa de ter uma conotação positiva para uma negativa? Para De Paula (2013) ela é fruto do afastamento das classes populares do processo do terror, ou, é quando os jacobinos perdem apoio popular é que o terror começa a ganhar sentido negativo. Não invalidamos a leitura de De Paula (2013), mesmo porque, esse processo não poderia existir sem o apoio popular. Entretanto, apontamos outra possibilidade, a de que a viragem do conceito tem a ver com a degeneração do pensamento revolucionário burguês, ou seja, ela é fruto da regressão filosófica que o mesmo vai encontrar nos anos subsequentes. Assim, apresentaremos como foi que esse processo de regressão ao do pensamento revolucionário se deu.

2.3. A regressão do pensamento burguês revolucionário: o terror como negativo[52].

Fato é que depois do período anteriormente discutido, inicia-se uma disputa aberta sobre o que significou o processo revolucionário francês e, principalmente, o significado do período do terror jacobino. Desta forma, o termo terrorismo passa a compor um quadro de arcabouço terminológico que visa desqualificar indivíduos e grupos que se enquadram, de uma forma ou de outra, como inimigos do Estado, ou, grupos que compõe quadros de antagonismo as classes dirigentes do Estado. Em nossa perspectiva, o tornar-se negativo do conceito de terrorismo está ligado com a decadência do pensamento burguês e a necessidade de criar um termo que desqualifique toda e qualquer luta por democracia radical, entendida aqui como um processo revolucionário ou de libertação, que tenha as classes populares em seu centro dinâmico.

Isto posto, se por meio de armas materiais – de canhões, fuzis, baionetas e guilhotinas, entre outras – as revoluções burguesas pautaram a ruptura com o mundo feudal, a utilização destas armas estava ancorada em um pensamento revolucionário, ou, uma teoria revolucionária. Foi esse pensamento revolucionário que permitiu a burguesia destruir o cosmo estático da idade média, acabar com o fanatismo religioso próprio do feudalismo, reordenar a sociedade às suas necessidades. O terror Jacobino foi a instrumentalização da arma teórica a serviço de uma democracia de caráter radical e que possibilitou a nova classe hegemônica transformar escravos, senhores feudais e servos em homens livres, ainda que formalmente.

Assim, toda atividade revolucionária, a utilização dos instrumentos capazes de matar, seja um revólver ou uma guilhotina (a navalha nacional, o grande símbolo do terror jacobino) estavam fundamentados em um tipo diferente de arma, as teorias progressistas e revolucionárias que por sua vez estavam pautadas na razão dialética, no humanismo e no historicismo. Foram estes arcabouços teóricos que, progredindo do século XIV ao final do século XVIII possibilitaram o suporte conceitual e categorial para que burguesia derrubasse reis, senhores feudais e a igreja.

Por tanto, é possível dizer que tais teorias e seus fundamentos nasceram com o Renascimento, passaram pelo *cogito ergo sum* de Descartes, pelo *Príncipe* de Maquiavel, o *Contrato Social* de Rousseau. No mundo material sua maior vazão foi com Robespierre e, o que mais nos importa aqui, o terror dos jacobinos. Na filosofia se desenvolveram com Kant e

[52] Nossa intenção com este capitulo não é legitimar o terror como meio de luta, mas mostrar que com a decadência do pensamento burguês, o período do terror jacobino passa a ser visto como um ponto fora da curva, não um momento necessário para a revolução burguesa.

chegaram ao seu ápice em Hegel. Este é o progressivo, mas não linear, caminho percorrido pelo pensamento revolucionário burguês para a derrubada do *Ancién Regime*. Foi por meio da razão dialética, do historicismo e humanismo que a burguesia pode colocar o novo contra o velho, a revolução contra o conservadorismo e a reação, impondo o terror como meio necessário de luta na busca de uma democracia radical, pelo menos, até a conquista do poder político.

Para Marx (2013. a) as armas materiais, os fuzis, os revólveres ou mesmo a navalha nacional é quem tem o poder material de transformar a realidade material. Sem estas, não é possível um processo revolucionário, romper com o velho na busca do novo. Entretanto, também nos diz que uma crítica radical, tomada pela raiz do problema, não em sua superficialidade, tem o poder de orientar a prática revolucionária, tornar-se material. Em suas palavras:

> A arma da crítica não pode, é claro, substituir a crítica das armas, o poder material tem de ser derrubado pelo poder material, mas a teoria também se torna força material quando se apodera das massas. A teoria é capaz de se apoderar das massas tão logo demonstra ad hominem, e demonstra ad hominem tão logo se torna radical. Ser radical é agarrar as coisas pela raiz. Mas a raiz, para o homem, é o próprio homem. (MARX, 2013, p. 157 a).

Assim, os processos iniciados em 1640, 1776 e 1789[53] a crítica das armas e as armas da crítica estiveram presentes – ambas se desenvolvendo neste processo - como fundamento das ações revolucionárias da burguesia enquanto classe subalterna. Mas percebe-se que em 1830 e 1848, já como classe dirigente consolidada no poder, a burguesia "traiu definitivamente a causa do progresso social [...]" (COUTINHO, 2010, p. 22). Ao romper com o pensamento progressista que ela mesma criou com o Renascimento e que havia culminado em Hegel e no terror jacobino, a arma da crítica começa a se apresentar em declínio, ela inicia um processo de crise substancial.

Isto posto, após se consolidar no poder como classe Hegemônica - ou se assim quisermos como classe dirigente vitoriosa - a burguesia necessitou solapar seu próprio pensamento revolucionário, abdicar dos elementos mais radicais expressos na potencialidade dos ideais da Revolução Francesa: *Liberté, Égalité, Fraternité.* Com o abandono do potencial radical destes três elementos, as classes populares também deviam ser abandonadas e alijadas de suas futuras revoluções. Assim, estas três bandeiras só puderam se realizar formalmente, isto, pois, com o governo da burguesia a dinâmica do modo de produção capitalista cindiu a

[53] Início dos processos revolucionários inglês, estadunidense e francês na ordem das datas em que ocorreram.

sociedade em duas novamente, os possuidores dos meios sociais de produção e os que necessitam vender sua força de trabalho para esses possuidores.

Isto posto, como classe hegemônica a burguesia sabia que as armas que utilizou contra o feudalismo se voltariam contra ela (MARX e ENGELS, 2008). As armas de fogo permaneceram e se desenvolveram, canhões tornaram-se mísseis de altíssima precisão, os fuzis passaram a disparar centenas de balas por minuto, porém, seu pensamento revolucionário, que tinha como pressuposto a transformação social, a crítica tomada pela raiz, o fim da exploração do homem pelo homem, foi abandonado. Vamos explicitar melhor qual a problemática em que se colocou a burguesia após findado os processos revolucionários que a colocaram como classe hegemônica.

A burguesia como classe revolucionária, ainda quando pertencia ao Terceiro Estado, criticou as formas anteriores de sociedades e organização estatal. Proclamava que a "injustiça, o privilégio e a opressão seriam substituídos pela verdade eterna, pela eterna justiça, pela igualdade baseada na natureza e pelos direitos inalienáveis do homem." (ENGELS, 1981, p. 29).

Como classe destruidora da sociedade feudal, autodenominava-se como representante do conjunto dos explorados e oprimidos. E de fato seu projeto tinha tal perspectiva, a de libertar o homem do lobo do homem, como vimos com Robespierre em seu discurso na sessão anterior. Assim, como classe universal, como aquela que comporta todos o espírito revolucionário que advinha daquele tempo, arrogava-se representante "não de uma classe determinada, mas de toda a humanidade sofredora" (ENGELS, 1981, p. 30).

Porém, quando se tornou classe dirigente vencedora, a burguesia criou seu próprio antagonismo, o proletariado –como outro negativo interno –, por meio da exploração do capital. É importante apontar que nas sociedades onde reinava modos de produções anteriores ao capitalismo, a dominação era mantida mais pelas forças extra econômicas – político, militar, religioso – do que pelo poder econômico, porém, no capitalismo essa relação se inverte, é a reprodução econômica que vai determinar as outras formas de dominação, como apontou Ellen Wood (2014). Assim ao revolucionar o modo de produção feudal, os capitalistas emergiram como detentores dos meios de produção – do poder econômico –, mas também do poder político e militar.

É importante ter em mente que desde a formação dos Estados Nacionais e as grandes navegações, século XIV, a burguesia começa a acumular poder econômico, mas isso não

garantia a ela o poder político. Marx ao analisar a acumulação primitiva nos diz que "A estrutura econômica da sociedade capitalista surgiu da estrutura econômica da sociedade feudal. A dissolução desta última liberou os elementos daquela" (MARX, 2013, p. 787. b). Assim, é da desintegração da sociedade feudal que nasce a sociedade capitalista. As revoluções antes citadas colocam esse poder nas suas mãos e ao mesmo tempo transforma todos os homens em iguais na letra da lei, assim, iguais somente formalmente.

Ocorre que a reprodução do capital, que nos modos pretéritos era determinado pelo excedente de produção, com o advento do capital como modo de produção reinante, a passa a ser determinado pelo próprio processo de produção e, desta forma, no capitalismo se produz para o lucro. Para a produção de capital emergir como forma reinante da reprodução da sociabilidade, o capital necessitava que os homens fossem livres em um duplo aspecto: das suas ferramentas de trabalho e da terra, e livres para vender sua força de trabalho. Aqui se coloca o problema da liberdade formal e da liberdade real. Marx (2013 b) novamente analisando o processo de acumulação primitiva aponta que:

> O produtor direto, o trabalhador, só pode dispor de sua pessoa depois que deixou de estar acorrentado à gleba e de ser servo ou vassalo de outra pessoa. Para converter-se em livre vendedor de força de trabalho, que leva sua mercadoria a qualquer lugar onde haja mercado para ela, ele tinha, além disso, de emancipar-se do jugo das corporações, de seus regulamentos relativos a aprendizes e oficiais e das prescrições restritivas ao trabalho. Com isso, o movimento histórico que transforma os produtores em trabalhadores assalariados aparece como libertação desses trabalhadores da servidão e da coação corporativa, e esse é o único aspecto que existe para os nossos historiadores burgueses. Por outro lado, no entanto, esses recém-libertados só se convertem em vendedores de si mesmos depois de lhes terem sido roubados todos os meios de produção, assim como todas as garantias de sua existência que as velhas instituições feudais lhes ofereciam. E a história dessa expropriação está gravada nos anais da humanidade com traços de sangue e fogo (MARX, 2013, p. 787. b).

Como detentores dos meios de produção, a burguesia alija o proletariado do produto do seu trabalho e transforma, ambos em mercadoria, uma ela vai vender – a mercadoria propriamente dita – e outra ela vai comprar – a força de trabalho. É importante destacar que, como mercadoria, essa parcela tem que concorrer com ela mesma por emprego e o trabalhador passa a ter que "lutar pelos seus meios de vida físicos, tem de lutar pela aquisição de trabalho, i. e, pela possibilidade, pelos meios de poder realizar a sua atividade" (MARX, 2015, p. 246). Desta forma, ao negar as ferramentas de trabalho e o produto do seu trabalho, a burguesia torna o trabalhador o *outro negativo interno*. Essa concorrência entre os

trabalhadores tem como fundamento a necessidade do capital em rebaixar o valor da força de trabalho.

A vitória da classe da burguesia em sua luta contra os senhores feudais, as relações de vassalagem, de servidão e contra os mestres de corporações, representam a vitória contra o atraso e as amarras que as relações de produção feudal mantinham no mundo da produção, contudo, também representam a "livre exploração do homem pelo homem (MARX, 2013, p. 787 b).

Como dissemos anteriormente, a proposta que apresentou ao conjunto do Terceiro Estado na revolução Francesa era acabar com a desigualdade entre os homens, sem reis, sem servos e sem escravos devia ser constituída a sociedade. Todos deveriam ser *citoyens*, mas o que se concretizou foi uma caricatura abstrata do cidadão, onde todos são iguais perante a letra da lei, mas não no mundo da produção da vida material. Assim, como bem observou Marx (2008), "toda sociedade se divide, cada vez mais, em dois grandes campos inimigos, em duas grandes classes diretamente opostas: a burguesia e o proletariado" (MARX, 2008, p. 9).

É importante salientar que ambas as classes, burguesia e proletariado – a segunda sendo muito diminuta –, faziam parte do misto que era o chamado Terceiro Estado na França, no Terceiro estado podemos encontrar também o campesinato. O que se viu ao final do processo revolucionário burguês foi que "o triunfo do terceiro estado não era mais que o triunfo de uma parte muito pequena dele [...], a burguesia possuidora" (ENGELS, 1981, p. 36).

Proletariado e campesinato, depois de consolidada as revoluções burguesas, passaram ao regime de exploração que a burguesia impôs, como apontado até aqui. Por isso, a nova classe dirigente precisou romper com os elementos progressistas de seu pensamento: razão dialética, historicismo, humanismo, pois estes não serviam mais aos propósitos da nova classe hegemônica, que depois do fato consumado passou tentar conservar ao invés de revolucionar. Continuar a sua crítica significaria pôr em risco sua existência como classe. Sem uma crítica radical, não fazia mais sentido manter o terror como forma de se chegar a democracia radical como pensava Robespierre, mesmo porque, este depois da revolução francesa deixa de ser seu objetivo enquanto classe.

Podemos perceber, desta forma uma ruptura em seu pensamento. Mas é importante que a "ruptura que estamos analisando não se processa com a totalidade do pensamento anterior, mas sim com a tradição progressista que constitui a essência desse pensamento"

(COUTINHO, 2010, p. 23). Assim, devemos apontar que muitas vezes o pensamento decadente e miserável que a burguesia nos apresentou após Hegel não é - muitas vezes - um desenvolvimento intencional e consciente, mas parte da impossibilidade enquanto classe dirigente e de seus intelectuais de responderem as contradições geradas pela realidade que objetivam no mundo da produção, a fetichização da mercadoria, coisificação do homem, extração de mais-valia.

Nunca é demais lembrar - é Marx quem nos adverte - que a "moderna sociedade burguesa, que surgiu do declínio da sociedade feudal, não aboliu as contradições de classe" (MARX, 2008, p. 9). Por conta da exploração do homem pelo homem, colocada agora sob a reprodução do capital, o pensamento progressista da burguesia entrou em crise, em duplo sentido: é social porque faz dos homens formalmente iguais, mas mantém uma desigualdade no plano real; é intelectual pois tem que abandonar os mais altivos elementos progressistas que seu pensamento pode produzir (LUKÁCS, 2009).

Desta forma, onde residiria o fundamento - a origem - desta crise? Responde Lukács: "A crise social e intelectual da democracia tem sua origem na contradição entre liberdade e igualdade políticas e a liberdade e igualdade reais do homem" (LUKÁCS, 2009, 27). Após a ruptura da sociedade feudal e nascimento da sociedade onde reina o capital, ocorreu um reordenamento da realidade material dos homens, dividindo-os em explorados e exploradores. Para consolidar uma igualdade e uma liberdade real seria necessário acabar com a propriedade privada dos meios sociais de produção, o que para a burguesia significa destruir-se enquanto classe.

Foi somente após se consolidar como classe dominante e com o modo de produção capitalista que todas as contradições que já estavam expressas desde antes da revolução francesa se expressassem com clareza, ou, "foi preciso que a liberdade e a igualdade formais se instaurassem na vida social para que seu caráter contraditório se convertesse no ponto de cristalização de todas as agrupações político-sociais – por isso, ideológicas – do século XIX" (LUKÁCS, 2009, p. 27). E é no século XIX, segundo De Paula (2013) que o terror e seu uso sistemático na política começa a ganhar contornos negativos, com o movimento anarquista daquele período.

Para Lukács é possível falar em três estágios de desenvolvimento da igualdade para a humanidade: o primeiro esteve ligado ao cristianismo e o estabelecimento da igualdade das almas perante Deus; o segundo o processo da Revolução Francesa e os Jacobinos; o terceiro,

seria o socialismo deveria acabar com “todas as formas de dependência do homem frente ao homem, de exploração e de opressão do homem pelo homem, de desigualdade social e de ausência de liberdade” (LUKÁCS, 2009, p. 28).

Para De Paula (2013), a mudança de sentido positivo para negativo que o terror passou a ter depois de 9 de Termidor possa ser explicada como fruto de um momento onde a “violência institucionalizada se afasta do povo e perde sua base” (DE PAULA, 2013, p.83). Para nós este é um elemento fundamental, mas também é fruto de uma narrativa que tem ligação direta com o processo que descrevemos neste subcapitulo, a decadência de seu pensamento, que levou a burguesia a negar o período mais radical da sua história.

Para concluir, apontamos que mais uma vez avançamos na tentativa de constituir um arcabouço categorial que nos possibilite apreender o que é o fenômeno do terrorismo. Assim como De Paula (2013), percebemos que o terrorismo é um conceito político, visto que o mesmo foi utilizado pela burguesia quando necessitou para implementar sua revolução e o negou quando a mesma já estava consolidada. Assim, passemos agora a última questão em que nos propomos para uma conceptualização, questão da religião e terrorismo suicida.

2.5. A pauta política como fundamento do terrorismo suicida

Chegamos até aqui com uma delineação do que será nossa proposta para o conceito de terrorismo, sendo esta a *tática de utilizar o terror psicológico para obtenção de um determinado fim político*. Também percebemos que o conceito é, por conta de sua transmutação histórica, um conceito político, ou seja, quando foi necessário para a burguesia que o mesmo tivesse um sentido positivo ela o utilizou bem. Porém, quando seu pensamento revolucionário regride, o conceito ganha conotação negativa.

É importante pontuar que, mesmo sendo considerável a conceptualização que apresentamos até aqui, ela é insuficiente. A mesma não consegue responder claramente o que é o determinante no fenômeno do terrorismo, em especial o terrorismo suicida. Isto pois este último é muito associado à religião e a irracionalidade, algo que vimos em Chaliand e Blin (2017).

Devemos apontar também que tentamos oferecer uma proposta para analisar como o *Império Universal do Ocidente* utiliza do conceito de terrorismo para construir sua Cruzada moderna e, assim, o outro negativo externo na atualidade após o 11 de setembro de 2001. Isto

posto, definir o que é o terror ou o terrorismo não é tarefa fácil. Estes dois termos carregam consigo uma imensa gama de signos e significados, que foram se modificando ao longo da história, como vimos até aqui.

Outro problema da conceptualização – que pode ser facilmente percebido – é que, torna-se quase impossível uma sistematização clara do que é o terrorismo ou o ato de terrorismo, posto que muitas vezes o mesmo é adjetivado, deixando cada vez mais imprecisa suas definições. Assim, podemos encontrar a composição do termo terrorismo e terror com outras palavras, tais como: nuclear, simbólico, psicológico, islâmico, cristão, revolucionário, estatal, nacionalista, religioso, político, internacional, transnacional, ecológico, entre outras diversas formas.

Parece que se quisermos atribuir mácula a algum grupo que conteste as políticas de Estados-nação poderosos é só incluir a pecha negativa de terrorista na frente de sua causa. Desta forma, quem contrapõe as políticas ambientais de um Estado-nação pode se tornar um ecoterrorista; quem contrapõe o status religioso torna-se um terrorista cristão, islâmico, católico etc.; quem contrapõe os interesses imperialistas de países como os EUA, tornam-se terroristas nacionalistas e assim por diante.

Por isso, Losurdo (2010) diz que "não há nenhum esforço para [esclarecer o que é terrorismo]. Quanto mais vaga a acusação, tanto mais fácil para sua validade se impor de modo unilateral e tanto mais inapelável se torna a sentença pronunciada pelo mais forte" (LOSURDO, 2010, p. 15).

Desta forma, a utilização do termo terrorismo se tornou mais uma desqualificação de lutas contra algum *status quo* vigente, do que uma acepção clara. O que acaba por não explicar o porquê houve aumento do fenômeno do terrorismo suicida e ao mesmo tempo, o porquê aconteceram os eventos de 11 de setembro de 2001. Ocorre que tais adjetivações trazem problemas de ordem sistemática deixando aberto as variadas possibilidades do acaso e das necessidades de imputação do termo em sentido negativo por potências econômicas e militares.

Já as análises por meio da classificação dos agentes do terror também não trazem grandes sucessos. Aqui encontramos o seguinte problema: não há uma clara definição internacional de quem é este agente. Isto fica evidente se analisarmos as listas de organizações e pessoas consideradas terroristas. Por exemplo, ao analisarmos as litas de organizações consideradas terroristas pelos EUA, Austrália e Canadá, encontramos uma discrepância de

quantidade e de nomes de pessoas e organizações[54]. Isto denota que o caminho também não passa – pelo menos parcialmente – por aí.

Claro que esta discrepância diz alguma coisa. Ela demonstra que o combate ao Oriente no pós 11 de setembro de 2001 passou a ser por meio da classificação do *outro negativo externo* como o terrorista e os perigos que este outro poderia representar para o Ocidente. É visível que a ampla maioria dos de grupos e pessoas que compõe estas listas são de origem árabe muçulmana, ligadas ao Oriente Médio.

Assim, como podemos perceber, não é possível extrair um consenso básico para o conceito de terrorismo, visto que o mesmo pode ser combinado com outros termos, ser aplicado a grupos diferentes, dependendo do país. Outro problema que encontramos, mas que que traz mais sucesso, é a existência classificações do que é o ato de terrorismo, sendo estas: o terrorismo demonstrativo; o terrorismo destrutivo; e o terrorismo suicida. É importante pontuar que este último é o que mais nos interessa, visto que é do tipo utilizado em 11 de Setembro de 2001.

Estes são três tipos diferentes de táticas de luta, mas que têm um objetivo comum, em geral, buscam "ganhar apoiadores e coagir oponentes"[55] (PAPE, 2003, p. 345). Contudo, de forma geral, a utilização destes três métodos, são pautados em escolhas lógicas feitos pelos grupos que utilizam do terrorismo para tentar coagir um Estado alvo a aceitarem suas pautas, visando qual tática é a mais adequada as circunstâncias em que estes grupos se encontram.

O primeiro tipo, terrorismo demonstrativo, é aquele que busca minimizar os danos ao Estado alvo e ganhar o foco para sua pauta de reivindicações. Assim, procuram balancear o coagir e o ataque terrorista para que grupos fiquem ao seu lado e pressionem também o Estado alvo a cederem. Os métodos mais comumente utilizados são sequestro de aviões, pessoas e ataques a bomba, porém anunciados. Neste método busca-se o equilíbrio entre coerção e apoio da opinião pública (PAPE, 2003).

O segundo tipo, terrorismo destrutivo, é mais agressivo em danos ao Estado alvo do que o anterior. Contudo, assim como no terrorismo demonstrativo, os grupos que utilizam desta tática também miram bastante a busca de apoio de prováveis aliados para suas causas. Ocorre que, por infligirem maior dano ao Estado alvo e agirem por meio de assassinatos seletivos, sempre correm o risco de perderem tal apoio. Os exemplos mais claros deste tipo de

[54] Ver as Listas de organizações terrorista para os EUA; Austrália; Canadá, em anexo
[55] No original: *to gain supporters and to coerce opponents*

terrorismo, segundo Robert Pape (2003), são os grupos: os grupos anarquistas no século XIX, o grupo *Baader-Mainhof*, as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC) e o Exército Republicano Irlandês (IRA) (PAPE, 2003).

O terceiro e último tipo é o terrorismo suicida. É a forma mais agressiva de terrorismo, sendo que funciona quase que exclusivamente pela coerção. A base deste tipo de terrorismo é aquela onde o atacante comete suicídio para concluir o ataque por meio de coletes bombas, carros bombas, aviões lançados sobre prédios. Os atacantes não esperam voltar com vida, sabendo que se não morrem no ataque, poderão ser mortos pela polícia ou terceiros.

Este tipo de terrorismo é mais agressivo por duas razões. Primeiro, causa mais dano que os outros dois tipos, pois, geralmente, os atacantes e os seus líderes se preocupam menos com o apoio que conseguirão da comunidade internacional e mais com os danos que podem causar; segundo, causam maior pânico nas pessoas visto que deixa a impressão de que os atacantes não poderiam ser dissuadidos (PAPE, 2003).

Esta última tática é a que foi utilizada nos ataques de 11 de setembro de 2001 e que, como apontamos, é aquela que é mais correlacionada com o fundamentalismo e irracionalidade religiosa. Acreditamos que é por meio desta forma de terrorismo que encontraremos a chave para entender melhor esse conceito, visto que é a forma brutal e a mais combatida na atualidade.

Vejamos agora a correlação entre terrorismo suicida e religião. É muito comum esta associação entre terrorismo suicida, fundamentalismo religioso e irracionalidade. Este é um elemento constantemente nas exegeses ocidentais, como vimos em Chaliand e Blin (2017). O que nos importa é desassociar isto daquilo, ou, desassociar essa leitura corrente de que terrorismo e religião estão necessariamente interligados.

Robert Anthony Pape (2003)[56] analisou todos os casos de terrorismo suicidas encontrados na base de dados on-line Nexis Lexis até por volta de dezembro de 2001, como pode ser visto na Tabela 1, abaixo. A constatação do autor foi a de que do início da década 1980 ao início da década de 2000 o terrorismo suicida cresceu em demasia. Segundo o autor, o problema é que as análises que buscam correlacionar terrorismo, fundamentalismo e religião não explicam nem o como, nem o porquê este fenômeno tem crescido.

[56] Tivemos acesso ao livro *Dying to win: the strategic logic of suicide terrorism*, porém, na impossibilidade de citá-lo visto que o texto que obtivemos não contém ano, data, local, editora, etc., preferimos trabalhar com o artigo *The strategic logic of suicede terrorism* e extrair os dados do livro antes citado nesta nota de Nasser (2014).

É importante salientar também que neste mesmo período houve um aumento significativo de grupos considerados terroristas religiosos – aí incluídos as três formas – destrutivo, demonstrativo e suicida. Em 1980, dos 64 grupos apenas 02 eram classificados como grupos terroristas religiosos, já na década de 1990 um terço das 49 das organizações conhecidas podiam ser classificadas como grupos terroristas com fundamento religioso (HOFFMAN, 2006 *Apud* NASSER, 2014, p. 67).

As análises de Robert Pape (2003) apontaram para outros elementos. Segundo o autor, este aumento se deu de duas formas: no tempo, uma quantidade maior no número de atendados em menor tempo; e localização, podendo ocorrer não apenas em um local, mas em vários, e em campanhas que visam mais de um único alvo. Outra constatação deste autor é que, diferente do que é tão correntemente apontado, o terrorismo suicida não é um ato irracional e não está diretamente correlacionado e fundamentado em uma perspectiva religiosa.

Isto posto, a lógica do terrorismo suicida tem como objetivo algo simples. O mesmo age com intuito de "infligir dor suficiente à sociedade adversária para superar seu interesse em resistir as demandas dos terroristas e, assim, fazer com que o governo ceda ou a população se revolte contra o governo." (PAPE, 2003, p. 346)[57]. Atentados suicidas tendem a destender ao máximo essa relação entre dor e sobrecarga de punição ao Estado alvo e sua população para que as demandas reivindicadas sejam atendidas. Isto quer dizer que esta forma de terrorismo age por meio da punição, portanto, existe uma correlação entre coerção sobre governos – para que estes mudem determinada política – e a punição de civis – para que estes pressionem o Estado alvo a aceitar as demandas destes grupos que perpetram o ataque terrorista.

Esta punição pode ser de forma direta, por meio do ataques contra os próprios civis, ou indireta, por meio de ataque aos militares e suas bases (PAPE, 2003). Os alvos do terrorismo suicida podem ser variados, mas, por meio da punição, sua lógica é a do *tit-for-tat* (olho-por-olho), ou seja, da reataliação, como aponta o autor:

> Os alvos podem ser econômicos ou políticos, militares ou civis, mas em todos os casos a tarefa principal é menos destruir os alvos específicos do que convencer a sociedade adversária de que eles são vulneráveis a mais ataques no futuro. Esses recursos também tornam o terrorismo suicida conveniente

[57] No original: *to inflict enough pain on the opposing society to overwhelm their interest in resisting the terrorists demands and, so, to cause either the government to concede or the population to revolt against the government.*

> para retaliação, uma interação de olho por olho que geralmente ocorre entre terroristas e o governo defensor (CRENSHAW, 1981 *Apud* PAPE, 2003, p. 346).[58]

Observemos a tabela n.1 para perceber esta interação *tit-for-tat*, entre atentados terroristas suicidas e países alvos.

Tabela 1. Campanhas de terrorismo suicida, 1980 – 2001

Nº	Data	Grupo terrorista	Objetivo dos terroristas	Nº de ataques	Nº de mortes	Comportamento do alvo
1	Abr. – Dez. 1983	Hezbollah	EUA/ França fora do Líbano	6	384	Retirada completa
2	Nov. 1983 – Abr. 1985	Hezbollah	Israel fora do Líbano	6	96	Parcial retirada
3	Jun. 1985 – Jun. 1986	Hezbollah	Israel fora do Líbano	16	179	Não houve mudança
4	Jul. 1990 – Nov. 1994	LTTE	Sri Lanka aceitar o Estado Tâmil	14	164	Negociação
5	Abr. 1995 – Out. 2000	LTTE	Sri Lanka aceitar o Estado Tâmil	54	629	Não houve mudança
6	Abr. 1994	Hamas	Israel fora da Palestina	2	15	Parcial retirada de Gaza
7	Out. 1994 – Ago. 1995	Hamas	Israel fora da Palestina	7	65	Retirada parcial da Cisjordânia
8	Fev./ Mar. 1996	Hamas	Retaliação por assassinato Israelense	4	58	Não houve mudança
9	Mar. / Set. 1997	Hamas	Israel fora da Palestina	3	24	Líder do Hamas libertado
10	Jun. / Out. 1996	PKK	Turquia aceitar autonomia curda	3	17	Não houve mudança
11	Mar./ Ago. 1999	PKK	Turquia libertar líder preso	6	0	Não houve mudança
Campanhas em andamento em dezembro de 2001						
12	1996-	AI Qaeda	EUA fora da Península Arábica	6	3.329	A ser decidido
13	2000-	Rebeldes	Rússia fora	4	53	A ser decidido

[58] No original: Targets may be economic or political, military or civilian, but in all cases the main task is less to destroy the specific targets than to convince the opposing society that they are vulnerable to more attacks in the future. These features also make suicide terrorism convenient for retaliation, a tit-for-tat interaction that generally occurs between terrorists and the defending government.

		chechenos	da Chechênia			
14	2000-	Rebeldes da Caxemira	Índia fora da Caxemira	3	45	A ser decidido
15	2001	LTTE	Sri Lanka aceitar o Estado Tâmil	6	51	A ser decidido
16	2000-	Variadas	Israel fora da Palestina	39	177	A ser decidido
Total de incidentes: 188						
Nº em campanha: 179						
Nº isolados: 9						
Fonte: (PAPE 2002 *Apud* PAPE 2003, p. 348)						

Outro elemento importante é que, diferente das duas formas mais amenas de terrorismo, o terrorismo suicida é o mesmo que sempre traz a expectativa do que mais está por vir, pois age dentro da lógica da criação do mártire. Aqueles que cometem o atentado passam a ser vistos em sua comunidade como mártir, inspirando outros a se juntarem à causa (PAPE, 2003). Isto quer dizer que este é o tipo que melhor consegue articular o terror psicológico, marcando uma certa sociedade com o medo de que mais atentados ocorrerão.

É importante pontuar que os grupos e pessoas que utilizam do terrorismo suicida podem utilizar como armas qualquer coisa que possa matar, tais como: um caminhão, um colete com explosivos, facas, armas de fogo, aviões – como no caso do 11 de setembro de 2001 – entre outros. Por utilizarem uma ampla gama de coisas capazes de matar, tem maior capacidade de esconder seu armamento e, assim, mais facilidade em se infiltrarem próximos aos seus alvos (PAPE, 2003).

Por tudo isso, grupos que agem por intermédio do terrorismo suicida tendem a ser mais letais que os grupos que atuam por meio de outras táticas de terrorismo. Há título de comparação, de 1980 a 2001 houve 188 ataques terroristas suicidas – excluindo o 11 de setembro de 2001– que representou uma média de 13 mortes por ataque, ou por volta de 2.444 pessoas mortas. Ocorre que no mesmo período ocorreram cerca de 4.155 casos de terrorismo – incluindo os três tipos e também excluindo o 11 de setembro –, que foram fatais para 3.207 pessoas. Esses dados apontam para uma maior letalidade do terrorismo suicida, como podemos perceber (PAPE, 2003).

Na balança entre apoio e coerção, os grupos que utilizam do terrorismo suicida pesam mais para o lado da coerção, fazendo com que percam apoio da comunidade internacional; grupos de direitos humanos; e mesmo de outros possíveis aliados considerados terroristas que utilizem de outros métodos. Entretanto, o terrorismo suidida não deixa de fora toda a lógica da

busca de apoio. Por agirem pela lógica do mártir, esperam conseguir mais recrutas para a sua causa. Aqui entra a lógica da religião, mas não como fator fundamental como apotaram Chaliand e Blin (2017) e sim como elemento de ligação necessária para que os grupos que utlizam do terrorismo suicida consigam militantes para sua causa.

É possivel dizer que para alguns grupos que utilizam do terrorismo suicida o elemento aparente é o religioso, contudo a religião serve como elo entre suas demandas e a população. Para além disso, outro elemento central é de fundamento nacionalista e de libertação nacional, como veremos. Portanto, é razoável inferir que o elemento religioso apareça com mais constância na atualidade porque faz parte da contrução do *outro negativo externo* sobre o árabe muçulmano e o Oriente Médio. É essa contrução que determina discursivamente o elemento da religiosidade como sendo o fundamento do ato do terrorismo suicida, quando o mesmo é o aparente do fenomeno.

Como dissemos acima, as descobertas de Robert Pape (2003) apontam que o terrorismo suicida tem pouco a ver com irracionalidade ou religiosidade. O que o autor percebe é que existem três propriedades fundamentais nesta forma. A primeira é *timing* – ou momento –, isto quer dizer que, como podemos perceber pela tabela 1, os ataques por meio de atentados terroristas suicidas ocorreram de forma organizada e dentro de determinadas campanhas, mostrando uma afinação entre elas. Estas campanhas tiveram continuidades, interrupções e prossecução de acordo com as necessidades e a conquista das pautas.

A segunda propriedade é que as campanhas tiveram como pressupostos *objetivos nacionalistas*. Todas estas campanhas, a partir de 1980, como veremos na tabela 2, tiveram como pressuposto a luta contra algum tipo de Estado que consideravam invasores em suas terras pátria. E é importante já apontar que aqui – para nós – se esconde o segredo do terrorismo suicida.

Terceiro e último, os alvos destas campanhas possuem todas *democracias como alvo* – também como poderemos perceber pela tabela 2 – por dois motivos, segundo Robert Pape (2003): Estados democráticos são vistos como sendo mais fracos que os autoritários e mais passiveis de pressões internas (de sua população e sociedade civil) e externas (organismos internacionais e supranacionais); segundo, espera-se que o Estado democrático aja dentro de forma agressiva que um Estado autoritário.

Tabela 2. Motivação e alvos das campanhas terroristas suicidas, 1980 – 2001

Região Disputada	Status da pátria	Objetivo terrorista	O alvo é uma democracia?
Líbano, 1983 - 86	Presença militar EUA/Fran/FDI	Retirada dos EUA/Fran/FDI	Sim
Cisjordânia/ Gaza, 1994 -	Presença militar FDI	Retirada da FDI	Sim
Tâmil no Sri Lanka, 1990 -	Presença militar Sri Lanka	Retirada do militar Sri Lanka	Sim (1950)*
Curdistão na Turquia – década 1990	Presença militar da Turquia	Retirada da Turquia	Sim (1983)*
Chechênia, 2000 -	Presença militar da Rússia	Retirada da Rússia	Sim (1993)*
Caxemira, 2000 -	Presença militar da Índia	Retirada da Índia	Sim
Península Arábica, 1996 -	Presença militar dos EUA	Retirada dos EUA	Sim

Przeworski et al. 2000 identifica quatro regras simples para determinar o tipo de regime: (1) o executivo principal deve ser eleito; (2) os legisladores devem ser eleitos; (3) deve haver mais de um partido; e (4) deve haver pelo menos uma transferência pacífica de poder. Por esses critérios, todos os alvos do terrorismo suicida foram e são democracias. (Przeworski et al. somente dados de 1950 a 1990 e é atualizado para 1999 por Boix e Rosato 2001).
A *Freedom House* também classifica os países como "livres"; "parcialmente livres"; e "não livres", usando critérios para o grau de direitos políticos e liberdades civis. De acordo com as medidas da *Freedom House*, Sri Lank. A Turquia e a Rússia eram parcialmente livres quando foram alvos do terrorismo suicida, o que os coloca em aproximação à todos os outros países com uma pontuação que é realmente tendenciosa contra este estudo, uma vez que o próprio terrorismo diminui a classificação de liberdades civis de um país (freedomhouse.org).
* Data estabelecida como uma democracia (se não sempre uma democracia).

Fonte: (PAPE, 2002, Apud. PAPE, 2003, p. 349).

Portanto, as organizações que atuam por meio do terrorismo suicida não são irracionais, visto que, primeiro as mesmas têm uma pauta bem definida e organizada; segundo, todos os ataques de terrorismo suicida foram organizados dentro de campanhas, por um determinado período, com objetivos claros; e, terceiro, com alvos bem definidos e escolhidos. Isto evidencia o fato de que existe uma organização extremamente racional, onde tais campanhas são interrompidas e reiniciadas conforme a necessidade de se atingir e conquistar suas pautas, prioritárias ou intermediárias, como negociações e soltura de líderes presos, como pode ser percebido na tabela 1.

Outro elemento apontado por Robert Pape (2003) sobre o quão racional são estas organizações é que elas aprendem com a experiência. Para o autor, o que explica o grande aumento no número de atentados terroristas é o fato de que ao avaliarem ganhos e perdas, os grupos que utilizam do terrorismo suicida percebem que ele compensa.

Como exemplo o autor cita a seguinte explicação de Ronald Reagan para que os EUA se retirassem do Líbano em 1983: "O preço que tivemos que pagar em Beirute era tão grande, a tragédia no quartel foi tão enorme. [...] Nós tivemos que sair. [. . .] Não podíamos ficar lá e correr o risco de outro ataque suicida contra os fuzileiros navais (REAGAN, 1990, p.465 *Apud* PAPE, 2003, p.352)[59].

Ainda, segundo o autor, outras vitórias – mesmo que parciais – como do Hezbollah sobre Israel, que se retirou de parte do Líbano em 1985; do Tigres de Libertação do Tâmil e Eelam (LTTE) em 1984 sobre Sri Lanka, que abriu negociações com o grupo terrorista, entre outros casos que podem ser conferidos na tabela 1, apontam que os grupos que utilizam do terrorismo suicida aprendem com a experiência e com as vitórias.

Em outro estudo de 2006, Robert Pape, foi do estudo apresentado até aqui. O autor analisou um universo de 315 casos e 462 indivíduos terroristas – 83% de todos os indivíduos que utilizaram do terrorismo suicida –. Nesta pesquisa o autor percebeu que 57% de todos os casos de terrorismo no período foram perpetrados por indivíduos Laicos e 43% por grupos que tinham por base alguma religiosidade. E que os 17% dos quais ele não tinha dados fossem indivíduos religiosos, a balança mudaria para 52% de religiosos e 48% de laicos, uma diferença muito pequena para apontar que o terrorismo suicida é algo ligado a irracionalidade religiosa (PAPE, 2006 *Apud* NASSER, 2014, p. 73).

Em outro estudo apresentado em 2010, Robert Pape apresenta que 95% de todos os ataques suicidas, um universo de 2.200, entre 1980 e 2010, ainda eram respostas às ocupações de países estrangeiros (PAPE, 2006 *Apud* NASSER, 2014, p. 77). Isto por si só já demonstra a falácia do terrorismo suicida como tendo o fundamento religioso. Mas então, onde podemos encontrar o segredo do fenômeno que, como vimos, tem crescido muito?

Para responder esta questão, foquemos no segundo e no terceiro elementos apresentados por Robert Pape (2003), *objetivos nacionalistas* e *democracias como alvo*. Como vimos, para o autor, as nações democráticas são mais sensíveis aos atentados terroristas

[59] No original: The price we had to pay in Beirut was so great, the tragedy at the barracks was so enormous. . . . We had to pull out. . . . We couldn't stay there and run the risk of another suicide attack ou the Marines"

suicidas porque os agressores a veem como mais fracas e, por isso, mais suscetíveis a pressões de sua população civil. Também, porque esperam que a retaliação seja mais branda do que seria de Estados não democráticos. Estes são sem dúvida pontos importantes, mas – para nós – não se apresentam como o motivo central.

Porém, ao observarmos tanto a tabela 1 quanto a tabela 2, perceberemos um elemento essencial, e que Robert Pape (2003) admite, mas que tangencia e não o traz de fato ao centro da questão. Na coluna *objetivos dos terroristas* da tabela 1 quase todos os quadros estão ligados a perspectiva de libertação nacional ou aceitação da independência de uma região. Os quadros que não compreendem estas duas pautas estão ligados a libertação de líderes dessas organizações que lutaram pela libertação nacional e foram presos em causa delas. Na tabela 2, vemos que todas as campanhas contra os países democráticos tiveram como fundamento a presença militar destas nações nas regiões destes grupos que utilizam de atentados terroristas.

Portanto, os alvos do terrorismo suicida são justamente estas nações democráticas, pois elas estavam realizando algum tipo de ocupação estrangeira em terras onde os grupos que utilizam desta tática consideram suas. Na realidade, é como consequência destas ocupações que grupos passam a utilizar do terrorismo suicida. Como salientou Nasser (2014), "Pape deveria levar em consideração o fato de que, no mundo pós-Guerra Fria, a grande maioria das intervenções militares foi realizada por Estados democráticos" (NASSER, 2014, p. 78).

Assim, é o caráter político da libertação nacional o elemento que aparece como maior fundamento da tática intermediária do terrorismo suicida, como observados nas tabelas 1 e 2. Na realidade, estas democracias, ao ocuparem territórios em locais alhures acabam por levar grupos a utilizarem da tática do terrorismo suicida. Portanto, é possível apontar que o terrorismo suicida é um *Blowback* de nações que utilizam do imperialismo, mesmo que velado.

O terrorismo suicida, portanto, não é outra coisa senão uma tática de luta que alguns grupos buscam para libertação dos territórios que veem como sendo sua pátria. Mesmo que o elemento de coesão seja a religião, e apareça como fundamento de suas ações, o terrorismo suicida se configura como uma tática de luta para um determinado objetivo político. Tal tática objetiva deixar marcas psicológicas na sociedade alvo, mas o faz como forma de combate as ocupações militares que estes Estados-nação implementam na terra que veem como sendo sua terra. Então, podemos já apontar que o 11 de setembro de 2001 está na mesma lógica. Na

realidade ele foi reflexo de uma atuação dos EUA no Oriente Médio. O 11 de Setembro foi um *blowback* da atuação desta atuação.

Podemos concluir este capítulo apontando que: 1º) o terrorismo é uma tática de luta para um determinado objetivo, não um fim em si mesmo; 2º) que o fator psicológico é mais duradouro que os danos materiais; 3º) que o termo terrorista tem um caráter político, pois em um primeiro momento teve uma conotação positiva e de afirmação e, posteriormente, quando a burguesia não precisou mais dele, pois já detinha o poder, passou a ter um caráter negativo e de desqualificação; e 4º) sua forma mais agressiva, o terrorismo suicida, que é mais comumente caracterizado como sendo irracional e religioso, tem como fundamento um elemento racional e político. O 11 de Setembro se configura como um *blowback* da atuação estadunidense na região do Oriente Médio.

No próximo capítulo, devemos analisar o que está por trás destas democracias, principalmente os ocidentais, e as ocupações destes territórios. Para nós, é o *Império Universal do Ocidente* com seu imperialismo o responsável por criar tais ocupações e, também, recriar o *outro negativo externo*. É a vontade de expansão e domínio do Ocidente que justificam a Guerra ao terror e ao terrorismo, a Cruzada moderna contra o Oriente.

CAPÍTULO III: A lógica do Império Universal do Ocidente na atualidade

Vimos até aqui como foi o desenvolvimento do conceito de terrorismo na história e qual o fundamento do terrorismo suicida. Chegamos à conclusão de que o mesmo é um *blowback* da atuação de alguns Estados, com destaque especial para os Estados centrais do Ocidente. Vimos também *en passant* que os EUA são o Estado que conduz o *Império Universal do Ocidente*, sua cabeça.

Desta forma, é preciso aprofundar mais nesta discussão e apontar como os EUA se tornaram a cabeça do Império, fazendo a crítica à noção de que hoje não haveria mais imperialismo, e apontar como os EUA, para distinguir nossa perspectiva e ao mesmo tempo demonstrar continuam sendo, desde o final da Segunda Guerra Mundial, a representação do *Império Universal do Ocidente*.

Por último apontar como atuou no Oriente Médio, dando origem ao *blowback* de 11 de Setembro. Por último: como depois deste *blowback*, os EUA construíram a Cruzada Moderna contra o Oriente, em especifico contra o Oriente Médio, buscando alterar os governos e regimes da região que Washington via como possíveis adversários ao seu projeto de expansão e domínio.

3.1. O Império sem Imperialismo

Em um passado recente muito se falou em globalização e globalismo, hoje muito se fala em Império e novo Imperialismo. Na atualidade, os dois nomes mais aclamados sobre as discussões a respeito de como se configura a atual forma do Império são Michel Hardt e Antonio Negri (2001). Tais autores, de grande renome mundial[60], debruçaram-se sobre tal problemática buscando em diversos teóricos como Foucault, Deleuze e Guattari, John Rawls, Carl Schimdt, Marx, Spinoza – entre vários outro – as respostas para os problemas contemporâneos que se apresentam em âmbito internacional, ou, mais especificamente, como se organizariam as relações internacionais na atualidade.

Sua intenção – de Hardt e Negri – não foi tentar responder o porquê, mas buscar identificar a constituição daquilo que chamam de Império, compreendendo, desta forma, como as relações de poder ser articulam no plano internacional na contemporaneidade. Assim, tratam de apresentar como se constitui as novas formas de funcionamento do mundo do trabalho, do Estado-nação, de empresas transnacionais e da vida cotidiana. Para isto esses

[60] Como exemplo, o livro Império apresenta 3427 citações em 08/02/2020 no *Google Schoolar*.

teóricos tentam articular o conceito de biopoder/biopolítica, as relações internacionais, a economia e a política.

Há que se reconhecer a importância de tentar problematizar as novas formas de organização do capitalismo em âmbito mundial, os processos de relações inter-humanas, criadas nessa fase de desenvolvimento do capital e como ocorre a criação de subjetividades na atualidade. Também é importante apontar que os autores buscaram apreender no contemporâneo como a reprodução do capital se encaixa e se acomoda na vida cotidiana, olhando tanto para o plano da superestrutura, bem como da estrutura, na tentativa de encontrar as respostas que veem como necessárias para problemas atuais.

Essas são tarefas essenciais para dar respostas aos problemas hodiernos da divisão mundial do trabalho; e para as mazelas sociais como: fome, doenças, guerras, entre outros. Também são essenciais para entender as contradições – termo que os autores abandonam no sentido dialético – colocadas pela realidade presente como a reprodução da relações entre organismos supranacionais –Organizações das Nações Unidas (ONU); Organização Mundial do Comércio (OMC); Fundo Monetário Internacional (FMI); Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD); Organização dos Estados Americanos (OEA); entre outros –, o Estado-nação, e a vida cotidiana cheia de relações singulares, representadas no conceito de multidão. Estes esforços são essenciais para explicarmos o próprio real e a concretude da vida material.

Assim, mostram um grande esforço argumentativo e uma tentativa altamente sofisticada e ao mesmo tempo palatável – de fácil leitura, apesar do calhamaço e das idas e vindas argumentativas – na busca de demonstrar o que enxergam como sendo a nova realidade da ordem mundial, ou, o Império, como chamam.

Ocorre que esta monumental tentativa de compreender a realidade passa por problemas de grande envergadura. Assim, seguimos a orientação de um de seus críticos mais contundente, Atílio Boron (2004), quando o mesmo afirma que "Império es un libro intrigante, que combina algunas incisivas iluminaciones respecto de viejos y nuevos problemas con monumentales errores de apreciación e interpretación" (BORON, 2004, p. 33).

Ainda segundo o crítico, Michel Hardt e Antonio Negri têm um compromisso com a construção de uma sociedade comunista, mas cometem erros de análise, que os levam a cometer erros nas respostas sobre o que fazer na atualidade na busca de emancipação (BORON, 2004).

Isto posto, neste subcapitulo, apresentaremos o que vemos como sendo os elementos fundamentais nas ideias de Hardt e Negri, em seu livro *Império* (2001), para que possamos diferenciá-las das nossas. Ainda, é importante salientar que não seguiremos o caminho feito pelos autores, pois segundo os mesmos, é possível que encontremos a essência do conteúdo do livro em todos os capítulos e, por isso, adotaremos uma forma que achamos mais fácil para tentar expor e articular suas ideias, ou seja, partindo do mundo da produção para depois chegarmos à esfera das relações políticas.

Já no prefácio, os autores apresentam um ponto polêmico e que é a ideia central do livro: a de que existe um declínio do Estado-nação e que com esse declínio temos também a derrocada soberania do Estado-nação. Porém, a própria soberania enquanto conceito não está em declínio, ela teria se deslocado para outro lugar, o Império. Então agora se temos o crepúsculo do Estado-nação, temos o alvorecer do Império como regulador, das relações internacionais e das nossas vidas cotidianas (HARDT e NEGRI, 2001).

Ora, mas o que os autores entendem por Império? Os mesmos sintetizam o conceito da seguinte maneira: "uma série de organismos nacionais e supranacionais, unidos por uma lógica ou regra única." Essa é a nova forma global de economia é o que chamamos de Império (HARDT e NEGRI, 2001, p. 12), logo veremos isso com maior profundidade, quando entramos no debate properiamente dito de suas ideias.

Salientam também que a "pedra angular" do imperialismo era o Estado-nação. Portanto, podemos concluir de antemão que – para os autores – se o Estado-nação entrou em declínio e o mesmo sustentava o imperialismo, podemos inferir que, para eles, o imperialismo também entrou em declínio. Assim, o Império é algo bem diferente do imperialismo, já que, como apontado, a soberania do Estado-nação está em declínio e em seu lugar aparece a soberania do Império (HARDT e NEGRI, 2001).

O que diferencia fundamentalmente Império e imperialismo é que o primeiro "não estabelece um centro territorial de poder, nem se baseia em fronteiras ou barreiras" (HARDT e NEGRI, 2001, p. 12). Portanto, seu poder está "descentralizado e desterritorializado" e expandindo-se cada vez mais por todo o mundo. Diferente do imperialismo, que tinha seu poder centrado em alguns poucos Estados-nação, o Império não tem um poder centralizado, isto faz com que as fronteiras, que quando do Estado-nação eram bem definidas, agora sejam fluidas.

Por isto argumento que as "divisões espaciais dos três mundos (Primeiro, Segundo, Terceiro) ficaram tão misturadas que a qualquer momento nos deparamos com o Primeiro, Segundo, Terceiro no Primeiro, Segundo, Terceiro" (HARDT e NEGRI, 2001, p. 13).

Na visão dos autores, ao mesmo tempo em que encontramos esses mundos em todos os lugares, podemos também não encontrá-los em lugar nenhum, visto que são fluidos, deixando de ser o que eram até meados século XX, fixas. Isto nos coloca uma problemática para o que apontamos como sendo a primissa central deste capitulo, de que o *Império Universal do Ocidente* está vivo e constituindo o outro negativo externo na figura do Oriente Médio. Portanto, o que entrou em declínio não foi a soberania de todas as nações, mas somente daquelas que o cabeça do *Império Universal do Ocidente* estabelece como sendo seu alvo.

Mas na visão de Hardt e Negri não há Estado-nação algum, inclusive os EUA, que supostamente dominam o Império. Ocorre que, para os autores, os EUA tem uma posição privilegiada dentro da lógica do Império, mesmo que não seja o centro da lógica estabelecida por essa forma de reprodução social da ordem internacional. O que quer dizer que tantos os teóricos que defendem o Imperialismo norte-americano como uma continuação do imperialismo europeu – com sua colonização e genocídio –, quanto aqueles que defendem que os EUA estão acertando onde os europeus erraram, se equivocam na análise, isto pois, "os Estados Unidos não são, e nenhum outro Estado-nação poderia ser, o centro de um novo projeto imperialista" (HARDT e NEGRI, 2001, p. 13 - 14).

Isto posto, são categóricos naquela que talvez seja a asserção mais importante, polêmica e que tem a maior relevância em suas elucubrações, sendo o centro de toda a discussão que nos é apresentada: a afimação de que "o imperialismo acabou" (HARDT e NEGRI, 2001, p. 14). Por isso, não é possível que algum país ou nação ocupe a posição que um dia foi das nações européias. Portanto, hoje há uma nova forma de poder, o Império, que surgiu em meados do século XX – logo veremos isso com maior profundidade.

Um ponto fundamental que diferencia o Império do que foi o imperialismo no panorama coneitural apresentado por Michel Hardt e Antonio Negri (2001) é que o imperialismo agia em uma relação de espaço e tempo determinadas, isto pois seu centro era o Estado-nação, que tem territórios bem definidos. Todavia, o Império não. Ele tem fronteiras fluidas e age transformando as relações de sua reprodução em relações eternas, ou seja, "o Império se apresenta, em seu modo de governo, não como um momento transitório no

desenrolar da História, mas como um regime sem fronteiras temporais, e, nesse sentido, fora da História ou no fim da História" (HARDT e NEGRI, 2001, p. 14 - 15).

Assim, podemos dizer que Hardt e Negri veem um momento de surgimento para o Império – apontamos acima como sendo meados do século XX –, porém o mesmo seria eterno, portanto, a-histórico e permeado não de um único inimigo, como foi com a URSS, mas sim por vários inimigos menores e estabelecendo uma crise geral e que está em todos os lugares, ou seja, uma onicrise. Voltaremos neste ponto quando formos fazer a crítica na próxima sessão.

Com isto o que Hardt e Negri fazem é negar o caráter da contradição e de salto de qualidade no desenvolvimento das relações entre o centro e a periferia do capitalismo, pois se não existe um Estado-nação que seja o centro do Império, e somente empresas e organismos internacionais formam o Império, a relação do terrorismo suicida apontada anteriormente como *blowback* não seria possível.

Para os autores existem dois tipos de teóricos mais comuns sobre tal debate nas relações internacionais: os primeiros estão "ligados à nova perspectiva dos sistemas mundiais [que] sustentam que desde o começo o capitalismo sempre funcionou como uma economia mundial" (HARDT e NEGRI, 2001, p. 26). Os autores que participam desta linha de pensamentos não veriam mudanças significativas na configuração do capital.

Já os de segundo tipo não querem crer que "houve mudanças importante nas relações globais de poder por acharem que os Estados-nação capitalistas dominantes continuam a exercer domínio imperialista sobre outras nações e regiões do globo" (HARDT e NEGRI, 2001, p. 27). Aqueles que participam desta segunda linha de pensamento percebem o Império atual não é algo novo, mas o aprofundamento das relações do próprio imperialismo[61].

Não obstante, para os autores, a "era do conflito ou competição entre diversas potências imperialistas foi, num sentido essencial, substituído pela ideia de um poder único que está por cima de todas elas" (HARDT e NEGRI, 2001, p. 27). Então, o peso do Estado-nação foi substituído em seu poder pelos organismos supranacionais na relação de poder mundial. Contudo, essas nova relação de poder deve ser considerada dentro da lógica da biopolítica internacional. Esse fato, o surgimento de uma lógica biopolítica dos organismos supranacionais, é o que determina, na visão dos autores, a mudança de paradigma do Estado-nação e do Imperíalismo para o Império.

[61] É importante apontar que é nesta linha de pensamento que nos inscrevemos.

À vista disto, os autores partem do príncipio de que houve uma mudança de paradigma, "no qual a oferta de serviços e o manuseio de informações estão no coração da produção econômica" (HARDT e NEGRI, 2001, p. 301). Então, se em fases pretéritas ao capital o paradigma econômico foi a agricultura, e na modernidade a fabricação de bens duráveis (industria), na pós-modernidade, atual fase em que nos encontramos, a primazia é do setor de serviços e de informações.

Tal mudança passou a dar maior peso para produção imaterial (serviços e informação) em detrimento da produção material (bens duráveis). Decorre disto que também houve mudança no modelo de organização do trabalho, que passou a ser gerido por meio de redes. Se antes a comunicação entre trabalhadores era feita em um proximidade física, na pós-modernidade das relações em redes, um trabalhador pode estar a distância de outro trabalhador ou do próprio produto do seu trabalho, trabalhando em casa, por exemplo.

O que torna possível este processo descrito no parágrafo anterior é o sistema informacional e de comunicação que passou a se enraizar cada vez mais no processo produtivo. O processo de modernização por meio do relativo isolamento do Estado-nação, que na leitura de Hardt e Negri (2001) é tão próprio da teoria do subdesenvolvimento e não daria mais conta de explicar a realidade do Império, pois, "em nossa época [...] *a modernização acabou* (HARDT e NEGRI, 2001, p. 306). Ocorre que, para os autores de Império, a industria já não é o setor principal, ou seja:

> Enquanto o processo de modernização era indicado pela migração do trabalho da agricultura e da mineiração (setor primário) para a industria (setor secundário), o processor de pós-modernização ou informatização tem sido demonstrado pela migração da industria para o serviços (terceário), mudança essa que vem ocorrendo nos países capitalistas dominantes, particualarmente os Estados Unidos, desde o começo da década de 1970 (HARDT e NEGRI, 2001, p. 306).

É essencial dizer que nesta leitura não há uma única via de transformação do novo paradigma pós-moderno, aqui basta apontar que é possivel encontrar um modelo nos EUA, Canadá e Reino Unido onde há "um rápido declínio em número de postos de trabalho" e outro, representados pela Alemanha e Japão onde há um "processo de informatização [que] é integrado à produção industrial existente, e serve para fortálecê-la" (HARDT e NEGRI, 2001, p. 307).

Os autores admitem que as empresas de caráter industrial migraram a partir da década de 1970 dos países dominantes para os subordinados, na periferia do capital. Entretanto, para

eles, a diferença tecnológica de uma fábrica da Ford no Brasil, criada na década de 1990, para uma em Detroit, na década de 1930, são diferentes por duas razões: primeiro, a tecnologia da Ford Brasileira seria baseada em informação, diferente da de Detróit; segundo, a criada em 1990 não tem a mesma relevância que a da década de 1930, uma tem uma relação subordinada à economia global, a outra pertencia ao auge do Estado-nação (HARDT e NEGRI, 2001).

Esse processo de mudança do quadro informacional coloca um outro nivel de qualidade para o mundo do trabalho, a passagem do modelo de produção fordista para o modelo de produção taylorista. O primeiro caso é de uma relação fundamentada na produção, consumo e estoque. Já no segundo em uma relação consumo, produção e não estoque. Assim, uma inversão na forma de produzir por meio da intensa troca de comunicação e informatização entre consumo e produção (HARDT e NEGRI, 2001).

A produção antes localizada, torna-se extremamente descentralizada e desterritorializada. Como salientamos, um trabalhador que antes necessitava estar perto do seu colega de trabalho ou do produto do seu trabalho, agora pode fazer à distância, mesmo em alguns setores fabris, em uma "*cooperação abstrata"*. A produção que antes era feita por linhas de montagens, na atualidade funcionam por meio de redes. Trataremos das redes logo a frente (HARDT e NEGRI, 2001).

Também essa desterritorialização criou outras forma de empregabilizade e flixibilidade em contratos de trabalho já que:

> Na era da organização fordiana de produção industrial em massa, o capital estava preso a um território da organização fordiana de produção em massa, o capital estava preso a um território específico e, portanto, condenado a lidar continuamente com uma população operária limitada. A informatização da produção e a crescente importência da produção imaterial têm se inclinado a libertar o capital das coações de território e de regateio. O capital pode deixar de negociar com uma determinada população local mundando de lugar para outro ponto do planeta da rede global – ou simplesmente usando sua capacidade de locomoção como armas de negociação (HARDT e NEGRI, 2001, p. 317).

Essa desterritorialização e centralização – um movimento centrífugo – cria um movimento centrípedo na cadeia de comando, ou seja, se de um lado temos a dispersão do processos de produção, de outro temos a centralização da administração no capital financeiro em algumas cidades como Nova York, Londres e Tóquio. Haveria, portanto, "um declínio e

esvaziamento das cidades industriais [e ...] o surgimento de cidades globais, ou melhor dizendo, de cidades de controle" (HARDT e NEGRI, 2001, p. 318).

Essas mudanças descritas acima criaram outro caráter não só para a produção e divisão internacional do trabalho, mas também no âmbito político internacional. É importante lembrar que o Império seria uma relação de poder de organismos supranacionais e da forma que se organiza o capital transnacional. Porém, o determinante para a sua reprodução não são os organismos como a ONU, OMC, FMI etc., já que "tornam-se relevantes na perspectiva da constituição jurídica supranacional apenas quando consideradas dentro da dinamica da produção biopolítica da ordem mundial" (HARDT e NEGRI, 2001, p. 50). Seu poder, destes organismos supranacionais antes citados, esta relacionado a produção do biopoder dentro da ordem do Império.

A grande relevância é atribuida as empresas, ou corporações, de caráter transnacional. Assim, se o capital sempre almejou a expansão por todo o mundo, é somente após as mudanças descritas até aqui que o capital pode alcançar tal objetivo. São as empresas transnacionais que "constroem o tecido conectivo fundamental do mundo biopolítico em certos e importantes sentidos" (HARDT e NEGRI, 2001, p. 50).

Essas organizações tansnacionais hoje não se pautam mais nas velhas formas do imperialismo – a pilhagem e a colonização – ,mas sim na artitulação e organização do modo de vida de populações interiras. Essa é a nova lógica do Império, que é pautada em empresas transnacionais e que, na atualidade, não criam somente mercadorias, mas também subjetividades. É por meio da crição de subjetividades que essa relações de poder se mantém (HARDT e NEGRI, 2001).

Isto posto, se o poder na era do imperialismo era expresso pelo poder do Estado-nação e como os mesmo entraram em declínio, o imperialismo também torna-se declinante e é substituido pelo Império. Isto quer dizer que na atual fase do desenvolvimento capitalista, para os autores, não existe mais Imperialismo e em seu lugar temos o Império, com suas relações e tentáculos por todos os lugares do mundo.

Como expusemos, na era atual temos a comunicação e informação de uma forma nunca antes vista. Toda essa mudança estrutural apresentada até aqui deu origem a uma nova forma complexa de "manobras financeiras e monetárias [que determinam] uma nova geografia do mercado mundial, ou com efeito a nova estruturação biopolítica do mundo" (HARDT e NEGRI, 2001, p. 51). Desta forma, o Estado-nação que antes era o principal

elemento para a acumulação do capital, agora seria apenas um vetor para a mesma. Por conseguinte, o que estrutura a acumulação – desde a alocação de recursos materiais, sejam insumo e força de trabalho – são as necessidade das empresas transnacionais, não a necessidade dos Estados-nação.

Essas manobras financeiras com seu papel de valorização monetário é atribuido papel central no Império, pois o mesmo não seria apenas um meio para a circulação de mercadorias, mas também "uma máquina de distribuição, um mecanismo de economia e um meio de circulação, um poder e uma linguagem" (HARDT e NEGRI, 2001, p. 51). Assim, por meio da reprodução do biopoder, essas organizações transnacionais organizam nossas vidas produzindo subjetividades, necessidades, relações sociais, etc.

Para chegarem a tais conclusões, e tentarem compreender a situação atual no sistema internacional na contemporaneidade, Michel Hardt e Antonio Negri, fazem uma correlação aproximada – mas não exata – das forma imperiais pré-modernas para entender a genealogia dos processos ético-políticos chegando a conclusão de que "o Império é formado não com base na força, mas com base na capacidade de mostrar a força como algo a serviço do direito e da paz" (HARDT e NEGRI, 2001, p. 33). À vista disto, o fenômeno do Império não é algo puramente negativo, pois em sua base ético-política existe a busca pela paz internamente aos Estados-nação e a tentativa de regulação do sistema internacional.

Há que se apontar também que a busca pela paz é por meio do direito policial de organismos supranacionais, que de alguma forma regula e regulamenta até mesmo a lei interna de estados nacionais. No que tange esta forma regulamentar do poder do Império, ela não se faz mais por meio do direito, como no passado colonial, mas sim por meio do consenso, uma espécie de direito consensual. Este direito por meio consenso internacional é o "direito de polícia" – portanto de controle – "legitimado por valores universais" (HARDT e NEGRI, 2001, p. 36).

Ora, mas qual a direrença entre a sociedade disciplinar e a sociedade de controle na perspectiva dos autores? Enquanto a primeira agia por meio de aparelhos que regulavam a vida cotidiana tais como prisão, escola, fábrica etc., a segunda age por meio determinando comportamentos, ou nas palavras dos autores:

> Sociedade disciplinar é aquela na qual o comando social é contruido mediante uma rede difusa de *dispositivos* ou aparelhos que produzem e regulam os constumes, os hábitos e as práticas produtivas. Consegue-se pôr para funcionar essa sociedade, e assegurar obediência a suas regras e

> mecanismos de inclusão e/ou exclusão, por meio de instituições disciplinares (a prisão, a fábrica, o asilo, o hospital, a universidade, a escola e assim por diante) que estruturam o terreno social e fornecem explicações lógicas adequadas para 'razão' da disciplina. O poder disciplinar se manifesta, com efeito, na estruturação de parâmetros e limites do pensamento e da prática, sancionando e prescrevendo comportamentos normais e/ou desviados (HARDT e NEGRI, 2001, p. 42).

Para Foucault, esta fase do desenvolvimento social, que ele chama de sociedade disciplinar, teria surgido ainda no antigo regime, porém, para Hardt e Negri (2001), esta fase faz parte de toda um primeiro momento da acumulação capitalista. Já a sociedade do controle deve ser entendida

> em contraste, como aquela (que se desenvolve nos limites da modernidade e se abre para a pós-modernidade) na qual mecanismos de comando se tornam cada vez mais 'democráticos', cada vez mais imanentes ao campo social, distribuidos por copos e cérebros dos cidadãos (HARDT e NEGRI, 2001, p. 42).

Assim, há uma intensificação dos aparelhos de controle que na realidade são intensificação dos aparelhos que normalizam os indivíduos por meio de relação biopolítica e que passa a produzir e reproduzir a vida cotidiana. Isto posto, o poder não se organizaria mais de forma difusa, mas sim por meio de "máquinas" que põem em movimento uma série de elementos e engrenagens que disciplinam os corpos e organizam nossos cérebros. Um elemento interessante, é que embora o policiamento seja feito por meio de elementos de controle, que formam o núcleo do "novo direito imperial", ainda há uma forma disciplinar do Império que em nada – na visão dos autores – tem a ver com as ditaduras e totalitarismo, tão caracteristicos do século XX.

> O império da lei continua a desempenhar papel central no contexto da transição contemporânea: o direito continua sendo eficaz e (precisamente por meio do Estado de exceção e das técnicas de polícia) se torna método. Essa é uma transformação radical que revela a relação não mediada entre poder e subjetividade, assim demonstrando a impossibilidade de mediações 'prévias' e a incontornável variedade temporal do evento (HARDT e NEGRI, 2001, p. 42).

O império é – nesta chave de leitura – uma relação de poder biopolítico, que permeia toda vida social do indivíduo e seus corpos singulares. Tais corpos singulares é um conjunto de outro conceito chave no livro, o de *multidão*[62], ou também, uma multidão de corpos

[62] Os autores têm uma definição muito difusa no livro Império deste conceito. Não pudemos ler, por questões objetivas (tempo) o Livro intitulado *multidão: guerra e democracia na era do Império.* Assim, buscamos tentar

singulares. Goldman (2003), aponta que multidão é um conceito chave do livro e, em detrimento do conceito de Império. Essa Multidão se contrapõe ao Império, visto que são corpos singulares e não querem ser dominados, já a segunda, por criar subjetividades, busca dominar.

O Império não seria ruim intrinsecamente, pois o mesmo destruiu o colonialismo e o imperialismo. A construção do Império e das suas redes globais foi uma resposta as necessidades da multidão e suas "as diversas lutas contra as modernas máquinas de poder, e especificamente, à luta de classes, ditada pelo desejo de libertação da multidão" (HARDT e NEGRI, 2001, p. 62).

Não obstante, o Império também constrói suas relações de poder, que são mais exploratória do que as que ele destruiu, já que "hoje quase toda a humanidade é, em certa medida absorvida pelas redes exploratórias capitalistas e a elas subordinadas" (HARDT e NEGRI, 2001, p. 62). Ou seja, a desigualdade no Império não diminuiu, mas aumentou exponencialmente com a concentração de renda.

Posto isto, os autores argumentam que sob o Império existe uma potencialização da possibilidade da multidão se libertar, já que acaba com as velhas formas de exploração advindas do Estado-nação e os regimes cruéis que engendravam. Com isso, apontam que não querem dizer que estão defendendo o pressuposto de que as relações produzidas pelo Império não são danosas, mas sim que existe uma estratégia esquerdista em se contrapor a globalização em favor da produção de relações locais que são frutos de outro elemento danoso, o Estado-nação. Assim, o inimigo atual seria "um regime específico de relações globais que chamamos de Império" (HARDT e NEGRI, 2001, p. 64 - 65).

Fica claro que para os autores não devemos confundir Império com Imperialismo. Imperialismo foi um momento da história do capitalismo que teria terminado. Império é outro momento da história do capitalismo, que se iniciou, como dissemos anteriormente, na segunda metade do século XX. Assim, é importante diferenciar também que, enquanto o

---

entender o que os autores querem dizer com este conceito e encontramos uma entrevista dos mesmos concedida à Nicholas Brown e Imre Szeman, e traduzida por Milton Ohata e publicada na revista novos estudos em 7 de julho de 2006. Ali, os autores definem multidão no seguinte trecho: "A multidão está engajada na produção de diferenças, invenções e modos de vida. Deve, assim, ocasionar uma explosão de singularidades. Essas singularidades são conectadas e coordenadas de acordo com um processo constitutivo sempre reiterado e aberto. Seria um contrassenso exigir que a multidão se torne a "sociedade civil". Mas seria igualmente ridículo exigir que forme um partido ou qualquer estrutura fixa desorganização. A multidão é a forma ininterrupta de relação aberta que as singularidades põem em movimento (BROWN e SZEMAN, 2006, p. 99, grifo nosso).

imperialismo foi projetado para o genocídio e pilhagem, o Império "se estende e consolida o modelo da rede de poderes" (HARDT e NEGRI, 2001, p. 185).

Para concluir, essas redes de poderes do Império estão sempre em expansão, gerando/degenerando, formando/deformando, em um processo de contínua corrupção – entendido aqui não no sentido comumente usado hoje, moral/moralista, mas sim em sentido de corromper e gerar subjetividades e a si mesmo. Essa "corrupção é uma aberração da soberania imperial, mas sua própria essencia e seu *modus operandi*" (HARDT e NEGRI, 2001, p. 221 - 222). É próprio do Império o caos e a corrupção que gera e degenera subjetividades, pois é assim que o mesmo funciona precisa que seja desta forma.

Até aqui tenamos apreender pontos que vemos como sendo importantes nas leituras de Hardt e Negri (2001) sobre a realidade presente. É importante pontuar que houve uma mudança no modelo produtivo na década de 1970, que colocaram novos pressuposto e contradições para a realidade, mas que descordamos de Hardt e Negri (2001) em como essas relações passaram a se estabelecer. Indicamos de antemão que partimos do pressuposto que mesmo com determinadas mudanças, elementos do passado foram conservados, principalmente a forma de reprodução imperialista. Passemos agora a estabelecer a crítica a esta perspectiva de Império sem imperialismo .

3.2. A crítica ao Império sem imperialismo

Como vimos, a perspectiva adotada por Hardt e Negri (2001) foi a de que na atualidade o Império se contrapõe ao Imperialismo e ao poder do Estado-nação. Assim, não existe mais Imperialismo e a soberania do Estado-nação caiu por terra. Mas será que este fato tem base material na realidade? Nossa resposta é contrária a de Hardt e Negri. Na realidade, o Imperialismo nos parece mais vivo do que nunca e foi incorporado pela vontade de expansão e domínio do Ocidente e isto não mudou até os dias atuais.

É importante pontuar também que não entraremos no debate sobre quais tipos de autores que Hardt e Negri (2001) – qual a posição que ocupam no espectro político – utilizaram para elaborar sua teoria de Império com base no fim do Imperialismo[63], isto

[63] Acreditamos que é possível instrumentalizar autores de diversas correntes, ou seja, é possível colher dados importantes de autores que estejam fora do campo marxista. Entretanto, não é possível ora utilizar um método, ora outro para uma análise tão significativa. É importante a leitura de Goldman (2003) que aponta que o livro Império está dividido em quatro partes: a primeira tem caráter fenomenológico; o segundo pauta-se na arqueologia; a terceira na genealogia; e a quarta com uma deontologia.

demandaria um esforço que não temos condição de consolidar neste momento. O que nos importa aqui é analisar os elementos que vemos como centrais na teoria que prega o fim do imperialismo e diferenciar da nossa posição, que é a existência de um imperialismo pautado em um *Império Universal do Ocidente*.

Contudo, e apesar de não buscarmos entrar no debate sobre autores utilizados, como dito acima é importante perceber que pouco ou quase nada apontam sobre as formulações feitas por Lenin e Rosa Luxemburgo, que foram por muito tempo considerados os maiores e mais cuidadosos intérpretes da fase imperialista do Capital. A preferência de Hardt e Negri (2001) foi por articular, segundo Boron (2004), "una combinación de ciencia social norteamericana, especialmente economía política internacional y relaciones internacionales, mezclada com fuertes dosis de filósofia francesa" (BORON, 2004, p. 31).

Desta forma, podemos perceber que Hardt e Negri (2001), por mais que busquem estabelecer uma crítica aos fundamentos da lógica de acumulação do capital na sua forma contemporânea (por isso apontamos que é uma tentativa importante, no subcapitulo anterior), não conseguem de fato colocar em xeque os alicerces da estrutura de dominação e exploração capitalista, porém, assim como Atílio Boron (2004), vemos a importância deste esforço.

Para nós é a não consecução deste objetivo que aponta para o grande frenesi entorno do seu livro. É sintomático e estranho pensar que *Império* foi tão elogiado por jornais como *The New York Times, The Times*, Folha de S. Paulo e outros da grande mídia mundial, como aponta Atílio Boron (2007) e Goldman (2003), o primeiro como crítico o segundo como elogista de tal feito. Desta maneira, segundo Goldman (2003), "a mídia encarregou-se de ampliar o alcance da recepção por meio de entrevistas, debates e destaques" (GOLDMAN, 2003, p. 183).

Ora, podemos inferir sobre este ponto a seguinte questão: um texto que se apresenta como uma possibilidade crítica da forma de reprodução de poder, e devemos pensar que o biopoder/biopolítica que os autores apresentam também é fruto de jornais da grande mídia, não deveria ser criticado ao invés de ter sua divulgação ampliada? Parece que na realidade Império agrada os grandes veículos midiáticos e jornalísticos ao invés de apresentar incômodos. Onde não reside esses incomodos é o que passaremos a analisar deste ponto em diante.

3.2.1. Criação de subjetividade e mundo produtivo

Nossa apresentação dos conceitos de Hardt e Negri começaram pela relação de exploração no mundo produtivo e a criação de subjetividade, portanto, nada mais justo do que começarmos nossa crítica a partir deste ponto. Assim, é preciso pontuar que em nossa leitura, o imperialismo está amalgamado com a vontade de domínio do Ocidente e continua vivo e vicejante, tendo nos EUA sua maior expressão. Isto quer dizer que, em nossa leitura, o papel que antes tinha a Europa Ocidental, a partir da metade do século XX, passou para os Estados Unidos.

Posto isto, segundo Del Roio:

> Embora possa se dizer que o poder do capital no atual estágio da globalização seja 'triádico'— com EUA, União Européia e Japão compartilhando conflituosamente o domínio do mundo —, é também inegável a supremacia americana nesse contexto. Uma supremacia não somente tecnológica mas principalmente uma supremacia militar inconteste que lhe permite ocupar o papel de guardião da ordem. Essa é a principal novidade da era da globalização: um fenômeno de dimensões planetárias que ocorre sob a égide de uma única força militar e uma única tendência econômica (DEL ROIO, 1999, p. 147).

Em vista disto, o *Império Universal do Ocidente*, na sua atual fase de desenvolvimento carrega uma contradição, ou seja, "o paradoxo aparente é que a globalização do capital forjou um império universal, mas não é capaz de forjar um Estado global e um governo planetário (DEL ROIO, 1999, p. 147). É importante pontuar que para nós que estamos vinte anos à frente da publicação de Império, é possível perceber como existe uma contradição em termos colocada pela realidade para o livro *Império*. Primeiro, não responde as agrassões do Ocidente ao Oriente, a Cruzada de Bush a partir de 2001. Este movimento do *Império Universal do Ocidente* parece colocar em xeque algumas das elucubrações de *Império* (2001). Porém é importante pontuar que o trecho citado acima é de um artigo publicado em 1999, o que já demonstrava a impossibilidade de um Império sem imperialismo.

Desta forma, a formação dos Estados Unidos enquanto Estado-nação está intimamente ligada como o nascimento do capitalismo, é a expansão do capital mercantil que possibilita o descobrimento das Américas e é do movimento das revoluções burguesas que pode surgir os EUA enquanto tal, basta lembrar que esse país consolida a segunda revolução burguesa, depois a Inglaterra e antes da França. Isto coloca uma novidade para o desenvolvimento dos Estados-nação, pois, enquanto na Europa os herdeiros da aristocracia no início do século XX tornavam-se rentistas, com capital parasitário, isto não ocorria nos Estados Unidos pois, "a

América não tem grandes ‘tradições históricas e culturais’, mas tampouco está sufocada por uma camada de chumbo (GRAMSCI, 2001, p. 247).

Isto quer dizer que, nos EUA a insdústria se desenvolvia de forma sadia no início do século XX, com a mais-valia sendo reinvestida em capital constante e capital variável – pelo menos de forma parcial, pois devemos lembrar da crise de 1929 que tem seu ápice no sistema financeiro –, na Europa ela era consumida por um conjunto de camadas médias por meio da renda.

Podemos dizer que tanto a expressão *american way of life* quanto a *american dream* são reflexos do desenvolvimento da indústria norte-americana e refletem, mesmo que cunhadas posteriormente, esse momento inicial do século XX, pois consumo de massas é, sem dúvida, uma ideia Estadunidense. Foi o americano Henry Ford, que percebeu que produção em massa, ou, massificada também gerava consumo de massa. A ideia de Ford era simples e pode ser reduzida na seguinte fórmula:

> Padronizando os produtos e fabricando-os numa escala imensa da ordem de centenas de milhares por dia, certamente os custos de produção seriam reduzidos e contrabalançados pelo aumento do consumo, proporcionando, por sua vez a elevação da renda em vista dos melhores salários que poderiam se pagos em função do amumento das vendas e, portanto, dos lucros (PINTO, 2007, p. 30).

Assim, mais do que aplicar a famosa teoria do macaco amestrado de Taylor – a teoria da organização do espaço da produção –, Henry Ford implementou no ideário Estadunidense que o consumo em larga escala era vital para a felicidade dos americanos, consumo deveria ser estilo de vida. Para poder conseguir atingir esse propósito, o fordismo necessitava articular consenso e repressão, o primeiro foi feito por meio de altos salários, o segundo por meio da repressão aos instintos sexuais e o proibicionismo, como veremos a frente.

Harvey (1992) aponta que de forma geral a data simbólica que inaugura o fordismo é o ano de 1914, quando nas indústrias Ford foi implementado o sálário de 5 dólares para o dia de oito horas trabalhadas. É importante pontuar que este era um sálario relativamente alto para época, que colocava um problema objetivo para Ford: de que maneira seus funcionários gastariam o dinheiro recebido pois, seus trabalhadores não podiam perder noites de sono em bordéis ou passar a noite consumindo álcool. Como bem aponta Gramsci (2001) o álcool é um grande inimigo do desenvolvimento dos trabalhadores e da indústria.

Por isso, é que no ano de 1916 Henry Ford articula um conjunto de assistentes sociais e os envia aos lares de seus funcionários. Ele precisava ter a certeza de que aqueles que trabalhavam em sua fábrica, com altos salários, tinham "o tipo certo de probidade moral, de vida familiar e de capacidade de consumo prudente (isto é, não alcoólico) e 'racional' para corresponder as necessidades e expectativas da corporação (HARVEY, 1992, p. 122).

Assim, entra em questão a constituição de uma nova forma psicofísica, a construção de um novo tipo de ser humano, que encontrava em Ford

> [...] seu reconhecimento explícito de que a produção de massas significava consumo de massas, um novo sistema de produção da força de trabalho, uma nova estética e uma nova psicologia, em suma, um novo tipo de sociedade democrática, racionalizada, moderno, polpulista (HARVEY, 1992, p. 121).

Gramsci (2001) já apontava que o americanismo e Fordismo e, também, o Fascismo, em suas diversas formas, como o Nazismo Alemão e o Fascismo Italiano, foram uma tentativa de dar uma resposta as necessidades do capitalismo em controlar a anarquia da produção e, também, se contrapor a economia planejada da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) –, o outro do capitalismo ocidental naquele momento.

O mais importante é que para Gramsci a construção da hegemonia nos EUA se deu em torno no mundo produtivo, ou, em suas palavras "a hegemonia nasce da fábrica e necessita apenas, para ser exercida, de uma quantidade mínima de intermediários" (GRAMSCI, 2001, p. 247 – 248). A racionalização (taylorismo), disciplinarização dos corpos,a questão puritana da sexualidade, o proibicionismo do alcóol nos EUA estavam ligados a necessidade produtiva, ou seja, tentaram responder as necessidades do mundo produtivo na criação de um "novo tipo humano" para o mundo produtivo.

Este é um problema colocado por Hardt e Negri (2001) e que aparece como inovador, a produção de subjetividade por meio das necessidades das empresas transacionais, ou seja, dentro dos limites das relações produtivas. Um elemento essencial pra compreender a relação da construção ideológica dentro do capital, mas – em nossa perspectiva – já havia sido tratado com muita profundidade na formulação de Antonio Gramsci, em Americanismo e Fordismo.

De fato, Gramsci escreve na década de 1930, Hardt e Negri em 2000. Isto significa uma diferença de por volta de 70 anos de desevolvimento do capitalismo. Por óbvio, neste meio tempo houve saltos de qualidade na forma reprodutiva do capital, como por exemplo a

forma de produção fordista e as formas de flexibilização do mundo do trabalho. Entretanto, queremos chamar a atenção para o fato de que o mundo produtivo determinar a reprodução da vida material e espiritual não é algo novo. Não está somente ligado a uma suposta forma de Império sem imperialismo que atua por meio de redes de poder. Essas reprodução da vida material e espiritual é intrínseca a própria reprodução do capital enquanto modo de produção que necessita explorar a força de trabalho para existir e expandir-se cada vez mais, como Marx bem observou no manifesto comunista, citado no capitulo 1.

É importante lembrar que na década de 1930 o capitalismo sofre um abalo significativo com a crise que tem como marco o ano anterior, 1929. Tal crise gerou problemas de ordem econômica, política e social para não só o conjunto da sociedade estadunidense, mas também para o âmbito global. A solução imediata – imediata pois, a solução a longo prazo só pode vir com a destruição de parte significativa de capital e mão de obra durante a Segunda Guerra Mundial – para a crise foi a implementação das ideias de Ford em grande escala.

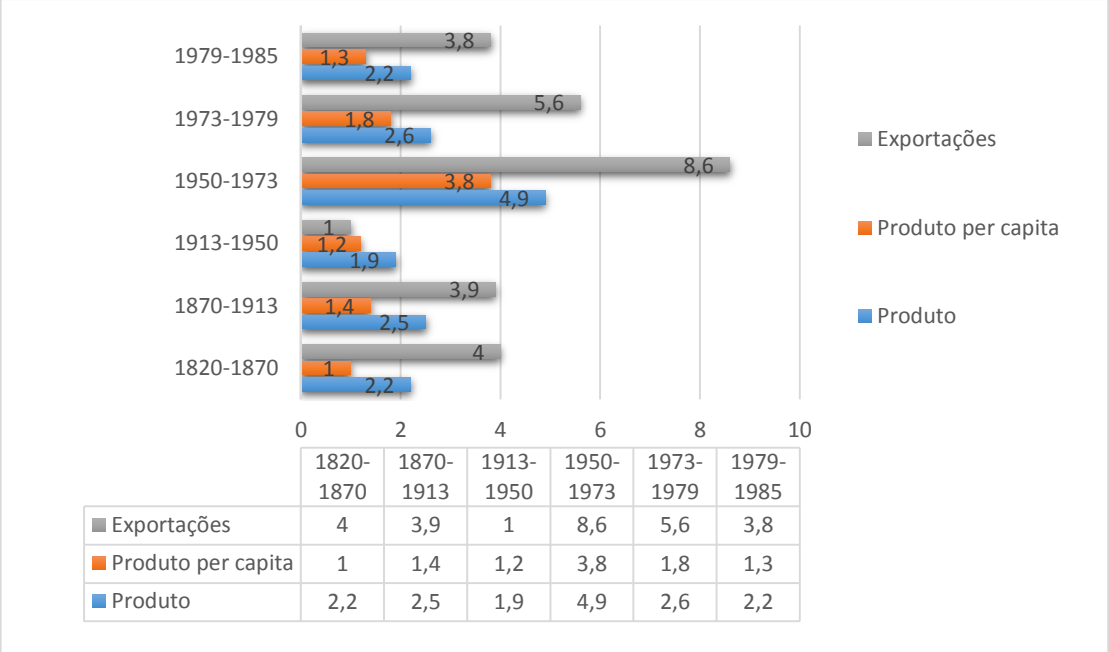
Contudo, Ford não tinha condições de constituir sozinho este plano: formação de um novo tipo de ser humano – uma segunda natureza –; nem levar a cabo a solução para a enorme crise daquela década. Para tanto, foi preciso a atuação do Estado para que por meio do New Deal, do proibicionismo de uma ética puritana se contituisse uma nova racionalidade. Também para que se elevasse o consumo e, assim, a crise dos anos 1930 arrefecesse.

Sabemos que a base produtiva mundial em um dado momento tornou-se o fordismos, mas é somente depois de um longo processo é que o mesmo se consolidou e se tornou a base do sistema econômico em escala mundial e, em certo sentido, abrirá as portas para que os EUA, depois de 1945, se tornar a principal potência imperialista do mundo (HARVEY, 1992). E como principal país Imperialista a cabeça do *Império Universal do Ocidente.*

Gramsci (2001) assinalava que a formação do Americanismo e Fordismo ainda era idílica na década de 1930, por conta da não resolução dos problemas de hegemonia, ou seja, a constituição deste novo ser humano. Harvey (1992) perceberá que é no período do pós guerra e de grande crescimento que estes problemas foram resolvidos. É por meio da alinça – o pacto – entre capital e trabalho que o Fordismo, como modelo produtivo, pode se consolidar. Assim, segundo Harvey (1992), o problema de hegemonia do fordismo só atingiu maturidade e pode ter resolução no pós 1945. Repressão e consenso foram aticulados para manter a produtividade das sociedades que adotaram o fordismo alta.

Junta-se a isto o fato de que após a segunda guerra, os principais Estado-nação da Europa Ocidental, que outrora formavam grandes Impérios, estavam assolados e arrasados por conta dos seis anos de morticínio e destruição. A única grande potência a lutar a guerra sem uma única batalha em seu território foram os EUA, como já apontamos. Isto permite a este país substituir os paises centrais da Europa Ocidental, com destaque especial para a Inglaterra, na condução do *Império Universal do Ocidente*. O período que vai de 1945 até por volta de 1970, o crescimento do capitalismo é fenomenal, vejamos gráfico 1.

Gráfico 1. Taxas médias de crescimento dos países capitalistas avançados de 1820 a 1985 (em porcentagem) [64].



	1820-1870	1870-1913	1913-1950	1950-1973	1973-1979	1979-1985
Exportações	4	3,9	1	8,6	5,6	3,8
Produto per capita	1	1,4	1,2	3,8	1,8	1,3
Produto	2,2	2,5	1,9	4,9	2,6	2,2

O capitalismo depois de 1945 tem um grande crescimento, como podemos ver pelo gráfico 1. O salto produtivo do capital em PIB, Exportações e produto entre 1950 e 1973 é o maior da série toda. Isso significa que, em nossa leitura ancorada em David Harvey (1992), o sistema produtivo fordista logrou êxito após a Segunda Guerra Mundial e esse período significou sua maturidade.

Para atingir e manter a maturidade naquele período foi necessário ao capital "dividir, com os trabalhadores, os ganhos de produtividade alcançados, através do aumento real dos

[64] Gráfico: dados retirado e adaptado do livro de A condição pós-moderna (HARVEY, 1992, p. 128).

salários" (FILGUEIRAS, 2002, p. 50). Também, manter um estado de Bem-Estar Social que permitisse o mínimo de condição de saúde, educação e previdência, plano de carreira entre outros, para os trabalhadores. Estas medidas livraram os trabalhadores para consumir, controlando o problema que poderia advir do lado da demanda. Desta forma, o mercado consumidor passa a ser o próprio motor do desenvolvimento do fordismo.

A resolução dos problemas de hegemonia antes descritos foram solucionados dando espaço para os sindicatos – não radicais – forte poder de barganha na esfera produtiva, como certo controle de tarefas internas as fábricas, e poder político em barganhar questões como seguridade social, salário mínimo e benefícios sociais. Em contrapartida a este poder sindical, os trabalhadores eram obrigados a aceitar e adotar o modelo de produção fordista e as atividades que elevassem a produtividade.

É importante pontuar que os trabalhadores nunca aceitaram bem o modelo de produção fordista, pois tornava o trabalho extremamente rotinizado e, desta forma, acabavam por subsumir ainda mais subjetividade destes trabalhadores. Junta-se a isto o fato de que nas fábricas de modelo fordista, os trabalhadores estão lado a lado o que possibilita maior organização. Por isso, foi preciso atacar os sindicatos de caráter mais radical e partidos políticos de extrema-esquerda (HARVEY, 1992).

Desta forma, a constituição do fordismo em seu momento de modelo produtivo maduro "tem que ser viso menos como um mero sistema de produção em massa do que um modo de vida total" (HARVEY, 1992, p. 131). A base do fordismo como modelo de produção que cria demanda por meio da oferta, ou produção em massa gera consumo em massa, dependia não somente da própria produção, mas um produto com um estética diferente (padronizada e simplificada, eficiente), propaganda de massa e uma industria racional. O que o Fordismo criou não foi apenas um modelo produtivo, mas uma nova subjetividade que que expandiu-se para todos os poros da vida social.

Mas como o fordismo se expandiu para o mundo? Harvey (1992) aponta que o Fordismo teve três vias de expansão: primeiro, por meio do esforço de guerra em alguns países da Europa e no Japão ainda em 1940; segundo, por meio "de políticas impostas na ocupação" ou pelos sindicatos comunistas no caso francês; terceiro, "por meio do plano Marshall e do investimento direto americano subsequente" (HARVEY, 1992, p. 131).

Isto posto, macarthismo – antes citado – e o plano Marshall devem ser entendidos em uma mesma chave de leitura, a contenção da URSS, das ideias socialistas vindas do Oriente

que colocavam em xeque os alicerces do capital. Como dissemos anteriormente, os EUA sairam do conflito mundial que vai de 1939 a 1945 com grande vantagem sobre os seus concorrentes imperialista. Assim, os emergem como principal credor do sistema internacional, já que durante o conflito foi "o financiador e o principal fornecedor de armamentos aos Aliados, além de terem se emanado dos longos anos de batalhas intermitentes sem que seu território sofresse destruição" (SIMON, 2011, p. 29). Passemos a analisar como os EUA se tornaram o principal país imperialista.

3.2.2. Os Estados Unidos se tornam o principal país imperialista e cabeça do Império Universal do Ocidente

Já ao final da Primeira Guerra Mundial, os EUA despontam como um país que se apresentava com possibilidades concretas de se tornar a principal potência do Ocidente. Os seus aliados já saíram desta guerra em frangalhos, com suas economias devastadas pela Guerra. Contudo, "várias décadas se passariam antes que surgisse claramente uma nova forma de império, o que não se pode afirmar ter acontecido antes do final da Segunda Guerra Mundial" (WOOD, 2014, p. 99).

O mesmo ocorre em 1945, ao final da Segunda Guerra Mundial. O fato de não terem acontecido conflitos em seu território, terem logrado vultosos lucros sendo fornecedores de armas e alimentos, obtido grande avanço tecnológico devido aos armamentos desenvolvidos tanto no período do entre guerras bem como durante a própria Segunda Guerra Mundial, permitiu aos EUA pautarem a reconstrução da política e econômica internacional por meio dos Acordos de *Bretton Woods* e a reconstrução dos antigos adversários, os países imperialistas da Europa Ocidental, por meio do Plano *Marshall*.

Para termos uma vaga noção da importância dos EUA no período de guerra, o PIB estadunidense "duplicou em cinco anos, perfazendo entre 40% e 45% do total da produção; [...] os empregos industriais passaram de 10 para 17 milhões entre 1939 e 1943, o total de emprego de 47 a 57 milhões" (COGGIOLA, 2015, p. 02). Entre 1941 e 1944 o crescimento das exportações dos EUA subiu de 5 bilhões para 14,5 bilhões.

Outro dado importante é que:

> [...] em 1950 só os EUA tinham mais ou menos 60% de todo estoque de capitalistas avançados, produziam mais ou menos 60% de toda a produção deles, e mesmo no auge da Era de Ouro (1970) ainda detinham mais de 50% do estoque de capital de todos esses países e eram responsáveis por mais da

> metade de sua produção (ARMSTRONG, GLYN E HARRISON, 1991, p. 151 *Apud* HOBSBAWM, 1995, P. 270).

Assim, em julho de 1944, antes mesmo do final da guerra, quarenta e quatro países reuniram-se na cidade de *Bretton Woods*, estado de *New Hampshire*, para discutir como superar os entraves colocados no plano da economia mundial e definir novos objetivos para daquele momento em diante. Durante as reuniões institui-se uma série de medidas, sendo as principais a substituição do lastro ouro pelo dólar, a criação do Banco de Reconstrução e Desenvolvimento – que posteriormente cindiria em dois, o Banco Mundial e Banco para Investimentos Internacionais –; e o FMI (COGGIOLA, 2015).

As reuniões que deram origem ao acordo foram polarizadas por duas posições. Deu um lado John Maynard Keynes, de outro Harry Dexter White. O primeiro representando os interesses da Inglaterra, o segundo dos EUA. As disputas principais se deram entorno da criação de uma moeda internacional chamada *bancor* como lastro emitida por um Banco Central de caráter internacional ou a criação de um fundo de estabilização que deveria em tese garantir a reconstrução do pós-guerra e uma cesta de moedas dos principais países do capitalismo (COGGIOLA, 2015; e SIMON 2011). Ocorre que, como apontamos, esses países estavam destruídos, e o único com estofo suficiente para manter a conversão do ouro para moeda era o dólar.

O final desta história nós conhecemos, vitória dos EUA e de suas propostas. Portanto, é a aplicado o *Gold Exchange Standard* (conversão do padrão ouro) para a cesta de moedas, mantido uma espécie de modelo misto onde ouro e essas moedas especiais e mais importantes, em especial o dólar, permaneciam como padrão; a equiparação do ouro ao valor do dólar (1 onças *troy* de ouro equivaleria 35 dólares); e a criação do BIRD e FMI (COGGIOLA, 2015).

É possível apontar que o momento descrito acima representa uma mudança de caráter estrutural nas relações internacionais, mais propriamente dito, nas relações da estrutura do imperialismo. Este representa o crepúsculo de um Império, a Inglaterra como a *cabeça do Império Universal do Ocidente*, e o alvorecer os EUA como tal.

É importante notar que os Estados Unidos foram vitoriosos em três esferas: no plano político, econômico e militar. Assim Coggiola (2015) aponta que:

> Os países do Eixo - Alemanha, Itália e Japão - foram derrotados militarmente e terminaram com suas economias arrasadas; os principais

> países aliados, Inglaterra e França, embora vitoriosos, tiveram como saldo de guerra além dos danos humanos e materiais, forte perda de reservas e endividamento junto aos EUA, decorrentes das compras de armamentos e provisões de guerra. Abria-se uma etapa em que os EUA, no papel de potência hegemônica no mundo ocidental, cumpririam, simultaneamente, o papel de fonte autônoma de demanda efetiva e a função de 'emprestador de última instância' ou 'prestamista internacional', através da atuação de seu banco central, o Federal Reserve, FED, com importante papel como regulador da liquidez internacional do sistema (COGGIOLA, 2015, p. 06).

Falaremos do plano militar posteriormente, agora pensemos ainda no plano político econômico. Ocorre que, segundo Perry Anderson (2015), a urgência após 1945 era não deixar que "as duas regiões industriais mais avançadas que se encontravam entre os EUA e a URSS, e que haviam detonado a guerra, não caíssem nas mãos do comunismo" (ANDERSON, 2015, p. 55). Assim, com o início da Guerra Fria, era necessário e urgente reconstruir aquele território para conter as ideias comunistas e para que exercito vermelho ganhasse espaço e conseguisse avançar sobre estes territórios. Por isso, em 1947 foi elaborado o chamado plano Marshall.

Tal plano, para além da fraseologia de ajuda humanitária e aos países necessitados, tinha como propósito central a contenção das forças e ideias vindas do extremo oriente, a URSS. Esta é a principal razão do envio à Europa de cerca de 13 bilhões de dólares a juros baixos com o fito da recontrução. A contrapartida destes emprétimos era que os países Europeus deveriam gastá-los na compra de produtos norte-americanos; renunciar as tarifas de controle de câmbio; buscar a contração fiscal e; buscar a integração européia (ANDERSON, 2015).

Tudo isto também tinha como mote a reconstrução do mercado interno Europeu com vistas a conseguir escoar a produção excedente norte-americana. Desta forma, "o plano Marshall era, antes do mais, um subisídio estatal aos exportadores norte-americanos" (COGGIOLA, 2010, p. 13).

É por este motivo que Harvey (1992) aponta que a abertura da Europa a investimentos estrangeiros e comercial

> permitiu que a capacidade produtiva excedente dos Estados Unidos fosse absorvida alhures, enquanto o progresso internacional do fordismo significou a formação de mercados de massa globais e a absorção da massa da população mundial fora do mundo comunista na dinâmica global de um novo tipo de capitalismo (HARVEY, 1992, p.131).

O fordismo – visto na sessão anterior –, os acordos de Bretton Woods e o Plano Marshall lograram os Estados Unidos grande vantagem frente aos outros países do mundo e, ao mesmo tempo, alçaram os EUA ao grande país capitalista. São estes três elementos também que possibilitaram ao capitalismo os vultosos ganhos de produtividades que vimos acima no Gráfico 1. Entretanto, a partir da década de 1970, o mundo capitalista entra em uma crise geral, que faz com que as exportações, o PIB mundial e o produto per capita comecem a cair. Assim, o capitalismo começa a se reconfigurar, passando ao processo de neoliberalização de economias e retiradas de direitos. Passemos a analisar agora a era neoliberal.

3.2.3. A entrada na era neoliberal

Como apontamos anteriormente, no fim da Segunda Guerra Mundial houve a passagem de poder do cabeça do *Império Universal do Ocidente* da Inglaterra para os EUA. O mundo que surgiu desta passagem foi marcado pela demonstração de força dos EUA, com as Bombas de Hiroshima e Nagasaki, a hegemonia econômica deste país frente ao mundo, a liderança política nos organismos multilaterais.

Segundo Ellen Wood (2014),

> O fim era abrir outras economias, seus mercados, sua mão de obra e seus mercados de capitais ocidentais, especialmente o norte-americano, o que seria realizado por meio simples de tornar a reconstrução das economias europeias e o desenvolvimento do ‘terceiro mundo’ dependentes da aceitação das condições impostas principalmente pelos Estados Unidos. As instituições econômicas globais foram acompanhadas da organização política, as Nações Unidas. Criada para ter um efeito sobre a economia global, a ONU teria o papel de manter um simulacro de ordem política num sistema de Estados múltiplos, sendo sua própria existências um desincentivo a formas de organização internacional menos adequadas às potências dominantes. (WOOD, 2014, p. 102).

Dentro do sistema fordista que vigorou bem ou mal até o final da década de 1970 e começo da década de 1980, estes objetivos se mantiveram claramente para manter e incentivar a expansão da economia dos EUA. A busca naquele período pelo desenvolvimento – mesmo que fraco – das economias do terceiro mundo tinham como objetivo a expansão dos capitais dos EUA para a periferia do capitalismo. “Quando chegou ao fim o longo período de expansão do pós-guerra, mudaram os requisitos, e o objetivo de expandir mercados foi substituído por outras necessidades” (WOOD, 2014, p. 102).

O problema vindo do Oriente, o socialismo, foi resolvido internamente ao Ocidente capitalista com a permissividade dos capitalistas para com as barganhas dos sindicatos não radicais no processo de barganha salarial e benefícios. Desta forma, foi possível isolar internamente aos EUA as posições de grupos revolucionários ou que propunham algo para além do capitalismo.

Isto posto, na década de 1970, o capitalismo entra em uma crise de superprodução levando a estagnação das potências mundiais. As economias ocidentais, com destaque para os EUA, entraram em grande declínio depois de um vultoso crescimento do capital, como vimos anteriormente. Aquele enorme crescimento que podemos conferir no gráfico 1. colocou um grave problema para o capitalismo ocidental, como fazer com que todo aquela produção do período anterior fosse absorvida pelo momento presente.

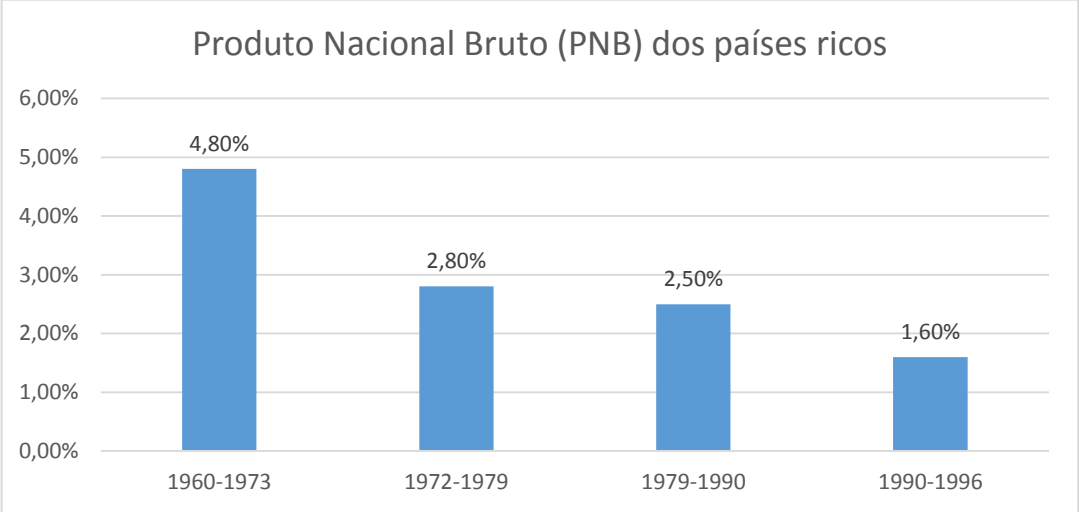
É importante pontuar que houve crises durante o período anteriormente descrito, contudo, elas tinham um caráter pontual. A crise que na década de 1970 se anunciava era de outro tipo, ela anuncia, com todas as consequências daí advindas, a crise de um determinado 'modo de vida', a quebra de um pacto-social, caracterizado pela busca do 'pleno emprego', por uma certa estabilidade no trabalho e por amplas garantias sociais" (FILGUEIRA, 2012, p. 51).

Identificando como o problema da crise que se aprofundava cada vez mais como sendo um problema para de excesso de Estado, os capitalistas e seus representantes passam a culpar os sindicatos e partidos socialdemocratas pela decrescente taxa de lucro. Na busca de solucionar este problema, os capitalistas passam a incorporar aos produtos os valores do aumento salarial, o que logo causou enorme inflação.

Desta forma, o Estado de Bem-estar Social acabou por ser comprometido, pois

> Do ponto de vista fiscal e do financiamento do Estado, a situação também se agravou, uma vez que a desaceleração do ritmo de crescimento econômico, por um lado, reduziu a capacidade de tributação do Estado, comprometendo, assim, as suas receitas; e por outro, aumentou seus gastos, em razão do crescimento do desemprego. O resultado final se expressou em crescentes déficits públicos, que acabaram pressionando pela elevação dos preços e colocando em xeque a base de sustentação do *Welfare State* (FILGUEIRAS, 2012, p. 52).

Gráfico 2. Taxas médias de desenvolvimento dos PNB dos países mais ricos, em porcentagem de 1960 a 1996 (em porcentagem) [65].



Este processo levou, ainda na década de 1970 a queda do sistema de conversão implementado em Bretton Woods. O crescente déficit na balança de pagamentos – iniciado ainda na década de 1960 – dos EUA, que gerou enorme desequilíbrio no superávit comercial estadunidense. Este crescente déficit tinha, como uma das principais razões o combate as ideias socialistas. Primeiro era importante manter a ajudar militar aos países centrais na Europa para que não estes não caíssem nas mãos dos soviéticos. Segundo, a Guerra do Vietnã tem enorme gasto. (COMBAT, 2019. P. 253).

> Paradoxalmente, a Guerra do Vietnã e o déficit público norte-americano, que pressionaram a demanda interna dos Estados Unidos (aumentando as importações), foram sustentados por uma política monetária norte-americana expansionista, com baixas taxas de juros,que desestimulavam ainda mais a entrada de capitais de curto prazo nos Estados Unidos. À medida que os dólares afluíam para o exterior, alguns Estados europeus (a França, num primeiro momento, seguida pela Grã-Bretanha), apoiados pelo sistema de conversibilidade cambial dólar-ouro, iniciaram um processo de drenagem do metal que, teoricamente, lastreava toda a base monetária norte-americana (COMBAT, 2019, p. 253).

É preciso ter em mente que os países arrasados pela Segunda Guerra Mundial, por volta deste período terminam o processo de reconstrução e começam a concorrer no mercado internacional com os produtos estadunidenses, com destaque para Alemanha e Japão. Na

[65] Gráfico: dados retirados do capitulo A economia brasileira na década de 1990: estagnação e vulnerabilidade in: Desafios do Trabalho: capital e luta de classes no século XXI (CORSI, 2003, p. 18).

América-Latina e outros lugares do Terceiro Mundo, o fordismo conjugado com uma fraca regulamentação do mundo do trabalho "geram uma onda de industrialização competitiva em ambientes inteiramente novos" (HARVEY, 1992, p. 136).

Segundo Ellen Wood (2014),

> Foi esse o início da longa retração que afetou todas as economias ocidentais, em particular a norte-americana, até o fim da década de 1990 (e até hoje, embora suas consequências tenham sido mascaradas pela bolha do mercado de ações e pelo 'efeito riqueza'). A economia global foi forçada a carregar o peso daquele declínio. Depois de décadas impetuosas de crescimento sustentado e produtividade crescente durante a longa expansão, a economia norte-americana entrou num grande período de estagnação e lucratividade decrescente, uma crise caracteristicamente - unicamente capitalista de excesso de capacidade de superprodução, inclusive porque seus antigos adversários militares, o Japão e a Alemanha, se tornaram competidores econômicos extremamente eficazes. O problema agora era descobrir como deslocar a crise no espaço e tempo. (WOOD, 2014, p. 102).

Desta forma, o capital buscou a resolução dos problemas de absorção da produção deslocando a crise de superprodução no espaço e tempo. Apesar de serem categorias básicas do entendimento humano, espaço e tempo são categorias aparecem na reprodução da vida social (HARVEY, 1992).

Por exemplo, é possível dizer que existe uma percepção de tempo diferente entre o campo e a cidade, o mundo agrícola e o mundo da produção – do relógio de ponto. Percepção diferente do espaço em relação ao mundo conhecido antes da chegada de Colombo a América e os dias de hoje. Isto também se coloca no campo da descoberta da aviação que encurtou a percepção de distâncias e encurtou o tempo entre Europa e os EUA, por exemplo. Contudo, neste processo, não há nada até agora que encurtou mais as distâncias do que a capacidade de levar informação de um lado ao outro do mundo. Desta forma, Hardt e Negri (2001) estão corretos em afirmar que hoje existe uma Era informacional e da comunicação. Mas esta Era não é de maneira nenhuma deslocada da produção material, ela entrou em cena para deslocar o problema de superprodução, antes citado.

A diferença é que esta produção material se deslocou para a periferia do capital, onde o capital pode explorar mais. Assim, entra em cena, o pelo menos se aprofunda aquilo que Harvey (2014) chama de acumulação via espoliação, voltaremos logo a esta forma de exploração. Cabe apontar agora que nos anos de 1979, na Inglaterra, e 1980, nos EUA, foram eleitos os governos de Margareth Thatcher e Ronald Reagan, respectivamente. Ambos os

governos tinham como pauta política econômica a perspectiva do neoliberalismo, sendo Margareth Thatcher discípula de um dos principais nomes desta corrente, Milton Friedman.

Esta concepção do mundo da política e da economia não era nova. Nascida antes dos anos 1930, foi derrotada pela perspectiva do keynesianismo, do fordismo e do Estado de Bem-Estar Social. Teve como seus maiores expoentes Milton Friedman, Karl Popper, Ludwig Von Misses, Friedrich Hayek, entre outros. O propósito desta linha teórica "era combater o keynisianismo e o solidarismo reinantes e preparar as bases para um outro tipo de capitalismo, duro e livre de regras para o futuro" (ANDERSON, 1995, p.10).

Estes autores eram extremamente contrários a qualquer tipo de regulamentação econômica por parte do Estado, pelo menos no que tange a população mais pobre. Assim,

> Hayek e seus companheiros argumentavam que o novo igualitarismo (muito relativo, bem entendido) deste período, promovido pelo Estado de bem-estar, destruía a liberdade dos cidadãos e a vitalidade da concorrência, da qual dependia a prosperidade de todos. Desafiando o consenso oficial da época, eles argumentavam que a desigualdade era um valor positivo – na realidade imprescindível em si –, pois disso precisavam as sociedades ocidentais. (ANDERSON, 1995, p. 10).

Muitos advogam que o neoliberalismo busca um Estado fraco, uma confusão recorrente no senso comum. Na realidade o que se prega é um Estado fraco em direitos sociais, mas forte "em sua capacidade de romper o poder dos sindicatos e no controle do dinheiro, mas parco em todos os gastos sociais e intervenções econômicas" (ANDERSON, 1995, p. 11).

Portanto, o que se prega é um Estado mínimo em serviços e empresas estatais e direitos sociais. A definição do Dicionário Sandroni nos ajuda a entender as demandas do neoliberalismo.

> Estado Mínimo", isto é, um Estado com um mínimo de atribuições (privatizando as atividades produtivas) e, portanto, com um mínimo de despesas como forma de solucionar os problemas relacionados com a crise fiscal: inflação intensa, déficits em conta corrente no balanço de pagamentos, crescimento econômico insuficiente e distorções na distribuição da renda funcional e regional (CONSENSO DE WASHINGTON, 1999, p. 123).

Desta forma, a burguesia dos países desenvolvidos, principalmente dos EUA e Inglaterra, ao verem seu lucro corroído pela crise que se avizinhava cada vez mais, passa a

declarar os sindicatos e partidos socialdemocratas, que antes foram o escudo do pacto capital-trabalho, como os inimigos de uma sociedade saudável. Assim, passam a atacar os contratos rígidos do pacto capital-trabalho na busca de acabar com o Estado de Bem-estar Social (HARVEY, 1992).

Logo, todos os governos – se não todos, a maioria – passam a incorporar esse receituário em suas agendas. A social democracia, antes inimiga dos neoliberais, passaram a zelar cada vez mais pelo neoliberalismo em constante expansão pelo mundo (ANDERSON, 1995). O neoliberalismo cada vez foi tornando-se um movimento irresistível para os países da periferia, em especial, depois do Consenso de Washington[66].

No âmbito do mundo produtivo ao invés de uma acumulação rígida, vigente no fordismo, buscou-se transformar as relações do mundo do trabalho em processos de acumulação flexível. O padrão passou a ser contratos cada vez mais precarizados, com quase nenhum direito aos trabalhadores, o *outro negativo interno* do ocidente.

Este tipo de acumulação que dali em diante seria regra "caracteriza-se pelo surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológicas e organizacional" (HARVEY, 1992, p. 140).

Essa forma de acumulação possibilitou as mudanças ocorridas no âmbito do espeço e tempo. Regiões onde o capital era quase que inexistente[67] ou suas relações de exploração eram extremamente fracas, passam a compor um quadro de aprofundamento importante da exploração capitalista. Este é o padrão de acumulação via espoliação, uma continuidade da forma de acumulação primitiva descrita por Marx[68].

Agindo por meio desta nova forma de acumulação, o *Império Universal do Ocidente* resgata a cumulação primitiva e a aprimora para os dias atuais. O sistema financeiro que passou ao primeiro plano depois de 1973, utiliza-se de um

> Estilo especulativo e predatório. Valorizações fraudulentas de ações, falsos esquemas de enriquecimento imediato, a destruição estruturada de ativos por meio da inflação, a dilapidação de ativos mediante fusões e aquisições e a promoção de níveis de encargos da dívida que reduzem populações inteiras, mesmo nos países capitalistas avançados, a prisioneiros da dívida, para não

[66] No início de 1990, em Washington D.C., nos EUA, FMI, BIRD e o Tesouro dos EUA. Desta conferência saíram orientações que para que todos os países adotassem a abertura de seus mercados e Estado Mínimo, privatizando os serviços e empresas estatais.
[67] Um exemplo claro é a privatização rápida de vários serviços na Rússia após a queda da URSS.
[68] Contudo, pautado em uma leitura de Rosa Luxemburgo.

> dizer nada da fraude corporativa e do desvio de fundos (a dilapidação de recursos de fundos de pensão e sua dizimação por colapsos de ações e corporação) decorrentes de manipulação do crédito e das ações – tudo isso são características da face do capitalismo contemporâneo (HARVEY, 2014, p. 122-123).

Sob tal orientação, houve o desencadeamento das forças do capital financeiro apoiado em forte especulação e relações predatórias do outro fora do ocidente. Internamente, o capital aprofunda a dominação sob todos os aspectos da vida, onde o trabalhador deixa de se perceber cada vez mais enquanto classe, algo que a era do monopólio – vista no capitulo 1 – já vinha se aprofundando, para se ver cada vez mais enquanto indivíduo isolado socialmente.

No âmbito da expansão pelo mundo, externamente ao ocidente, o capital, com a ajuda dos Estados, passou a buscar explorar nova e antigas relações predatórias. Utilizando-se da expulsão de comunidades inteiras, privatização de recursos naturais, como água, gás, petróleo, entre outros. Aprofunda relações pretéritas e patriarcais de exploração da mão de obra em busca da maximização do lucro (HARVEY, 2014).

Desta forma, o capitalismo ocidental passa a incorporar em seu modo de expansão forma extremamente predatórias, mas que aprofundam a forma de exploração e dominação do indivíduo em âmbito objetivo e subjetivo, ao mesmo tempo que expande suas fronteiras para alhures. Assim, o *Império Universal do Ocidente* pode estender seus tentáculos sobre todo o mundo e ser encontrado em todo o mundo, mas por meio de maior da exploração de populações fora do Ocidente capitalista.

O que Hardt e Negri (2001) não conseguem perceber é esta relação de intensa exploração do *outro negativo externo* pela necessidade do cabeça do *Império universal do ocidente.* O Império só pode ser encontrado em todos os lugares pois o Estado-nação impulsiona essa relação de exploração.

3.2.4. Organismos supranacionais, militarismo e sua relação com o *Império Universal do Ocidente*

Segundo Boron (2004), a análise que Hardt e Negri fazem do papel da ONU[69] é errônea. Esta organização não seria outra coisa que "una organización destinada a respaldar

[69] Hobbsbawn (2015) aponta que a ONU se tornou subordinada aos EUA somente depois de transcorrido dois anos de sua criação e do início da Guerra Fria.

los interesses de los grandes poderes imperialistas, y muy especialmente los de los Estados Unidos". (BORON, 2004, p. 36).

Ao pautar as relações ético-políticas propiciadas pela ONU sendo independentes, ou seja, como estando relativamente acima dos interesses dos EUA, os autores perdem a dimensão do que fato esse organismo supranacional é, um organismo comandado, em última instância, pelos interesses dos EUA. Portanto, sem o apoio dos EUA nas Nações Unidas, quase nada de importante – ou fundamental – no âmbito das relações internacionais é levado à frente. Sem a real vontade dos EUA muitas das resoluções aprovadas naquele organismo não passam de letra morta.

A própria noção de intervenção humanitária que os autores de *Império* (2001) veem como se fossem desculpa para qualquer intervenção, na realidade são determinadas pelas vontades e necessidades do Estado-nação mais poderoso que a humanidade já produziu. Boron (2004), traz o exemplo da intervenção em Kosovo. Porém, para que o argumento não fique repetitivo – o leitor pode ir buscar no próprio autor – trabalharemos outro, a relação entre Israel e Palestina, e a Guerra ao Terror.

Como é sabido, Israel é um dos principais aliados dos EUA na região do Oriente Médio é Israel. Este país, que foi criado em território palestino no ano de 1948 e vem sistematicamente avançando sobre o território da Cisjordânia[70] criando assentamentos considerados ilegais ou ilegítimos, como foi considerado pelos EUA[71]. Na figura 1 – abaixo - podemos ver como esse avanço foi brutal entre 1947 e 2005.

Figura1: Avanço de Israel sobre território Palestino[72].

[70] Para exemplo dos problemas causados pelos assentamentos Israelenses em território Palestino assistir o documentário *5 câmeras quebradas* (2012). Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=5Ja0S9YlRys. Acessado em: 31/01/2018.

[71] Os EUA consideravam os assentamentos na Cisjordânia ilegais até o ano de 2019, postura que mantinha desde 1978. Mais informações: https://www.dw.com/pt-br/eua-deixam-de-considerar-ilegais-assentamentos-israelenses-na-cisjord%C3%A2nia/a-51306213. Acessado em: 15/11/2019.

[72] Fonte: http://www.laizquierdadiario.com/Estado-de-Israel-70-anos-de-su-creacion-artificial

É importante distinguir nos dados da figura 1. alguns elementos para que não haja confusão. A primeira imagem data de antes da criação do Estado de Israel. A segunda é do plano de partilha onde houve 33 votos a favor, 30 contrários e três abstenções no debate sobre a constituição do Estado de Israel. Também é importante que para a criação da Palestina ficaram apenas 46% do seu território original e 54% para o Estado de Israel. A terceira imagem diz respeito aos territórios que Israel ganhou após a Primeira Guerra árabe-israelense (1947 a 1949). A última imagem é do que resta hoje dos territórios palestinos depois do avanço dos assentamentos. Assim, o que nos interessaria aqui para esta discussão é o fato do progressivo aumento das fronteiras de Israel e a gritante diminuição do território destinado a Palestina, de 1949 até os dias de hoje. Podemos perceber que as demarcações de 1948 ou de 1967[73], foram sistematicamente desrespeitadas.

Ora, dissemos logo antes que esses assentamentos são considerados ilegais ou ilegítimos, mas qual a diferença básica? Do ponto de vista da Corte Internacional de Justiça da ONU, esses assentamentos são considerados ilegais, entretanto, os EUA, desde 1981[74], não utilizam o termo ilegal, mas sim ilegítimo, a fim de proteger o seu aliado na região[75]. Mesmo quando a postura dos EUA mudou, já na gestão de Donald Trump, considerando legítimos os

[73] Sobre os problemas que rondam a criação do Estado de Israel e a Palestina (as guerras israelo-palestina) assistir o documentário *Palestina: história de uma terra,* disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=fofD9keoXwA&t=73s. Também ler: *A Questão da Palestina* (SAID, 2012), do autor Edward Said; e *A questão Palestina* (Buzetto, 2015).
[74] Isso mudou no final da gestão de Barack Obama que passou a considerar ilegal, mas retrocedeu recentemente com Donald Trump, que passou a considera-los não mais ilegítimos, mas sim legais.
[75] Fonte: https://www.bbc.com/portuguese/internacional-50468131

assentamentos, a ONU reafirmou sua posição em considera-los ilegais, mas de fato, o que mudou? Essa é uma pergunta retórica que tem a resposta na própria realidade, Israel continua avançando e os Palestinos ainda não têm um país.

Ainda sobre a aliança dos EUA e Israel, é conhecido os inúmeros atos de violações dos Direitos Humanos por Israel contra palestinos. Por exemplo, as Nações Unidas investigaram os ataques de Israel contra a Gaza nos anos de 2008/2009 e concluíram que Israel utilizou palestinos como escudo humano. Quem denuncia é a própria ONU, por meio do seu Conselho de Direitos Humanos e que produziu o relatório *Human rights in palestine and other ocuupied arab territories: report of the United Nations Fact-Finding Mission on the Gaza Conflict*[76], de 2009. Tal fato foi também apontado pelo Jornal Britânico *The Guardian*[77], e por vários veículos de comunicação no Brasil, tais como a Folha de São Paulo[78] e Oriente Mídia[79].

Devemos lembrar também que Israel admitiu a utilização fósforo branco em 2010 contra a população de Gaza. Esta substância não pode ser utilizada contra população civil, sendo considerada crime de guerra pelas leis internacionais. É importante também apontar que Israel é signatário de um protocolo de 1995 que considera uso de armas químicas somente quando não for o intuito queimar pessoas[80].

O que devemos nos perguntar é se tais violações não pediriam uma intervenção humanitária como aconteceu na Iugoslávia (1999), Iraque (2003), Síria (2018)? Devemos lembrar que os EUA acusaram falsamente o Iraque de possuir armas químicas em um processo de ocupação que durou por volta de oito anos (2003 – 2011). Lá a democracia e a liberdade do Império foram entregues com soldados, bombas e ocupação, na Palestina ela continua inexistente.

Esses são apenas três dentre tantos outros exemplos, ligados somente a Israel, mas poderiam pontuar a relação que os EUA mantêm com o regime saudita, turco, entre outros, que mostram que as vontades do EUA é quem determinam, em última instância, a efetivação das políticas nas Nações Unidas. Isto posto, Boron (2004) aponta que:

---

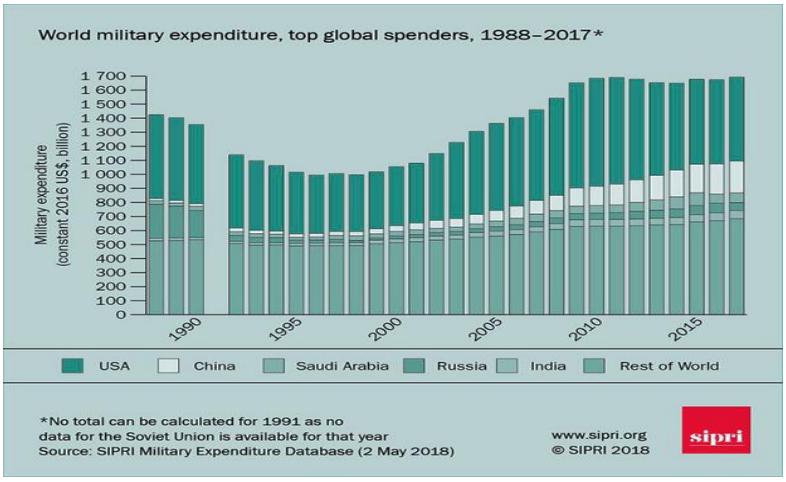
[76] Fonte: https://www2.ohchr.org/english/bodies/hrcouncil/docs/12session/A-HRC-12-48.pdf
[77] Fonte: https://www.theguardian.com/world/2010/nov/21/israeli-soldiers-human-shield-avoid-jail
[78] Fonte: https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2009/03/539489-soldados-de-israel-usavam-criancas-como-escudo-humano-afirma-the-guardian.shtml
[79] http://www.orientemidia.org/desmistificando-os-mitos-de-israel-para-gaza-i-afinal-quem-usa-escudos-humanos-em-gaza/
[80] Fonte: https://oglobo.globo.com/mundo/exercito-de-israel-admite-uso-de-fosforo-branco-na-faixa-de-gaza-3060024

> a ‘guerra humanitaria’ en Kosovo, por ejemplo, fue llevada a cabo en nombre de las Naciones Unidas pero sorteando por completo la autoridad tanto del Consejo de Seguridad como de la Asamblea General. Washington decidió que era necesaria una intervención militar y eso fue lo que ocurrió. (BORON, 2004, p. 37).

Pode parecer ainda que nossa argumentação seja insuficiente, por isso é importante pontuar as violações e torturas cometidas pelos EUA na Guerra ao Terror. É notório os casos de irregularidades, violações e desrespeito aos direitos humanos apresentados pelo documentário *Taxi to the dark side*[81] que foram cometidos na prisão de Abu Ghraib e Guantánamo. Choques elétricos, privação de sono, ameaça com cães, humilhação sexual, foram algumas das técnicas de interrogatório utilizadas nas duas prisões, técnicas que envolviam tortura física e psicológica. Portanto, qual intervenção militar a ONU decretou sobre os EUA? Outra pergunta meramente retórica.

Assim, os EUA não são apenas um ator privilegiado no Império, é preciso dizer que eles são o coração do próprio Império. E como coração do Império, no âmbito da política militar sua estruturação e gastos é superior a todos os outros países do mundo. No gráfico abaixo é possível ver comparativamente as despesas militares dos EUA e o restante do mundo.

Gráfico 3. Despesas militares mundiais, principais gastadores globais, 1988 - 2017[82]



O gráfico 2, acima, é bem ilustrativo com relação as despesas militares dos EUA, comparativamente em relação aos outros quatro maiores Estados-nação que mais gastam e,

[81] O documentário pode ser encontrado em português com o nome de Táxi para o inferno no link: https://www.dailymotion.com/video/x3nobjh. Acessado em: 10/01/2020.
[82] Fonte: http://www.defesanet.com.br/bid/noticia/29158/SIPRI---Gastos-globais-em-defesa-somam-US%241-7-trlhao/

também, o restante do mundo. Os dados expostos apresentam grande discrepância e, por isso, vamos analisá-los já que a elevação do dispêndio militar coincide não só com o início da Guerra ao Terror, mas também com o momento da publicação do livro de Hardt e Negri (2001).

Primeiro, é possível perceber que os gastos militares mundiais em 2017[83], chegaram a casa dos 1, 700 trilhões de dólares. Esse gasto mundial teve uma queda vertiginosa do final da Guerra-fria até o ano 2000, começando sua ascensão no ano de 2001. Segundo, os gastos do que o gráfico chama de restante do mundo, mantiveram-se relativamente estáveis de 1989 até os anos 2002 e 2003, passando por um leve, mas perceptível aumento. Terceiro, a Rússia que depois do desmonte da URSS, reduziu exponencialmente seus gastos militares, com leve crescimento a partir de 2004 – 2005. Quarto, a China elevou exponencialmente seus gastos militares a partir dos anos 2000, tornando-se o segundo lugar e alcançando o maior pico também em 2017.

Agora, o que mais chama a atenção é a elevação dos gastos militares dos EUA, a partir do ano 2001. Entre 1990 e 2000, existe uma queda vertiginosa, mas se prestarmos bem atenção, perceberemos que os Estados Unidos reduziram seus gastos, mas mantiveram-se na liderança, porém no momento do início a Guerra ao Terrorismo, esses gastos se elevam de forma vertiginosa. A matéria do Defesanet, coloca a culpa no elevado custo militar nos países orientais, mas o próprio gráfico mostra o momento em que se tornam progressivamente mais robustos, o início da guerra ao terror. É importante dizer também que o *Military spend* dos EUA teve no ano de 2001 crescimento do entorno de 60%.

O início da década de 1990 foi marcado por um evento de enormes proporções, desmantelamento da URSS e, com isso, o fim da Guerra Fria. Este evento levou a ideias como a de fim da história. Então, nos parece que quando Hardt e Negri (2001) proclamam que a era do Império é a nova era definitiva das relações internacionais – tornando o Império a-histórico – o autor parece estar imbuído desta ideia e deste evento, mesmo que sua posição seja combater a contradição hegeliana, como aponta:

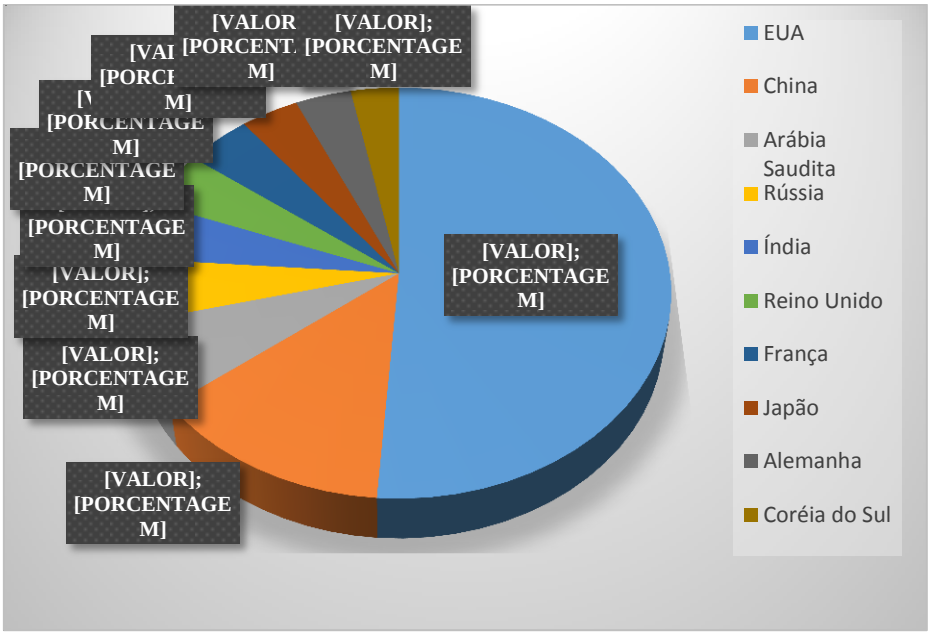
> Em nossos termos, o fim da História a que Fukuyama se refere é o fim da crise no centro da modernidade, o conflito coerente e edificador que era fundamento e *raison d'être* da soberania moderna. A história acabou

[83] Os gastos militares atingiram a cifra de 1,82 trilhões no ano de 2018, entretanto, o gráfico apresentado no artigo trata dos gastos por continente, sendo seu objetivo mostrar o incremento na região asiática. O artigo está disponível em: https://www.sipri.org/media/press-release/2017/world-military-spending-increases-usa-and-europe.

> justamente e apenas na medida em que é concebida em termos hegelianos – como movimento de uma dialética de contradições, jogo de negações e subordinações absolutas. Os binários que definiram o conflito moderno tornaram-se difusos. O Outro que podia delimitar um Eu soberano moderno tornou-se fraturado e indistinto, e já existe um fora que possa limitar o lugar da soberania. Hoje é cada vez mais difícil para os ideólogos dos Estados Unidos citar um único e unificado inimigo; ao contrário, parece haver inimigos menores esquivos em toda parte. O fim de crises menores e indefinidas, ou como preferimos, a uma onicrise (HARDT e NEGRI, 2001, p. 209).

Ora, é provável que a relativa queda dos anos 1990 até 2000 – 2001, faça parecer que as que para os EUA a era da militarização, da criação de um inimigo, um outro a ser combatido ficou para trás. Entretanto como sabemos, grandes eventos como a própria queda do Muro de Berlim ou o desmantelamento do URSS tendem colocar elementos novos e velhos em movimento e contradição. Vejamos o Gráfico 3 e os dispêndios militares dos EUA e dos outros 9 países que mais gastam com defesa.

Gráfico 4. Os 10 maiores gastos militares em 2019 (em bilhões de dólares)[84].



[84] Adaptado a partir do gráfico de Igor Gileow no artigo para Folha de São Paulo, intitulado *Estados Unidos puxam crescimento global de gastos militares.* Link: https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2019/03/estados-unidos-puxam-crescimento-global-de-gastos-militares.shtml

O gráfico 3, acima, nos permite perceber que os EUA gastam 1% a mais (51%) que os outros nove *Military spenders* juntos. Também que em relação ao EUA – o primeiro – e a China – segundo – existe um fosso. Enquanto o segundo gastou em 2019 168,2 bilhões de dólares, o primeiro gastou 643,3 bilhões. Isto quer dizer que os Estados Unidos destinaram 475,1 bilhões a mais, ou seja, quase 4 vezes mais que seu segundo concorrente no quesito militar. Considerando que naquele ano os gastos militares foram da ordem de 1,750 trilhões, os EUA são responsáveis por quase um terço desse montante.

Desta forma, podemos concluir que do ponto de vista militar e decisório, os EUA se constituem como um Império. A organização em rede não passa por outro ponto central senão pelos próprios EUA. O autor estadunidense Chalmers Johnson (2007 a), aponta que com o fim da Guerra Fria, os EUA passam a avançar para regiões antes sob influência da URSS e estabelecer bases militares afim de garantir sua influência nestas regiões, em suas palavras:

> Com o termino da Guerra Fria, o vasto território entre os Bálcãs e o Paquistão, outrora considerado inacessível por ser zona de influência soviética, abriu-se à expansão americana. Os Estados Unidos rapidamente deslocaram tropas para aquela região crítica e se prepararam para conflitos com regimes que se metessem no caminho. Durante o referido período de pouco mais de uma década, foi tecida uma *vasta rede de interesses, compromissos e projetos até que uma nova cultura política paralela à sociedade civil passou a existir. Essa rede, a que chamo de 'império', tem uma geografia determinada, eu diria até mesmo determinante, adquirida, na maior parte durante a Segunda Guerra Mundial e a Guerra Fria,* mas não reconhecida como tal por ter sido mascarada pelo pretexto de conter a União Soviética. (JOHSON, 2007, p. 32, a, *grifo nosso*).

Esta rede, que nos fala Chalmes Johnson (2007 a), constitui o império americano – do ponto de vista militar – é um conjunto de "bases navais permanente, campos de pouso militares, destacamentos do exercito, postos de escuta e espionagem e enclaves estrátégicos em todos os continentes do globo" (JOHNSON, 2007, p. 32 a). Esse "império de bases", diferente do imperialismo de outrora, não se estabelece por meio de colônias – na visão do autor – mas sim zonas militares para seu uso exclusivo.

Em nossa perspectiva, essas bases estão em territórios chaves por todo o globo para para garantir os interesses economicos dos EUA não por meio de um país colonizado, mas por meio da ameaça a regiões e países desafetos de Washington. Essas bases são, do ponto de vista militar, a garantia dos interesses da burguesia estadunidense em todo o globo. Essa é a forma do imperialismo norte-americano, ele não age por meio de colonias, mas nem por isso deixou de existir.

Vejamos agora como a lógica do Império Universal do Ocidente se estabeleceu no Oriente Médio e permitiu a formação do *blowback* que aconteceu em 11 de setembro de 2001, os atentados terroristas, e que permitiu a nova Cruzada do Ocidente contra o Oriente.

3.3. A lógica do Império Universal do Ocidente e sua atuação no Oriente Médio antes do 11 de Setembro de 2001: Arábia Saudita, Irã e Iraque

Como vimos anteriormente, os EUA se tornaram o cabeça do *Império Universal do Ocidente* na segunda metade do século XX. Este também é o momento onde passa a ter maior atuação na região que aqui denominamos Oriente Médio. Nesta sessão, analisaremos de forma rápida e sucinta a atuação dos EUA como cabeça do *Império Universal do Ocidente* naqueles países que encaramos como sendo os que deram origem ao *blowback* do 11 de Setembro 2001. Foram as atuações, muitas delas clandestinas na Arábia Saudita, no Irã e no Iraque que possibilitaram estes atentados terroristas e a reconfiguração do Oriente Médio como *outro negativo externo* do Ocidente.

Isto posto, as razões que pesaram para que os EUA se tornassem um ator ativo nos assuntos do Oriente Médio, segundo Vasco Rato e Diana Soller (2008), foram: primeiro, após a vitória de Israel na Guerra dos Seis Dias (1967), Washington vê no recém país criado – lembramos que a fundação de Israel data de 1948 – um aliado com poderio suficiente para barrar o avanço da URSS na região; segundo, no ano de 1968, o Reino Unido anuncia que deixarão os seus compromissos no Suez no ano de 1971. Com o fim do mandato Inglês na região do Suez, países como Egito, Iraque e Síria, poderiam acabar adentrando ainda mais na influência da URSS, o antípoda a ser combatido de 1945 até sua queda em 1991. Será este o fundamento de sua atuação, muito vinculada a necessidade de manter o petróleo da região.

Porém, antes de adentrar neste debate é importante situar o Oriente Médio no tempo e localizá-lo no espaço, pois, o mapa desta região pode mudar de acordo com a perspectiva adotada e dos interesses presentes. Tais interesses criaram e recriaram a ideia do Oriente algumas vezes.

No começo do século XX, empregava-se o termo Oriente médio para se referir "à Arábia, à Mesopotâmia, ao golfo Pérsico e à Pérsia. 'Oriente próximo' (*Near Est)* se empregava para designar os Bálcãs, a Anatólia, o Levante e o Egito [...] Extremo Oriente ao Sudeste Asiático, China, Coréia e Japão (SMITH, 2008, p. 8). Em outras acepções e designações para o Oriente Médio, dão conta até de outros países no norte da África para além

do Egito. Estas outras acepções podem incluir ainda, por exemplo, o Afeganistão, Sudão e o Chipre.

Estas definições ou indefinições do que é o Oriente Médio, segundo (SMITH, 2008) advém de "uma questão política". Portanto, esse problema pertence a uma questão colocada pelo imperialismo europeu e que o imperialismo estadunidense ressignificou para a dominação e expansão sobre o *outro negativo externo.*

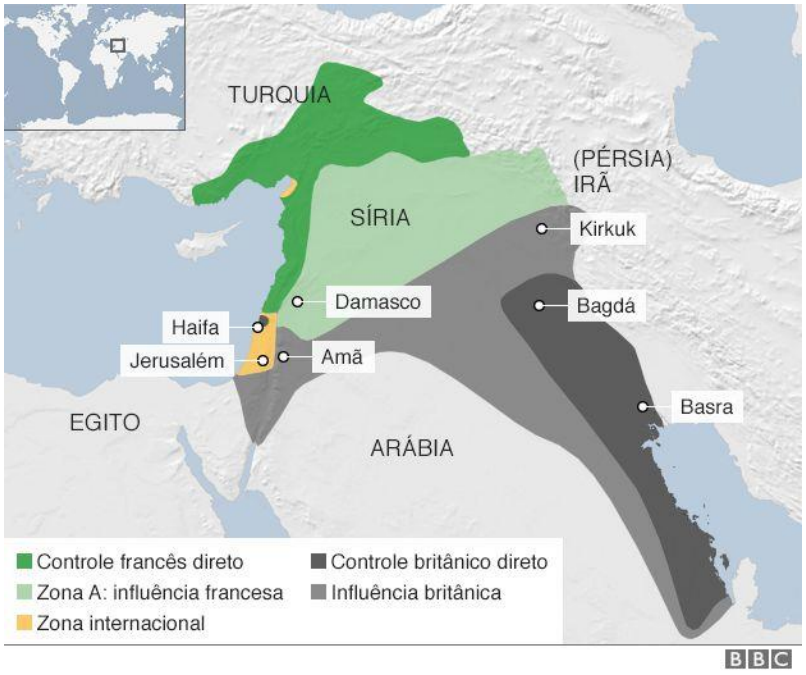
Ao não identificar que é o outro, abrindo espaço para interpretações em um campo delimitado ao imaginativo, o *Império Universal do Ocidente* pode, assim como fez na sua constituição, demarcar as características positivas para si e as negativas para o outro. Os imperialismos europeus e americanos passam a ser vistos como libertador, enquanto os regimes locais do Oriente Médio como despóticos.

Segundo Perry Anderson, no Oriente Médio [...] a marca do imperialismo europeu era mais rasa" (ANDERSON, 2015, p. 76), do que na China e na Índia, que como se sabe, tiveram atuação direta do colonialismo Europeu. Antes do desmantelamento do Império Turco-Otomano, apenas algumas regiões tinham estado profundamente dentro de sua órbita, como o caso do Egito. Foi, sobretudo, depois da Primeira Guerra Mundial, que o imperialismo europeu tomou conta da região, graças ao acordo de Sykes-Picot (1916), que veremos à frente.

Durante a Primeira Guerra, a Grã-Bretanha fez a promessa para uma série de príncipes árabes da região de que se ajudassem a derrubar o que restava do Império Otomano[85] por dentro – como uma quinta coluna – estes príncipes teriam um único Estado árabe para governarem em toda a região, a Transjordânia. O acordo de Sykes-Picot contrariava a promessa feita aos diversos príncipes, e no final do processo da guerra, os árabes receberam um punhado de Estados divididos e subordinados aos europeus (HOURANI, 1994). Veja a divisão entre as duas potências europeias no mapa 1. Abaixo.

[85] O Império Turco-Otomano lutou na Primeira Guerra ao lado da Tríplice Aliança, contra a Tríplice Entente.

MAPA 1. Divisão do acordo de Sykes-Picot (divisão do Oriente Médio entre a França e Grã-Bretanha)[86]



Desta forma, o colonialismo europeu deixará profundas marcas em boa parte dos países da região. Para entender todo o processo é preciso levar esta questão como um fator importante de todas a estruturação da região, pois o Imperialismo estadunidense herdou do Imperialismo europeu esta estrutura.

Segundo o Atlas do Oriente Médio, de Dan Smith (2008), "a região é moldada pela interação de seis fatores históricos, culturais e contemporâneos cruciais: o Islã, o Império Otomano, o colonialismo europeu, a fundação do Estado de Israel, o petróleo e a influência norte-americana" (SMITH, 2008, p. 8)[87]. Passaremos rapidamente por algumas destas questões, mas o que interessará é a questão do petróleo e a influência dos EUA.

A gama de possibilidades de se enquadrar o que é chamado de Oriente Médio cria certas dificuldades para a compreensão do problema. Desta forma, para efeitos deste trabalho, buscamos entender como tal a região que compreende a Síria, Iraque, Kuwait, Líbano, Israel, Palestina, Jordânia, Irã, Bahrein, Qatar, Emirados Árabes Unidos, Iêmen, Omã, Afeganistão e Egito. Estes países estão relativamente próximos, tem contato e conflitos entre si e são de maioria árabe muçulmana, excetuando Israel, que é um Estado Judeu, mas que foi criado em

[86] Fonte: https://www.bbc.com/portuguese/internacional-36320891 .

[87] Para compreender melhor a formação do Islã, a formação do Império Otomano e sua decadência, o colonialismo europeu ler Uma História dos Povos Árabes (HOURANI, 1994). Para compreender melhor a formação do Estado de Israel ver o documentário: Palestina: história de uma terra.

1948 como um enclave no meio dos países de maioria muçulmana. Para nós, foi a atuação do cabeça do Império em cada um destes países, mas sobretudo na Arábia Saudita, no Irã e no Iraque que possibilitou o *blowback* no conjunto foi essa a atuação que possibilitou o 11 de Setembro[88].

Antes de apontar como se articulou a presença estadunidense nestes países, é preciso localizar o Golfo Pérsico, onde se encontram a maioria e as maiores jazidas de petróleo da região. Este golfo recebe as águas do Oceano Índico e tem uma extensão de mil quilômetros. Ao Leste está a Península Arábica, e ao Oeste o Irã. Ao Norte encontramos o Kuwait, Iraque. Ao Sul Golfo de Omã e a saída para o mar Arábico que leva ao Oceano Índico. É neste Golfo estão as grandes jazidas de petróleo e gás natural, "cerca de 68% das reservas mundiais conhecidas ficam no Oriente Médio, quase todas na região do Golfo Pérsico" (DAN SMITH, 2008 p. 42).

É por isso que a maioria dos países fundadores da Organização de Países Exportadores de Petróleo (OPEP) são da região. Os países fundadores são da OPEP são: a Arábia Saudita, o Irã, o Iraque, o Kuwait, mais a Venezuela na América do Sul. Como podemos perceber, os quatro países do Oriente Médio fundadores da OPEP basicamente comporão o quadro apresentado neste subcapitulo – o Kuwait quando formos tratar do Iraque.

Como formação histórica de longo prazo, as três principais religiões monoteístas da atualidade – o judaísmo, o cristianismo e o islã – foram concebidas na região. Desta forma é muito complicado dizer que é uma localidade especificamente muçulmana, apesar de que, o traço marcante ali é o islã[89], devido a formação do Islã como sendo a última religião a ser criada e a que acabou por constituir império. O islã, muitas vezes chamado de Islão, é atualmente a segunda maior religião do mundo, com cerca de 1,6 bilhão de professantes. A expansão do islã enquanto império – ora unido, ora fragmentado – atingiu do planalto central do Irã, a Oeste, ao Marrocos e Espanha ao Leste. No Norte da Anatólia a Etiópia.

É preciso pontuar também que, apesar de ser uma região de maioria muçulmana, encontramos várias vertentes do islã – com destaque especial para o Sunismo, Xiismo, Sufismo. É conhecida a rivalidade histórica entre Xiismo e Sunismo. Os primeiros acreditando somente no Corão e na descendência do profeta Mohhamad como o verdadeiro

[88] Também é preciso pontuar a atuação no Afeganistão, contudo, já pontuamos alguns pontos no capitulo 2, quando tratamos do 11 de setembro e do terrorismo.
[89] Para compreender melhor a formação histórico cultural do mundo árabe e o traço característico do Islã ler: Uma História dos Povos Árabes (HOURANI, 1994).

caminho do Islã. Estes, em resumo, são partidários de que os descendentes Ali ibn Abi Talib – quarto califa Rashidun[90] (656-661) e genro de Mohammad, marido de Fátima – e que sua descendência deveria conduzir o islã. Já o Sunismo tem a cresça no Corão e na Suna. Em resumo, acreditam que qualquer pessoa pode ser bem orientada, desde que siga as tradições corretamente. Esta diferença se traduziu pelos tempos em vários conflitos, sendo muito explorada pelo *Império Universal do Ocidente* nos tempos das Cruzadas e ainda é hoje, vide a Guerra Irã-Iraque que abordaremos a frente.

Portanto, o Oriente Médio tem uma história muito rica, complexa e cheia de idiossincrasia e não teríamos como tratar de toda a história da região. Não obstante, o que nos interessa aqui são alguns eventos do século passado, século XX. Alguns pois da mesma forma, existem inúmeros eventos importantes no último século.

Antes da Primeira Guerra Mundial, o colonialismo europeu já fincava as garras na região, mas é sobretudo depois desta guerra e da dissolução do que restava do Império Turco-Otomano que a Europa acaba por dividir toda a região. É, como vimos, por meio do acordo de entre Mark Sykes – antes citado – pelo lado da Inglaterra, e François George-Picot, pelo da França que a região se tornou área de influência do imperialismo europeu, ver o Mapa 1. Este acordo entrou. Desta forma, antes mesmo da guerra acabar, em 1916, as duas maiores potências do mundo na época já dividiam os futuros espólio no Oriente Médio. (HOURANI, 1994).

Outro acordo, um pouco mais velado que marcou a região, foi a declaração Balfour (1917). Nesta declaração Sir Arthur James Balfour, secretário de assuntos estrangeiros da Grã-Bretanha na época, apontava ao Barão Rothschild e a comunidade sionista que a Inglaterra via com bons olhos a criação de um Estado Judeu no Oriente Médio. É a partir desta carta que ganhou força a formação do Estado de Israel (HOURANI, 1994; SAID, 2007; SAID 2012).

É a fundação do Estado de Israel em 1948 trarão as maiores complicações que sentimos até os dias atuais. Este, o Estado de Israel, foi constituído como um flanco avançado do Ocidente em terras do Oriente Médio para defender os interesses do primeiro do Imperialismo Europeu (SAID, 2012).

[90] Os Rashidun são os quatro primeiro califas e companheiros do Profeta Mohammad na Hégira. São eles: Abu Bakr (623-624); ‘Uma Ibn al-Khattab (634-644); ‘Uthman ibn ‘Affan (644-656); ‘Ali ibn Abi Talib (656-661). Rashidun pode ser traduzido como “os bem” ou “corretamente” orientados (HOURANI, 1994).

Desde a carta de Balfour até hoje, a região que conhecemos como Palestina, vem sendo sistematicamente negada. Negada, primeiro, porque foi feita por uma potência estrangeira que prometia terras no Oriente Médio para um povo estrangeiro. Segundo, não levou em conta as aspirações da maioria da população que já residia na terra – assim como o acordo Sykes-Picot não levou em conta as aspirações dos príncipes árabes –. Já existiam judeus na região da Palestina, contudo, no ano de 1922, 78% dos habitantes eram muçulmanos, 10% eram cristãos, e apenas 11% eram judeus. Terceiro, negada porque invertem os números, apontando muitas vezes que na terra não havia ninguém, ou seja, uma terra sem povo, para um povo sem terra. (SAID, 2012).

Israel e o mundo árabe, por conta da questão Palestina entraram em conflito inúmeras vezes desde a fundação do primeiro. Primeira Guerra Árabe-Israelense (1948-1949), logo na fundação de Israel, Guerra dos Seis Dias (1967), Guerra do Yom Kippur (1973). Em todas Israel venceu, e com isso aumentou suas possessões, como vimos na figura 1. A última aqui apresentada gerou o boicote do petróleo ao Ocidente – em especial aos EUA e Holanda –. Este boicote ocasionou o chamado primeiro choque do petróleo de 1973, que atingiu o ocidente em meio à crise apresentada na sessão 3.2.3.

Outro conflito importante aconteceu em 1956, a Crise do Canal de Suez. Este canal foi construído no ano de 1850, uma obra pública egípcia com verba francesa, mas com mão de obra do Egito. Com o endividamento do Estado Egípcio para com a França e Inglaterra, que passou para o controle anglo-francês na década de 1880. Logo, em 1982, o Egito foi ocupado pelos Britânicos, quando um governo nacionalista subiu ao poder. A desculpa era a de que o novo "governo estava em revolta contra a autoridade legítima, e que a ordem se desintegrara" (HOURANI, 1994, p. 288).

Segundo Hourani (1994), apesar da desculpa dada pela Grã-Bretanha, "o verdadeiro motivo foi aquele instinto para o poder que têm os estados num período de expansão, reforçado pelo porta-vozes dos interesses financeiros europeus" (Hourani, 1998, p. 288). Já vimos isto no capitulo 1, esta é a vontade de domínio do *Império Universal do Ocidente* que se traduziu naquele momento na Inglaterra. Hoje, a vontade de domínio expansão deste *Império* se utiliza da desculpa de levar a democracia, como vimos no capitulo 2.

Em 1956, quando Gamal 'Abd al-Nasser, nacionalizou a companhia Canal do Suez – depois dos EUA negar uma ajuda financeira antes prometida para o Egito – que estava sob controle britânico. Inglaterra e França, não viram isso com bons olhos e arquitetaram um

acordo junto com Israel, que queria diminuir o poder do Egito, seu grande adversário na região.

O plano consistiu no seguinte: Israel invadiu o Egito e dirigiu suas tropas para o Canal de Suez. A França e a Inglaterra, protetoras da antiga ordem do *Império Universal do Ocidente*, deram um ultimato a Israel e ao Egito para que recuassem. Com a recusa de Nasser, Inglaterra e França atacaram e ocuparam o canal. Ocorre que a Inglaterra e a França no pós-Segunda Guerra Mundial não eram mais a cabeça do *Império Universal do Ocidente,* como vimos, esta tinha se deslocado da Europa para a América do Norte. Os EUA temendo que as forças da URSS ganhassem mais poder na região – a URSS já demonstrava querer fazer seu movimento em favor do Egito – ordena aos três países que desocupem a região (HOURANI, 1994).

Segundo Anderson (2015),

> Furioso com o fato de Eden ter ignorado suas advertências, Eisenhower deteve abruptamente o ataque anglo-frânces-israelense ao Egito, ao cortar o apoio para a libra esterlina, deixando Londres sem recursos. A verdadeira posição dos seus aliados europeus dentro da ordem norte-americana do pós-guerra, normalmente envolta em ficções decorosas de solidariedade atlântica, foi, assim, elucidada de forma brutal (ANDERSON, 2015, p. 78).

Assim como a vitória de Harry Dexter White sobre John Maynard Keynes representou a vitória do Imperialismo estadunidense sobre o europeu, com destaque para a Grã-Bretanha – na economia mundial – já apresentada no ponto 3.2.2 –, a resolução do conflito de Suez representou na região do Oriente Médio. Isto denota que nas relações entre Estados imperialistas e subordinados, não existe vácuo de poder, e no Oriente Médio não foi diferente.

Vasco e Diana Soller (2008) apontam que, nenhum dos interesses dos EUA na região do Oriente Médio é maior que o petróleo. Mas isto "não significa que Whashington pretende exercer controle direto sobre os países produtores" (VASCO e SOLLER, 2008, p. 61). Como vimos anteriormente, os EUA não precisam utilizar propriamente o poder extra econômico contra o *outro negativo externo*. Ele pode como cabeça do *Império Universal do Ocidente* utilizar apenas o poder econômico para manter a dominação. Contudo, isso não significa que não use suas forças extra econômicas.

Por ser uma região tão rica em petróleo, que no pós-Segunda Guerra Mundial despontava como a principal Commodity mundial, era imprescindível ao cabeça do *Império Universal do Ocidente* não deixar a região cair nas mãos dos Soviéticos. É com o fito de

impedir a presença da URSS no Oriente Médio, também por uma questão geoestratégica-militar, que os EUA atuarão na região, sobretudo, como vimos anteriormente, após a fundação do Estado de Israel, em 1948 e a Crise de Suez.

Desta forma, não foi somente Israel que recebeu ajuda constante na questão militar dos EUA na região. O Egito – depois da morte de Gamal Abdnel Nasser e ascensão de Anwar Sadat, mas aprofundada com Hosni Mubarak –[91], a Arábia Saudita, os vários principados árabes da região, o Irã (durante o regime do Xá Reza Pahlevi), o Iraque e o Afeganistão, estiveram dentro do quadro de países que Washington via como necessários para o combater uma provável expansão da URSS. Vejamos como isso se deu e quais os revezes desta atuação na Arábia Saudita, Irã e Iraque.

3.3.1. Na Arábia Saudita

A formação da Arábia Saudita remonta ao século XVIII, quando o reformador Muhammad ibn ‘Abd al-Wahhab, fundador do Wahabismo e que pregava uma ética voltada totalmente para o Corão e a Hadith – as tradições do que o profeta Mohammad falou e fez –, se aliou a um dos governantes, Muhammad ibn Sa’ud, de uma cidade comercial no Hedjaz, Dir ʿiyya. No século XIX, os exércitos deste Estado em vias de nascer se amplia tomando conta de praticamente todo o Hedjaz e, principalmente, as cidades sagradas de Meca e Medina. Depois da Primeira Guerra Mundial o este Estado se amplia sobre as possessões do xarife Husayn, um aliado da Grã-Bretanha – tornando-se o que conhecemos hoje como Arábia Saudita. (HOURANI, 1994).

Como dito anteriormente, a região é rica em petróleo e foi muito cobiçada pelos britânicos. Mas é importante salientar que a Arábia Saudita, nunca teve um período de dominação estrangeira, apesar da grande influência que sofreu do governo britânico (HOURANI, 1994) e podemos acrescentar do governo estadunidense, sobretudo depois de 1933.

Foram os EUA por meio da *Standard Oil Company* (SoCal) que a partir de 1933 conseguiu um acordo com a casa Saud para explorar o petróleo na Arábia Saudita. As operações da empresa começaram em 1938, e, com isso, se criou um consórcio entre a SoCal,

[91] Os EUA foi um ator ativo na crise do Canal de Suez. Foi este país que impediu o ataque maciço de França Inglaterra e Israel sobre Egito, ainda no período Nasser.

Texaco, Exxon, Mobil que deu origem a *Arabian-Americam Oil Compani* (Aramco) (JOHNSON, 2007).

A Aramco continuou dentro deste consócio estrangeiro, até que no começo da década de 1970 o governo Saudita comprou 20% das ações desta empresa. Dez anos depois, em 1980 a Arábia Saudita comprou o restante das ações e a corporação se tornou a empresa Saudi Aramco. Mesmo não estando mais nesse consórcio "uma das principais preocupações políticas e militares [dos EUA] foi assegurar que nenhuma outra nação, amiga ou não, se envolvesse na questão dos recursos petrolíferos sauditas". (JOHNSON, 2007, p. 252 a).

Desta forma, era importante para os EUA que a Casa Saud se tornasse sua aliada. Assim buscando esta aliança, diga-se de passagem, um importante aliado até os dias atuais dos EUA no Oriente Médio. No ano de 1945 o rei Ibn Saud e Roosevelt assinaram um acordo em que os EUA garantiriam a segurança e proteção da Casa Saud em troca de petróleo (RATO e SOLLER, 2008).

Ainda no ano de 1945 os EUA construíram o aeroporto de Dharhan, cidade onde fica a sede da Saudi Aramco, especialmente para ficar de olho na empresa e no petróleo. Este aeroporto nos anos seguintes a sua construção se tornou uma base aérea militar arrendada aos EUA, onde "instalaram nela um esquadrão de bombardeiros do Comando Aéreo Estratégico munidos de armas nucleares" ". (JOHNSON, 2007, p. 252 a). O SAC foi um dos sustentáculos de dissuasão americano contra a URSS.

Contudo, devido a crescente resistência a Israel e o apoio do Ocidente a este país, no ano de

> 1963, preocupado com o vulto da presença americana no seu país, o rei Faisal ordenou que a força aérea americana saísse de Dhaharan [...] No entanto os sauditas permitiram aos militares americanos utilizar a base segundo um critério de 'caso por caso' até a guerra do Golfo, quando ela foi então operada como instrumento para expulsar o Iraque do Kuwait. " (JOHNSON, p. 252 a).

Hoje está base militar é nomeada de Base Rei Abdul Aziz, sendo um aeroporto comercial, mas que também serve para questões militares. É desta base militar que saíram a maioria dos bombardeiros e caças que atingiram o Iraque em 1991. É importante que "dos 7.248 aviões que chagaram à Arábia Saudita entre 7 de agosto e 1990 e 26 de março de 1991, 6.755 aterrissaram em Dhahran" (JOHNSON, 2007, p. 52 a).

Após a Guerra do Golfo, os EUA passaram a instalar bases permanentes na Arábia Saudita. Como vimos no segundo capítulo, uma das reivindicações da al-Qaeda em 11 de Setembro de 2001 foi a de que os EUA retirassem seus exércitos da Arábia Saudita, país onde residem as cidades sagradas de Meca e Medina para o Islã. Também vimos a questão do terrorismo suicida está para além da questão religiosa, sendo mais uma questão política do que religiosa. Contudo, apontar a questão política como causa fundamental do terrorismo suicida, não significa que a questão religiosa não tenha relevância. O 11 de Setembro foi diretamente um *blowback* destas bases.

É preciso apontar ainda que, para além da questão militar e a nacionalidade da maioria dos sequestradores dos aviões dos atentados de 11 de Setembro de 2001 – quinze de dezenove – e de Osama Bin Laden, a Arábia Saudita tem outro papel importante na constituição do al-Qaeda. Este país é o principal propagador wahabismo, uma vertente do Islã criada no século XVIII na Arábia Central, a partir do reformador Muhammad ibn "Adb al-Wahhab e que possibilitou a formação do país.

O wahabismo é também a vertente reivindicada pela a al-Qaeda. É ela que é tida como uma das mais fundamentalistas, pregando a "rejeição de tudo que se pudesse interpretar como inovações ilegítimas" (HOURANI, 1994, p. 263). Também, por conta disto, a maioria dos financiadores da al-Qaeda estão localizados na Arábia Saudita e em outros Estados menores na região envolta deste Estado.

Ainda sobre o wahabismo, junto com outras vertentes sunitas, como o Salafismo e o Takfirismo, esta vertente acredita na criação de um Estado muçulmano "que impõe a lei da sharia, relega as mulheres o papel de cidadãs de segunda classe e enxerga os xiitas e sufistas como não muçulmanos, que devem ser tão perseguidos quanto cristão e judeus" (COCKBURN, 2015, p. 46).

Mesmo com estas características, os EUA nunca propuseram uma intervenção na Arábia Saudita. Como aliado na região do Oriente Médio, os EUA fecham os olhos para as várias afrontas aos direitos humanos e das mulheres naquele país. O que não ocorreu no caso do Afeganistão, por exemplo.

3.3.2. No Irã

Outro país que teve grande importância para os EUA na região é o Irã. Segundo Johnson (2007 a) o Irã foi, "de 1953 a 1979, o segundo pilar da política americana no Golfo Pérsico [...], que era então o segundo maior exportador de petróleo cru e possuidor da terceira maior reserva mundial de petróleo" (JOHNSON, 2007 a p. 252).

A formação deste país é bem diversa do que vimos anteriormente, a Arábia Saudita. Antes é preciso entender que o Irã não é um país árabe, apesar de muitas vezes ser apresentado desta forma. A ascendência deste país é persa, mas foi conquistado ainda no século VII, quando o segundo califa Rashidun 'Umar ibn al-Khattab (634 – 644) derrotou o império Sassânida, que tinha como religião oficial o zoroastrismo (HOURANI, 1994). Desta forma, assim como os outros países da região, também se tornou país de maioria muçulmana.

Não obstante, é importante que, diferente de muitos países de maioria de muçulmanos, o Irã é composto de maioria de muçulmanos Xiitas. Junto com o Iraque, concentra a maior parte desta vertente religiosa, que no mundo islâmico representa apenas 10%. Este é um elemento fundamental tanto no processo revolucionário conservador Iraniano, quanto na guerra contra o Iraque, que logo veremos.

Como na maioria dos países na região, o império Inglês teve seus tentáculos no Irã, sobretudo na questão do Petróleo. Durante a Segunda Guerra Mundial, em 1941, a URSS e a Inglaterra invadiram o Irã, para manter o petróleo para os aliados e não deixar cair nas mãos do Eixo. O Xá Reza Pahlevi, que tinha simpatia pela Alemanha Nazista – apesar de se manter neutro no conflito – abdicou e se exilou no exterior, deixando seu filho Mohammad Reza Pahlevi em seu lugar (COGGIOLLA, 2007).

Mohammad Reza Pahlevi – que daqui em diante será chamado de Xá Reza Pahlevi – era inclinado ao modo de vida Ocidental, tendo predileções pela Inglaterra. Com isso, permitiu aos britânicos e estadunidenses explorar o petróleo em seu país. Segundo Coggiola (2007), "os interesses britânicos no país fizeram que o novo Xá se tornasse um verdadeiro fantoche dos europeus, fazendo suas vontades sem maiores resistências, especialmente na escolha dos primeiros-ministros, os governantes *de facto* no regime iraniano" (COGGIOLA, 2007, p. 12).

A desigualdade social no Irã era muito grande para um país rico em petróleo, o que por si só já causava diversos movimentos de contestação. Mas junta-se a isto o fato de que

exploração nas refinarias controladas pelos britânicos era grande combinada com baixos salários. Segundo Coggiola (2007),

> No Irã, enquanto os britânicos enriqueciam, o país continuava cada vez mais desigual socialmente. Na refinaria de Abadan o salário era de cinqüenta centavos por dia, sem direito a férias remuneradas, licença por doença ou indenização por invalidez. As condições de vida eram extremamente insalubres, não havia água encanada ou eletricidade. No inverno, as chuvas causavam alagamentos, e moscas infestavam os vilarejos. No verão, o teto dos barracos, feito de barris de petróleo enferrujados, sufocava os moradores, enquanto os administradores da *Anglo-Iranian* viviam em enormes casas com ar-condicionado, piscinas e belos jardins (COGGIOLA, 2007, p. 13).

Além do mais, a Grã-Bretanha tinha vultosos lucros com o petróleo iraniano, pagando pouco pelo mesmo. Todos esses problemas levaram a movimentos de contestação que acabou por chagar ao parlamento Iraniano (*Majilis).* O *Majilis* exigiu dos britânicos melhores contratos e divisão de 50% do lucro do petróleo, algo que já era praticado com os EUA e Arábia Saudita. Contudo, este não era o estilo dos Ingleses de negociar, pois o Imperialismo Inglês via seus subordinados como inferiores. Desta forma a Grã-Bretanha ignorou as exigências do *Majilis*. Em decorrência disto, em 1951 é leito para primeiro-ministro o Nacionalista Mohammad Mossadegh com quase 100% dos votos pelo parlamento (COGIOOLA, 2007). Até aquele momento o Xá seguia com o regime de monarquia parlamentar e empossava para primeiro-ministro o candidato escolhido pelo parlamento, mesmo que este fosse um fantoche dos Ingleses.

Mas Mossadegh não era um fantoche. Com os vultosos lucros indo para a Inglaterra, que mantinham o país em uma relação de subalternidade, e depois de descobrir que aquele país tramava por sua derrubada, Mossadegh rompeu relações diplomáticas com a Grã-Bretanha e iniciou um processo de nacionalização do petróleo Iraniano.

Inicialmente os EUA de Truman, tentaram colocar panos quentes e ir pela via diplomática, e incentivaram os ingleses a aceitar o processo de nacionalização. Contudo, quando Eisenhower foi eleito nos EUA em 1953, no auge da Guerra Fria, aquele movimento de nacionalização passou a ser visto como um movimento comunista (GOGGIOLA, 2007), e como tal, deveria ser combatido, mesmo que por meio de ação clandestina orquestrada pela CIA e *Secret Intelligence Service* (SIS – serviço secreto britânico – e, assim, foi elaborada e implementada a Operação Ajax.

O plano consistiu em seis etapas: primeiro, criar propaganda e atividades políticas clandestinas; segundo, Fazlollah Zahedi – general reformado escolhido para substituir Mossadegh – implementaria um golpe de Estado conjuntamente com outros oficiais do exército; terceiro, A compra de palamentares da *Majilis* pela CIA para apoio a derrubada de Mossadegh; quarto, convencer o Xá Reza Pahlevi a participar do plano, mas deixando claro que o plano seguiria com ou sem o Xá; quinto, criação de uma crise política junto aos movimentos religiosos, por meio de protesto; sexto, caso todo o processo anterior fracassasse, Fazlollah Zahedi e os militares deveriam tomar o poder. **(**GASIOROWSKI, 2007). A tentativa de golpe fracassou, e o Xá e outros militares tiveram que se exilar.

Segundo Coggiola (2007),

> Em 19 de agosto de 1953, provocadores pagos com dólares e oficiais comprados com promessas de cargos marcharam rumo à casa de Mossadegh. O primeiro-ministro fugiu e o escolhido dos britânicos, general Zahedi, assumiu em seu lugar. O Xá, que se encontrava refugiado em Roma desde o início da instabilidade política, foi chamado para retornar. O papel dos EUA no golpe, conhecido internamente na CIA como "Operação Ajax", só se tornaria público décadas depois do fato consumado. Na época, as agências e os jornais internacionais "sérios" noticiaram que uma grande manifestação popular derrubara Mossadegh, retratado como intransigente e fanático Em 1980, quase trinta anos depois, o próprio Kermit Roosevelt revelou os detalhes do golpe em seu livro *Countercoup: Struggle for Control in Iran* (COGGIOLA, 2007, p. 15).

É importante destacar que Mossadegh não era um comunista, ele deve ser enquadrado na história como um nacionalista que via no petróleo, a principal commodity da região como um bem do Irã. Tanto não era comunista que durante o partido *Tudeh*, de orientação comunista, que estava na ilegalidade desde 1949, acusado de orquestrar um atentado terrorista contra a vida do Xá, continuou na ilegalidade com Mossadegh sendo primeiro-ministro. Mas aos olhos do *Império Universal do Ocidente*, a nacionalização do petróleo representava uma aproximação com a URSS, visto que a mesma ganhava força na região.

Contudo, mesmo não dando certo inicialmente, o plano criou as condições necessárias para que a derrubada de Mossadegh. A CIA manteve parte do plano, e depois de várias ações que foram desde ligações falsas ameaçando líderes religiosos, simulação de atentados falsamente fabricados como sendo de autoria do partido *Tudeh*, manifestações com falsos líderes do partido *Tudeh*, que derrubaram estátuas do Xá e de seu pai, o caldo criou uma cultura para a derrubada de Mossadegh, que foi condenado pelos atos a três anos de prisão.

O Xá Reza Pahlevi foi restituído ao poder, e passou a governar o Irã com mãos de ferro, por 26 anos. Segundo Coggiola (2007) o Irã deixava de ser uma monarquia parlamentar, onde o Xá indicava o candidato eleito pelo parlamento, para uma ditadura onde o Xá passaria a governar com um parlamento e primeiros-ministros fracos, durante 26 anos, até a revolução Iraniana no ano de 1979. É importante que como o modelo de sociedade buscado por Reza Pahlevi era o Ocidental, houve grande repressão por meio da polícia secreta *Savak* e tentativas de ocidentalização forçada, muitas vezes com a criminalizando o Islã. Também é importante que o Xá, apesar de assinar o Pacto de Bagdá[92] de 1950, no ano de 1971 A URSS forneceu armas para Teerã.

Já apresentamos anteriormente os problemas relacionados a crise de superacumulação do capital. O que não apresentamos é que junto dela temos mais um fator para o problema generalizado no Ocidente Capitalista, o chamado primeiro Choque do Petróleo. No ano de 1973, em resposta a Guerra do Yom Kippur, os países exportadores de petróleo vinculados a OPEP, fundada em 1960, passou a utilizar o petróleo como arma política, fazendo o preço do barril disparar[93]. Isto levou a uma a um pânico geral. A OPEP decide impor um embargo do petróleo a Holanda e aos EUA, por conta do apoio dado a Israel. O embargo durou até o ano de 1974. O Irã, segundo Coggiola (2007), não respeitou o embargo, vendendo petróleo aos EUA.

Reatadas as relações com os países da OPEP, o Irã ainda era um país central para os EUA na região. Ocorre que no ano de 1979 todo o rescaldo de repressão do Xá levou a um processo de Revolução Reacionária no Irã. Subia ao poder o aiatolá Khomeini e o regime Xiita que persiste até os dias atuais. Acusado de corrupção, gastos militares excessivos enquanto o povo vivia em condições precárias cerca de 90% da população se colocou contra o governo do Xá. Acabava assim o sonho de restauração do Grande Império Persa [...] guardião armado dos interesses dos países ocidentais industrializados (COGIOOLA, 2007, p. 31).

Ao perder seu maior "peão" no tabuleiro do Oriente Médio, que tinha larga fronteira com a URSS, os EUA se voltam para o Iraque. E fomentam uma Guerra contra o Irã, na busca de que não deixar a revolução islâmica Xiita se espalhar para o Iraque, e combater o regime do aiatolá Khomeini.

[92] O pacto de Bagdá foi um tratado de defesa entre a Turquia e o Iraque firmado no ano de 1955. Logo depois de sua criação, Irã Paquistão e o Reino Unido aderiram ao pacto. O pacto visava garantir que a URSS não se expandisse para a região do Oriente Médio.

[93] É importante pontuar que neste momento, a Arábia Saudita estava à frente das movimentações da subida dos preços do barril do petróleo como arma política.

As grandes consequências da Revolução Iraniana para o Ocidente, para além dos EUA perderem seu principal aliado na região, foram: a crise dos reféns da embaixada americana em Teerã, onde 52 cidadãos estadunidenses ficaram em cativeiro, que durou cerca de 444 dias; e o mais importante, o segundo Choque do Petróleo, que levou a vertiginosa elevação dos preços do barril do petróleo, e racionamento do mesmo no Ocidente naquele período.

A partir da desta Segunda Crise do Petróleo os EUA passaram a fazer grande estoque de barris de petróleo como reserva estratégica. Tal crise só foi de fato arrefecida em 1986, quando o Irã passa a ter que enfrentar seu novo adversário e novo aliado do cabeça do *Império Universal do Ocidente* na região, o Iraque.

3.3.3. No Iraque

Isto posto, tratemos do Iraque. Este país enquanto Estado-nação é fruto diretamente do acordo Sykes-Picot (1916), portanto do colonialismo europeu. Após o fim da Primeira Guerra Mundial e a dissolução do Império Otomano, o Iraque bem como a Palestina ficaram sob a influência da Grã-Bretanha, enquanto Síria e Líbano sob influência francesa, como pode ser visto no Mapa 1.

No ano de 1920, ocorreu uma revolta contra o mandato Britânico com traços de nacionalismo. Para conter a revolta, a Inglaterra coloca no poder Faysal Ibn Heceine Ibene Ali Hachemi, se tornando rei do Iraque de 1921 até 1933, ano de sua morte. É importante que Faysal tinha sido expulso do Síria – sob mandato francês –, onde também tinha sido rei. (HOURANI, 1994).

No Iraque a partir de 1939, o colonialismo ocidental teve como ponto fundamental a atuação na exploração de petróleo, assim como nos países vistos anteriormente. Portando o destino principal deste petróleo extraído era o abastecimento dos mercados europeus. Quando a Segunda Guerra Mundial chegou a região, ainda em 1941, e a Alemanha invadiu a Síria e o Líbano, o Iraque estava sob o governo de um oficial do Exército chamado Rashid ‘Ali al-Galyni, um nacionalista e que tinha relações com a Alemanha.

Como o Iraque é, assim como os vistos anteriormente, rico em petróleo e os aliados dependiam deste petróleo, a Grã-Bretanha ocupou o Iraque. Com esta ocupação a Grã-Bretanha restaurou um pró Inglaterra. (HOURANI, 1994).

Já no ano de 1958, durante a Guerra Fria, subiu ao poder um grupo de militares de caráter nacionalista liderados por Abdul-Karim Kassen. Este grupo dentro do quadro da Guerra Fria se inclinou para o lado a URSS, que, claro, desagradou aos EUA, que como vimos tinha forte interesse em não deixar os países do Oriente Médio cair na influência do grande inimigo do Leste. E assim como fizeram no processo descrito anteriormente, a CIA fomentou um golpe com agentes locais. Kassen foi abatido a tiros pelos militantes do partido Ba'ath. (JOHNSON, 2007).

O Ba'athismo nasceu na Síria entre os anos 1950 e 1960 e teve como um de seus maiores expoentes Michel 'Aflaq. Esta linha de pensamento propagava a ideia de que a existe apenas uma grande nação árabe e que por isso, essa grande nação deveria viver sob um único Estado. Nesta nação não estavam incluídos apenas os muçulmanos, mas todos os povos que participaram da tradição árabe. (HOURANI, 1994). Já vimos anteriormente a proposta da Transjordânia, a promessa feita pelo britânico e franceses não cumprida, assim, é possível apontar que a ideia do Ba'athismo está em uma linha de continuação com aquela da primeira Guerra Mundial.

Não obstante, o partido Ba'ath, depois de derrubar Kassem, não tinha condições de governar em absoluto – sozinho –, portanto, o partido *Baath*, que tinha como articulador Saddam Hussein, chegou ao poder necessitou articular um governo de coalizão. Logo este governo de coalisão também ruiria com a ajuda da CIA e Saddam Hussein foi empossado no poder.

Segundo Perry Anderson (2015) a ajuda da CIA veio na tentativa de conter a revolução em curso no país vizinho, o Irã. Devemos lembrar algo já apontado, o Iraque é de maioria Xiita. Saddan Hussein e seu governo pertenciam a uma vertente sunita. Temendo a possibilidade de o Irã influenciar a maioria Xiita do Iraque e ao mesmo tempo influenciado pela CIA, Saddam Hussein invade o Irã do aiatolá Khomeini no ano de 1980.

Em determinado momento, o Irã começou a levar vantagem sobre o Iraque na guerra que se seguiu, ao passo que os EUA, na tentativa de frear uma vitória do aiatolá Khomeini, fomentou mais atuações clandestinas: a administração de Ronald Reagan deu informações obtidas por satélites posições de ataque e das tropas iranianas; fez empréstimos da ordem de 5,5 bilhões de dólares por meio da sucursal do Banco Nazionale del Lavroro – banco Italiano – para compra de armas; armas enviadas pela CIA por organizações de fachada para o Iraque;

“cultura de bactérias destinadas a produção de antraz para uso militar”; entre outras coisas como foguetes e computadores sofisticados (JOHNSON, 2007, p. 257 a).

Em 1967, depois do início da Guerra dos Seis Dias, os EUA encerraram relações diplomáticas com o Iraque até o ano de 1984, quando os EUA venderam armas e helicópteros novamente à Saddam Hussein. Esses helicópteros foram usados no ataque com gases químicos no vilarejo de Halabja, no final da Guerra Irã-Iraque (JOHNSON, 2007 a).

Tais gases eram uma mistura de gás mostarda, gás sarin, gás VX e outros. Morreram de imediato por volta de cinco mil Curdos – em sua maioria mulheres e crianças – e outras 10 mil pessoas ficaram feridas e acabaram por desenvolver sequelas como cegueira e problemas visuais. No longo prazo muitos desenvolveram câncer, leucemia e defeitos congênitos. (ALTMAN, 2011).

É interessante que,

> Em dezembro de 2002, quando o Iraque foi obrigado a entregar ao Conselho de Segurança da ONU um dossiê de 11.800 páginas sobre a história de seus programas de armas, em obediência à Resolução 1441, membros do governo Bush correram para Nova York para segurar a documentação antes que alguém mais tomasse conhecimento dela. Destruíram então 8 mil páginas que davam detalhes sobre o armamento e as tecnologias de uso duplo que empresas ocidentais e americanas tinham vendido ao Iraque antes de 1991. Entre as empresas americanas em causa figuravam a Honeywell, Unisys, Rockwell, Sperry, Hewlett-Pakard, DuPont, Eastman Kodak e muitas outras (JOHNSON, 2007, p. 258 a).

No dia 02 de agosto de 1990, o Iraque invade o Kuwait, dando início ao que ficou conhecido como Guerra do Golfo. Devido ao armamento estadunidense enviado ao Iraque nos anos anteriores, o Kuwait foi logo vencido e foi ocupado. A ONU condenou a invasão do Iraque por meio da resolução 678, que ordenava que o Iraque se retirasse até o dia 15 de janeiro de 1991. Afundado em crise por conta da guerra contra o Irã, via a culpa do baixo valor do petróleo no Kuwait e ao mesmo tempo necessitava tomar os poços de petróleo do Kuwait para se restabelecer, então ignorou a resolução da ONU.

O presidente dos EUA naquele momento era George Herbert Walker Bush, pai de George W. Bush. Segundo Johnson (2007 a), George Herbert Walker Bush “alegou que era sua responsabilidade preservar os direitos humanos no Kuwait e em outros cantos do Oriente Médio, a despeito do fato de que a situação dos direitos humanos no Kuait nada tinha de admirável” (JOHSON, 2007, 259 a).

No dia 17 de janeiro de 1991, os EUA lideraram uma coalisão internacional que contava com mais de “600 mil soldados do exército, marinha e força aérea (573 mil dos quais, americanos) para levar a cabo a operação Tempestade no Deserto visando a ‘libertação do Kuwait” (JOHNSON, 2007, p. 259 a).

A superioridade militar e tecnológica da coalizão era imensa comparada com a do Iraque. Assim, no dia 28 de fevereiro de 1991, quarenta e dois dias depois dos ataques por parte da coalisão internacional, o Iraque estava completamente derrotado. As tropas Iraquianas que bateram em retirada do campo de batalha foram caçadas no que ficou conhecido como Caça ao Peru. Segundo Perry Anderson (2005) em cinco dias o Iraque abandona o Kuwait. Mas o ataque não parou por aí. Os EUA não invadiram o Iraque por terra, mas efetuaram diversos bombardeios sobre o país.

> Os Estados Unidos tinham efetuado mais de 110 mil missões contra o Iraque, jogando 88.500 toneladas de bombas, inclusive bombas de fragmentação e de urânio empobrecido. Foram destruídas estações de purificação de água, usinas hidrelétricas, escolas, hospitais, pontes, estradas, centrais telefônicas (JONSON, 2007, p. 259 a).

Mas porque um aliado tão importante se tornou esse inimigo tão odiado? Ocorre que, apesar de ter o apoio de Washington, Saddam Hussein tinha um programa nacionalista e não permitia operações petrolíferas estrangeiras em seu país (ANDERSON, 2015). Assim, quando o Iraque Invadiu o Kuwait, país vizinho, que também era apoiado pelos EUA, estes passam a enxergar Saddam Hussein como um inimigo. Se o Iraque conseguisse ganhar os campos petrolíferos do Kuwait, poderia se tornar maior que a Arábia Saudita, outro satélite dos EUA na Região do Oriente Médio (ANDERSON, 2015).

A guerra do golfo teve grande importância na constituição do que seria a nova forma de fazer guerra dali para frente. Também conhecida como Guerra do Vídeo Game, muitas das batalhas foram transmitidas ao vivo dando a impressão ao telespectador de que estava na frente de um console de vídeo grame. Outro fato relevante é que “a Guerra do Golfo, a primeira que Bush [pai] proclamou, marcou a chegada de uma nova Ordem Mundial” (ANDERSON, 2015, p. 104).

Para concluir esta sessão, é importante pontuar que, assim como já debatemos anteriormente, não existe um império sem imperialismo, ainda mais na região do Oriente Médio. Lá imperialismo se pautou, sobretudo, para manutenção do controle do petróleo sob o poder do Ocidente; e o combate ao inimigo do Leste, URSS, durante a Guerra Fria.

Também podemos perceber nestas atividades para controle do petróleo e combate a URSS que o EUA – como cabeça do *Império Universal do Ocidente* na região do Oriente Médio – organizaram várias incursões de caráter clandestinas. Estas incursões fomentaram a possibilidade de crescente contestação destas atuações ao ponto de cria um enorme *blowback*, que se traduziu nos atentados terroristas de 11 de setembro de 2001, como veremos na conclusão a seguir.

À guisa de uma conclusão ou lançando as bases para a Cruzada moderna

Para apresentar nossas reflexões finais, é necessário ainda apresentar as seguintes considerações de ordem geral a respeito do período estudado, apontando como se constituiu discursivamente a necessidade de invasão do Afeganistão ainda em 2001 e, do Iraque em 2003.

No período que vai do final da Guerra do Golfo (1991) até o 11 de Setembro de 2001, os EUA ampliaram suas bases militares bem como os armamentos no Oriente Médio, com destaque especial para o Kuwait e a Arábia Saudita. Contudo, no ano de 1995, durante o governo de Bill Clinton (1993-2001), devido a ataques terroristas na região, os EUA recompuseram e deslocaram seu armamento internamente ao Oriente Médio para algumas bases mais isoladas, mas mantendo principalmente Arábia Saudita como foco (JOHNSON, 2007 a.). Essa manutenção das bases já visava um ataque ao Iraque em uma provável guerra envolta da questão do Petróleo na região do Oriente Médio.

Então, é importante que mesmo com o desmantelamento da URSS, os EUA nunca deixaram de pautar a necessidade de combate ao Oriente que não se subordina. Mas é quando George W. Bush chega a presidência estadunidense em 2001 e junto com ele um grupo político de caráter neoconservador ligados ao *Think Tank Project for New American Century* (PNAC)[94], que esta ideia ganha corpo e pode se traduzir em ação.

Para estes ideólogos os EUA detêm a hegemonia mundial e como não há nenhuma outra nação que possa fazer frente a ela tanto no plano econômico quanto no plano militar, os EUA não devem se prender as organizações multilaterais. Para eles uma governança mundial – diga-se de passagem, multilateral –, como é encarada a ONU, tem características despóticas (NASSER e TEIXEIRA, 2010; FINGUERUT 2008; FERREIRA 2014). Por isso, o poderio estadunidense deve pautar as outras nações.

Esta linha de pensamento, em resumo, acredita que os EUA deveriam redefinir o Oriente Médio as suas necessidades por meio da mudança de regimes. E isto se daria primeiro

[94] O PNAC foi fundado em 1996 por Wiliam Kristol, Richard Scaife e Robert Kagan. Fizeram parte ou estiveram próximo ao governo de Bush "Elliott Abrams (assessor do departamento de Estado do primeiro governo W. Bush), John Bolton (ONU), Francis Fukuyama (Conselho de Bioética), Lewis Libby (assessor de Cheney), Richard Perle (assessor de segurança), Paul Wolfowitz (Banco Mundial, até 2007) e Robert Zoellick (Secretário de Estado); dentre os Republicanos destacamos: Jeb Bush (irmão de George W. Bush e governador da Florida), Dick Cheney (vice-presidente), Donald Rumsfeld (secretário de Defesa até 2006), Gary Bauer parlamentar ligado também à Direita Cristã) e Richard Armitage (ocupou o segundo posto na hierarquia do Departamento de Estado até 2005)" (FINGUERUT, 2008, p. 43).

com o Iraque e a retirada de Saddam Hussein do poder que, como em um jogo de dominó, influenciaria todos os países da região (NASSER e TEIXAIRA, 2010).

> a proposta de se utilizar do Iraque como ponto de partida para reconfigurar o Oriente Médio, a fim de torna-lo mais compatível com as metas políticas do Ocidente, baseou-se na crença de que a mudança de regime para uma democracia estável começaria a gerar a ordem e a paz tão necessária ao Oriente Médio (NASSER e TEIXAIRA, 2010, p. 186).

A paz e a ordem tão necessária aqui deve ser entendida como a possibilidade de se expandir e dominar livremente, sem as resistências que poderiam ser importas por um governo que desagradasse a Washington. Como a hegemonia não só do mundo Ocidental, mas em todas as partes do planeta neste período entre a Guerra do Golfo (1991) – que coincide com o ano de desmantelamento do inimigo do Leste, a URSS – e a eleição de Bush, não havia porque não buscar formas de dar início a este jogo de dominó. Mas mesmo assim, era preciso conseguir angariar a opinião pública, das pessoas comuns e mesmo parte da elite estadunidense.

Portanto, era necessário outro conflito na região para que os EUA conseguissem adentrar as estruturas e aprofundar esta transformação. Segundo Chalmers Jhonson (2007 a), este conflito já estava delineado no *Strategic Assement* de 1999. Este documento "disse especificamente que uma 'guerra do petróleo' no Golfo Pérsico era uma contingência a ser levada a sério e que 'as forças dos Estados Unidos poderiam ter de ser usadas para garantir o fornecimento adequado" (JOHNSON, 2007, p. 259-260 a).

É importante que o documento aponta que uma eventual nova guerra no Golfo Pérsico "eliminaria de uma vez para sempre a influências de Saddam Hussein, garantiria o controle do seu petróleo e ampliaria a nossa influência no vazio criado nas terras ricas em petróleo do sul da Eurásia e pelo colapso da União Soviética" (JOHNSON, 2007, p. 260 a). Isto denota que apesar do encerramento da Guerra do Golfo, os EUA nunca perderam de vista a perspectiva de derrubada do seu ex-aliado e desafeto, Saddam Hussein e a intervenção direta nos assuntos do Oriente Médio.

Contudo, essa reconfiguração não era algo fácil de acontecer. Como justificar uma intervenção no Iraque? Como justificar entrar em uma nova Guerra alhures, que certamente levaria a um gasto de bilhares de dólares e a morte de soldados americanos?

Para uma empreitada desta magnitude, era preciso reviver um inimigo incontrolável, irracional, bárbaro e sem escrúpulos. Era preciso algo grande que desse a unidade coesão necessária interna ao Ocidente, e principalmente internamente ao cabeça do *Império Universal do Ocidente*. No documento *Rebuilding America*'s *Defesense,* segundo Chalmers Johnson (2007 a), diz que era preciso "'um acontecimento catastrófico e catalisador – como um novo Pearl Harbor'" (PNAC, 2000 *Apud* JOHNSON, 2007, p. 262a).

Pearl Harbor como sabemos foi o evento catalizador que mobilizou a sociedade estadunidense a entrar na Segunda Guerra Mundial. Assim, era preciso encontrar as condições necessárias para reproduzir toda a propaganda de Guerra, pois, somente um novo Pearl Harbor poderia reconfigurar o outro externo ao Ocidente em negativo, colocando-os a serviço das necessidades do Ocidente. Devemos lembrar que o outro negativo externo além de se configurar como os grupos externos e oponentes ao Ocidente, devem se resignar ou serem exterminados. Esse evento catalizador, já apresentado na sessão 2.1 deste trabalho, veio com o 11 de Setembro de 2001 e o choque que o mesmo colocou sobre a sociedade estadunidense.

Já pontuamos a questão de todo material sígnico que representou tanto a queda do WTC quanto do próprio ataque terrorista. Como, apesar de atentados terroristas serem algo conhecido do público estadunidense, este foi transmitido ao vivo não só para os EUA, mas para o Mundo. O choque do segundo avião, pessoas saltando de prédios em chamas, as imagens das quedas das torres e a nuvem de poeira tornaram aquela manhã interminável, marcando profundamente os estadunidenses bem como todo o Ocidente.

Com todo esse rescaldo foi relativamente fácil canalizar a raiva do Ocidente contra o Talibã e Osama Bin Laden, mesmo porque, haviam provas das relações entre eles. A propaganda contra o Afeganistão e o regime do Talibã – que virou sinônimo de terrorista – mostrou o quão fundamentalistas e opressores das mulheres – mulheres que eram obrigadas a usar a Burca, uma vestimenta tradicional das tribos pashtun – eram os muçulmanos. As mulheres foram um ponto chave para a criação da ideia de como era necessário libertar o Afeganistão das mãos dos terroristas do Talibã (ABU-LUGHOD, 2012).

O que convenientemente se esquecia nestas propagandas era como seu maior aliado no chamado mundo muçulmano, Arábia Saudita tinha práticas muito parecidas com o do Talibã. Aliás também convenientemente se esqueceu de que Israel, outro aliado dos EUA na região do Oriente Médio, desrespeita sistematicamente os direitos humanos fundamentais Palestinos, como já falamos na sessão 3.2.4., também que Osama Bin Laden foi um *mujahideen* e

protegido e financiado pela CIA durante a década de 1980, no memento de combate a invasão soviética do Afeganistão.

Isto posto, no dia 7 de outubro de 2001, 26 dias após os atentados terroristas de 11 de Setembro, os EUA davam início a Guerra ao Terror com Operação Liberdade Duradoura e, com isso, a ocupação do Afeganistão. A primeira parte da Cruzada moderna do *Império Universal do Ocidente* contra o *outro negativo externo* em reconstrução. Uma Cruzada chamada contra o terrorismo, mas sem delimitar quem de fato era esse terrorista e nem esclarecer quais eram seus objetivos, apenas apontando que tudo o que fizeram era por conta do ódio ao Ocidente e tudo o que os EUA representavam.

Mas, como já apontamos, o objetivo do terrorismo suicida, apontado por Robert Pape (2003) é o da libertação nacional. Não são irracionais e nem tem como fundamento a perspectiva religiosa, sendo a religiosidade atuando mais como elemento de unidade nacional do que teológico. Assim, os motivos do ataque ao WTC, Pentágono e Casa Branca ou Capitólio, tinham como mote a retirada das bases estadunidenses da Arábia Saudita e a Questão Palestina.

Não obstante, os eventos catastróficos de 11 de Setembro caiam como uma luva para os objetivos do Governo Bush de começar o processo de reconfiguração do Oriente Médio. Era a oportunidade do *Império Universal do Ocidente* estabelecer uma nova Cruzada, com a comoção necessária tanto internamente quanto externamente aos EUA.

Ocorre que invadir o Iraque era mais complicado do que o Afeganistão, mesmo porque, não havia, como não houve nenhuma evidência da ligação entre Saddam Hussein e Osama Bin Laden. Desta forma, segundo Lucas Leite (2013), a invasão do Iraque encontrava muita resistência interna a sociedade americana, fundamentalmente no congresso por parlamentares ligados ao Partido Democrata.

Por isso, para o caso do Iraque levar este propósito a frente, a "Casa Branca organizou uma das mais impressionantes campanhas de propaganda dos tempos modernos fim de convencer o público de que atacar Saddam Hussein deveria fazer parte da 'guerra contra o terrorismo" (JOHNSON, 2010, p. 263 a).

Desta forma, primeiro a Casa Branca e o Pentágono passaram a propagar ideia de que o Iraque era detentor de armas de destruição em massa (ADM). O que se sabe hoje que nunca foi comprovado. É preciso lembrar da passagem no ponto anterior de que os EUA forneceram

estas armas ao Iraque e que quando Saddam Hussein enviou à ONU – em Nova York – relatório detalhado das armas que tinha e de quem obteve as mesmas, o governo estadunidense correu para destruir parte da documentação. Portanto, Saddam Hussein em algum momento teve sim ADM, mas foram destruídas no intervalo entre a Guerra do Golfo (1991) e o ano de 1998, devido a própria guerra, sanções e embargos que o Iraque sofreu durante a década de 1990 tanto dos EUA quanto da ONU. (JOHNSON, 2010 a).

A própria relação entre um suposto apoio de Saddam Hussein a al-Qaeda foi tentada. Apontada pelo então secretário de defesa Donald Rumsfeld, o mesmo disse em cadeia nacional que '"tinha acima de qualquer suspeita' confirmando os vínculos entre o Iraque e a al-Qaeda, 'inclusive sólidas' de que membros da rede terrorista mantinham presença no Iraque" (JOHNSON, 2007, p. 265-266a). Isto também não era verdade.

Outro argumento – e aqui chegamos a algo já apresentado – o de que remover Saddam Hussein do poder traria estabilidade ao Iraque. Como vimos, isto já estava expresso na perspectiva dos neoconservadores que compunham a Casa Branca. Segundo Chalmers Johnson (2007a)

> Em entrevista ao financial Times de Londres [em 22 de setembro de 2002], Condoleezza Rice [secretária de Estado estadunidense na época] comentou que a liberdade, a democracia e a livre empresa não devem para 'às portas do Islã' e que depois de derrubar Saddam pela força militar, os Estados Unidos 'se dedicariam totalmente' à reconstrução do Iraque como um Estado democrático e unificado (JOHNSON, 2007, p. 267 a).

A fala da secretária de Estado estadunidense, como podemos perceber claramente, estava carregada de sentimento anti Islã pautada na a ideia fundamental de criar a uma divisão clara entre o nós e eles. Uma divisão que por mais que se tentasse esconder, volta e meia reaparecia, como já tinha acontecido com Bush quando declarou a Cruzada contra o terrorismo.

Outro ponto fundamental explorado era o risco que Saddam Hussein representava aos estadunidenses. Se em um determinado momento os discursos sobre o Talibã passaram a enquadrá-lo sempre como terroristas – como bem apontou a antropóloga Lila Abu-Lughod (2012) – Saddam aparecerá nos discursos de Bush como a representação do perigo para o Ocidente.

No dia 26 de fevereiro de 2003, Bush discursou no *American Institute Interprise*, um importante *think tank* neoconservador, que também forneceu boa parte da intelligentsia do seu

governo. Neste discurso Bush aponta que se encontram em um momento crucial da história dos EUA e do mundo civilizado e que

> no Iraque, um ditador está construindo e escondendo armas que poderiam permitir que ele dominasse o Oriente Médio e intimidasse o mundo civilizado - e nós não permitiremos. Esse mesmo tirano tem laços estreitos com organizações terroristas e poderia fornecer-lhes os meios terríveis para atacar este país - e os Estados Unidos não o permitirão. O perigo representado por Saddam Hussein e suas armas não pode ser ignorado ou afastado. O perigo deve ser enfrentado. Esperamos que o regime iraquiano atenda às demandas das Nações Unidas e se desarme, plena e pacificamente. Do contrário, estamos preparados para desarmar o Iraque pela força. De qualquer forma, esse perigo será removido (BUSH, WASHINGTON D.C., 23/02/2003)[95].

Como podemos perceber, mesmo que a força os EUA pretendiam adentrar o Iraque, mesmo tendo a plena certeza de que não havia armas de destruição em massa nas mãos de Saddam. A remoção de Hussein era, como vimos um projeto constituído antes mesmo de 11 de setembro de 2001e para isto não havia recuo.

E Bush, na mesma ocasião continua,

> a segurança do povo americano depende do fim dessa ameaça direta e crescente. Agir contra o perigo também contribuirá muito para a segurança e estabilidade de nosso mundo a longo prazo. O atual regime iraquiano mostrou o poder da tirania para espalhar a discórdia e a violência no Oriente Médio. Um Iraque libertado pode mostrar o poder da liberdade para transformar aquela região vital, trazendo esperança e progresso para a vida de milhões. Os interesses da América na segurança e a crença da América na liberdade levam ambos na mesma direção: para um Iraque livre e pacífico (BUSH, WASHINGTON D.C., 23/02/2003)[96].

---

[95] Trecho do discurso: In Iraq, a dictator is building and hiding weapons that could enable him to dominate the Middle East and intimidate the civilized world -- and we will not allow it. This same tyrant has close ties to terrorist organizations, and could supply them with the terrible means to strike this country -- and America will not permit it. The danger posed by Saddam Hussein and his weapons cannot be ignored or wished away. The danger must be confronted. We hope that the Iraqi regime will meet the demands of the United Nations and disarm, fully and peacefully. If it does not, we are prepared to disarm Iraq by force. Either way, this danger will be removed. O discurso complete pode ser encontrado em: https://www.americanrhetoric.com/speeches/gwbushfutureofiraq2003.htm

[96] Trecho do discurso: The safety of the American people depends on ending this direct and growing threat. Acting against the danger will also contribute greatly to the long-term safety and stability of our world. The current Iraqi regime has shown the power of tyranny to spread discord and violence in the Middle East. A liberated Iraq can show the power of freedom to transform that vital region, by bringing hope and progress into the lives of millions. America's interests in security, and America's belief in liberty, both lead in the same direction: to a free and peaceful Iraq. O discurso complete pode ser encontrado em: https://www.americanrhetoric.com/speeches/gwbushfutureofiraq2003.htm

Também é apontado que Saddam Hussein tem em seu poder câmaras de tortura e laboratórios para criar gases venenosos e que o povo Iraquiano está passando fome – mas claro que não mencionar o fato de que as dificuldades econômicas do Iraque advêm de anos de embargos e sanções econômicas. Mas o argumento central é justamente o do perigo que o ditador no comando de um país no Oriente Médio traz a segurança dos EUA e de que ele deve entregar as armas, que, como já apontamos, ele não tinha.

No dia 17 de março de 2003, dois dias antes da invasão do Iraque, Bush lança um ultimato a Saddam Hussein. Aqui novamente o presidente estadunidense faz uma aproximação do partido Ba'ath e Osama Bin Laden e a al-Qaeda. E aponta que **"o** perigo é claro: usando armas químicas, biológicas ou, um dia, nucleares, obtidas com a ajuda do Iraque, os terroristas podem realizar suas ambições declaradas e matar milhares ou centenas de milhares de pessoas inocentes em nosso país ou em qualquer outro" (BUSH, WASHINGTON D.C., 17/03/2003)[97].

A ameaça de perigo constante foi reproduzida como vimos a todo momento. Até mesmo no discurso logo após o início da invasão do Iraque. A jstificativa para a invasão em seu discurso *post factum* foi

> Nossa nação entra neste conflito com relutância - mas nosso propósito é certo. O povo dos Estados Unidos e nossos amigos e aliados não viverão à mercê de um regime fora da lei que ameaça a paz com armas de assassinato em massa. Vamos enfrentar essa ameaça agora, com nosso Exército, Força Aérea, Marinha, Guarda Costeira e Fuzileiros Navais, para que não tenhamos que enfrentá-la mais tarde com exércitos de bombeiros e policiais e médicos nas ruas de nossas cidades (BUSH, WASHINGTON D.C.,19/03/2003)[98].

Na realidade, como vimos não havia relutância, pelo menos por parte da administração Bush e desta forma, o dia 19 de Março de 2003 marcou a invasão do Iraque e a vontade de dominio do Ocidente começou um processo de reorganização do Oriente Médio. A partir

[97] Trecho do discurso: The danger is clear: using chemical, biological, or, one day, nuclear weapons, obtained with the help of Iraq, the terrorists could fulfill their stated ambitions and kill thousands or hundreds of thousands of innocent people in our country, or any other. Discurso complete em: https://www.americanrhetoric.com/speeches/wariniraq/gwbushiraq31703.htm

[98] Trecho do discurso: Our nation enters this conflict reluctantly - yet, our purpose is sure. The people of the United States and our friends and allies will not live at the mercy of an outlaw regime that threatens the peace with weapons of mass murder. We will meet that threat now, with our Army, Air Force, Navy, Coast Guard and Marines, so that we do not have to meet it later with armies of fire fighters and police and doctors on the streets of our cities. Discurso complete em: https://www.americanrhetoric.com/speeches/wariniraq/gwbushiraq31903.htm

deste ponto a Guerra ao Terror continuou sempre reproduzindo outros e mais outros inimigos a serem combatidos.

Não foi escopo desta pesquisa os elementos posteriores, mas é importante citar que em 2006 o Iraque passou por um processo de Guerra Civil, onde grupos de muçulmanos Xiitas massacraram Sunitas no Iraque. A repressão que se abateu sobre os Sunitas daria anos origem anos mais tarde, em 2014, a outro inimigo, outro *blowback*, o nascimento do Estado Islâmico sa Síria e do Levante (ISIS) (COCKBURN, 2015). A justificativa a justificativa da democracia mais uma vez seria usada, a de levar a democracia e a liberdade a outro país no Oriente, a Síria.

****

Tentamos demonstrar até aqui que os eventos da manhã do dia 11 de setembro de 2001 – os atentados terroristas de 11 de Setembro – foram produtos da atuação dos EUA como cabeça do *Império Universal do Ocidente*, na região do Oriente Médio. Assim, estes eventos foram um *blowback* desta atuação imperialista e que a resposta do Ocidente a estes eventos se constituiu como uma Cruzada moderna.

Para chegamos a estas conclusões, apresentamos inicialmente como surgiu o *Império Universal do Ocidente* no século XI, a partir da crise demográfica que atravessou o Ocidente naquele período. Como a Igreja de Roma criou o outro negativo interno e o outro negativo externo para manter sua dominação. Indicamos que a Igreja articulou o outro negativo externo na busca de domínio e expansão sobre o Oriente durante as Cruzadas. Também como o *Império Universal do Ocidente* se reestruturou mesmo depois do fim do feudalismo, tornando-se amalgamado com do imperialismo e do colonialismo capitalista, mantendo tanto o outro negativo externo quanto o outro negativo interno para manutenção da expansão e domínio. Desta forma, a justificativa para a expansão que antes era feita sob pretextos divinos ganhou caráter científico, com a ideia de despotismo como aglutinador do imaginário Ocidental sobre o que é o Oriente.

Após esta apresentação conceitual e de como se articulou e se reproduziu o *Império Universal do Ocidente*, buscamos introduzir a discussão sobre o 11 de Setembro, quem eram seus atacantes e o que significou este ataque em conjunto. Apontamos que o que estava sendo

atacado eram símbolos sígnicos do poder do *Império Universal do Ocidente* e sua cabeça articuladora, aquele que permite e propaga a expansão do Ocidente, na sua forma capitalista, na atualidade. A partir destas pontuações introduzimos o material sígnico que foi necessário na reconstrução da Cruzada Moderna por meio de alguns discursos de George W. Bush., que se intitulou Guerra ao Terror.

Para entendermos melhor o que aconteceu em 11 de setembro de 2001, passamos a apresentar o terrorismo e a tradução do conceito na história. Vimos que ele se tornou relevante na vida política nacional na Revolução Francesa com sentido positivo e que ganhou sentido negativo depois que a burguesia toma o poder na França e passa a tentar conservar e não mais revolucionar.

Para encerrar o capítulo, buscamos apresentar quais as determinações do terrorismo suicida, aquele que foi utilizado no 11 de setembro de 2001, apontando como na realidade ele não é irracional nem tem como fundamento a religião. Assim, a religião, em nossa perspectiva, aparece como um elemento aglutinador nacional, não como elemento central. Sendo assim, são três os elementos determinantes do terrorismo suicida, pelo menos nos grupos analisados por Robert Pape (2003): foram constituídos em campanhas; o *timing*; tiveram como fundamento objetivos nacionalistas; tinham democracias como alvo.

Concluímos este capitulo elencamos quatro elementos importantes para o terrorismo suicida: primeiro, o terrorismo em geral é uma tática de luta para um determinado objetivo, não um fim em si mesmo; segundo, o fator psicológico é mais duradouro que os danos materiais; terceiro, o termo terrorista tem um caráter político já que aparece na vida político-nacional como um sentido positivo, mas quando a burguesia toma o poder passa a ter uma conotação negativa e de desqualificação; e quarto, a sua forma mais agressiva, o terrorismo suicida, aquela vista como sendo a mais irracional e ligada a grupos religiosos, tem como fundamento um elemento racional e político.

Desta forma, inferimos que o terrorismo suicida é uma tática utilizada por grupos e está ligada as incursões que países imperialistas fizeram em terras alhures, com destaque especial para os EUA como cabeça do *Império Universal do Ocidente.* Assim, o terrorismo suicida, por mais cruel que seja, não é um fim em si mesmo, mas uma tática para um fim político.

Passamos a discutir como o Império Universal do Ocidente se reproduz na atualidade e para distinguir nossas ideias de outras, como aqueles que apontam que hoje não existe mais

imperialismo e que o poderio do Estado-nação declinou, expusemos as ideias de Hardt e Negri (2001) e após passamos à critica-las. A centralidade deste intento foi demonstrar que o imperialismo continua vivo e se expandindo. Para estes autores a partir da década de 1970 o poderio dos Estados-nação entrou em declínio e, portanto, entrou em declínio o imperialismo. Contrariamente a eles, pontuando que as formas de atuação dos EUA continuam sendo imperialistas e que este país não é apenas privilegiado, ele é o próprio impulsionador do imperialismo.

Desta forma, foi na segunda metade do século XX que os EUA passaram a ser o cabeça do *Império Universal do Ocidente.* Demonstramos isto apontando como foi que este país se tornou hegemonia no plano político-econômico. Finalizamos apontando que foi também na segunda metade do século XX, mais especificamente em 1948, que os EUA passam a compor o quadro de países imperialistas na região do Oriente Médio. Foi esta atuação que alongo de algumas décadas que possibilitou o rescaldo para que grupos como a al-Qaeda pudessem articular os atentados terroristas de 11 de setembro de 2001.

Isto posto, para concluirmos, apontamos que o *Império Universal do Ocidente* reproduziu o outro negativo externo na figura do Oriente Médio após 2001. A justificativa de levar democracia e liberdade ao bárbaro e antidemocrático foi uma desculpa para manter o Oriente Médio em relação de subalternidade e aprofundar as relações já antes iniciadas, em 1948, quando os EUA passam a atuar na região como cabeça do *Império Universal do Ocidente.*

Referências Bibliográficas

5 câmeras quebradas. Direção: Guy Davidi e Emad Burnat. Intérpretes: Emad Burnat. [S.l.]: Documentário. 2012. 1h34min. https://www.youtube.com/watch?v=5Ja0S9YlRys.

ABU-LUGHOD, L. As mulheres muçulmanas precisam realmente de salvação? Reflexões antropológicas sobre o relativismo cultural e seus outros. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, maio-agosto/2012 2012. 451 - 470.

AGÊNCIA ESTADO. Oriente Médio condena "cruzada" dos EUA. **Estadão**, 2001. Disponivel em: URL https://internacional.estadao.com.br/noticias/geral,oriente-medio-condena-cruzada-dos-eua,20010921p27207 . Acesso em: 08 janeiro 2021.

ALTMAN, M. Hoje na História: 1988 - Cidade curda de Halabja é bombardeada por tropas iraquianas com armas químicas. **Opera Mundi**, março 2011. Disponivel em: URL https://operamundi.uol.com.br/historia/10453/hoje-na-historia-1988-cidade-curda-de-halabja-e-bombardeada-por-tropas-iraquianas-com-armas-quimicas . Acesso em: 20 outubro 2020.

ANDERSON, P. Balanço do Neoliberalismo. In: SADER, E.; GENTILI, P. (. **Pós-neoliberalismo:** as políticas sociais e o Estado democrático. Rio de janeiro: Paz e Terra, 1995. p. 9 - 23.

ANDERSON, P. **A política externa norte-americana e seus teóricos**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2015.

BBC BRASIL. **Por que a decisão americana de não considerar mais ilegais os assentamentos de Israel na Cisjordânia é tão controversa**. [S.l.]: [s.n.], 18 novembro 2019. Disponivel em: URL https://www.bbc.com/portuguese/internacional-50468131 .

BBC NEWS. Sykes-Picot: o acordo secreto que está na raiz de conflitos no Oriente Médio. **BBC NEWS**, 18 maio 2016. Disponivel em: URL https://www.bbc.com/portuguese/internacional-36320891 . Acesso em: 15 out. 2020.

BLOWBACK. Dictionary Cambridge. **Dictionary Cambridge**. Disponivel em: URL https://dictionary.cambridge.org/pt/dicionario/ingles/blowback . Acesso em: 2020 junho 23.

BORON, A. **Império & Imperialismo:** una lectura crítica de Michel Hardt y Antonio Negri. Buenos Aires: Clacso, 2004.

BRAVERMAM, H. Trabalho e capital monopolista. In: BRAVERMAM, H. **Trabalho e capital monopolista**. Rio de Janeiro: LTC, 2011.

BROWN, N.; SZEMAN, I. O que é multidão? : questões para Michel Hardt e Antonio Negri. **NOVOS ESTUDOS**, São Paulo, Julho 2006. 93 - 108. Disponivel em: URL http://www.scielo.br/pdf/nec/n75/a07n75.pdf .

BUSH, G. W. Address on the Future of Iraq, Washington, D.C., 26 fevereiro 2003. Disponivel em: URL https://www.americanrhetoric.com/speeches/gwbushfutureofiraq2003.htm . Acesso em: 20 out. 2019.

BUSH, G. W. Operation Iraqi Freedom Address to the Nation, Washington, D.C., 19 março 2003. Disponivel em: URL https://www.americanrhetoric.com/speeches/wariniraq/gwbushiraq31903.htm . Acesso em: 20 outubro 2019.

BUSH, G. W. Ultimatum to Saddam Hussein, Washington, D.C., 17 março 2003. Disponivel em: URL https://www.americanrhetoric.com/speeches/wariniraq/gwbushiraq31703.htm . Acesso em: 20 outubro 2019.

BUSH, G. W. 9/11 Remarks at Barksdale Air Force Base. **American Rhetoric**, Barksdale Air Force Base, 11/setembro/2001. Disponivel em: URL https://www.americanrhetoric.com/speeches/gwbush911barksdale.htm . Acesso em: 15 fev. 2019.

BUSH, G. W. Remarks at Emma Booker Elementary School. **American Rhetoric**, Saratosa, 11/setembro/2001. Disponivel em: URL https://www.americanrhetoric.com/speeches/gwbush911florida.htm . Acesso em: 15 fev. 2019.

BUSH, G. W. 9/11 Address to the Nation. **American Rhetoric**, Washington D.C. 11/setembro/2001. Disponivel em: URL https://www.americanrhetoric.com/speeches/gwbush911addresstothenation.htm . Acesso em: 15 fev. 2019.

BUSH, G. W. Remarks by the President Upon Arrival. **The White House**, Washington D.C. 16/setembro/2001. Disponivel em: URL https://georgewbush-whitehouse.archives.gov/news/releases/2001/09/20010916-2.html . Acesso em: 10 maio 2019.

BUSH, G. W. Address to Joint Session of Congress Following 9/11 Attacks. **American Rhetoric**, Washington D.C. 20/setembro/2001. Disponivel em: URL https://www.ax.com/speeches/gwbush911jointsessionspeech.htm . Acesso em: 20 abr. 2019.

BUSH, G. W. Prime Time News Conference on War Against Terrorism. **In. American Rhetoric.**, Washington D.C., 11/outubro/2001. Disponivel em: URL https://www.americanrhetoric.com/speeches/gwbushoct2001newsconfference.htm . Acesso em: 2019 fev. 15.

BUSH, G. W. Address at Islamic Center of Washington, D.C. **American Rhetoric**, Washington D.C., 17/ setembro/ 2001. Disponivel em: URL https://www.americanrhetoric.com/speeches/gwbush911islamispeace.htm . Acesso em: 2019 fev. 15.

BUZETTO, M. **A questão palestina**. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

CHALIAND, G.; BLIN, A. A "IDADE DOURADA" DO TERRORISMO. In: CHALIAND, G.; BLIN, A. **História do terrorismo:** da antiguidade à alcaida. ?: ODETE, 2017. p. 116 - 130. e. Disponivel em: URL http://www.academia.edu/download/54830179/Historia_do_Terrorismo.pdf . Acesso em: 01 Agosto 2019.

CHALIAND, G.; BLIN, A. A INVENÇÃO DO TERROR MODERNO. In: CHALIAND, G.; BLIN, A. **História do terrorismo:** da antiguidade à alcaida. ?: ODETE, 2017. p. 62 - 73. d. Disponivel em: URL http://www.academia.edu/download/54830179/Historia_do_Terrorismo.pdf . Acesso em: 01 Agosto 2019.

CHALIAND, G.; BLIN, A. A PRÉ-HISTÓRIA DO TERRORISMO. In: CHALIAND, G.; BLIN, A. **História do Terrorismo:** da antiguidade à alcaida. ?: ODETE, 2017. p. 37 - 52. b. Disponivel em: URL http://www.academia.edu/download/54830179/Historia_do_Terrorismo.pdf . Acesso em: 2019 Agosto 2019.

CHALIAND, G.; BLIN, A. Introdução. In: CHALIAND, G.; BLIN, A. **História do terrorismo:** da antiguidade à Alcaida. Tradução de Fernando D'Eça Leal. ?: ODETE, 2017. p. 2 - 9. a. Disponivel em: URL http://www.academia.edu/download/54830179/Historia_do_Terrorismo.pdf . Acesso em: 01 Agosto 2019.

CHALIAND, G.; BLIN, A. MANIFESTAÇÕES DE TERROR ATRAVÉS DOS TEMPOS. In: BLIN, G. C. E. A. **História do terrorismo:** da antiguidade à alcaida. ?: ODETE, 2017. p. 53 - 61. c. Disponivel em: URL http://www.academia.edu/download/54830179/Historia_do_Terrorismo.pdf . Acesso em: 01 Agosto 2019.

CHOMSKY, N. **11 de setembro**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

CHOMSKY, N. **Estados fracassados:** o abuso do poder e o ataque a democracia. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.

COCKBURN, P. **A origem do Estado Islâmico:** o fracasso da guerra ao terror e a ascensão jihadista. São Paulo: Autonomia Literária, 2015.

COGGIOLA, O. **A Revolução Iraniana**. São Paulo: UNESP, 2007.

COGGIOLA, O. O poder e a glória. crescimento e crise no capitalismo pósguerra (1945-2000). **Pradense**, Porto Alegre, 2015. Disponivel em: URL https://www.researchgate.net/publication/287205576_O_Poder_e_a_Gloria_o_Capitalismo_de_Pos-Guerra .

COMBAT, F. A. A crise do sistema de Bretton Woods: considerações sobre o papel do dólar na hierarquia monetária internacional. **REVISTA ESTUDOS POLÍTICOS**, Rio de Janeiro, dezembro 2019. 245-265.

CONSENSO DE WASHINTON. **NOVÍSSIMO DICIONÁRIODE ECONOMIA**. São Paulo,: EDITORA BEST SELLER, 1999.

CORSI, F. L. A economia brasileira na década de 1990: estagnação e vulnerabilidade externa. In: LEME, R.; ARAÚJO, R. **Desafios do Trabalho:** capital e luta de classes no século XXI. Londrina: Práxis, 2003. p. 17 - 54.

COUTINHO, C. N. **O estruturalismo e a miséria da razão**. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

DE PAULA, G. T. **Terrorismo: um conceito político**. Dissertação Universidade Federal de São Paulo. GUARULHOS, p. 116. 2013.

DEFESANET. **SIPRI - Gastos globais em defesa somam US$1,7 trlhão**. Brasília: [s.n.], 04 de Maio de 2018. Jornal online. Disponivel em: URL http://www.defesanet.com.br/bid/noticia/29158/SIPRI---Gastos-globais-em-defesa-somam-US%241-7-trlhao/ .

DEL ROIO, M. T. **O império universal do ocidente:** a ocidentalização do mundo. São Paulo: Ícone, 1998.

DEL ROIO, M. T. O Estado da globalização. **Estudos de Sociologia**, Araraquara, 1999. p. 143 - 148.

DEL ROIO, M. T. A Mundialização Imperialista. **Lutas Sociais**, São Paulo, janeiro/junho 2004. ? Disponivel em: URL https://revistas.pucsp.br/ls/article/view/18695 . Acesso em: 25 setembro 2019.

DW BRASIL. **EUA deixam de considerar ilegais assentamentos israelenses na Cisjordânia**. [S.l.]: [s.n.], 2019. Jornal online. Disponivel em: URL https://p.dw.com/p/3TH5Z .

ENGELS, F. **Do socialismo utópico ao socialismo cientifico**. São Paulo: Global Editora, 1981.

FERREIRA, M. A. S. V. Panorama da política de segurança dos Estados Unidos após o 11 de setembro: o espectro neoconservador e a reestruturação organizacional do Estado. In: SOUZA, A. M. E.; NASSER, R. M.; MORAES, R. F. D. **Do 11 de setembro de 2001 à guerra ao terror:** reflexões sobre o terrorismo no século XXI. Brasília: Ipea, 2014. p. 45-64.

FILGUEIRAS, L. O panorama internacional. In: FILGUEIRAS, L. **Hitória do Plano Real:** fundamentos impactos e contradições. São Paulo: Boitempo, 2012. p. 41-68.

FINGUERUT, A. **A influência do pensamento neoconservador na política externa de George W. Bush**. Dissertação UNESP. Araraquara, p. 150. 2008.

FLORENZANO, M. **As revoluções burguesas**. São Paulo: Brasiliense, 1987.

FRANCO JÚNIOR, H. **As Cruzadas**. São Paulo: Brasiliense, 1982.

FRANCO JUNIOR, H. **A idade média:** nascimento do ocidente. São Paulo: Brasiliense, 2001.

GASIOROWSKI, M. O golpe da CIA contra o Irã. **Le Monde Diplomatique Brasil**, setembro 2007. Disponivel em: URL https://diplomatique.org.br/o-golpe-da-cia-contra-o-ira/ . Acesso em: 20 outubro 2020.

GIELOW, I. **Estados Unidos puxam crescimento global de gastos militares**. [S.l.]: Folha de São Paulo. Disponivel em: URL https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2019/03/estados-unidos-puxam-crescimento-global-de-gastos-militares.shtml .

GOLDAM, M. Poder e resistência: um ensaio sobre a dimensão conceitual do 'Império''. **Mana**, Rio de Janeiro, 2, outubro 2003. Disponivel em: URL http://www.scielo.br/pdf/mana/v9n2/17936.pdf . Acesso em: 06 jan. 2020.

GRAMSCI, A. Cadernos 22: Americanismo e Fordismo. In: GRAMSCI, A. **Cardernos do cárcere**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. p. 239 - 282.

GRAMSCI, A. Dos cadernos miscelâneos: caderno 4. In: GRAMSCI, A. **Cadernos do cárcere**. Rio de janeiro: Civilização Brasileira, v. 5, 2002. p. 209.

GRAMSCI, A. Introdução ao estudo da filosofia. In: GRAMSCI, A. **Cadernos do cárcere**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, v. vol. 1., 2014.

HARDT, M.; NEGRI, A. **Império**. 2. ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.

HARVEY, D. **A condição pós-moderna**. São Paulo: Loyola, 1992.

HARVEY, D. **O novo imperialismo**. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

HOBSBAWM, E. J. **Era dos Extremos:** o breve século XX 1914 - 1991. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HOBSBAWN, E. **Globalização, democrácia e terrorismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

HOBSBAWN, E. J. **A era das revoluções, 1789 - 1848**. 35º. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015.

HOURANI, A. H. **Uma história dos povos árabes**. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

HUNTINGTON, S. P. **O choque de civilizações e a recomposição da ordem mundial**. Rio de Janeiro: Objetiva, 1997.

IANNI, O. **Capitalismo, violência e terrorismo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

JOHNSON, C. **As aflições do império:** militarismo, operações secretas e o fim da república. Rio de Janeiro: Record, 2007 a.

JOHNSON, C. **Blowback:** os custos e as consequências do império americano. Rio de Janeiro: Record, 2007 b.

KARNAL, L.; ET AL. **História dos Estados Unidos:** das origens ao século XXI. São Paulo: Contexto, 2007.

LE GOFF, J. **A civilização do ocidente medieval**. Bauru: Edusc, 2005.

LEITE, L. A. B. **A contrução do inimigo nos discursos presidenciais americanos do pós-Guerra Fria**. Dissertação Programa Santiago Dantas de Pós-graduação em Relações Internacionais - UNESP/UNICAMP/PUC-SP. São Paulo, p. 129. 2013.

LENIN, V. I. **Imperialismo, estágio superior do capitalismo:** ensaio popular. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

LOSURDO, D. **A linguagem do império:** léxico da ideologia estadunidense. São Paula: Boitempo, 2010.

LUKÁCS, G. A reificação e a consciência do proletariado. In: LUKÁCS, G. **História e consciência de classe**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

LUKÁCS, G. **O jovem Marx e outros e escritos**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009.

MAALOUF, A. **As Cruzadas vistas pelos árabes**. São Paulo: Brasiliense, 2007.

MACFARQUHAR, N. A DAY OF TERROR: THE ARABS; Condemnations From Arab Governments, but Widely Different Attitudes on the Street. **The New York Times**, 12 setembro 2001. Disponivel em: URL https://www.nytimes.com/2001/09/12/us/day-terror-arabs-condemnations-arab-governments-but-widely-different-attitudes.html?searchResultPosition=17 . Acesso em: 20 Maio 2020.

MARX, K. Contribuição à crítica da filosofia do direito de Hegel - Introdução. In: MARX, K. **Crítica da filosodia do direito de Hegel**. 3ª. ed. São Paulo: Boitempo, 2013. p. 151- 163. a.

MARX, K. **O capital:** crítica da economia política. Livro I : o processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo, 2013. b.

MARX, K. **Cadernos de Paris; Manuscritos econômicos-filosóficos**. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

MARX, K.; ENGELS, F. **Manifesto comunista**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MEMÓRIA Globo: a cobertura jornalística de 11 de setembro de 2001. Intérpretes: Carlos Nascimento e William Bonner Et. al. [S.l.]: Editora Globo. 2017.

MEMÓRIA Globo: a cobertura jornalística de 11 de setembro de 2001. Produção: Editora Globo. [S.l.]: Editora Globo. 2017.

NASSER, R. M. AS FALÁCIAS DO CONCEITO DE "TERRORISMO RELIGIOSO". In: MELLO, A. D.; NASSER, R. M.; MORAES, R. F. D. **Do 11 de setembro de 2001 à guerra ao terror:** reflexões sobre o. Brasília: Ipea, 2014.

NASSER, R. M.; TEIXEIRA, C. G. P. A Doutrina Bush e a contrução de uma ordem liberal? In: CEPIK, M. **Segurança internacional:** práticas tendências e conceitos. São Paulo: Hucitec, 2010. p. 172 - 196.

O GLOBO. **Exército de Israel admite uso de fósforo branco na Faixa de Gaza**. [S.l.]: [s.n.], 01 de fevereiro de 2010. Jornal online. Disponivel em: URL https://oglobo.globo.com/mundo/exercito-de-israel-admite-uso-de-fosforo-branco-na-faixa-de-gaza-3060024 .

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **HUMAN RIGHTS IN PALESTINE AND OTHER OCCUPIED ARAB TERRITORIES - Report of the United Nations Fact-Finding Mission on the Gaza Conflict**. [S.l.]: [s.n.], 2009. Disponivel em: URL https://www2.ohchr.org/english/bodies/hrcouncil/docs/12session/A-HRC-12-48.pdf .

OURSLER, F. **O maior livro do mundo:** a história do Velho Testamento. São Paulo: Edições Melhoramentos, 1956.

PACHECO, M. **Estado de Israel:** 70 años de su creación artificial. [S.l.]: La izquierda diario, 2018. Jornal online. Disponivel em: URL http://www.laizquierdadiario.com/Estado-de-Israel-70-anos-de-su-creacion-artificial .

PALESTINA: História de uma terra 1850 - 1991. Direção: Simone Bitton. Produção: Simone Bitton. [S.l.]: Documentário. 1992. 1h59min. disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=fofD9keoXwA.

PAPE, R. A. The Strategic Logic of Suicide Terrorism. **American Political Science Review**, Chicago, Agosto 2003. 343 - 361.

PAULO, F. D. S. **Soldados de Israel usavam crianças como escudo humano, afirma "The Guardian"**. [S.l.]: [s.n.], 24 de março de 2009. Jornal online. Disponivel em: URL https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2009/03/539489-soldados-de-israel-usavam-criancas-como-escudo-humano-afirma-the-guardian.shtml .

PINTO, G. A. **A organização do trabalho no século 20:** taylorismo, fordismo e toyotismo. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

RATO, V. **Compreender o 11 de setembro**. São Paulo: Babel, 2011.

RATO, V.; SOLLE, D. A Grande Estratégia Americanano Médio Oriente. **Nação e Defesa**, Lisboa, 2008. 53-72.

SAHD, F. B. **Desmistificando os mitos de Israel para Gaza I:** Afinal, quem usa escudos-humanos em Gaza? Folha de São Paulo: [s.n.], 17 de agosto de 2014. Disponivel em: URL http://www.orientemidia.org/desmistificando-os-mitos-de-israel-para-gaza-i-afinal-quem-usa-escudos-humanos-em-gaza/ .

SAID, E. W. **A questão palestina**. Ed. São Paulo: UNESP, 2012.

SAID, W. **Orientalismo:** o Oriente como invenção do ocidente. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

SIMON, S. A. S. DE BRETTON WOODS AO PLANO MARSHALL: A POLÍTICA EXTERNA NORTE-AMERICANA EM RELAÇÃO À EUROPA (1944-1952). **Relações Internacionais no Mundo Atual**, Curitiba, 18 nov. 2011. p. 24 - 47.

SMITH, D. **O atlas do Oriente Médio**. São Paulo: Publifolha, 2008.

STATES, N. C. O. T. A. U. T. U. Entry of the 9/11 Hijackers into the United States. **9/11 HIJACKERS AND CONSPIRATORS. Cyber Cemetery**. Disponivel em: URL https://govinfo.library.unt.edu/911/staff_statements/911_TerrTrav_Ch2.pdf

TÁXI para o inferno. Direção: Alex Gibney. [S.l.]: [s.n.]. 2007 52min. https://www.dailymotion.com/video/x3nobjh.

TERRORISMO. **Dicionário de segurança e defesa**. São Paulo: Editora Unesp Digital, v. Formato: Digital, 2018. Disponivel em: URL http://editoraunesp.com.br/catalogo/9788595463004,dicionario-de-seguranca-e-defesa?fbclid=IwAR1U-v7tLfgc84EauafjxfYXbB3q-BIxdPNetJyMAW0Ykf9C6iVet0evGvs . Acesso em: 24 Novembro 2019.

THE GUARDIAN. **Israeli soldiers who used Palestinian boy, 9, as a human shield avoid jail**. [S.l.]: [s.n.], 21 novembro de 2010. Jornal online. Disponivel em: URL https://www.theguardian.com/world/2010/nov/21/israeli-soldiers-human-shield-avoid-jail .

VERNE, J. **A volta ao mundo em 80 dias**. Jandira: Principis, 2019.

VERNE, J. **A volta ao mundo em oitenta dias**. Jandira: Principis, 2019.

VOLÓCHINOV, V. **Marxismo e filosofia da linguagem:** problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem. São Paulo: Editora 34, 2017.

WEBER, M. **ética protestante e o "espírito" do capitalismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

WOOD, E. M. **O império do capital**. São Paulo: Boitempo, 2014.

ŽIŽEK, S. **Bem vindo ao deserto do Real**. São Paulo: Boitempo, 2003.

ŽIŽEK, S. Robespierre ou a «violência divina» do terror. In: ROBESPIERRE, M. **Virtude e Terror**. ?: Book Builders, 2018. Disponivel em: URL http://bookbuilders.net/assets-uploads/1538384704_yVZJRZIDH2eWDnkWrzg.pdf . Acesso em: 10 set. 2019.

Anexos

Listas de organizações terrorista para os EUA; Austrália; Reino Unido; Canadá[99]

Lista 1. Organizações Terroristas para os EUA

	Data em que passou a compor a lista	Organização
	10/8/1997	Abu Sayyaf Group (ASG)
2	10/8/1997	Aum Shinrikyo (AUM)
3	10/8/1997	Basque Fatherland and Liberty (ETA)
4	10/8/1997	Gama'a al-Islamiyya (Islamic Group – IG)
5	10/8/1997	HAMAS
6	10/8/1997	Harakat ul-Mujahidin (HUM)
7	10/8/1997	Hizballah
8	10/8/1997	Kahane Chai (Kach)
9	10/8/1997	Kurdistan Workers Party (PKK, aka Kongra-Gel)
10	10/8/1997	Liberation Tigers of Tamil Eelam (LTTE)
11	10/8/1997	National Liberation Army (ELN)
12	10/8/1997	Palestine Liberation Front (PLF)
13	10/8/1997	Palestine Islamic Jihad (PIJ)
14	10/8/1997	Popular Front for the Liberation of Palestine (PFLP)
15	10/8/1997	PFLP-General Command (PFLP-GC)
16	10/8/1997	Revolutionary Armed Forces of Colombia (FARC)
17	10/8/1997	Revolutionary People's Liberation Party/Front (DHKP/C)
18	10/8/1997	Shining Path (SL)
19	10/8/1999	al-Qa'ida (AQ)
20	9/25/2000	Islamic Movement of Uzbekistan (IMU)
21	5/16/2001	Real Irish Republican Army (RIRA)
22	12/26/2001	Jaish-e-Mohammed (JEM)
23	12/26/2001	Lashkar-e Tayyiba (LeT)
24	3/27/2002	Al-Aqsa Martyrs Brigade (AAMB)
25	3/27/2002	Asbat al-Ansar (AAA)
26	3/27/2002	al-Qaida in the Islamic Maghreb (AQIM)
27	8/9/2002	Communist Party of the Philippines/New People's Army (CPP/NPA)
28	10/23/2002	Jemaah Islamiya (JI)
29	1/30/2003	Lashkar i Jhangvi (LJ)
30	3/22/2004	Ansar al-Islam (AAI)

[99] Acessadas no dia 10/02/2020.

31	7/13/2004	Continuity Irish Republican Army (CIRA)
32	12/17/2004	Islamic State of Iraq and the Levant (formerly al-Qa'ida in Iraq)
33	6/17/2005	Islamic Jihad Union (IJU)
34	3/5/2008	Harakat ul-Jihad-i-Islami/Bangladesh (HUJI-B)
35	3/18/2008	al-Shabaab
36	5/18/2009	Revolutionary Struggle (RS)
37	7/2/2009	Kata'ib Hizballah (KH)
38	1/19/2010	al-Qa'ida in the Arabian Peninsula (AQAP)
39	8/6/2010	Harakat ul-Jihad-i-Islami (HUJI)
40	9/1/2010	Tehrik-e Taliban Pakistan (TTP)
41	11/4/2010	Jaysh al-Adl (formerly Jundallah)
42	5/23/2011	Army of Islam (AOI)
43	9/19/2011	Indian Mujahedeen (IM)
44	3/13/2012	Jemaah Anshorut Tauhid (JAT)
45	5/30/2012	Abdallah Azzam Brigades (AAB)
46	9/19/2012	Haqqani Network (HQN)
47	3/22/2013	Ansar al-Dine (AAD)
48	11/14/2013	Boko Haram
49	11/14/2013	Ansaru
50	12/19/2013	al-Mulathamun Battalion (AMB)
51	1/13/2014	Ansar al-Shari'a in Benghazi
52	1/13/2014	Ansar al-Shari'a in Darnah
53	1/13/2014	Ansar al-Shari'a in Tunisia
54	4/10/2014	ISIL Sinai Province (formerly Ansar Bayt al-Maqdis)
55	5/15/2014	al-Nusrah Front
56	8/20/2014	Mujahidin Shura Council in the Environs of Jerusalem (MSC)
57	9/30/2015	Jaysh Rijal al-Tariq al Naqshabandi (JRTN)
58	1/14/2016	ISIL-Khorasan (ISIL-K)
59	5/20/2016	Islamic State of Iraq and the Levant's Branch in Libya (ISIL-Libya)
60	7/1/2016	Al-Qa'ida in the Indian Subcontinent
61	8/17/2017	Hizbul Mujahideen (HM)
62	2/28/2018	ISIS-Bangladesh
63	2/28/2018	ISIS-Philippines
64	2/28/2018	ISIS-West Africa
65	5/23/2018	ISIS-Greater Sahara
66	7/11/2018	al-Ashtar Brigades (AAB)
67	9/6/2018	Jama'at Nusrat al-Islam wal-Muslimin (JNIM)
68	4/15/2019	Islamic Revolutionary Guard Corps (IRGC)

Fonte: https://www.state.gov/foreign-terrorist-organizations/

Lista 2. Organizações Terroristas para a Austrália

	Data em que passou a compor a lista e foi relistada	Organização
1	Listed 14 November 2002, re-listed 5 November 2004, 3 November 2006, 1 November 2008, 29 October 2010, 12 July 2013, 28 June 2016 and 10 April 2019	Abu Sayyaf Group (ASG)
2	Listed 5 November 2014, re-listed 2 November 2017	Al-Murabitun
3	Listed 21 October 2002, re-listed 1 September 2004, 26 August 2006, 9 August 2008, 22 July 2010, 12 July 2013, 28 June 2016 and 10 April 2019	Al-Qa'ida (AQ)

4	Listed 26 November 2010, re-listed 26 November 2013 and 26 November 2016	Al-Qa'ida in the Arabian Peninsula (AQAP)
5	Listed 29 November 2016	Al-Qa'ida in the Indian Subcontinent (AQIS)
6	Listed 14 November 2002, re-listed 5 November 2004, 3 November 2006, 9 August 2008, 22 July 2010, 12 July 2013, 28 June 2016 and 10 April 2019	Al-Qa'ida in the Lands of the Islamic Maghreb (AQIM)
7	Listed 22 August 2009, re-listed 18 August 2012, 11 August 2015 and 4 August 2018	Al-Shabaab
8	Listed 26 June 2014, re-listed 27 June 2017	Boko Haram
9	Listed 9 November 2003, re-listed 5 June 2005, 7 October 2005, 8 September 2007, 8 September 2009, 18 August 2012, 11 August 2015 and 4 August 2018	Hamas' Izz al-Din al-Qassam Brigades
10	Listed 5 June 2003, re-listed 5 June 2005, 25 May 2007, 16 May 2009, 12 May 2012, 2 May 2015 and 2 May 2018	Hizballah's External Security Organisation (ESO)
11	Listed 11 April 2003, re-listed 11 April 2005, 31 March 2007, 14 March 2009, 10 March 2012, 3 March 2015 and 3 March 2018	Islamic Movement of Uzbekistan
12	Formerly listed as Al-Qa'ida in Iraq on—2 March 2005, re-listed 17 Feb 2007, 1 Nov 2008, 29 Oct 2010, 12 July 2013. Formerly listed as Islamic State of Iraq and the Levant on 14 Dec 2013. Listed as Islamic State on 11 July 2014 and re-listed 1 July 2017.	Islamic State
13	Listed 8 September 2017	Islamic State East Asia
14	Listed 29 November 2016	Islamic State in Libya (IS-Libya)
15	2 November 2017	Islamic State Khorasan Province
16	Listed 29 November 2016	Islamic State Sinai Province (IS-Sinai)
17	Formerly listed as Jabhat al-Nusra on 29 June 2013, re-listed 28 June 2016. Listed as Jabhat Fatah al-Sham on 9 April 2019.	Jabhat Fatah al-Sham
18	Listed 11 April 2003, re-listed 11 April 2005, 31 March 2007, 14 March 2009, 10 March 2012, 3 March 2015 and 3 March 2018	Jaish-e-Mohammad
19	Listed 9 June 2018	Jama'at Mujahideen Bangladesh
20	Listed 9 June 2018	Jemaah Anshorut Daulah
21	Listed 27 October 2002, re-listed 1 September 2004, 26 August 2006, 9 August 2008, 22 July 2010, 12 July 2013, 28 June 2016 and 9 April 2019	Jemaah Islamiyah (JI)
22	Listed 17 December 2005, re-listed 28 September 2007, 8 September 2009, 18 August 2012, 11 August 2015 and 4 August 2018	Kurdistan Workers' Party (PKK)
23	Listed 11 April 2003, re-listed 11 April 2005, 31 March 2007, 14 March 2009, 10 March 2012, 3 March 2015 and 3 March 2018	Lashkar-e-Jhangvi
24	Listed 9 November 2003, re-listed 5 June 2005, 7 October 2005, 8 September 2007, 8 September 2009, 18 August 2012, 11 August 2015 and 4 August 2018	Lashkar-e-Tayyiba
25	Listed 3 May 2004, re-listed 5 June 2005, 7 October 2005, 8 September 2007, 8 September 2009, 18 August 2012, 11 August 2015 and 4 August 2018	Palestinian Islamic Jihad
26	Regulations made on 8 April 2019, listing will commence on 16 September 2019	Islamic State Somalia (IS-Somalia)

Fonte: https://www.nationalsecurity.gov.au/Listedterroristorganisations/Pages/default.aspx

Lista 3. Organizações Terroristas para o Reino Unido

	Data em que passou a compor a lista	Organização
1	Proscribed March 2001	17 November Revolutionary Organisation (N17)
2	Proscribed June 2014	Abdallah Azzam Brigades, including the Ziyad al-Jarrah Battalions (AAB)
3	Proscribed March 2001	Abu Nidal Organisation (ANO)
4	Proscribed March 2001	Abu Sayyaf Group (ASG)
5	Proscribed November 2014	Ajnad Misr (Soldiers of Egypt)
6	Proscribed December 2017	al-Ashtar Brigades including Saraya al-Ashtar, Wa'ad Allah Brigades, Islamic Allah Brigades, Imam al-Mahdi Brigades and al-Haydariyah Brigades
7	Proscribed March 2001	Al-Gama'at al-Islamiya (GI)
8	Proscribed July 2006	Al Ghurabaa
9	Proscribed October 2005	Al Ittihad Al Islamia (AIAI)
10	Proscribed April 2014	Al Murabitun
11	Proscribed December 2017	al-Mukhtar Brigades including Saraya al-Mukhtar
12	Proscribed March 2001	Al Qa'ida (AQ)
13	Proscribed March 2010	Al Shabaab
14	Proscribed October 2005	Ansar Al Islam (AI)
15	Proscribed November 2014	Ansar al-Sharia-Benghazi (AAS-B) which translates as the Partisans of Islamic Law
16	Proscribed April 2014	Ansar Al Sharia-Tunisia (AAS-T)
17	Proscribed October 2005	Ansar Al Sunna (AS)
18	Proscribed April 2014	Ansar Bayt al-Maqdis (ABM)
19	Proscribed March 2019	Ansaroul Islam also known as Ansar ul Islam and Ansaroul Islam Lil Irchad Wal Jihad
20	Proscribed November 2012	Ansarul Muslimina Fi Biladis Sudan (Vanguard for the protection of Muslims in Black Africa) (Ansaru)
21	Proscribed March 2001	Armed Islamic Group (Groupe Islamique Armée) (GIA)
22	Proscribed November 2002	Asbat Al-Ansar (League of Partisans or Band of Helpers)
23	Proscribed March 2001	Babbar Khalsa (BK)
24	Proscribed March 2001	Basque Homeland and Liberty (Euskadi ta Askatasuna) (ETA)
25	Proscribed July 2006	Baluchistan Liberation Army (BLA)
26	Proscribed July 2013	Boko Haram (Jama'atu Ahli Sunna Lidda Awati Wal Jihad) (BH)
27	Proscribed March 2001	Egyptian Islamic Jihad (EIJ)
28	Proscribed July 2016	Global Islamic Media Front (GIMF) including GIMF Banlga Team also known as Ansarullah Bangla Team (ABT) and Ansar-al Islam
29	Proscribed October 2005	Groupe Islamique Combattant Marocain (GICM)
30	Proscribed March 2001	Hamas Izz al-Din al-Qassem Brigades
31	Proscribed October 2005	Harakat-Ul-Jihad-Ul-Islami (HUJI)
32	Proscribed October 2005	Harakat-Ul-Jihad-Ul-Islami (Bangladesh) (HUJI-B)
33	Proscribed October 2005	Harakat-Ul-Mujahideen/Alami (HuM/A) and Jundallah
34	Proscribed March 2001	Harakat Mujahideen (HM)
35	Proscribed March 2015	Haqqani Network (HQN)
36	Proscribed December 2017	Hasam including Harakat Sawa'd Misr, Harakat Hasm and Hasm
37	Proscribed March 2019	Hizballah (Party of God)
38	Proscribed December 2013	Imarat Kavkaz (IK) also known as the Caucasus Emirate
39	Proscribed July 2012	Indian Mujahideen (IM)
40	Proscribed March 2001	Islamic Army of Aden (IAA)
41	Proscribed July 2005	Islamic Jihad Union (IJU)
42	Proscribed November 2002	Islamic Movement of Uzbekistan (IMU)
43	Proscribed June 2014	Islamic State of Iraq and the Levant (ISIL) also known as Dawlat al-'Iraq al-Islamiyya, Islamic State of Iraq

		(ISI), Islamic State of Iraq and Syria (ISIS) and Dawlat al Islamiya fi Iraq wa al Sham (DAISh) and the Islamic State in Iraq and Sham
44	March 2001and KuI proscribed October 2005	Jaish e Mohammed (JeM) and splinter group Khuddam Ul-Islam (Kul)
45	Proscribed July 2016	Jamaah Anshorut Daulah
46	Proscribed March 2019	Jamaat Nusrat al-Islam Wal-Muslimin (JNIM) also known as Jamaat Nusrat al-Islam Wal-Muslimin (JNIM), Nusrat al-Islam, Nusrat al-Islam wal Muslimeen (NIM), including Ansar al-Dine (AAD), Macina Liberation Front (MLF), al-Murabitun, al-Qa'ida in the Maghreb and az-Zallaqa
47	Proscribed March 2015	Jamaat ul-Ahrar (JuA)
48	Proscribed July 2007	Jammat-ul Mujahideen Bangladesh (JMB)
49	Proscribed October 2005	Jamaat Ul-Furquan (JuF)
50	proscribed November 2014	Jaysh al Khalifatu Islamiya (JKI) which translates asthe Army of the Islamic Caliphate
51	Proscribed November 2002	Jeemah Islamiyah (JI)
52	Proscribed January 2015	Jund al-Aqsa (JAA) which translates as Soldiers of al-Aqsa
53	Proscribed January 2015	Jund al Khalifa-Algeria (JaK-A) which translates asSoldiers of the Caliphate
54	Proscribed June 2014	Kateeba al-Kawthar (KaK)also known as Ajnad al-sham and Junud ar-Rahman al Muhajireen
55	Proscribed March 2001	Partiya Karkeren Kurdistani (PKK) which translates as the Kurdistan Worker's Party
56	Proscribed March 2001	Lashkar e Tayyaba (LT)
57	Proscribed March 2001	Liberation Tigers of Tamil Eelam (LTTE)
58	Proscribed December 2017	Liwa al-Thawra
59	Proscribed July 2013	Minbar Ansar Deen also known as Ansar al-Sharia UK
60	Proscribed July 2016	Mujahidin Indonesia Timur (MIT) which translates asMujahideen of Eastern Indonesia
61	Proscribed December 2016	National Action
62	Proscribed March 2001	Palestinian Islamic Jihad -Shaqaqi (PIJ)
63	Proscribed June 2014	Popular Front for the Liberation of Palestine-General Command (PFLP-GC)
64	Proscribed March 2001	Revolutionary Peoples' Liberation Party -Front (Devrimci Halk Kurtulus Partisi -Cephesi) (DHKP-C)
65	Proscribed March 2001	Salafist Group for Call and Combat (Groupe Salafiste pour la Predication et le Combat) (GSPC)
66	Proscribed July 2006	Saved Sect or Saviour Sect
67	Proscribed March 2001	Sipah-e Sahaba Pakistan (SSP) (Aka Millat-e Islami Pakistan (MIP) -SSP was renamed MIP in April 2003 but is still referred to as SSP) and splinter group Lashkar-e Jhangvi (LeJ)
68	Proscribed July 2007	Tehrik Nefaz-e Shari'at Muhammadi (TNSM)
69	Proscribed January 2011	Tehrik-e Taliban Pakistan (TTP)
70	Proscribed July 2006	Teyre Azadiye Kurdistan (TAK)
71	Proscribed July 2016	Turkestan Islamic Party (TIP) also known as East Turkestan Islamic Party (ETIP), East Turkestan Islamic Movement (ETIM) and Hizb al-Islami al-Turkistani (HAAT)
72	Proscribed June 2014	Turkiye Halk Kurtulus Partisi-Cephesi (THKP-C)is also known as thePeoples' Liberation Party/Front of Turkey, THKP-C Acilciler and the Hasty Ones

Fonte:
https://assets.publishing.service.gov.uk/government/uploads/system/uploads/attachment_data/file/849493/20191101_Proscription__SG_.pdf

Lista 4. Organizações Terroristas para o Canadá

	Data em que passou a compor a lista e foi relistada	Organização
1	Date listed: 2015-06-29 Date reviewed: 2018-11-21	Abdallah Azzam Brigades (AAB)
2	Date listed: 2003-02-12 Date reviewed: 2018-11-21	Abu Nidal Organization (ANO)
3	Date listed: 2003-02-12 Date reviewed: 2018-11-21	Abu Sayyaf Group (ASG)
4	Date listed 2019-06-21	Al-Ashtar Brigades (AAB)
5	Date listed: 2014-06-02 Date reviewed: 2018-11-21	Al-Murabitoun
6	Date listed: 2013-11-07 Date reviewed: 2018-11-21	Al-Muwaqi'un Bil Dima
7	Date listed: 2002-07-23 Date reviewed: 2018-11-21	Al Qaida
8	Date listed: 2010-12-23 Date reviewed: 2018-11-21	Al Qaida in the Arabian Peninsula (AQAP)
9	Date listed: 2016-12-28 Date reviewed: 2018-11-21	Al Qaida in the Indian Subcontinent (AQIS)
10	Date listed: 2002-07-23 Date reviewed: 2018-11-21	Al Qaida in the Islamic Maghreb (AQIM)
11	Date listed: 2010-03-05 Date reviewed:2018-11-21	Al Shabaab
12	Date listed:2003-04-02 Date reviewed: 2018-11-21	Al-Aqsa Martyrs' Brigade (AAMB)
13	Date listed: 2002-07-23 Date reviewed: 2018-11-21	Al-Gama'a al-Islamiyya (AGAI)
14	Date listed: 2004-05-17 Date reviewed: 2018-11-21	Ansar al-Islam (AI)
15	Date listed: 2002-07-23 Date reviewed: 2018-11-21	Armed Islamic Group (GIA)
16	Date listed: 2002-11-27 Date reviewed: 2018-11-21	Asbat Al-Ansar (AAA) (The League of Partisans)
17	Date listed: 2002-12-10 Date reviewed:2018-11-21	Aum Shinrikyo
18	Date listed: 2019-06-21	Blood & Honour (B&H)
19	Date listed: 2003-06-18 Date reviewed: 2018-11-21	Babbar Khalsa International (BKI)
20	Date listed: 2013-12-24 Date reviewed: 2018-11-21	Boko Haram
21	Date listed: 2013-12-24 Date reviewed: 2018-11-21	Caucasus Emirate
22	Date listed: 2019-06-21	Combat 18 (C18)
23	Date listed: 2003-04-02 Date reviewed: 2018-11-21	Ejército de Liberación Nacional (ELN)
24	Date listed: 2003-04-02 Date reviewed: 2018-11-21	Euskadi Ta Askatasuna (ETA)
25	Date listed: 2019-06-21	Fatemiyoun Division (FD)
26	Date listed: 2003-04-02	Fuerzas Armadas Revolucionarias de Colombia

	Date reviewed: 2018-11-21	(FARC)
27	Date listed: 2005-05-24 Date reviewed: 2018-11-21	Gulbuddin Hekmatyar
28	Date listed: 2006-10-23 Date reviewed: 2018-11-21	Gulbuddin Hekmatyar's Faction of the Hezb-e Islami, Hezb-e Islami Gulbuddin (HIG)
29	Date listed: 2002-11-27 Date reviewed: 2018-11-21	Hamas (Harakat Al-Muqawama Al-Islamiya) (Islamic Resistance Movement)
30	Date listed: 2013-05-09 Date reviewed: 2018-11-21	Haqqani Network
31	Date listed: 2019-06-21	Harakat al-Sabireen (HaS)
32	Date listed: 2002-11-27 Date reviewed: 2018-11-21	Harakat ul-Mudjahidin (HuM)
33	Date listed: 2019-02-11	HASAM (Harakat Sawa'd Misr)
34	Date listed: 2013-11-07 Date reviewed: 2018-11-21	Hay'at Tahrir al-Sham
35	Date listed: 2002-12-10 Date reviewed: 2018-11-21	Hizballah
36	Date listed: 2016-12-28 Date reviewed: 2018-11-21	Indian Mujahideen (IM)
37	Date listed: 2014-04-24 Date reviewed: 2018-11-21	International Relief Fund for the Afflicted and Needy - Canada (IRFAN – CANADA)
38	Date listed: 2003-06-18 Date reviewed: 2018-11-21	International Sikh Youth Federation (ISYF)
39	Date listed: 2003-04-02 Date reviewed: 2018-11-21	Islamic Movement of Uzbekistan (IMU)
40	Date listed: 2012-12-17 Date reviewed: 2018-11-21	Islamic Revolutionary Guard Corps' Qods Force
41	Date listed: 2012-08-20 Date reviewed: 2018-11-21	Islamic State
42	Date listed: 2018-05-23 Date reviewed:2018-11-21	Islamic State – Khorasan Province (ISKP)
43	Date listed: 2015-04-07 Date reviewed: 2018-11-21	Islamic State – Sinai Province (ISSP)
44	Date listed: 2002-11-27 Date reviewed: 2018-11-21	Jaish-e-Mohammed (JeM)
45	Date listed: 2014-10-30 Date reviewed: 2018-11-21	Jaysh Al-Muhajirin Wal-Ansar (JMA)
46	Date listed: 2003-04-02 Date reviewed: 2018-11-21	Jemaah Islamiyyah (JI)
47	Date listed: 2005-05-24 Date reviewed: 2018-11-21	Kahane Chai (Kach)
48	Date listed: 2002-12-10 Date reviewed: 2018-11-21	Kurdistan Workers Party (PKK)
49	Date listed: 2003-06-18 Date reviewed: 2018-11-21	Lashkar-e-Jhangvi (LJ)
50	Date listed: 2003-06-18 Date reviewed: 2018-11-21	Lashkar-e-Tayyiba (LeT)
51	Date listed: 2006-04-08 Date reviewed: 2018-11-21	Liberation Tigers of Tamil Eelam (LTTE)
52	Date listed: 2014-06-02 Date reviewed: 2018-11-21	Movement for Oneness and Jihad in West Africa (MOJWA)
53	Date listed: 2003-11-13 Date reviewed: 2018-11-21	Palestine Liberation Front (PLF)
54	Date listed: 2002-11-27 Date reviewed: 2018-11-21	Palestinian Islamic Jihad (PIJ)
55	Date listed: 2003-11-13	Popular Front for the Liberation of Palestine -

	Date reviewed: 2018-11-21	General Command (PFLP-GC)
56	Date listed: 2003-11-13 Date reviewed: 2018-11-21	Popular Front for the Liberation of Palestine (PFLP)
57	Date listed: 2003-02-12 Date reviewed: 2018-11-21	Sendero Luminoso (SL)
58	Date listed: 2013-05-09 Date reviewed: 2018-11-21	Taliban
59	Date listed: 2011-07-05 Date reviewed: 2018-11-21	Tehrik-e-Taliban Pakistan (TTP)
60	Date listed: 2008-06-13 Date reviewed: 2018-11-21	World Tamil Movement (WTM)

Fonte: https://www.publicsafety.gc.ca/cnt/ntnl-scrt/cntr-trrrsm/lstd-ntts/crrnt-lstd-ntts-en.aspx